



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

***RELATÓRIO E
PARECER PRÉVIO
SOBRE AS CONTAS DO
GOVERNO DO ESTADO***

Exercício de 1996

Conselheiro-Relator
PORFÍRIO PEIXOTO

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

R585r Rio Grande do Sul Tribunal de Contas
 Relatório e parecer prévio sobre as contas
 do Governo do Estado exercício de
 1996 / rel Porfino Peixoto -- Porto Alegre
 TCE/RS, 1997
 390 p

1 Governo do Estado - RS - Contas -
1996 - Parecer Prévio I Peixoto, Porfino,
rel

CDU 336 126 351 94(816⁵) "1996"

*Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do
Tribunal de Contas do Estado*

Conselheiros

CELSO TESTA - Presidente
PORFÍRIO PEIXOTO - Vice-Presidente
MARCELO MOREIRA TOSTES
ALEXANDRE MACHADO DA SILVA
ALGIR LORENZON
HELIO SAUL MILESKI
VERGILIO PÉRIUS, Substituto

Procurador-Geral

CELESTINO GOULART

Procuradores de Justiça

ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT
MARIO ROMERA

Audítores Substitutos de Conselheiro

JUDITH HOFMEISTER MARTINS COSTA
ADERBAL TORRES DE AMORIM
ROZANGELA MOTISKA BERTOLO
HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI
ROSANE HEINECK SCHMITT

EQUIPE RESPONSÁVEL

Conselheiro-Relator

Porfírio Peixoto

Coordenador

Cont. Luiz Ernesto Franzoni

Administrador

Silvério Miranda Neto

Advogado

Miguel Arcanjo Costa da Rocha

Contadores

Alcides José Tozzo

Jaime Silva

José Carlos Silva de Deus

Economista

Alaide Mirta Diaz Sousa

Revisão Gramatical

Cont. Rita Rosane Ketzer Schmitt

Bibl. Rossana de Lucena

Sistemas e Processamento de Dados

Cont. Claudio Gilmar Redivo

Digitação

Ana Carla Magni

Filomena Bonczynski

Superintendente-Geral
Omar Jacques Amorim

Chefe do Gabinete da Presidência
Sônia Beatriz Lopes da Silva

Superintendente de Controle Externo
Geraldo Otelo Selbach

Superintendente Administrativo
Paulo Lourenço Machado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	17
1 1 - GESTÃO ORÇAMENTARIA	17
1 2 - GESTÃO FINANCEIRA	19
1 2 1 - Receita	22
1 2 1 1 - Evolução das Receitas	24
1 2 1 2 - Receitas Correntes	29
1 2 1 2 1 - ICMS	29
1 2 1 2 2 - Transferências	31
1 2 1 2 3 - Aplicações Financeiras	32
1 2 1 3 - Receitas de Capital	33
1 2 1 3 1 - Operações de Credito	34
1 2 1 4 - Receita Efetiva	35
1 2 2 - Despesa	36
1 2 2 1 - Evolução das Despesas	38
1 2 2 2 - Despesas Correntes	47
1 2 2 3 - Despesas de Capital	58
1 2 3 - Programa de Reforma do Estado	64
1 2 3 1 - Operações Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT	64
1 2 3 2 - Operações Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	65
1 3 - GESTÃO PATRIMONIAL	67
1 3 1 - Patrimônio Financeiro	69
1 3 1 1 - Ativo Financeiro	69
1 3 1 2 - Passivo Financeiro	71
1 3 1 3 - Situação Líquida Financeira	74
1 3 2 - Patrimônio Permanente	77
1 3 2 1 - Ativo Permanente	78
1 3 2 1 1 - Participações	78
1 3 2 1 2 - Dívida Ativa	81
1 3 2 2 - Passivo Permanente	83
1 3 2 2 1 - Dívida Fundada	84
1 3 2 2 1 1 - Dívida Fundada Interna	86
1 3 2 2 1 2 - Dívida Fundada Externa	88
1 3 3 - Gestão da Dívida Pública	89
1 4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	97

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA ESTADUAL	105
2 2 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA	155
2 3 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO	161
2 4 - FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE	189*

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS	213
3 1 - AUTARQUIAS	217
3 1 1 - Análise Consolidada dos Balanços Orçamentários	217
3 1 2 - Análise Consolidada dos Balanços Financeiros	220
3 1 3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais	222
3 1 4 - Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais	225
3 1 5 - Recursos Transferidos da Administração Direta	228
3 2 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS	235
3 2 1 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais	236
3 2 2 - Análise Consolidada das Demonstrações do Resultado do Exercício	242
3 2 3 - Recursos Transferidos da Administração Direta	247
3 2 4 - Destaques	248
3 2 4 1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL	250
3 2 4 2 - Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	264
3 2 4 3 - Companhia RioGrandense de Telecomunicações - CRT	280
3 2 4 4 - Companhia RioGrandense de Saneamento - CORSAN	299
3 3 - FUNDAÇÕES	321
3 3 1 - Análise Consolidada dos Balanços Orçamentários	321
3 3 2 - Análise Consolidada dos Balanços Financeiros	323
3 3 3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais	325
3 3 4 - Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais	328
3 3 5 - Recursos Transferidos da Administração Direta	333
SÍNTESE DO RELATÓRIO	339
CONCLUSÃO E VOTO	369
PARECER	389

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas, em atenção ao que prescreve o artigo 71 da Constituição Estadual, dando cumprimento às atribuições estatuídas no artigo 70 do mesmo texto constitucional, procedeu exame nas contas apresentadas pelo Exmo Sr Governador do Estado, relativas ao exercício de 1996

O presente Relatório abrange os resultados do acompanhamento da execução orçamentária, a análise do Balanço Geral do Estado, levantado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, bem como a conferência dos registros constantes da contabilidade da Secretaria da Fazenda, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Estadual no exercício de 1996 e, também, a observância aos princípios constitucionais de eficiência, eficácia e economicidade

Assim, a análise foi dividida em três capítulos, processando-se exame genérico sobre os programas estabelecidos no orçamento aprovado pela Lei Estadual nº 10 596, de 20-12-95

No Capítulo 1 - Análise das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta Estadual - demonstra-se o comportamento da Receita, da Despesa, da Situação Líquida Global e da Dívida Pública do Estado no exercício examinado e no decênio 1987/1996

Já no Capítulo 2 - Análise da Utilização dos Recursos nas Administrações Direta e Indireta - examina-se a aplicação dos recursos no atendimento ao interesse público, através da atuação do Governo nas áreas de interesse social e de infra-estrutura, nas funções de Defesa Nacional e Segurança Pública, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento e Transporte

No Capítulo 3 - Análise das Gestões Orçamentária, Financeira e Econômica da Administração Indireta e Sociedades Controladas - efetua-se análise da

situação econômico-financeira da Administração Indireta do Estado, que é constituída por 06 (seis) Autarquias, 17 (dezesete) Fundações, 15 (quinze) Sociedades de Economia Mista e suas 05 (cinco) Sociedades Controladas.

Para tanto, seleccionou-se para um exame mais aprofundado, as seguintes entidades o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), cabendo salientar que a Caixa Econômica Estadual (CEE) não figura entre as eleitas por não ter apresentado o seu Balanço Geral

A análise consolidada, também procedida neste Capítulo, demonstra, em termos globais, o comportamento dos valores ativos e passivos das entidades, bem como o desempenho das mesmas, em termos operacionais

Por fim, apresenta-se a Síntese do Relatório, a qual contém os principais tópicos abordados no Trabalho, e a Conclusão, que indica medidas que deverão ser adotadas para a defesa do interesse público. Desta forma, o Egrégio Plenário deste Tribunal de Contas, estará em condições de emitir Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 1996, para julgamento pela Assembléia Legislativa.

CAPITULO 1

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL

Neste Capítulo, busca-se oferecer uma análise da gestão dos recursos quanto à execução do orçamento, em termos econômicos e financeiros, não somente no que se refere às realizações de 1996, mas relacionando-as com os valores e índices mostrados em anos e gestões anteriores, abrangidos por uma série histórica que contempla os últimos 10 (dez) exercícios, com valores corrigidos até dezembro de 1996

1.1 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Estadual nº 10 532, de 02-08-95, orientou a elaboração da proposta orçamentária da Administração Direta, consubstanciada na Lei nº 10 596, de 20-12-95, que alocou recursos da ordem de R\$ 6 510 618 mil, a preços de julho de 1995

No entanto, de acordo com o artigo 3º da Lei Orçamentária, tais previsões foram atualizadas, antes do início da execução do orçamento, pela variação do IGPM/FGV correspondente ao período de agosto a dezembro de 1995, que alcançou 3,96%, resultando numa receita prevista de R\$ 6 768 439 mil e na fixação da despesa em R\$ 6 758 076 mil. O superavit da previsão resultou de emendas parlamentares, parcialmente vetadas pelo Governador, reduzindo dotações cujos recursos não foram realocados

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	RELATIVO BASE FIXA
Lei nº 10 596/95	6 758 076	100,00
Créditos Suplementares	2 810 479	41,59
Créditos Especiais	290 339	4,30
Atualização Monetária	258 964	3,83
Redução de dotações	-1.258 268	-18,92
TOTAL AUTORIZADO	8.839 590	30,80

Fonte Balanço Geral do Estado

Vale novamente destacar que a proposta orçamentária para 1996 permitia, em seu artigo 4º, a abertura de créditos suplementares não sujeitos a limites, para atender às despesas relativas à aplicação ou transferência de receitas vinculadas, para suportar gastos com pessoal, encargos sociais e serviço da dívida. Para atender a "outras despesas correntes", o limite era de 15% do valor inicial atualizado de cada dotação orçamentária

O Programa de Reforma do Estado (Receita de Alienação de Participações Societárias - Recurso nº 0133), cujas operações geraram um resultado positivo no exercício de R\$ 585 581 mil, contribuiu decisivamente para a geração do Superávit Orçamentário do Exercício no valor de R\$ 33 835 mil

Assim, caso não houvesse as Alienações Societárias, o Superávit transformar-se-ia em Déficit Orçamentário do Exercício no montante de R\$ 551 746 mil (Vol I, fl. 157 do B G.E).

Repetiu-se, neste exercício, a utilização de Recursos Vinculados, denominados componentes do Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado, correspondentes a R\$ 886 451 mil (inclusive o resultado positivo de R\$ 585.581 mil retromencionado), para a cobertura de déficit do Tesouro do Estado

Tais valores constituem parcelas de Recursos Vinculados, transferidos ao Estado através de convênios firmados com a União, ou recebidos através de Operações de Crédito, ou mesmo aqueles referentes a Fundos Especiais, e que, por força de lei, devem ser depositados em contas próprias, vinculadas. Esses recursos vêm sendo, sistematicamente, utilizados para suprir insuficiências de caixa do Tesouro. Tal procedimento gera um compromisso do Estado em empenhar os respectivos valores nos Programas a que se destinavam, ou seja, o chamado "Passivo Potencial", do qual a

CAGE possui um registro paralelo, e cujo demonstrativo integra o Balanço Geral do Estado (vide págs 128/138, vol IV, e págs 154 a 208, vol I, B.G.E)

No exercício de 1996, tais valores alcançaram R\$ 886 451 mil, apresentando a seguinte composição e movimentação

Em R\$ mil					
RECURSOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	DESPESA EMPENHADA	VALORES INCLUÍDOS EXCLUÍDOS(*)	SALDO A EMPENHAR
1 Estaduais	133 503	2 384 880	1 749 638	-31 168	737 577
2 Federais	124 739	245 383	232 042	-9	138 071
3 Operações de Crédito	-5 006	1 018 828	1 000 989	-2 067	10 766
4 Inst Privadas	31	6	-		37
TOTAL	253 267	3 649 097	2 982 669	33 244	886 451

(*) Inclusões não consideradas como receita vinculada e exclusões não consideradas na despesa

Dentre os recursos estaduais, salienta-se a Receita Líquida de Alienação de Participações Societárias - R\$ 585 581 mil e o Fundo de Investimento ao Programa Integrado de Melhoria Social - R\$ 27 182 mil

Dentre os recursos federais, destacam-se os Recursos do Salário Educação - R\$ 103 952 mil (BGE, vol IV, págs 134 e 136)

1.2 - GESTÃO FINANCEIRA

As operações financeiras decorrentes da gestão orçamentária estão assim demonstradas no Balanço Geral do Estado

Em R\$ mil		
RECEITA ARRECADADA		
Própria	5 767 077	
de Terceiros	2 073 185	7 840 262
DESPESA REALIZADA		
Corrente	5 981 080	
de Capital	1 825 347	7 806 427
SUPERÁVIT FINANCEIRO		33 835

O resultado financeiro do Balanço, demonstrado conforme sua origem, e o seguinte

Em R\$ mil		
RECEITA A MAIOR		
Receita Orçada	6 768 439	
Receita Realizada	7 840 262 ..	1 071 823
	-----	-----
DESPESA A MAIOR		
Despesa Fixada	6 768 439	
Despesa do Exercício	7 806 427	1 037 988

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO .		33 835

A receita arrecadada (R\$ 7.840.262 mil) superou em R\$ 1.071.823 mil os valores previstos, sendo suficiente para dar suporte aos gastos de competência do exercício, que alcançaram R\$ 7.806 427 mil, dos quais não foram empenhados R\$ 466 852 mil relativos à dívida interna vencida em 1996, registrada como "contratos em renegociação"

A Tabela e o Gráfico que seguem, evidenciam a evolução da Receita e da Despesa do Estado, na forma como foram registradas nos últimos anos

**EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS
PERÍODO 1987/96**

Em R\$ mil*					
ANOS	RECEITA		DESPESA		RECEITA SOBRE DESPESA
	VALORES	RELATIVO {BASE FIXA}	VALORES	RELATIVO {BASE FIXA}	%
1987	5 995 987	100,00	6 275 244	100,00	95,55
1988	5 039 502	84,05	5.289 744	84,30	95,27
1989	5 593 308	93,28	5 544 731	88,36	100,88
1990	6 313 661	105,30	6 521 414	103,92	96,81
1991	5 145 560	85,82	5 326 096	84,87	96,61
1992	6 218 590	103,71	6 553 641	104,44	94,89
1993	6 271 397	104,59	6 429 685	102,46	97,54
1994	6 590 672	109,92	6 825 919	108,78	96,55
1995	6 369 946	106,24	6 923 661	110,33	92,00
1996	7 840 262	130,76	7 806 427	124,40	100,43
<hr/>					
Médias					
1º quinq	5 617 603	93,69	5 791 446	92 29	97,00
2º quinq	6 658 173	111,04	6 907 867	110,08	96,39
Decênio	6 137 888	102,37	6 349 656	101,19	96,66

Fonte Balanços Gerais do Estado

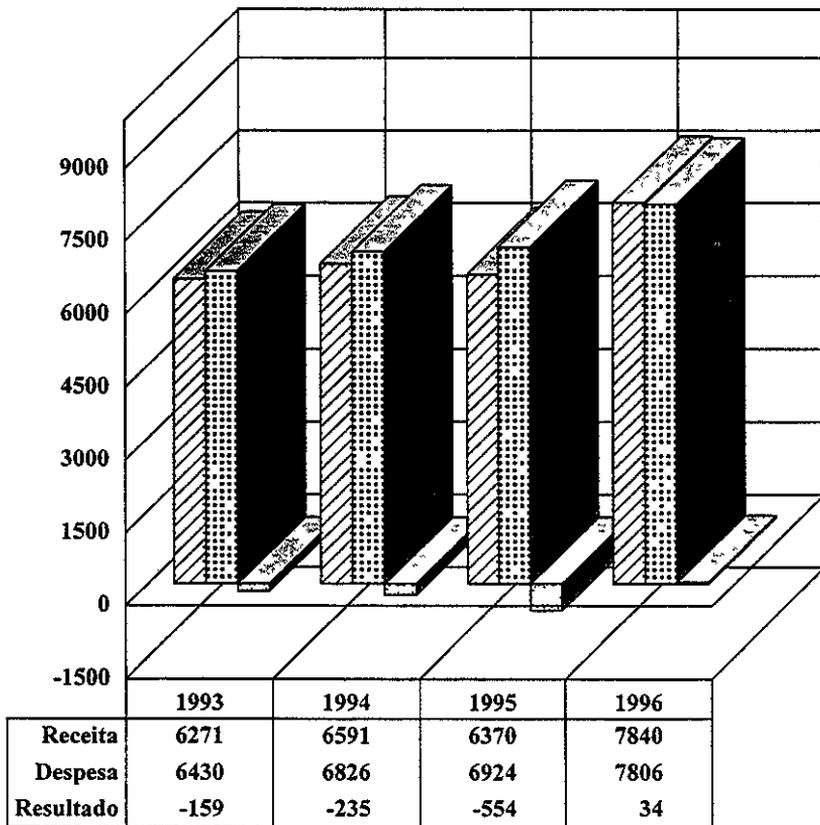
* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PERÍODO 1993/1996

Em R\$ milhões*



▨ Receita ▤ Despesa ▩ Resultado

Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Vis. Inflac pelo IGP-DI - FGV (Médio)

A supremacia dos gastos sobre os ingressos, que caracterizou o período 1987/95 (exceto 1989), teve o seu ponto marcante no exercício de 1995, quando a Receita representou apenas 92,00% da Despesa. Em 1996, verificou-se o segundo superávit do decênio, quando a receita foi superior à despesa em apenas 0,43%.

A Receita Orçamentária apresenta tendência de crescimento, notadamente no último quinquênio, sendo que, no exercício em análise, apresentou o maior crescimento, 30,76% em relação ao ano-base (1987) e 23,08% em relação a 1995.

Da mesma forma, a Despesa Orçamentária registra tendência de crescimento. No exercício em análise, ocorreu a maior elevação, ou seja, de 24,40% em relação ao ano-base (1987) e 12,75% em relação a 1995.

No primeiro quinquênio, o déficit financeiro médio foi de R\$ 173.843 mil, tendo se elevado para R\$ 249.694 mil nos últimos cinco anos da série. Nos dez anos analisados, verifica-se que o déficit médio ficou em R\$ 211.768 mil, sendo que, no exercício sob exame, o resultado positivo totalizou R\$ 33.835 mil. Cabe ressaltar que este resultado foi o segundo melhor registrado no decênio, só sendo superado pelo verificado em 1989, quando a receita realizada foi superior à despesa empenhada em R\$ 48.577 mil.

Com relação ao desempenho da Receita, verifica-se que em todas as oportunidades, dentro dos dez anos analisados, os valores foram inferiores aos verificados no exercício em análise.

No que tange à Despesa Orçamentária, constata-se que o maior valor apresentado ocorreu no exercício em análise.

1.2.1 - RECEITA

A Receita Total do exercício de 1996, no montante de R\$ 7.840.262 mil, apresentou um crescimento de 30,76% em relação a 1987 (primeiro ano da série) e crescimento de 23,08% em comparação com os valores arrecadados em 1995. A Receita auferida em 1996 foi a maior registrada no decênio.

A Receita Total Média do segundo quinquênio (R\$ 6 658.173 mil) foi superior em 18,54% a verificada nos primeiros 05 (cinco) anos, evidenciando uma tendência de crescimento nos valores médios arrecadados

Nos dez anos da série sob exame, a média da Receita Arrecadada foi de R\$ 6 137 888 mil, ou seja, em 1996 a receita superou a média em 27,73% Observa-se, entretanto, que se retiradas as receitas atípicas do Programa de Reforma do Estado, este percentual cai para apenas 11,00%

Em 1996, 70,70% da Receita Total correspondiam as Receitas Correntes (R\$ 5 543 145 mil), e 29,30% referiam-se às Receitas de Capital (R\$ 2 297 117 mil)

Ao longo do decênio, verificou-se que a participação média das Receitas Correntes e de Capital, em relação à Receita Total, foi de 82,97% e 17,03%, respectivamente, conforme se demonstra a seguir

RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANO	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITA TOTAL		
	VALOR	REL BASE FIXA	VARIA ÇÃO ANUAL	PARTIC %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIA ÇÃO ANUAL	PARTIC %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIA ÇÃO ANUAL
1987	4 426 301	100 00	-	73 82	1 569 696	100,00		26 18	5 995 987	100 00	
1988	4 471 228	101 01	1 01	88 72	568 274	36,20	63 80	11 28	5 039 502	84 05	-15,95
1989	5 309 687	119,96	18 75	94 93	283 621	18 07	50 09	5,07	5 593 308	93,28	10 99
1990	4 987 584	112 68	-6 07	79 00	1 326 077	84 48	367 55	21,00	6 313 661	105,30	12 88
1991	4 635 954	104 74	7 05	90 10	509 605	32 47	61 57	9,90	5 145 560	85 82	18 50
1992	5 537 109	125 10	19 44	89 04	681 481	43 42	33,73	10 96	6 218 590	103 71	20 85
1993	5 399 441	121 99	2 49	86 10	871 956	55,55	27 95	13 90	6 271 397	104 59	0 85
1994	5 333 947	120 51	1,21	80 93	1 256 725	80 06	44 13	19 07	6 590 672	109 92	5 09
1995	5 284 325	119 38	-0,93	82 96	1 085 621	69 16	13 62	17,04	6 369 946	106,24	3 35
1996	5 543 145	125 23	4 90	70 70	2 297 117	146 34	111 59	29,30	7 840 262	130 76	23 08
MÉDIA											
1ºQunn	4 766 151	107 68	1 66	84 84	851 453	54 24	48 02	15 16	5 617 603	93,69	2 66
2ºQunn	5 419 594	122 44	3 94	81 40	1 238 580	78 91	40 76	18 60	6 658 173	111 04	9 31
Decênio	5 092 872	115 06	2 93	82 97	1 045 016	66 57	43,99	17,03	6 137 888	102 37	3 99

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Medio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

1.2.1.1 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996

Em R\$ mil*					
TÍTULOS	1995	1996	Acréscimo	Acrésc. %	Notas
Receitas Tributárias	4 034 624	4 194 758	160 134	3,96	4
Receitas de Contribuições	-	62 917	62 917	100,00	5
Outras Rec Correntes	1 249 701	1 285 470	35 769	2,86	
Total Receitas Correntes	5 284 325	5 543 145	258 820	4,90	
Receitas de Operações de Crédito	1 062 180	1 223 436	161 256	15,18	3
Receitas de Alienação de Bens	100	849 558	849 458	849 458,00	1
Receitas de Amort de Emprést	17 736	209 871	192 135	1 083,31	2
Outras Rec de Capital	5 605	14 252	8 647	154,25	
Total das Receitas de Capital	1 085 621	2 297 117	1 211 496	111,59	
TOTAL GERAL	6 369 946	7 840 262	1 470 316	23,08	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se pode observar, as Receitas de Capital foram as principais responsáveis pelo aumento da Receita Total no exercício, tendo crescido R\$ 1 211,496 mil, o que equivale a 82,40% do incremento de Receita Total e a um crescimento de 111,59% em relação ao exercício anterior

Dentre o incremento das Receitas de Capital, destacam-se.

1 Na Receita de Alienação de Bens, salientam-se as seguintes operações

		Em R\$ mil
1.1	Alienação de 262 352 653 ações O N do Capital Social da CRT à Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual (CADIP), com vistas à emissão de 262 352 debêntures transformáveis em ações da CRT, as quais foram adquiridas pelo BNDES (B G E vol. IV, fls 54 e 84) ...	130 914
1.2	Alienação de 218 516 977 ações tipo O N do Capital Social da CRT* ao Consórcio vencedor da licitação ...	567.214
1.3	Alienação de 76 320.900 ações tipo O N do Capital Social da CEEE à CADIP, com vistas a servirem de lastro à emissão de 763 209 debêntures da CADIP, transformáveis em ações da CEEE, adquiridas pelo BNDES	150 000
TOTAL DAS OPERAÇÕES MENCIONADAS ..		848.128

* Com direitos de participação importante na Administração

	Em R\$ mil
2 Na Receita de Amortização de Empréstimos, inclui-se o resgate de debêntures junto à CADIP, debêntures essas, adquiridas pelo Estado em nov/96 visando à futura transformação em ações a serem alienadas (CRT) (B G E vol IV, fls 55 e 84 e vol I fl 129)	179 190
3 Na Receita de Operações de Crédito, inclui-se a rolagem dos títulos da Dívida Pública Estadual que representa 71,3% do montante registrado nesta conta (96,3% em 1995), tendo o ingresso de novos valores representado apenas 28,7% do total (3,7% em 1995) Diante do exposto, observa-se ter havido, em 1996, maior volume de ingressos de novos valores em relação a 1995 Destes ingressos, consta o empréstimo com a finalidade de implementação do PDV e Reversão Funcional, obtido junto à Caixa Econômica Federal no montante de (B G E , vol IV, fls 116 e 117)	140.000

Desta forma abreviada, pode-se identificar de forma sucinta as principais origens (R\$ 1 167.318 mil ou 96,35%) do crescimento das Receitas de Capital no exercício Cabe, entretanto, lembrar que as Receitas mencionadas são permutativas (não efetivas), ou seja, não alteram a situação líquida patrimonial global do Estado

No que se refere ao incremento das Receitas Correntes, no valor de R\$ 258 820 mil, percebe-se que o mesmo equivale a 17,60% do incremento de Receita Total ocorrido no exercício, e a um crescimento de 4,90% em relação ao exercício anterior

Assim sendo, observa-se que

	Em R\$ mil
4 Na Receita Tributária, destacam-se os seguintes aspectos	
4.1 Aumento de arrecadação do ICMS, em relação ao exercício anterior, em 2,83% (considerando-se apenas aquele registrado na conta Código 1113 02 002 no total de R\$ 3 879 185 mil em 1996 e R\$ 3 772 332 mil em 1995) (B G E vol IV, fl 47)	106 862
4.2 Aumento de arrecadação de IPVA no exercício em 21,11% (considerando-se apenas aquele registrado na conta código 1112 05 001) (B G E vol IV, fl 47)	35 566
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DE ARRECAÇÃO MENCIONADOS	142 428
5 Na Receita de Contribuições, conta esta inexistente em 1995 encontra-se registrado R\$ 49 071 mil relativo à Contribuição Previdenciária Complementar, instituída pela Lei Complementar nº 10 588 de 28 11-1995, correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos, ativos e inativos, destinada a custear proventos de aposentadoria e R\$ 12 662 mil vinculado ao Recurso 0139 - Contribuição para Previdência Parlamentar, as quais totalizam (B.G.E. vol IV, fl 55)	61.733

A evolução da Receita Própria Líquida do Estado pode ser assim demonstrada:

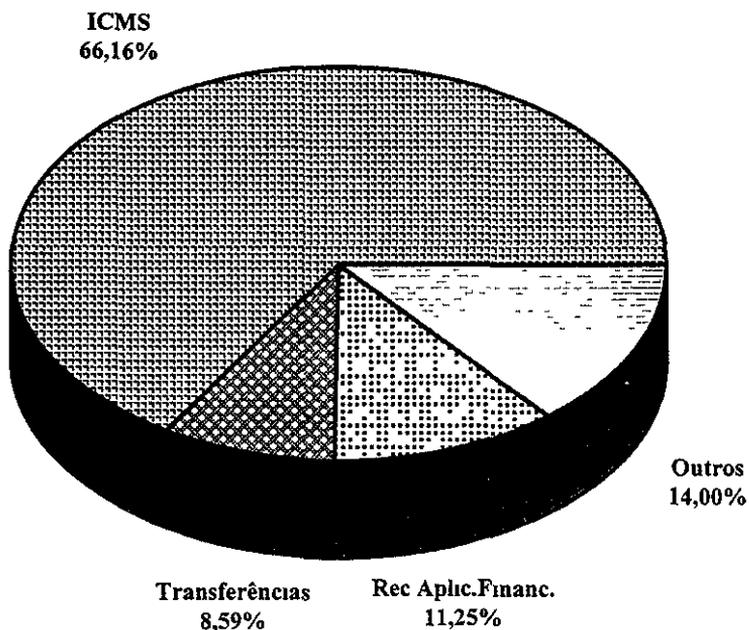
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA

	Em R\$ mil*
.....	
Receita Orçamentária Total	7.840 262
(-) Participações Constitucionais dos Municípios	1 200 082
(-) Operações de Créditos	1 223 437
.....	
Receita Própria Líquida - B.G.E /96 vol IV, fl 56	5.416 743
.....	
(-) Eliminação dos efeitos das alienações relacionadas com o Programa de Reforma do Estado	1.027 318
.....	
Receita Própria Líquida Ajustada	4.389 425
.....	
Receita Própria Líquida do exercício de 1995 (B G E /95 vol IV - fl. 68)	4 160 775
.....	
Acréscimo de Receita Própria Líquida no exercício 5,49%	228 650
.....	
Fonte Balanços Gerais do Estado	
* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)	
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS	

Verificou-se que 03 (três) itens da Receita - ICMS (69,98%), Transferências (15,07%) e Receita de Aplicações Financeiras (0,84%) tiveram, em 1996, uma participação de 85,89% em relação à Receita Efetiva, conforme visualiza-se nos Gráficos que seguem

ICMS, TRANSFERÊNCIAS, REC.APLIC.FINANCEIRAS x RECEITA EFETIVA

MÉDIA DO DECÊNIO 1987/1996

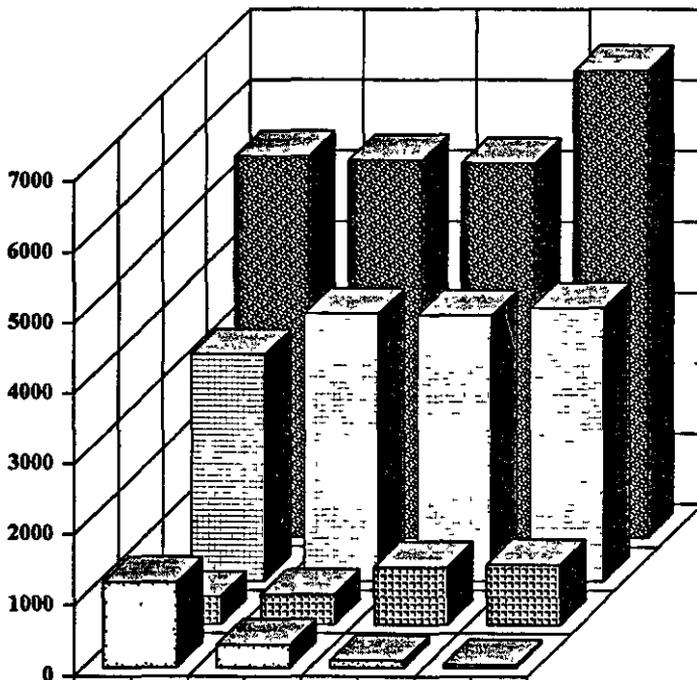


Fonte: Balanços Gerais do Estado

ICMS, TRANSFERÊNCIAS, REC. APLIC.FINANC. x RECEITA EFETIVA

PERÍODO 1993/1996

Em R\$ milhões*



	1993	1994	1995	1996
Rec.Aplic.Financ.	1204	327	107	46
Transferências	388	422	810	850
ICMS	3213	3797	3772	3879
Rec.Efetiva	5404	5351	5308	6617

Rec.Aplic.Financ.
 Transferências
 ICMS
 Rec.Efetiva

Fonte: Balanços Gerais do Estado
* Vs.inflac. pelo IGP/DI - FGV (Médio)

1.2.1.2 - RECEITAS CORRENTES

No exercício sob exame, as Receitas Correntes alcançaram R\$ 5 543 145 mil, crescendo 4,90% em relação ao ano anterior e, aumentando 25,23% em comparação a 1987 Cabe ressaltar que a média do segundo quinquênio apresentou um crescimento da ordem de 13,71% em relação ao primeiro e que, o valor arrecadado em 1996 foi superior em 8,84% aos valores médios do decênio

1.2.1.2.1 - ICMS

A parcela mais significativa das Receitas Correntes continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que, em 1996, respondeu por 69,98% do total arrecadado Ressalta-se que a média verificada nos dez anos que compõem a série foi de 67,69%, conforme se verifica abaixo

ICMS E TRANSFERÊNCIAS												
x												
RECEITAS CORRENTES												
PERÍODO 1987/96												
Em R\$ mil*												
ANO	ICM / ICMS				TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				RECEITAS CORRENTES			
	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. NA REC. CORRENTE	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. NA REC. CORRENTE	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	
1987	3 017 887	100 00		68 18	602 727	100 00		13 62	4 426 301	100 00		
1988	2 719 000	90 10	9 90	60 81	399 096	64 56	35 44	8 70	4 471 228	101 01	1 01	
1989	3 551 268	117 67	30 61	66 88	346 119	57 43	11 05	6 52	5 309 687	119 96	18 75	
1990	3 861 869	127 97	8 75	77 43	732 862	121 59	111 74	14 69	4 987 584	112 68	6 07	
1991	3 368 126	111 61	12 79	72 65	619 388	102 76	15 48	13 36	4 635 954	104 74	7 05	
1992	3 293 645	109 14	2 21	59 48	597 870	99 19	3 47	10 80	5 537 109	125 10	19 44	
1993	3 213 042	106 47	2 45	59 51	642 038	106 52	7 39	11 89	5 399 441	121 99	2 49	
1994	3 796 521	125 80	18 16	71 18	695 062	115 32	8 26	13 03	5 333 947	120 51	1 21	
1995	3 772 363	125 00	0 64	71 39	804 645	133 50	15 77	15 23	5 284 325	119 38	0 93	
1996	3 879 186	128 54	2 83	69 98	1 663 959	276 07	106 79	30 02	5 543 145	125 23	4 90	
Média												
1ºQuin	3 303 630	109 47	4 17	69 31	538 038	89 27	12 44	11 29	4 766 151	107 68	1 66	
2ºQuin	3 590 952	118 99	3 14	66 26	880 715	146 12	26 95	16 25	5 419 594	122 44	3 94	
Decênio	3 447 291	114 23	3 60	67 69	709 377	117 69	20 50	13 93	5 092 872	115 06	2 93	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

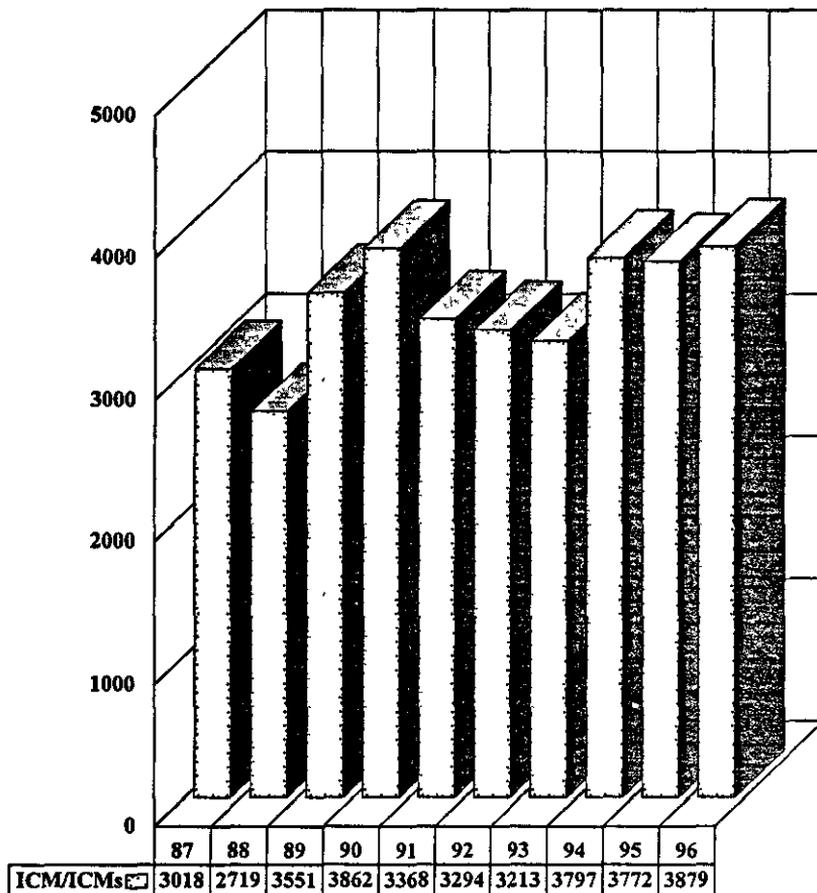
Tomando-se por base o ano de 1987, quando a arrecadação do ICMS atingiu R\$ 3 017 887 mil, verificou-se que, em apenas uma oportunidade (1988), este valor não foi superado, sendo que, no restante da série, o desempenho constatado foi sempre superior

Em comparação com o ano base, a arrecadação de 1996 apresentou um acréscimo de 28,54% e de 2,83% em relação ao ano anterior

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM/ICMs

PERÍODO 1987/1996

Em R\$ milhões*



Fonte: Balanços Gerais do Estado
* Vs. inflac. pelo IGP-DI - FGV (Médio)

No confronto do crescimento do ICMS com o Produto Interno Bruto - PIB/RS, constatou-se que na série 1987/96, em 05 (cinco) exercícios (1989, 1990, 1994, 1995 e 1996), o ICMS experimentou acréscimo anual maior que o do PIB, conforme se observa na tabela seguinte

EVOLUÇÃO DO ICMS ARRECADADO (1)
CRESCIMENTO DO ICMS x PIB/RS
PERÍODO 1987/96

Em R\$ m¹*

ANOS	ARRECADÇÃO ICM/ICMS	RELATIVO BASE FIXA	CRESC ANUAL (%)	
			ICMS	PIB/RS (cf)
1987	3 133 812	100,00		-0,10
1988	2 782 994	88,81	-11,19	0,70
1989	3 610 189	115,20	29,72	5,80
1990	3 919 749	125,08	8,57	-3,39
1991	3 477,902	110,98	-11,27	-3,33
1992	3 293 645	105,10	-5,30	6,53
1993	3 294.999	105,14	0,04	7,45
1994	3 891 035	124,16	18,09	1,60
1995	3 898.876	124,41	0,20	-1,80**
1996	4 015 924	128,15	3,00	-1,10**

Fonte Balanços Gerais do Estado/FEE/IBGE

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

**Estimativa preliminar

(1) ICMS arrecadado a qualquer título

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1996, enquanto o crescimento da arrecadação do ICMS, em relação ao ano anterior, foi positivo em 3,00%, o PIB-RS decresceu 1,10%

1.2.1.2.2 - TRANSFERÊNCIAS

As Transferências Correntes tiveram uma participação média de 13,93% nas Receitas Correntes durante o período 1987/96

Em conjunto, apenas 02 (dois) itens de receita arrolados, quais sejam, ICMS e Transferências Correntes, responderam, em média, no mesmo período, por 81,62% das Receitas Correntes

Destaca-se, neste grupo de receita, o valor das transferências da União (R\$ 833.692 mil), relativo, principalmente, à participação da Quota-Parte Fundo de Participação do Estado (R\$ 205.715 mil), do Imposto de Renda Retido na Fonte s/ Remuneração dos Servidores da Adm Direta, Autarquias e Fundações (R\$ 207.802 mil) e da Quota-Parte do IPI - Estados Exportadores (R\$ 271.013 mil)

1.2.1.2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As Receitas de Aplicações Financeiras, que, em 1996, participaram com apenas 0,59% do total da receita do Estado, tiveram o seguinte comportamento no período de 1988 a 1996.

RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA
X
RECEITA TOTAL
1988/96

Em R\$ mil*

ANOS	ARRECADAÇÃO		RENDIMENTOS FINANCEIROS			PARTIC NA REC TOTAL
	DO ESTADO	FGLTDP	OUTROS	TOTAL		
1988	5 039 501	1 012 939	2 042	1 014 981	20,14	
1989	5 593 307	1 057.161	80 602	1 137.763	20,34	
1990	6 313 660	69 134	54.528	123 661	1,96	
1991	5 145 560	93 229	191.713	284 942	5,54	
1992	6.218 589	914 902	361 712	1.276 614	20,53	
1993	6 271 397	729 822	473 289	1.203 111	19,18	
1994	6 590 671	172.216	154 964	327.179	4,96	
1995	6 369 947	50.198	55 510	105 708	1,66	
1996	7 840 262	17 374	29 064	46 438	0,59	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Tais Receitas, que decorreram, até 1989, quase que unicamente dos rendimentos de aplicações por conta do Fundo de Garantia da Liquidez dos Títulos da Dívida Pública - FGLTDP, foram intensificadas no biênio 1992/93, perdendo, de 1994 a 1996, sua significação. Em 1996, registrou-se o menor valor arrecadado na série à título de Receitas de Aplicações Financeiras, sendo que, do total (R\$ 17.374 mil), 37,41% corresponderam a receitas do FGLTDP e o restante, a receitas de outras aplicações financeiras.

Também merecem destaque os ingressos a título de “Outras Aplicações Financeiras” dos quais, R\$ 24 073 mil decorreram da aplicação no mercado financeiro de recursos vinculados. Em 1996, tais receitas tinham como componentes

	Em R\$ mil
Receitas de Aplic. Financ. c/recursos do Poder Judiciário	3 740
Idem Salário Educação	11 109
Idem, Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário	786
Idem, Fundo da Brigada Militar	870
Idem, FEPPA	1 413
Idem, SUS	3 965
Outras receitas de aplicação de rec. vinculados	2 190

	24 073

Estas receitas merecem destaque na medida em que os recursos aplicados para dar-lhes origem estavam vinculados a programas de governo específicos, cujo percentual de realização esteve bastante aquém do previsto, haja vista os do Salário-Educação e aqueles oriundos do Convênio SUS (Sistema Unificado de Saúde), vinculados ao FES (Fundo Estadual de Saúde)

Especificamente com relação ao SUS (Sistema Unificado de Saúde), convém destacar que o total dos ingressos, em 1996, teve a seguinte composição

	Em R\$ mil
Aplicações Financeiras	4 057
Receitas de Serviços de Saúde	34 629
Transferências Correntes (Convênios/Auxílios)	10
Restituições/Ajustes	132
Outras	472
	--- ---
	39 300

1.2.1.3 - RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital apresentaram um acréscimo de 111,59%, passando de R\$ 1 085 621 mil em 1995 para R\$ 2.297 117 mil em 1996. Tal fato decorreu das receitas do Programa de Reforma do Estado, atípicas no total de R\$ 1 027 317 mil e do acréscimo dos ingressos via Operações de Crédito (15,18%). As operações de crédito responderam, em grande parte, pelas Receitas de Capital, representando 53,26% destas. A participação média das Operações de Crédito em relação à totalidade das Receitas de

Capital decresceu, de 97,70% no primeiro quinquênio da série sob exame, para 89,73% no segundo.

No mesmo período, as Transferências de Capital diminuíram sua participação média naquele total de 1,18% para 0,55%, como se demonstra a seguir.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
X
RECEITAS DE CAPITAL
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO				TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				RECEITAS DE CAPITAL		
	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1987	1 566 341	100,00	-	99,77	3 234	100,00	-	0,21	1 569 686	100,00	-
1988	566 320	36,16	-63,84	99,66	1 660	51,32	-48,68	0,29	568 274	36,20	-63,80
1989	264 100	16,86	-63,37	93,12	4 221	254,30	154,30	1,49	263 621	18,07	-50,09
1990	1 314 448	83,93	397,71	99,12	11 400	270,05	170,05	0,86	1 326 077	84,48	367,55
1991	483 519	31,51	-62,46	96,84	15 609	136,92	36,92	3,06	509 606	32,47	-61,57
1992	678 098	43,30	37,40	99,50	3 278	21,00	79,00	0,48	681 481	43,42	33,73
1993	867 066	55,36	27,87	99,44	4 772	146,57	46,57	0,55	871 956	55,55	27,95
1994	1 239 238	79,13	42,92	98,61	7 284	152,65	52,65	0,58	1 256 725	80,06	44,13
1995	1 062 180	67,82	14,29	97,84	5 602	76,92	-23,08	0,52	1 085 621	69,16	13,62
1996	1 223 436	78,12	15,18	53,26	14 248	254,32	154,32	0,62	2 297 117	146,34	111,59
Média											
1º Qtrim	840 906	53,69	54,51	97,70	7 225	223,38	104,20	1,18	851 453	54,24	48,02
2º Qtrim	1 014 003	64,75	21,82	89,73	7 037	217,56	30,09	0,55	1 238 580	78,91	40,76
Decênio	927 465	59,22	36,36	93,72	7 131	220,47	57,88	0,87	1 045 016	66,57	43,99

Fonte: Balanços Gerais do Estado
* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Método)
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

1.2.1.3.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante previsto inicialmente e indicado à Assembléia Legislativa para cobertura do déficit orçamentário era de R\$ 718.821 mil (11,04% do orçamento). Ressalta-se que, em 1995, esta participação era de 16,36%. Entretanto, em 1996, estas operações atingiram efetivamente o montante de R\$ 1.223.436 mil, incluindo as receitas efetivamente recebidas e as das rolagens com títulos da Dívida Pública.

Os recursos recebidos a título de Operações de Crédito tiveram a seguinte finalidade

		Em R\$ mil
RECEITA EFETIVA		
FUNDOPIMES (Lei 8899/89)	5 489	
CEF - Transformação em ARO	54 620	
FINEP - Programa Pró-Guaíba	1 439	
CEF - Pagamento Dív Vencidas	150 000	
CEF - Programa PDV	140 000	351 548
Rolagem de LFT/RS		<u>871 888</u>
Total das Operações de Crédito		1 223 436

O reflexo dos valores obtidos através de Operações de Crédito é examinado no título referente à Dívida Pública

Cabe, ainda, salientar que as Operações de Crédito responderam por 15,60% da Receita Total Arrecadada em comparação com os 16,67% verificados no ano anterior

1.2.1.4 - RECEITA EFETIVA

As Receitas Efetivas, assim entendidas as Receitas Totais deduzidas das Operações de Crédito, apresentaram, em 1996, um acréscimo de 24,66% em relação a 1995

A Receita Efetiva do exercício em análise (R\$ 6 616 825 mil) revela-se como a maior da série sob exame

ANOS	ION/IOS		TRANSFERÊNCIAS		RECEITAS DE APLIC FINANCEIRAS				RECEITA EFETIVA			
	VALOR	PART %	VALOR	PART %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	PART %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	
												IONS TRANSFERÊNCIAS RECEITA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS x RECEITA EFETIVA PERÍODO 1987/96
	Em R\$ mil*											
1987	3 017 887	68 13	363 162	8 20	346 476	100 00		7 80	4 429 845	100 00		
1988	2 719 000	60 78	234 015	5 23	1 011 671	292 83	192 83	22 62	4 473 182	100 98	0 98	
1989	3 551 268	66 64	210 912	3 96	1 134 052	328 26	12 10	21 28	5 329 208	120 30	19 14	
1990	3 861 869	77 25	449 039	8 98	123 259	35 68	-89 13	2 47	4 999 212	112 85	6 19	
1991	3 368 126	72 40	385 486	8 29	284 013	82 21	130 42	6 11	4 652 040	105 02	6 94	
1992	3 293 645	59 45	360 305	6 50	1 276 614	369 52	349 49	23 04	5 540 492	125 07	19 10	
1993	3 213 042	59 45	388 174	7 18	1 204 009	348 51	5 69	22 28	5 404 332	122 00	2 46	
1994	3 796 521	70 94	422 350	7 89	327 180	94 70	72 83	6 11	5 351 434	120 80	0 98	
1995	3 772 363	71 07	810 248	15 27	107 042	30 98	-67 28	2 02	5 307 766	119 82	0 82	
1996	3 879 186	58 63	849 744	12 84	46 436	13 44	56 62	0 70	6 616 825	149 37	24 66	
1º Quin	3 303 630	69 16	328 523	6 88	579 694	167 80	61 55	12 14	4 776 697	107 83	1 74	
2º Quin	3 590 952	63 62	566 164	10 03	592 256	171 43	29 42	10 49	5 644 170	127 41	7 90	
Decêmo	3 447 291	66 16	447 343	8 59	585 975	169 61	43 70	11 25	5 210 434	117 62	5 17	

Fonte: Balanços Gerais do Estado
 *Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGI (Mêsno)
 Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Em 1996, a participação do ICMS em relação à Receita Efetiva foi de 58,63%, sendo que a média no decênio foi de 66,16%. Em 1990, registrou-se a maior participação do período (77,25%).

As Receitas de Transferências representaram, em média, 8,59% das Receitas Efetivas, ao longo do período sob exame

As Receitas de Aplicações Financeiras, a partir de 1992, vêm apresentando significativas reduções, registrando, em 1996, uma variação negativa da ordem de 96% dos valores arrecadados naquele exercício.

Tal redução ocorreu, notadamente, nos exercícios de 1994, 1995 e 1996, quando o efeito inflacionário, fato gerador das altas remunerações dos capitais aplicados no mercado financeiro, sofreu significativa desaceleração em função da estabilidade econômica experimentada no País neste período

1.2.2 - DESPESA

A Despesa Realizada, efetivamente empenhada pela Administração Direta no exercício de 1996, atingiu o montante de R\$ 7 806.427 mil, representando um acréscimo de 15,51% sobre os R\$ 6 758.076 mil inicialmente fixados

Os gastos correntes somaram R\$ 5 981 080 mil, enquanto que os de capital atingiram R\$ 1.825.347 mil, representando, respectivamente, 76,62% e 23,38% do total das despesas, mantendo-se praticamente inalterada essa proporcionalidade em relação ao exercício anterior. As despesas, de acordo com a classificação econômica, assim se apresentaram em 1996:

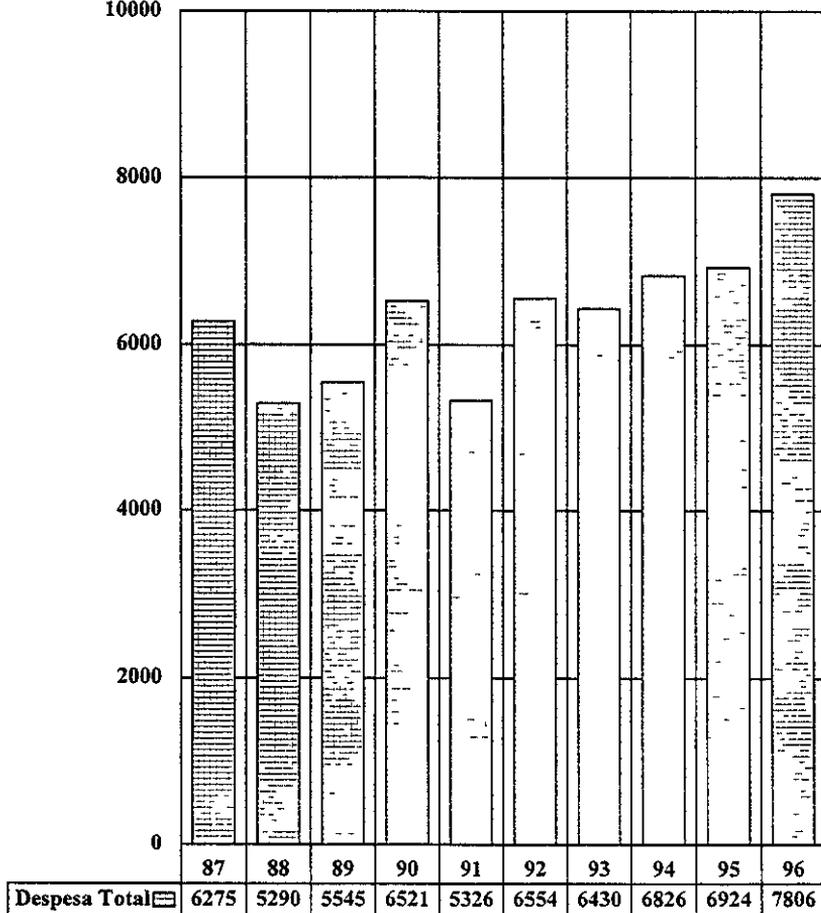
		Em R\$ mil
DESPESAS CORRENTES		
Custeio	2 425 222	
Transferências	3 555.858	5 981 080
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimentos	141 424	
Inversões	453 866	
Transferências	1 230 057	1.825 347
TOTAL		7.806 427

A evolução da Despesa Total Registrada, no período 1987/96, pode ser visualizada no Gráfico.

DESPESA TOTAL REGISTRADA

PERÍODO 1987/1996

Em R\$ milhões*



Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Vis. inflac. pelo IGP-DI - FGV (Médio)

DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANOS	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESA TOTAL		
	VALOR	REL. BASE	VARIAÇÃO	PART.	VALOR	REL. BASE	VARIAÇÃO	PART.	VALOR	REL. BASE	VARIAÇÃO
		FIXA	ANUAL			%	FIXA			ANUAL	%
1987	5 006 709	100,00	-	79,79	1.268 535	100,00	-	20,21	6 275 244	100,00	-
1988	4 155 882	83,01	16,99	78,56	1 133 861	89,38	10,62	21,44	5 289 742	84,30	15,70
1989	4 065 463	81,20	-2,18	73,32	1 479 288	116,61	30,46	26,68	5 544 731	88,36	4,82
1990	4 910 537	98,08	20,79	75,30	1 610 877	126,99	8,90	24,70	6 521 414	103,92	17,61
1991	4 280 989	85,51	12,82	80,38	1 046 107	82,39	-35,12	19,62	5 326 096	84,87	-18,33
1992	5 019 414	100,25	17,25	76,59	1.534 227	120,94	46,80	23,41	6 553 641	104,44	23,05
1993	4 902 386	97,92	2,33	76,25	1.527 299	120,40	-0,46	23,76	6 429 685	102,46	1,89
1994	4 937 642	98,62	0,72	72,34	1 888 277	148,85	23,64	27,66	6 825 919	108,78	6,16
1995	5 322 638	106,31	7,80	76,88	1 601 024	126,21	15,21	23,12	6 923 662	110,33	1,43
1996	5 981 080	119,46	12,37	76,62	1 825 347	143,89	14,01	23,38	7 806 427	124,40	12,75
Média											
1º Qtdn	4.483.916	89,56	2,80	77,42	1.307.530	103,07	1,59	22,58	5.791.446	92,29	2,90
2º Qtdn	5.232.632	104,51	7,16	75,75	1.675.235	132,06	13,76	24,25	6.907.867	110,08	8,30
Dezémrio	4.868.274	97,04	2,73	76,51	1.491.382	117,57	6,93	23,49	6.349.656	101,19	3,32

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As Despesas Correntes e de Capital vêm apresentando tendência de crescimento, a partir de 1993, comprovada pelo aumento do valor médio registrado no segundo quinquênio em comparação com o do primeiro.

1.2.2.1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EM 1995 E 1996

Em R\$ mil*

TÍTULOS	1995	%	1996	%	CRESCIMENTO	Δ% 96/95	NOTAS
- Pessoal e Encargos Sociais	3 443 103	49,73	3 887 265	49,80	444 162	12,90	1
- Juros e Encargos da Dívida	206 636	2,99	235 230	3,01	28 594	13,84	
- Outras Despesas Correntes	1 672 899	24,16	1 858 585	23,81	185 686	11,10	2
TOTAL DESPESAS CORRENTES	5 322 638	76,88	5 981 080	76,62	658 442	12,37	
- Investimentos	83 161	1,20	141 424	1,81	58 263	70,06	
- Amortização da Dívida	1.180.765	17,05	1.021.081	13,08	-159 684	-13,52	
- Outras Despesas de Capital	337 098	4,87	662 842	8,49	325 744	96,63	3
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	1 601 024	23,12	1 825 347	23,38	224 323	14,01	
TOTAL	6 923 662	100,00	7 806 427	100,00	882 765	12,75	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O crescimento da Receita Total teve sua maior expressividade no crescimento de Receitas de Capital (permutativas, equivalentes a 82,40% do incremento) Já as Despesas Correntes, ou seja, efetivas, obtiveram um crescimento de R\$ 658 442 mil equivalente a 74,58% do crescimento da Despesa Total, restando para as Despesas de Capital um crescimento equivalente a 25,42% do acréscimo da Despesa Total

Assim, sob o aspecto da evolução do exercício, entre as Recetas e Despesas Correntes, ocorreu um déficit de R\$ 399 622 mil (R\$ 258 820 mil, menos R\$ 658 442 mil) e este aspecto é bastante desfavorável às finanças do Estado, levando-se em consideração a observância do princípio da continuidade

A alienação de Ativos Permanentes, para possibilitar a cobertura temporária deste déficit, revela-se como medida paliativa, já que, se analisada a médio e/ou longo prazo, deve ser considerada como ineficiente e ineficaz

Para possibilitar a análise adequada das despesas, torna-se necessário efetuar a abertura dos títulos onde ocorreram as variações mais significativas

Dentre o incremento das Despesas Correntes, destacam-se:

1. Nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, conforme comentaremos de forma mais aprofundada no item 1.2.2.1, foram obtidos, basicamente, os seguintes incrementos.

ESPECIFICAÇÃO	ACRÉSCIMOS EM MOEDA CONSTANTE DE 1995 PARA 1996	
	Em R\$ mil*	Em %
Pessoal Civil Militar e Obrig Patronais	172 786	9,53
Inativos	133 111	10 96
Pensionistas	7 891	20 74
Demais Elementos	130 374	34,50
TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	444 162	12 90

* Valores básicos inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Convém atentar que o valor extraordinário de R\$ 127 754 mil, relativo à indenização por Demissão Voluntária e Reconversão Funcional (PDV), está inserido nos "Demais Elementos" justificando seu crescimento no exercício

2. Nas Outras Despesas Correntes, destacam-se os seguintes acréscimos:

COMPARATIVO DAS VARIAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS OCORRIDAS NOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM
"OUTRAS DESPESAS CORRENTES", ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996

Em R\$ mil)*

ESPECIFICAÇÃO	1995	1996	ACRÉSCIMO	Δ%	NOTAS
				96/95	
3132 0025 Serviços relativos a Divulgação Promoc ou Instituc	8 483	18 624	10 141	119,54	
3132 0049 Encargos Contr relat a Oper.c/Tít de Créd e Val.Mobfl	-	43 299	43 299	100,00	2 2
3132 0248 Prêmios em Espécie		10 027	10 027	100,00	2 3
3132 0255 Processamento de Dados	26 475	38 087	11 612	43,86	
3132 0314 Serviços de Comunicação	14 728	19 131	4 403	29,89	
3132 0321 Serviços de Conservação de Bens Imóveis	7.881	18 033	10 152	128,82	
3132 0586 Serviços de Assessoramento e Consultoria	41 938	52 952	11 014	26,26	2 4
3132 0620 Serviços de Estágio e Monitoria	11 930	15 833	3 903	32,72	
3132 0986 Manutenção e Cons de Escolas Públicas Estaduais	23 471	25 464	1 993	8,49	
Demais Rubricas	97 096	115 039	17 943	18,47	
3132 Outros Serviços e Encargos	232 002	356 489	124 487	53,66	
3192 0025 Serviços relativos a Divulgação Promoc e Instituc	15	1 969	1 954	100,00	
3192 0586 Serviços de Assessoramento e Consultoria	-	3 482	3 482	100,00	2 4
Demais Rubricas	14 699	11 501	-3 198	21,75	
3190 Diversas Despesas de Custeio	14 714	16 952	2 238	15,21	
3223 0013 Assistência Financeira a Municípios	40 605	49 031	8 426	20,75	2 5
3223 0021 Transferências Constitucionais a Municípios	1 143 764	1 200 003	56 239	4,92	2 1
3223 Transferências a Municípios	1 184 369	1 249 034	64 665	5,46	
3230 Transferências a Instituições Privadas	18 960	26 076	7 116	37,53	
Outros Elementos	222 854	210 034	-12 820	-5,75	
TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 672 899	1 858 585	185 686	11,10	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

2.1 - O crescimento das Transferências Constitucionais a Municípios, decorreu diretamente do crescimento das Receitas Tributárias, portanto, não requer maiores comentários.

2 2 - Refere-se ao Elemento e Rubrica de Despesa 3132 0049 - Encargos Contratuais Relativos a Operação com Títulos de Créditos e Valores Mobiliários - R\$ 43 299 mil

O recebimento, pelo Estado, de R\$ 150 002 mil em janeiro de 1996, provenientes do BNDESPAR, geraram obrigações de juros, correção monetária e comissão que, somadas, atingiram a cifra de R\$ 41 895 mil, e ainda, encargos no montante de R\$ 43 299 mil, a título de "Ganho de Capital"

O recebimento da importância retromencionada ficou previsto em Contrato firmado entre o Estado/CADIP/BNDESPAR, que objetivava a emissão de debêntures pela CADIP, transformáveis em ações da CRT, de propriedade do Estado

No subitem 1 2 3 - Programa de Reforma do Estado, discorre-se sobre tais operações

2 3 - Refere-se ao Elemento e Rubrica de Despesa 3132 0248 - Prêmios em Espécie - R\$ 10 027 mil

Os valores foram empenhados junto aos seguintes Projetos/Atividades

				Em R\$ mil
PROJ /ATIV	Nome	VINC AD ÓRGÃO	VALORES	
2121	Formul Polít Ação Cultural	11-Sec da Cultura	125	
2176	Apoio Progr Parceria Com Educ	19 Sec Educação	2 006	
2177	Apoio Progr Parc Comunit Saúde	20 Sec Saúde	3 000	
2178	Apoio Progr Parc Comunit Ass Social	21 Sec Trabalho	1 004	
2636	Plano Basico Ação Mútua Colaboração - Convênios Municípios	33-Enc Fin Est	3 892	
TOTAL	-	-	10 027	

Trata-se de valores do "Projeto Mãos Dadas", inserido no Programa de Combate à Sonegação Fiscal "Paguei, Quero Nota", disciplinado pelos Decretos nº 36 669 e 36 846, respectivamente, de 14-05-96 e 19-08-96

2.4 - Serviços de Assessoria e Consultoria

COMPOSIÇÃO DOS VALORES EMPENHADOS

Em R\$ mil*

ELEMENTOS/RUBRICAS	EXERCÍCIOS		ACRÉSCIMO	
	1995	1996	Valor	Δ %
(+) 3132 0586	41.938	52.952	11.014	26,26
(+) 3192 0586	-	3.482	3.482	100,00
SOMATÓRIO	41.938	56.434	14.496	34,56
(-) Valores empenhados para a ASCAR/EMATER	41.527	41.249	-278	-0,67
(=) Empenhos para outras empresas	411	15.185	14.774	3.594,65

Fonte B G E

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O demonstrativo acima evidencia que a transferência de recursos do Estado para a Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS, manteve-se constante em relação ao exercício anterior

Observa-se, entretanto, um volumoso crescimento de R\$ 14.774 mil, equivalente a 3.594,65%, sobre os valores empenhados no exercício anterior, para outras empresas.

Demonstra-se, abaixo, os principais credores dessa elevação de gastos com serviços de assessoria e consultoria, a saber:

Em R\$ mil

CREDORES	VALORES
ECOPLAN Engenharia Ltda	3.049
Centro de Desenvolvimento e Tecnologia C	2.550
Magna Engenharia Ltda	1.185
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S A	1.135
Deloitte Touche Tohmatsu Consultores S/C	1.027
Fundação Getúlio Vargas	883
Patrimônio Planejamento Financeiro Ltda	788
Tecnosolo Engenharia e Tecnologia Solos Ma	620
Set Consultoria Ltda	595
Bourscheid Engenharia Ltda	563
Salomon Brothers Inc.	514
Engevix Engenharia SC Ltda	400
SOMATÓRIO	13.309

Constata-se que, excetuando-se apenas o último credor acima mencionado, a todos os demais foram creditados, individualmente, valores superiores ao total dos gastos realizados no exercício anterior

Logo, apenas doze empresas foram beneficiadas com 87,64% dos serviços de assessoria e consultoria contratados pelo Estado (excetuada a EMATER), sendo que estes gastos cresceram 3 594,65% no exercício em tela

Referentemente aos gastos com a EMATER, no montante de R\$ 41 249 mil, cabem alguns comentários

A EMATER atua conjuntamente com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, mediante acordo estabelecido em um "Protocolo de Operacionalidade Conjunta", firmado em 1980 e aprovado por uma Junta Administrativa, através da Resolução Deliberativa nº 51/80

Convém esclarecer que tanto a EMATER quanto a ASCAR constituem-se em pessoas jurídicas de direito privado, da espécie entidades civis, sem fins lucrativos

Assim, tanto a EMATER quanto a ASCAR não integram o grupo econômico do Estado. A EMATER relaciona-se com o Estado através de convênios, que iniciaram em 1978 e continuam vigorando via Termos Aditivos e prorrogações infinitas, cumprindo ressaltar que, pelo Decreto Estadual nº 32 517/87, o Estado foi autorizado a relacionar-se com a EMATER, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA

Ocorre, porém, que, mesmo na condição de Empresas Privadas, existe, de forma incontestável, a ingerência do Poder Público Estadual sobre as mesmas, notadamente quando, através da Comissão Estadual de Política Salarial, delibera a respeito da fixação, reajuste e revisão salarial dos empregados das ditas Entidades e quando fixa a remuneração dos dirigentes das Entidades (Anexo II, Grupo C, Decretos nºs 33 760/90, 33 997/91 e 36 041/95), além de prever recursos no Orçamento do Estado para ser repassado a EMATER, através da Atividade 2228 (Órgão 15, Unidade Orçamentária 15 01)

Todavia, apesar de todos esses procedimentos executados pelo Poder Público Estadual, a relação Estado/EMATER/ASCAR tem como suporte somente um convênio firmado em 1978 com o Ministério da Agricultura e intervenção da EMBRATER e EMATER/RS, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3 855/78 e outro, datado de 22-07-91, com Termo Aditivo em 11-05-92, ratificados pelo Decreto Legislativo nº 6 784/93

Deste modo, sob o aspecto formal, o Estado relaciona-se irregularmente com a EMATER - ASCAR, desde o convênio original (1978), uma vez que além de tratar-se de um instrumento frágil, a execução dos serviços via convênio está sendo conduzida por empregados celetistas e não por funcionários, o que contraria aspectos constitucionais

O Estado, portanto, participa ativamente, tanto administrativa como financeiramente, da gestão dessas pessoas jurídicas de direito privado, sendo que essa ingerência estatal é profunda e ampla, portando-se o Poder Público como único mantenedor das mesmas, ao realizar mensalmente transferências de recursos financeiros

A relação atualmente existente entre Estado/EMATER/ASCAR é ilegal, haja vista que pela Constituição Federal, o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá estas funções na forma da “lei” (art 174 e parágrafos - CF/88)

Entende-se que, para o Estado continuar a relacionar-se financeiramente com a EMATER/ASCAR, faz-se necessária a definição clara da sua intenção de assumir a manutenção da folha de pagamento da ASCAR (que mensalmente aloca mais de 2000 empregados para a EMATER), sendo imprescindível a existência de lei, porque um simples convênio não satisfaz essa formalidade permanente, principalmente por tratar-se de convênio de cooperação entre a União e o Estado

Portanto, o único laço oficial do Estado que autoriza o governo a relacionar-se com a EMATER é o já mencionado Decreto Estadual nº 32.517/87, que “apenas” autoriza, sem determinar qualquer outra atribuição e/ou compromisso.

Referentemente à ASCAR, contudo, não se conhece nenhuma fonte legal que autorize o Estado a, pelo menos, relacionar-se com a Entidade e, menos ainda, a custear mensalmente a folha de pagamento de seu pessoal, através da Secretaria da Fazenda (fls. 15 até 19, do Processo Auditoria nº 06926.0200/95-3).

Inexiste qualquer amparo legal para tal procedimento, pois, mesmo que se tratasse de uma Empresa Estatal, a despesa não poderia ser custeada diretamente pelo Tesouro do Estado.

Na realidade, essas Sociedades se uniram através de “Protocolo Operacional”, celebrado em 13/04/81, sendo um ato negocial, perfeitamente válido entre as partes, mas que por si só não basta para que o Estado assuma a manutenção das mesmas

Este Tribunal de Contas, através dos Procedimentos de Auditoria de nºs 3182-0200/92-1, 04875-0200/93-0 e 06926-0200/95-3, tem apontado a situação acima exposta, bem como alertado para as seguintes irregularidades

- os recursos da EMATER/ASCAR são obtidos via emissão de Faturas de Prestação de Serviços sacadas contra o Estado, diretamente à Secretaria da Fazenda,

- os valores lançados nas faturas, emitidas pela EMATER, correspondem ao custo da folha de pagamento dos empregados da ASCAR, pois a EMATER não tem recursos humanos próprios,

- o nome e a sigla do Governo do Estado são usados pela EMATER/ASCAR, em seus atos administrativos, como se fizessem parte integrante da Administração Pública Direta,

- a participação ativa do Estado, na gestão da EMATER/ASCAR, tanto administrativa como financeiramente, é pública e notória (Decretos e demais atos),

- empregados da EMATER/ASCAR são cedidos a outros Órgãos ou Entidades, com ônus para os cofres públicos, uma vez que a folha de pagamento é efetivada pelo Tesouro Estadual,

- EMATER/ASCAR assumiram, por determinação do Estado, os contratos de trabalho de empregados da CORLAC (Decretos Estaduais de nºs 10 000/94 e 10 133/94) Por esses decretos, o Estado assumiu obrigações, em confronto com a Constituição Federal (Art 37, II, CF),

- os Diretores da ASCAR/EMATER percebem indevidamente valores remuneratórios, já que pelo Decreto nº 3 565/52, um dos requisitos para o reconhecimento da “utilidade pública” é a gratuidade dos cargos da diretoria. O Estado mostra-se conivente, pois através dos Decretos 33 997/91 e 36 041/95 fixa a remuneração dos dirigentes,

- existem reclamações trabalhistas em andamento. O custo total dessas reclamações, quando julgadas procedentes, é incluído nas faturas mensais emitidas pela EMATER e, conseqüentemente, pago pelo Estado.

Exemplificativamente, os gastos com a EMATER, realizados pelo Estado no exercício de 1996, a título de Serviço de Assessoramento e Consultoria, corresponderam a:

- 1) 44,07% acima do que foi aplicado no Programa 76 - Saneamento;
- 2) 18,07% do que foi despendido no Programa 88 - Transporte Rodoviário;
- 3) 15,44% do que foi gasto no Programa 75 - Saúde,
- 4) 29,17% do que foi aplicado na subcategoria econômica "Investimentos", pela Administração Direta Estadual

2.5 - Refere-se ao Elemento e Rubrica de Despesa 3223.0013 - Assistência Financeira a Municípios, onde ocorreram dispêndios no total de R\$ 49 031 mil, com evolução de 20,75% em relação ao exercício anterior. Em bases constantes, a composição é a seguinte:

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS
VALORES DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A MUNICÍPIOS,
POR PROJETOS/ATIVIDADES

		Em R\$ mil
PROJ /ATIVID.	DENOMINAÇÃO	VALORES
2365	Manut. Deserv. do Ensino Fundamental	10 543
2373	Assistência ao Aluno	22 193
2636	Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração - Convênios Municípios	5 663
2507	Assistência Médica-Hospitalar - Hospital de Alvorada	3 226
2508	Assistência Médica Hospitalar - Hospital de Cachoeirinha	3 231
8177	Apoio ao Desenvolvimento Institucional	1 418
8510	Apoio ao Sistema Único de Saúde - SUS	1.241
	Demais Projetos/Atividades	1 526
TOTAL		49 031

3. Dentre o incremento das Despesas de Capital, destacam-se

	Em R\$ mil

- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL - SALIENTAM-SE AS SEGUINTE OPERAÇÕES	
- Aquisição junto ao BNDES das 262 352 debêntures emitidas pela CADIP, transformáveis em ações da CRT (1)	179 190
- Aquisição das 262 352 653 ações tipo O N do Capital Social da CRT, anteriormente vendidas a CADIP (2)	171 678
- Transferência ao DAER para obras, como auxílios para Despesas de Capital (B G E vol I, fls 104 e vol IV, fl 84)	47 570

TOTAL DAS OPERAÇÕES MENCIONADAS	398 438

(1) A importância acima compõe-se de parcelas relativas

Principal, captado em jan/96	150 002
(+) Juros de 8% a a	12 756
(+) Correção Monetária (TJLP)	<u>23 199</u>
Subtotal (1,2397 do Principal)	185 957
(-) Pagamento semestral de juros, em jul/96	<u>- 6 767</u>
TOTAL EM NOV/96	179 190

(2) A importância acima compõe-se das seguintes parcelas

Principal, em jan/96	130 914
(+) Atual monetária (TJLP + 8% a a)	34 814
(+) Comissão subscrição de debêntures e direitos de alienação pagos ao BNDES em jul/96	<u>5 950</u>
TOTAL EM NOV/96	171 678

1.2.2.2 - DESPESAS CORRENTES

Tais despesas, que somaram R\$ 5 981 080 mil, no exercício de 1996, representam, historicamente, o maior volume de gastos do Governo.

Dentre as Despesas Correntes, destacam-se as Despesas com Pessoal, que assim se apresentaram no exercício

DESPESA COM PESSOAL*
EXERCÍCIO DE 1996

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	VALORES
Pessoal Civil, Militar e Obrigações Patronais	1 985 381
Inativos	1 347 727
Pensionistas	45 932
Salário Família	28 369
PASEP	32 710
Auxílio Funeral	1 661
Contribuições ao IPERGS	97 024
(*) Transferência p/Autorquias e Fundações	242 115
DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS	3 780 919
(-) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo	29 007
(-) Auxílio Funeral - Responsab da União	167
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	3 751 745

Fonte: Balanço Geral do Estado, vol IV, pg 58
*Inclui despesas de exercícios anteriores

Assim estruturada, a Despesa Líquida com Pessoal representou, em 1996, 62,73% da totalidade das Despesas Correntes. Ressalta-se que a participação da mesma, no ano anterior (1995), foi de 64,48%, evidenciando um decréscimo percentual. Tal decréscimo deve-se, principalmente, ao crescimento, no exercício, das Despesas Correntes (12,37%), superior ao crescimento dos Gastos com Pessoal (9,31%) em bases constantes.

Cabe ressaltar que para a apuração da Despesa Líquida com Pessoal não foram considerados R\$ 127.754 mil, relativos ao Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público - PDV, devido a sua excepcionalidade, e ainda, por ter sido financiado com recursos federais, classificados como Receitas de Capital.

Da mesma forma, não consideramos, desta feita, como dedução, o valor de R\$ 49 071 mil, registrado como Receita Corrente na conta código 1210 30.004 - Contribuição Previdenciária Suplementar (B.G.E. vol. I, fl. 108), correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, destinado a custear os proventos de aposentadoria, instituído pela Lei Complementar nº 10 588, de 28 de novembro de 1995.

Faz-se necessário efetuar uma conciliação entre os valores apurados como "Despesa Líquida com Pessoal" pelo B G E vol IV, fl 58 e os apurados para efeitos de Parecer Prévio, como segue:

DEMONSTRATIVO DA CONCILIAÇÃO DAS DESPESAS
COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

		Em R\$ mil
DESPESAS LÍQUIDAS COM PESSOAL, CONFORME B G E , vol IV, fl 58 (tabela 6)		3 558 100
INCLUSÕES		
- Valor não considerado pela Contadoria do Estado - PASEP	32 710	
- Valores que a Contadoria Geral do Estado deduziu para a apuração das Despesas Líquidas com Pessoal, entretanto, não deduziu para apuração da Receita Corrente Líquida		
- Retenção do Imposto de Renda	207 802	
- Ressarcimento de despesas com Inativos Ferroviários - Resp da União	31 865	
- Deduzido pelo Estado relativo a retenção da Contribuição Previdenciária Suplementar	49 071	
TOTAL DAS ADIÇÕES		321 448
EXCLUSÕES		
- Valor adicionado pela Contadoria do Estado, relativo as indenizações do PDV	127 754	
- Outros ajustes	49	
TOTAL DAS EXCLUSÕES		127 803
DESPESAS LÍQUIDAS COM PESSOAL		3 751 745
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS		

Para tornar possível a análise do crescimento da Despesa de Pessoal de um exercício para outro, faz-se necessário efetuarmos a abertura das principais importâncias informadas no quadro das Despesas de Pessoal, a saber

ABERTURA DAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO POR ELEMENTOS

						Em R\$ mil*
ELEMENTOS	1995	1996	CRESCIM	VARIAÇÃO % 96/95	PARTICIPAÇÃO % S/TOTAL	
3111 - Pessoal Civil	1 576 872	1 588 706	11 834	0,75	80,02	
3112 - Pessoal Militar	185 305	294 895	109 590	59,14	14,85	
Subtotais	1 762 177	1 883 601	121 424	6,89	94,87	
Demais Elementos	50 418	101 780	51 362	101,87	5,13	
TOTAL PESSOAL CIVIL MILITAR E OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1 812 595	1 985 381	172 786	9,53	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Estado

(*) Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que, tomando-se por base apenas os elementos 3111 - Pessoal Civil e 3112 - Pessoal Militar, os mesmos equivalem a 94,87% do montante das despesas com pessoal civil, militar e obrigações patronais, e que estas rubricas obtiveram um incremento no exercício de R\$ 121.424 mil ou 6,89%

ABERTURA DOS ELEMENTOS 3111 E 3112 POR ÓRGÃOS

Em R\$ mil

ÓRGÃOS	1995 (*)	1996	CRESCIM	VARIAÇÃO % 96/95	PARTICIPAÇÃO % DO CRESCIM. S/TOTAL
3 - Tribunal da Justiça	170 551	186 040	15 489	9,08	12,76
12 - Secret da Just e Seg.	442 283(**)	455 913	13 630	3,08	11,23
19 - Secret da Educação	562 474	641 005(***)	78 531	13,96	64,67
SUBTOTAL	1.175 308	1 282 958	107.650	9,16	88,66
Demais Órgãos	586 869	600 643	13.774	2,34	11,34
TOTAIS ELEM 3111 E 3112	1 762 177	1 883 601	121 424	6,89	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

(*) Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

(**) Inclui Polícia Civil e Brigada Militar

(***) Inclui Cons Est da Educação

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Do acréscimo havido nos elementos 3111 e 3112 de R\$ 121.424 mil, 03 (três) órgãos absorveram R\$ 107.650 mil ou 88,66% do incremento, ou seja, a Secretaria da Educação absorveu R\$ 78.531 mil (64,67%), a Secretaria da Justiça e Segurança absorveu R\$ 13.630 mil (11,23%) e o Tribunal da Justiça, absorveu R\$ 15 489 mil (12,76%)

Constata-se, assim, que para todos os demais órgãos restou apenas R\$ 13 774 mil equivalentes a 11,34% de participação no crescimento das Despesas com Pessoal Ativo (Elementos 3111 e 3112).

Efetando-se a análise do incremento havido no exercício dos proventos dos inativos, obtém-se, sucintamente, o seguinte resultado

ABERTURA DO ELEMENTO 3251 - INATIVOS, POR ÓRGÃOS

ÓRGÃOS	Em R\$ mil*				
	1995	1996	CRESCIM	VARIAÇÃO % 96/95	PARTICIPAÇÃO % DO CRESCIM S/TOTAL
12 Secret da Educação	354 869	438 535	83 666	23,58	62,85
Demais Órgãos	859 747	909 192	49 445	5,75	37,15
TOTAL INATIVOS	1 214 616	1 347 727	133 111	10,96	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O demonstrativo acima indica que, em relação aos inativos, a absorção maior do incremento dos proventos ocorreu através da Secretaria da Educação no valor de R\$ 83 666 mil, equivalente a 62,85% do total do crescimento dos gastos no referido elemento. Aos demais órgãos, coube apenas R\$ 49 445 mil, equivalendo à participação de 37,15% do incremento verificado.

DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
EXERCÍCIO DE 1996

ANOS	Em R\$ mil*				
	REC CORR LÍQUIDA (1)		DESP LÍQUIDA C/PESSOAL		DESP LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE REC CORR LÍQUIDA %
	VALOR	VARIAÇÃO ANUAL	VALOR	VARIAÇÃO ANUAL	
1995	4 140 562	-	3 432 021	-	-
1996	4 343 142	4,89	3 751 745	9,31	86,38

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

(1) Receita Corrente Líquida = Receita Corrente deduzida das transferências constitucionais e legais aos Municípios

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se verifica, embora a Receita Corrente Líquida tenha crescido 4,89% em relação ao ano anterior, a despesa líquida com pessoal, obteve uma evolução no exercício de 9,31%, que resultou numa participação de 86,38%

Devido à alteração, neste exercício, dos critérios de cálculo da participação retromencionada, deixa-se de elaborar quadros comparativos com os exercícios anteriores

No Balanço Geral do Estado, em seu Volume IV, fls. 63, 64 e 67 e na apresentação do Sr. Secretário à fl. 07, constata-se o percentual de participação da Despesa Líquida de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, de 86,3%

Cabe referir que, se excetuada a Despesa com Inativos no montante de R\$ 1.347.727 mil, a Despesa Líquida com Pessoal em Atividade representa 55,35% da Receita Corrente Líquida

Vale, ainda, informar que a despesa com Pessoal Inativo teve sua participação aumentada em meio ponto percentual (0,53%), em relação ao total das despesas com pessoal, comparativamente com o ano anterior, como se demonstra:

DESPESAS COM PESSOAL

Classes	Em R\$ mil*				
	1995	%	1996	%	Δ% 96/95
Inativos	1 214 616	35,39	1 347 727	35,92	10,96
Desp Líq Pessoal	3.432 021	100,00	3 751 745	100,00	9,31

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Ressalta-se a seguinte informação, constante no Balanço Geral do Estado, vol IV fl. 61:

“O Demonstrativo da Despesa Realizada por Grupo de Despesa com Desdobramento das Rubricas (RAFE 041) apresenta o valor total bruto de despesas com pessoal de R\$ 3.887,3 milhões. A Tabela nº 6, por outro lado, apresenta uma despesa bruta de R\$ 3.875,9 milhões, havendo uma diferença de R\$ 11,4 milhões.

Essa diferença líquida de R\$ 11,4 milhões refere-se a despesas classificadas de forma incorreta. O desdobramento dessa diferença pode ser assim apresentado:

- despesas de custeio consideradas incorretamente como de pessoal, R\$ 2 milhões; e

- transferências correntes líquidas, R\$ 9,4 milhões, indevidamente consideradas como relativas a pessoal.

Dessa forma, os R\$ 11,4 milhões, para efeito de análise, devem ser considerados como pertencentes ao grupo Outras Despesas Correntes.

Como consequência, o crescimento nominal da despesa com pessoal foi de 25,7% em relação a 1995.

Comparando-se os dois exercícios, é preciso referir que, em 1996, foi implantado o Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público e a Reversão Funcional dos Servidores Públicos Estaduais (PDV) através da Lei Complementar nº 10.727, de 23 de janeiro de 1996, cujo montante de indenizações pagas atingiu R\$ 127,8 milhões nesse exercício.

Isso posto, deduzindo-se esse montante de indenizações, a despesa com pessoal atingiu R\$ 3.748,1 milhões, representando um incremento líquido de 21,5%, sobre o ano de 1995."

As diferenças referidas demandam maior complexidade nas análises procedidas por esta Corte de Contas e justificam eventuais divergências de informações ou quantidades analisadas.

O gasto com pessoal ativo, no período analisado, assim se apresentou:

DESPESA COM PESSOAL ATIVO PERÍODO 1987/96			
Em R\$ mil*			
ANO	VALOR	TAXA CRESCIMENTO	% SOBRE DES- PESA TOTAL
1987	1 677 084	-	26,73
1988	1 377 148	-17,88	26,03
1989	1 682 447	22,17	30,34
1990	1 958 614	16,41	30,03
1991	1 693 600	-13,53	31,80
1992	1 898 844	11,53	28,82
1993	1 782 509	-5,63	27,72
1994	1 897 787	6,47	27,80
1995	1 812 595	-4,49	26,18
1996	1 985 381	9,53	25,43
Médias			
1ºQuinq	1 677 779	1,79	28,99
2ºQuinq	1 873 423	3,48	27,19
Decêmo	1 775 601	2,73	28,09

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A despesa com pessoal ativo vem apresentando tendência indefinida ao longo da série, alternando acréscimos e reduções

Em 1996, verificou-se um acréscimo de R\$ 172 786 mil, ou seja, 9,53% em relação a 1995, sendo que o valor despendido no exercício sob exame (R\$ 1.985.381 mil) ficou acima da média apurada no decênio, que foi de R\$ 1 775.601 mil. A participação da despesa com pessoal ativo, em relação à Despesa Total, tem-se mantido com relativa estabilidade ao longo dos dez anos analisados, com um percentual oscilando entre 25% e 32% e com uma média de 28,09%. Constatou-se, desta forma, que o percentual registrado em 1996 (25,43%), ficou abaixo da média histórica verificada no decênio.

O dispêndio com inativos, em 1996, totalizou R\$ 1 347.727 mil, o que representou 17,26% da Despesa Total e 35,92% da Despesa Líquida com Pessoal, conforme se verifica a seguir:

INATIVOS x DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL E TOTAL
PERÍODO DE 1995/96

Em R\$ mil*

ANOS	DESPESA TOTAL			DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (**)				DESPESA COM INATIVOS				
	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	% SOBRE TOTAL	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	% SOBRE PESSOAL	% SOBRE TOTAL
1995	6 923 661	100,00	-	3 432 021	100,00	-	49,56	1 214 616	100,00	-	35,39	17,54
1996	7 806 427	112,75	12,75	3 751 745	109,31	9,31	48,06	1 347 727	110,96	10,96	35,92	17,26

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

** Despesa com Pessoal = Ativos + Inativos + Pensionistas

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O gasto com Inativos vem apresentando crescimento desde 1993, tendo aumentado, neste período, o correspondente a 54,07%.

Em comparação com 1995, o crescimento foi de 10,96%.

DESPESA C/PESSOAL ATIVO X DESPESA C/PESSOAL INATIVO
PERÍODO DE 1992/96

Em R\$ mil*

ANOS	DESPESA C/PESSOAL ATIVO	DESPESA C/PESSOAL INATIVO	RELAÇÃO PERCENTUAL
1992	1 888 844	1 032 178	54,65
1993	1 782 508	874 767	49,07
1994	1 897 786	981 287	51,71
1995	1 812 595	1 214 616	67,01
1996	1 965 381	1 347 727	67,88

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se verifica, no quinquênio 1992/1996, a relação percentual da despesa com pessoal inativo, em relação aos gastos com pessoal ativo, em média, foi de 58,06%

Em 1996, registrou-se um significativo acréscimo da participação em tela, comparada com a média informada, uma vez que a despesa com pessoal ativo cresceu 9,53% em relação a 1995, e que os gastos com inativos aumentaram 10,96% no mesmo período

A comparação entre o crescimento do número de servidores ativos e inativos encontra-se na tabela seguinte

INATIVOS E PENSIONISTAS x ATIVOS E RECEITA EFETIVA
PERÍODO 1995/96

Em R\$ mil*

ANOS	RECEITA EFETIVA (1)			ATIVOS			SERVIDORES CIVIS E MILITARES							
	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	NUMERO (2)	BASE FIXA %	TAXA CRESC	NUMERO (2)	BASE FIXA %	TAXA CRESC	% SOBRE ATIVO	VALOR (3)	BASE FIXA %	TAXA CRESC	% SOBRE RECEITA
1995	5 307 766	100 00		178 773	100 00		80 052	100 00						
1996	6 616 825	124 66	24 66	167 736	93 83	6 17	89 733	112 09	12 09	44 78	1 214 616	100 00		22 88
										53 50	1 347 727	110 96	10 96	20 37

Fonte: Balanços Gerais do Estado - REOP nº 826 e Demonstrativo do P. Judiciário

(1) Receita Efetiva = Receita Total - Operações de Crédito

(2) Servidores em 31.12

(3) Despesa com Inativos Civis e Militares

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Ressalta-se que, no exercício de 1996, ocorreu a inclusão dos servidores da Brigada Militar no Sistema de Folha de Pagamento do Estado, junto aos Projetos/Atividades Códigos 2064 e 2067, restando separada apenas a Folha do Poder Judiciário, a qual, em 1996, inclui os Inativos correspondentes aquele Poder

Tendo em vista essa mudança de sistemática, deixamos de elaborar quadros comparativos com os exercícios anteriores

Observa-se que, em 1996, houve grande decréscimo do número de servidores ativos (11 037 pessoas), determinado principalmente pela inativação de 9 681 servidores e pelas exonerações ocorridas através do Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário (PDV)

Com relação aos servidores inativos, verifica-se uma tendência constante de crescimento anual, registrando um aumento de 12,09% em relação ao exercício anterior, ou seja, para cada 09 (nove) inativos existentes em 1995, foi adicionado mais 01 (um) em 1996

GASTOS COM INATIVOS x TOTAL DE INATIVOS x RECEITA EFETIVA x DESPESA TOTAL E
SERVIDORES INATIVOS x ATIVOS

ANO	GASTO ANUAL POR INATIVO (Em R\$*)	COMPROMETIMENTO DOS GASTOS C/INATIVOS EM RELAÇÃO À RECEITA EFETIVA (Em %)	COMPROMETIMENTO DOS GASTOS C/INATIVOS EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL (Em %)	RELAÇÃO ENTRE SERVIDORES INATIVOS E ATIVOS (Em %)
1987	17 033,06	17,92	12,65	31,36
1988	14 623,54	16,57	14,01	35,40
1989	16 330,15	16,37	15,74	35,20
1990	17 713,69	19,56	14,99	34,91
1991	13 657,42	17,38	15,18	41,51
1992	17 004,66	18,63	15,75	41,58
1993	13 401,46	16,19	13,60	44,49
1994	13 894,56	18,34	14,37	47,19
1995	15 172,84	22,88	17,54	52,92
1996	15 019,30	20,37	17,26	54,39

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/PGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O gasto médio anual por inativo, no exercício em análise, foi de R\$ 15.019,30, ou seja, não se modificou substancialmente em relação ao exercício anterior. Entretanto, situa-se superior em 26,89% ao gasto médio anual por servidor ativo que, no exercício de 1996, alcançou o valor de R\$ 11.836,34.

Ressalta-se que a relação entre o número de servidores inativos por ativos encontra-se em constante crescimento, atingindo, no exercício, 54,39%, ou seja, para cada 100 (cem) servidores ativos, já existem, no Estado, 54 (cinquenta e quatro) servidores inativos, com tendência de crescimento desta relação

Igualmente, sob o aspecto financeiro, a relação percentual entre as despesas com pessoal inativo e as despesas com pessoal ativo revela-se em constante crescimento, atingindo, no exercício sob análise, 67,88%, ou seja, para cada R\$ 1,00 pago a servidores ativos, já são pagos R\$ 0,68 para servidores inativos.

Além disso, a Contribuição Previdenciária Suplementar instituída pela Lei Complementar nº 10.588, de 28 de novembro de 1995, correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, destinada a custear proventos de inatividade, que arrecadou, no exercício em análise, R\$ 49 071 mil, revelou-se como medida ineficaz, visto que a importância arrecadada não foi depositada em conta bancária vinculada. Também não foi constituído e regulamentado o Fundo a que se referia a Lei retromencionada, constituindo-se, da forma como ocorreu, em desvio de finalidade.

O acréscimo dos gastos com inativos no valor de R\$ 133 111 mil no exercício, a preços constantes, ou o total dos gastos com inativos no exercício, ou ainda as dificuldades financeiras do Estado, não podem justificar a utilização dos recursos arrecadados, visto que estes devem ser geridos segundo as regras de cálculos atuariais para utilização futura, de forma a garantir recursos para as inativações futuras

Destacam-se, ainda, nas Despesas Correntes, as Transferências para os Municípios e os Encargos da Dívida Interna, conforme se visualiza na tabela seguinte

TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA
X
DESPESAS CORRENTES
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANOS	TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS				ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA				DESPESAS CORRENTES		
	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1987	743 759	100 00		14 86	1 238 535	100 00		24 74	5 006 709	100 00	
1988	626 447	84 23	15 77	15 07	845 641	68 28	31 72	20 35	4 155 882	83 01	-16 99
1989	933 751	125 54	49 05	22 97	35 962	2 90	95 75	0 88	4 065 463	81 20	2 18
1990	1 061 455	142 71	13 68	21 62	161 482	13 04	349 04	3 29	4 910 537	98 08	20 79
1991	970 552	130 49	8 56	22 67	169 792	13 71	5 15	3 97	4 280 989	85 51	12 82
1992	968 548	130 22	0 21	19 30	300 942	24 30	77 24	6 00	5 019 414	100 25	17 25
1993	992 929	133 50	2 52	20 25	501 875	40 52	66 77	10 24	4 902 386	97 92	2 33
1994	1 126 792	151 50	13 48	22 82	265 850	21 46	47 03	5 38	4 937 642	98 62	0 72
1995	1 143 200	153 71	1 46	21 48	201 910	16 30	24 05	3 79	5 322 638	106 31	7 80
1996	1 200 082	161 35	4 98	20 06	229 824	18 56	13 82	3 84	5 981 080	119 46	12 37
Média											
1ªQúm	867 193	116 60	9 60	19 34	490 283	39 59	56 68	10 93	4 483 916	89 56	2 80
2ªQúm	1 086 310	146 06	4 44	20 76	300 080	24 23	17 35	5 73	5 232 632	104 51	7 16
Decênio	976 752	131 33	6 74	20 10	395 181	31 91	34 83	8 13	4 868 274	97 04	2 73

Fonte: Balanços Gerais do Estado
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGM (Médio)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica, a partir de 1992, houve um crescimento contínuo das Transferências a Municípios, que, em 1996, totalizaram R\$ 1 200 082 mil, representando um acréscimo de 23,90% em relação ao primeiro ano mencionado. Em 1996, as Transferências representaram 20,06% das Despesas Correntes, enquanto que a média do decênio foi de 20,10%

Ressalta-se, ainda, que, em relação a 1987, primeiro ano da série, registrou-se um acréscimo de 61,35% e que, em relação à média do decênio (R\$ 976 752 mil), os repasses de 1996 apresentaram uma majoração de 22,86%

O inverso ocorreu com os encargos da Dívida Interna, que diminuíram a sua participação nas Despesas Correntes, ao longo do período sob exame. A partir de 1993 até 1995, registrou-se uma constante redução dos valores empenhados com

Encargos da Dívida que, nesse ano, totalizaram R\$ 501.875 mil, culminando, em 1996, num decréscimo da ordem de quase 54,21% em relação àquele exercício.

No exercício sob exame, os Encargos da Dívida (R\$ 229 824 mil) responderam por 3,84% das Despesas Correntes, ao passo que a participação média do decênio ficou em 8,13%, comprovando a tendência de redução desta despesa

1.2.2.3- DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital, no decênio analisado, experimentaram uma participação média na Despesa Total de 23,49%. Em 1996, esta participação foi de 23,38%, uma vez que o valor total das mesmas foi de R\$ 1 825.347 mil, o que representou um acréscimo de 14,01% em relação a 1995 e uma majoração de 43,89% em comparação com o primeiro ano da série

Considerando apenas os 05 (cinco) últimos exercícios (1992/1996), constatou-se que a participação das Despesas de Capital em 1996, em relação à Despesa Total, só foi superior à registrada em 1995, apresentando desempenho inferior aos demais exercícios.

Dentre as Despesas de Capital, destacam-se a Amortização da Dívida Interna e Externa, as Transferências Intragovernamentais e os Investimentos, cujas participações no total da Despesa, no exercício de 1996, foram de, respectivamente, 13,08%, 2,26% e 1,81%, conforme se observa a seguir:

NÚMERO	ELEMENTO	VALORES	% S/DESPESA TOTAL
4350	- Amortização da Dívida Interna e Externa	1 021 082	13,08
4310	- Transferências Intragovernamentais	176 294	2,26
4100	- Investimentos	141 424	1,81

A Amortização da Dívida Fundada Interna teve participação média de 12,26% do total despendido pela Administração Direta Estadual no período 1987/96, sendo que, no exercício de 1996, esta participação foi de 12,75%.

Visualiza-se, também, que a participação mencionada foi crescente no período de 1991 a 1994, quando atingiu 19,05%, para reduzir-se, em 1996, em 6,30 pontos percentuais em relação a 1994

Cabe salientar que, em relação a 1987, houve um crescimento nos gastos com amortização na ordem de 107,67%, conforme se demonstra a seguir

DÍVIDA FUNDADA INTERNA AMORTIZAÇÃO X DESPESA TOTAL PERÍODO 1987/96						Em R\$ mil*
EXERCÍCIOS	DESPESA TOTAL	AMORTIZAÇÃO DIV FUND INT	PARTIC %	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	
1987	6 275 244	479 183	7 64	100 00		
1988	5 289 744	485 545	9 18	101,33	1 33	
1989	5 544 731	478 938	8 64	99,95	-1 36	
1990	6 521 414	559 252	8,58	116,71	16 77	
1991	5 326 096	486 822	9 14	101,59	12 95	
1992	6 553 641	841 048	12 83	175 52	72 76	
1993	6 429 685	1 014 862	15,78	211 79	20 67	
1994	6 825 919	1 300 261	19,05	271 35	28,12	
1995	6 923 661	1 144 453	16,53	238,83	11 98	
1996	7 806 427	995 126	12,75	207,67	-13 05	
Média						
1º Quin	5 791 446	497 948	8,60	103,92	0,95	
2º Quin	6 907 867	1 059 150	15 33	221,03	19 30	
Decêmo	6 349 656	778 549	12 26	162,47	10 03	

Fonte Balanço Geral do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As Transferências Intragovernamentais tiveram, em 1996, a seguinte destinação

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS EXERCÍCIO DE 1996			Em R\$ mil
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	VALORES	% S/TOTAL	
Contribuições a Fundos	17 036	9 66	
Transferências a Autarquias	144 292	81,85	
Transferências a Fundações	14 212	8,06	
Transferências a Empresas	754	0 43	
TOTAL	176 294	100,00	

Destacam-se, dentre elas, as Transferências a Autarquias para Despesas de Capital que totalizaram, em 1996, R\$ 144 292 mil, assim distribuídos:

TRANSFERÊNCIAS A AUTARQUIAS
PARA DESPESAS DE CAPITAL
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil		
NOBRE	VALORES RECEBIDOS	% S/TOTAL
DAER	143 763	99,63
DEPRC	529	0,37
TOTAL	144 292	100,00

A contribuição ao Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual (FGLTDPE), cujo montante corresponde a 0,95% do total das Despesas de Capital, constitui despesas que, embora classificadas como de capital, não constituem, na verdade, Investimentos.

Ao DAER, maior beneficiado pelas Transferências, foram destinados R\$ 143.763 mil, equivalentes a 99,63% do total destinado às Autarquias para Despesas de Capital. Os restantes 0,37% foram repassados ao DEPRC (R\$ 529 mil).

Dentre as Transferências de Capital às Fundações, salientam-se os repasses efetuados à FEBEM, no montante de R\$ 9.298 mil

Em 1996, os Investimentos e as Inversões atingiram R\$ 595.290 mil, ou seja, 7,63% da Despesa Total, estando assim constituídos

Em R\$ mil		
INVESTIMENTOS		
Obras e Instalações ...	81 273	
Equip. e Material Permanente ..	52.472	
Diversos Investimentos	7.679	... 141 424
INVERSÕES		453.866
	
TOTAL		595.290

A análise do comportamento dos gastos com Investimentos e Inversões Financeiras, no período 1987/96, mostra, no exercício de 1996, o desempenho mais importante da série, quanto ao seu montante. Entretanto, quanto à participação no total dos gastos públicos, perde para o exercício de 1989, como se observa na tabela a seguir

INVESTIMENTOS E INVERSÕES
x
DESPESA TOTAL
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANOS	DESPESA TOTAL	REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	INVESTIMENTOS			REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	PART %
				INVEST	INVERS	TOTAL			
1987	6 275 243	100,00	-	156 573	111 250	267 823	100,00	-	4,27
1988	5 289 744	84,30	-15,70	249 153	21 821	270 974	101,18	1,18	5,12
1989	5 544 731	88,36	4,82	415 640	116 522	532 163	198,70	96,39	9,60
1990	6 521 414	103,92	17,61	284 479	83 023	367 501	137,22	-30,94	5,64
1991	5 326 096	84,87	-18,33	134 247	31 703	165 950	61,96	-54,84	3,12
1992	6 553 641	104,44	23,05	210 987	3 877	214 864	80,23	29,48	3,28
1993	6 429 685	102,46	-1,89	143 755	46 827	190 582	71,16	-11,30	2,96
1994	6 825 919	108,78	6,16	162 676	64 488	227 163	84,82	19,19	3,33
1995	6 923 662	110,33	1,43	83 162	154 926	238 087	88,90	4,81	3,44
1996	7 806 427	124,40	12,75	141 424	453 866	595 290	222,27	150,03	7,63
Média									
1º Qünn	5 791 446	92,29	2,90	248 018	72 864	320 882	119,81	2,94	5,54
2º Qünn	6 907 867	110,08	8,30	148 401	144 797	293 197	109,47	38,44	4,24
Decêmo	6 349 656	101,19	3,32	198 210	108 830	307 040	114,64	22,67	4,84

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Método)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A participação dos Investimentos e Inversões, no total despendido pelo Estado, tem apresentado crescimento desde 1993, registrando, em 1996, percentual de 7,63%, que foi o segundo melhor do decênio, superado, apenas, pelo índice registrado em 1989 (9,60%)

Os valores gastos em 1996 (R\$ 595 290 mil) representaram uma majoração de 150,03% em relação a 1995 e de 122,27% em comparação ao primeiro ano da série (1987)

Cabe ressaltar que, não obstante o crescimento apurado no triênio 1994/96, a média dos valores empenhados a título de Investimentos e Inversões no segundo quinquênio (R\$ 293 197 mil) foi inferior à verificada no primeiro, com uma redução da ordem de 8,63%

Conjugados aos montantes investidos através das Autarquias, estes valores assim se apresentam no período 87/96

INVESTIMENTOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA + AUTARQUIAS
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANOS	ADMINISTR DIRETA	AUTARQUIAS	TOTAL	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	% SOBRE DESPESA TOTAL (1)	DESPESA TOTAL
1987	267 824	235 128	502 952	100,00	-	8,01	6 275 244
1988	270 975	160 706	431 680	85,83	-14,17	8,16	5 289 744
1989	532 162	388 402	920 563	183,03	113,25	16,60	5 544 731
1990	367 502	441 095	808 598	160,77	-12,16	12,40	6 521 414
1991	165 950	132 101	298 051	59,26	63,14	5,60	5 326 096
1992	214 863	137 058	351 921	69,97	18,07	5,37	6.553.641
1993	190 582	131 508	322 089	64,04	-8,48	5,01	6.429.685
1994	227 164	216 630	443 793	88,24	37,79	6,50	6 825 919
1995	238 087	111 368	349 455	69,48	-21,26	5,05	6 923 661
1996	595 290	195 902	791 192	183,28	126,41	10,14	7 806 427

Fonte: Balanços das Autarquias

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

(1) Participação dos Investimentos Totais na Despesa da Administração Direta

Em 1996, os Investimentos da Administração Centralizada e Autárquica totalizaram R\$ 791.192 mil, o que representou um acréscimo de 126,41% em relação aos valores de 1995 e de 57,31% em relação ao primeiro ano da série sob exame. A participação em relação a Despesa Total, que, em 1995, foi de 5,05%, ficou acrescida para 10,14%, em função, basicamente, do significativo acréscimo dos Investimentos realizados através da Administração Direta que, de um ano para outro, cresceram 150,03%

Salienta-se que a participação média, no decênio, destas despesas em relação à Despesa Total, foi de 8,28%, em função do extraordinário desempenho verificado no biênio 89/90 (16,60% e 12,40%, respectivamente), que elevou a média de forma decisiva

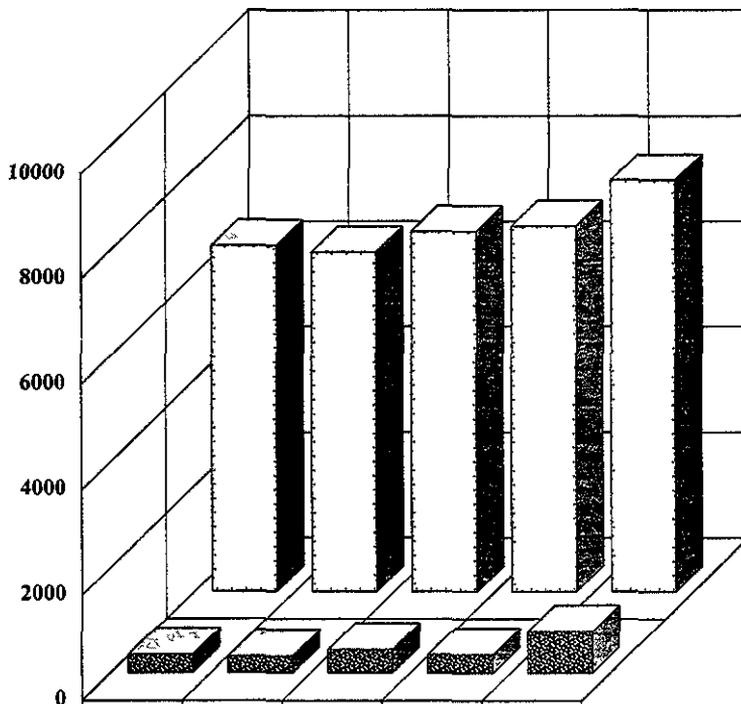
Se observado apenas o último quinquênio, verifica-se que a participação média dos Investimentos Totais, em relação à Despesa Total, ficou em 6,41%, e que os índices verificados, ao longo dos cinco anos, têm-se mantido estáveis, oscilando de 5,01% (1993) a 10,14% (1996)

A evolução da participação dos Investimentos Totais, em relação à Despesa Total, pode ser visualizada através do Gráfico que segue:

INVESTIMENTOS (ADM.DIRETA+AUTÁRQUICA) x DESPESA TOTAL (ADM.DIRETA)

PERÍODO 1992/1996

Em R\$ milhões*



	1992	1993	1994	1995	1996
Investimentos	352	322	444	349	791
Despesa Total	6554	6430	6826	6924	7806

■ Investimentos □ Despesa Total

Fonte: Balanços Gerais do Estado e Balanços das Autarquias
* Vs inflac. pelo IGP-DI - FGV (Médio)

1.2.3 - PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

1.2.3.1 - OPERAÇÕES COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

O Volume IV do Balanço Geral do Estado traz o demonstrativo da venda de parte da participação acionária do Estado do Rio Grande do Sul na Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT em decorrência do Programa de Reforma do Estado. Conforme Quadro constante na fl 84 do Volume acima citado, e informações complementares obtidas junto à Secretaria da Fazenda, a transação do lote de ações da CRT pode ser assim resumida:

Em R\$ mil		
DISCRIMINAÇÃO	PARCELAS	TOTAIS
1. Recebimento do BNDESPAR, pela emissão de debêntures transformáveis em ações da CRT		150 002
2. Resgate das debêntures - valor principal	-150.002	
3 Pagamento de Juros (8% a a)	-12 755	
4 Pagamento de Correção Monetária	-23 199	
5 Pagamento de encargos sobre o valor das ações alienadas, a título de "Ganhos de Capital"	-43 299	
6 Pagamento de Comissão de subscrição de debêntures e direitos de alienação	-5 950	
7. Total pago ao BNDESPAR		-235.205
8. Diferença entre o valor recebido e pago		-85 203

Pelo demonstrativo supracitado, observa-se que o Estado do Rio Grande do Sul/CADIP recebeu R\$ 150 002 mil e dispendeu R\$ 235.205 mil, o que representou encargos financeiros da ordem de 56,8% (cinquenta e seis vírgula oito por cento) sobre o valor percebido. Considerando que o período de tempo decorrido foi de apenas 11 meses e 15 dias, tem-se a idéia do alto custo financeiro da operação ao Erário Estadual. Como contraponto ao elevado percentual que os custos financeiros representaram na operação, vale destacar que o IGP-M/FGV referente a todo o ano de 1996, apresentou variação de 9,19% (nove vírgula dezenove por cento).

Outro aspecto a ser destacado, é que a importância de R\$ 43 299 mil, desembolsada pelo Estado a favor do BNDESPAR, corresponde ao total do “Ganho de Capital” calculado sobre as 262 352 653 ações da CRT transacionadas. Ocorre que, deste total, 218 516 977 ações pertenciam ao Estado do Rio Grande do Sul, sendo as 43 835 676 ações restantes de propriedade da Estatal Federal “TELEBRÁS”

Concluindo, vê-se que o Erário Estadual pagou indevidamente R\$ 7 235 mil, valor que corresponde ao “Ganho de Capital” incidente sobre as ações da TELEBRÁS

O leilão das 218 516 977 ações da CRT resultou em R\$ 567 214 mil, gerando baixa de patrimônio permanente no mesmo valor

1.2.3.2 - OPERAÇÕES COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

Semelhante ao ocorrido com as ações da CRT, em dezembro/96, foram alienadas 76 320 900 ações da CEEE a CADIP, com vistas à emissão de debêntures transformáveis em ações adquiridas pelo BNDES. Como sinal, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu, no exercício em análise, R\$ 150 000 mil de um total contratado de R\$ 250 004 mil

Quanto ao Contrato efetuado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S A - CADIP com a intervenção do Estado do Rio Grande do Sul, sacramentado em 27-12-96, requer destacar as seguintes informações

- permite a transformação das debêntures em ações, a qualquer tempo, na proporção de 100 ações por debênture, ou seja, por valor inferior a R\$ 3,28 por ação (valor da debênture R\$ 327,97 dividido por 100 ações), equivalente a 25,29% do valor patrimonial das ações da CEEE em 31-12-96 (cláusula sexta, letras “p” e “q”),

- estabelece critérios para cálculo de encargos (juros, correção monetária, comissões), além do percentual de 20% a título de participação do BNDES no “Ganho de Capital” sobre a negociação das ações

Demonstra-se, por oportuno, a valoração das 76 320.900 ações, objeto da negociação em tela, que equivalem a 40,12% do Capital Social com direito a voto da CEEE, como segue

Em R\$ mil				
SITUAÇÃO DESTACADA	POSICÃO EM	VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO (1)	QUANTIDADE DE AÇÕES (2)	VALOR DAS AÇÕES (3) = (1) x (2)
Balanço da CEEE	31-12-91	30,24*	76 320 900	2 307 944
Constituição da CADIP	28 12 95	17,16	76 320 900	1 309 666
Contrato com BNDES	27 12 96	3,28	76 320 900	250 004
Balanço da CEEE	31 12 96	12,97	76 320 900	989 882

* Valor inflacionado pelo IGP DI/FGV (Médio)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Portanto, do exame do Contrato, depreende-se que, se as 76 320.900 ações forem negociadas no Leilão pelo valor histórico de R\$ 500 008 mil (50,51% do atual valor patrimonial), o Estado e a CADIP serão onerados, devido ao Contrato dos R\$ 250 004 mil, com encargos assim abreviadamente previstos.

	Em R\$ mil
• Juros, correção monetária e comissão em 22% (negociação da CRT atingiram 27,9%), sobre R\$ 250 004 mil	55 000
• Participação do BNDES a título de Ganho de Capital de 20% sobre R\$ 250 004 mil (R\$ 500 008 mil, menos R\$ 250 004 mil) A atualização desses valores é irrelevante para o caso	<u>50 005</u>
TOTAL DOS ENCARGOS, PARA ONZE (11) MESES	105 005

Logo, os encargos serão da ordem estimada de 44% sobre o valor do Contrato no prazo de apenas 11 (onze) meses, visto que o Leilão está sendo previsto para outubro de 1997. Vale destacar que o IGP-M/FGV, referente a todo o ano de 1996, apresentou variação de 9,19%, sendo prevista variação ainda menor em 1997

Objetivando-se mensurar o vulto de tal operação nos patamares acima demonstrados, vê-se, de forma meramente exemplificativa, que o custo aos cofres públicos seria o equivalente a 75,27% do que o Estado despendeu, no exercício de 1996, com todo o Poder Legislativo - R\$ 139 499 mil

1.3 - GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, demonstra os efeitos das variações sofridas pelo Patrimônio do Estado em consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Com a exclusão dos bens de uso comum, que não são incorporados ao Patrimônio do Estado, todos os fatos de natureza econômico-financeira concorrem para alterar a substância e a contra-substância patrimoniais, sejam estes fatos originados da Execução Orçamentária ou Extra-Orçamentária.

O Patrimônio do Estado é representado por componentes Ativos e Passivos, estruturados de forma a dividi-lo em duas áreas Financeira, que compreende o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, e Permanente, subdividida em Ativo Permanente e Passivo Permanente. O Ativo Financeiro apresenta os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis, enquanto o Passivo Financeiro representa os compromissos exigíveis, cuja movimentação independe de autorização orçamentária. A movimentação de valores na área do Patrimônio Permanente depende de prévia autorização legislativa.

Resumidamente, o Balanço Patrimonial do Estado apresenta-se da seguinte forma:

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES		TÍTULOS	VALORES	
	1996	1995*		1996	1995*
Ativo Financeiro					
Disponível	310 047	242 002	Restos a Pagar Processados	436 832	557 550
Vinculado em C.C. Bancária	310 899	40 843	Restos a Pagar Não Processados	203 007	251 402
Realizável	376 028	206 917	Serviços da Dívida a Pagar	50 153	19 934
	996 974	489 762	Depósitos	789 818	146 727
			Débitos de Tesouraria	109 371	183 940
			Diversos	2 564	17 507
				1 591 745	1 177 060
Ativo Permanente			Passivo Permanente		
Bens do Estado	120 682	64 090	Dívida Fundada Interna	8 714 916	7 466 941
Participações	1 719 350	1 702 653	Dívida Fundada Externa	158 434	182 743
Créditos	311 846	199 746	Diversos	-	5 329
Dívida Ativa	2 288 843	1 563 877		-	-
Diversos	91 361	77 913		8 873 350	7 655 013
	4 532 082	3 608 279			
	4 936 039	4 734 032			
Passivo a Descoberto					
Total do Ativo	10 465 095	8 832 073	Total do Passivo	10 465 095	8 832 073

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Em valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

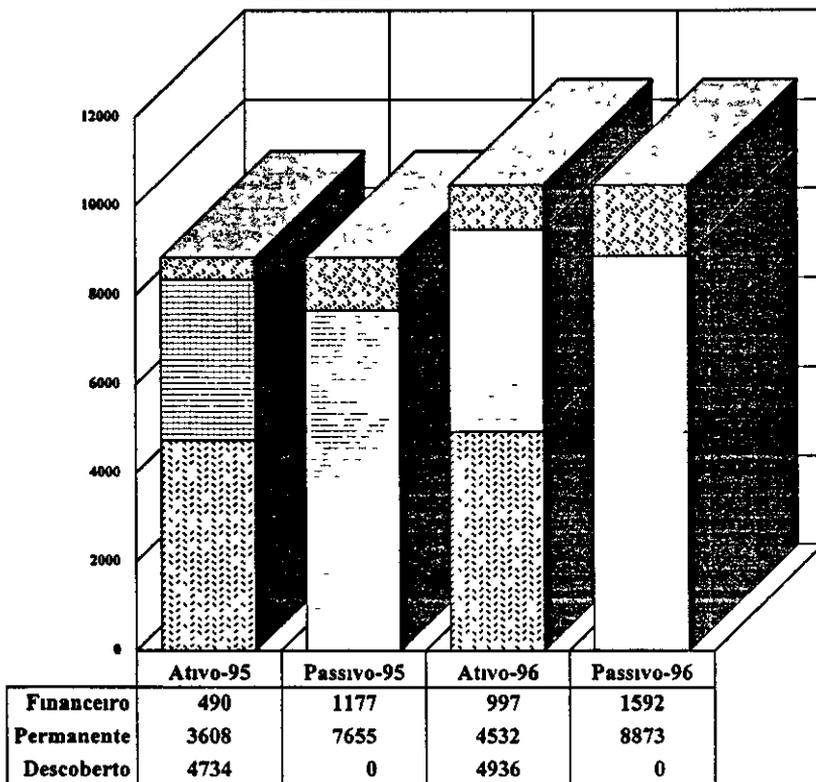
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Graficamente os Balanços Patrimoniais ficam assim demonstrados

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996

Em R\$ milhões



Descoberto

 Permanente

 Financeiro

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Vls inflac. pelo IGP-DI - FGV (Dezembro)

1.3.1 - PATRIMÔNIO FINANCEIRO

O Patrimônio Financeiro do Estado, em 31-12-96, segundo o Balanço Patrimonial, estava representado pelo Ativo Financeiro no valor de R\$ 996 974 mil, e pelo Passivo Financeiro no valor de R\$ 1 591 745 mil. Os valores passivos superaram os valores ativos em R\$ 594 771 mil, ou seja, em 59,66%

Ressalta-se, entretanto, que a Situação Líquida Financeira negativa retromencionada, tornar-se-ia mais deficitária em R\$ 466 852 mil pela dívida vencida em renegociação, considerada, indevidamente, como dívida fundada (subitem 1 3 1 3) e, em R\$ 886 451 mil pelos recursos vinculados "a empenhar" (subitem 1 4), restando, desta forma, negativa em R\$ 1 948 074 mil

1.3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

A composição deste grupo, nos exercícios de 1992 a 1996, em valores atualizados, é a seguinte

ATIVO FINANCEIRO PERÍODO 1992/96										
TÍTULO	Em R\$ mil*									
	1992		1993		1994		1995		1996	
	VALOR	%								
Disponível	111 874	47,74	82 591	32,11	76 291	25,72	242 002	49,41	310 047	31,10
Vinculado	70 743	30,19	89 091	34,63	79 355	26,75	40 843	8,34	310 899	31,18
Realizável	51 724	22,07	85 563	33,26	141 003	47,53	206 917	42,25	376 028	37,72
TOTAL	234 341	100,00	257 245	100,00	296 649	100,00	489 762	100,00	996 974	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FSV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O Ativo Financeiro compreende os valores cuja movimentação independe de autorização orçamentaria, os quais vinham-se mantendo em um patamar inferior a R\$ 300 000 mil reais até o exercício de 1994, alterando-se a partir daí. No exercício em análise, o Ativo Financeiro situa-se em R\$ 996 974 mil reais, sendo que se verifica um acréscimo percentual substancial dos valores vinculados (661%) em relação ao exercício anterior, fato que se refletiu no acréscimo percentual do Saldo do Ativo Financeiro na ordem de 104%. Desta forma, os valores vinculados, que representavam 8,34% do total, em 1995, passaram a representar 31,18% em 1996

O subgrupo "Realizável" acha-se composto, basicamente, por duas contas. "Devedores", com 28,44% do seu total e "FGLTDPE", com 68,59%.

Não há como demonstrar, inteiramente, a composição da conta "Devedores", em face da inexistência de relatório específico nas peças contábeis do exercício de 1996

Constam, entretanto, registrados na conta Devedores do Ativo Financeiro, os créditos relativos aos avais concedidos pelo Estado em empréstimos contraídos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, pela Companhia Riograndense de Mineração e pela Companhia Riograndense de Saneamento, que não honraram seus compromissos, estando debitado em conta, em 1996, o total de R\$ 100.364 mil, assim constituído (BGE, vol. IV, pág 108).

	Em R\$ mil
- CEEE (Lei 9.165, de 10-12-90 - empréstimo externo em 20 anos, celebrado com o B Brasil e Lei Federal 8.727/93)... ..	33 777
- CRM (Lei 9.165, de 10-12-90, idem) .. .	35 228
- CORSAN (BGE, vol.IV,págs 121,139 a 141)	31 359
.....	
	100 364

O subgrupo "Vinculado" aumentou sua participação no total do Ativo Financeiro de 8,34% para 31,18% no último exercício, em relação a 1995

Conforme comentado no início deste Capítulo, os Recursos Vinculados, por força de lei, devem ser depositados em contas próprias, vinculadas. No entanto, tais recursos vêm sendo utilizados para suprir insuficiências de caixa do Tesouro do Estado Assim, cabe destacar que o saldo, em 31-12-96, de Recursos Vinculados e não aplicados atingia o montante de R\$ 886 451 mil (BGE, vol IV, fls. 134 a 136 e vol I, fls 154 a 208) Todavia, esta importância não encontrava correspondência com os saldos das contas bancárias vinculadas, registrados no Ativo Financeiro do Balanço Geral do Estado, uma vez que os depósitos em contas vinculadas totalizavam apenas R\$ 310 899 mil, restando, então, uma insuficiência de R\$ 575 552 mil.

Da situação acima exposta, infere-se que foram efetuados gastos com desvio de finalidade.

1.3.1.2 - PASSIVO FINANCEIRO

O Balanço Geral do Estado apresentou um Passivo Financeiro da ordem de R\$ 1 591 745 mil, integrado por obrigações de curto prazo que constituíam a Dívida Flutuante em 31-12-96, assim registrada

	Em R\$ mil
Restos a Pagar Processados	436 832
Restos a Pagar não Processados	203 007
Serviço da Dívida a Pagar	50 153
Depósitos	789 818
Débitos de Tesouraria	109 371
Diversos	2 564
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1 591 745

O saldo da conta Restos a Pagar representou 40,20% do total do Passivo Financeiro, sendo integrado por R\$ 436.832 mil processados e R\$ 203 007 mil não processados. O referido grupo de contas registrou um acréscimo de 47,86% nominal ou de 35,23% a preços constantes em relação ao exercício anterior.

Dos Restos a Pagar Processados, 05 (cinco) subcontas abarcam 78,30% do valor total, quais sejam

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS SALDO EM 31-12-96			Em R\$ mil
SUBCONTAS	VALORES	%	
Contrib e Transf a Autarquias	64 286	14,71	
Contrib e Transf a Fundações	137 678	31,52	
Contas a Pagar	49 962	11,44	
Folhas de Pessoal a Pagar	52 013	11,91	
Precatórios Judiciais a Pagar	38 115	8,72	
Outros	94 778	21,70	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	436 832	100,00	

A conta Restos a Pagar Processados teve, no exercício em análise, um decréscimo percentual nominal de 14,34% (21,65% a preços constantes) em relação ao exercício anterior

Dos Restos a Pagar não Processados, 02 (duas) contas contemplam 82,18% do valor total, quais sejam

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
SALDO EM 31-12-96

Em R\$ mil		
SUBCONTAS	VALORES	%
Contas a Pagar	136 194	67,09
Contratos e Convênios a Pagar	30 630	15,09
Outras Contas	36 183	17,82
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	203 007	100,00

A referida conta (Restos a Pagar não Processados) teve, no exercício em pauta, um decréscimo percentual nominal de 11,71% (19,25% a preços constantes) em relação ao exercício anterior

O valor do Serviço da Dívida a Pagar registrado no Balanço Geral do Estado, no montante de R\$ 50 153 mil, corresponde a 3,15% do total das obrigações de curto prazo, estando representado, basicamente, pelo Serviço da Dívida Interna por Contratos

Vale observar que o valor inscrito neste grupo se acha distorcido em, pelo menos, R\$ 466.851 mil, relacionados a empréstimos vencidos e que, por se encontrarem em processo de renegociação, não foram imputados ao Passivo Financeiro

Acrescido destes valores, o Passivo Financeiro assim se apresentaria:

Em R\$ mil		
RESTOS A PAGAR		
Processados	436 832	
Não Processados	203 007	639 839
SERV DÍVIDA A PAGAR		
Valor de Balanço	50 153	
Dív Venc em Renegociação	466 852	517 005
	
DEPÓSITOS		799 818
DÉBITOS DE TESOURARIA		109 371
DIVERSOS		2 564
	
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO CORRIGIDO		2 058 597

Os Débitos de Tesouraria (R\$ 109.371 mil) representam 6,87% do total do Passivo Financeiro e correspondem a Operações de Crédito de curto prazo

Na forma como se acha estruturado, o BGE não permite a identificação dos valores devidos ao IPERGS a título de Quota de Previdência.

Fundações

Observa-se, no período 1988/94, uma diminuição desta dívida. Em 1996, imputando-se ao Passivo Financeiro a Dívida Vencida e não Empenhada, houve acréscimo substancial de 58,36%, a preços constantes, em relação ao ano anterior.

Através da abreviada conciliação dos saldos de balanço entre o Estado e suas empresas controladas, constataram-se divergências de registros conforme exemplificamos.

DEMONSTRATIVO ABREVIADO DA CONCILIAÇÃO DE SALDOS DE BALANÇOS

Em R\$ mil

CONTROLADAS E INFORMAÇÕES SUBSIDIÁRIAS	VALORES CONFORME		DIVERGÊNCIAS DE REGISTROS
	BGE	BALANÇOS DAS CONTROLADAS	
CEEE - Avais honrados pelo Estado B G E , vol. IV, fl. 108 e vol III fl 800	41 440	38 281	3 159
CORSAV - Avais honrados pelo Estado B G E , vol. IV, fl. 108 e vol III fl 860	33 660	33 688	-28
CRM - Avais honrados pelo Estado B G E , vol. IV, fl. 108 e vol III fl 850	49 788	49 822	-34
Instituto de Previdência do Estado do RS - IPERGS B G E , vol I fls 227 e 653, vol III fl 86	46 628	700 462	-653.834

Diante disso, o Estado e suas controladas dependem de uniformização de critérios de registros, bem como, da aceleração das negociações para encontros de contas já em curso.

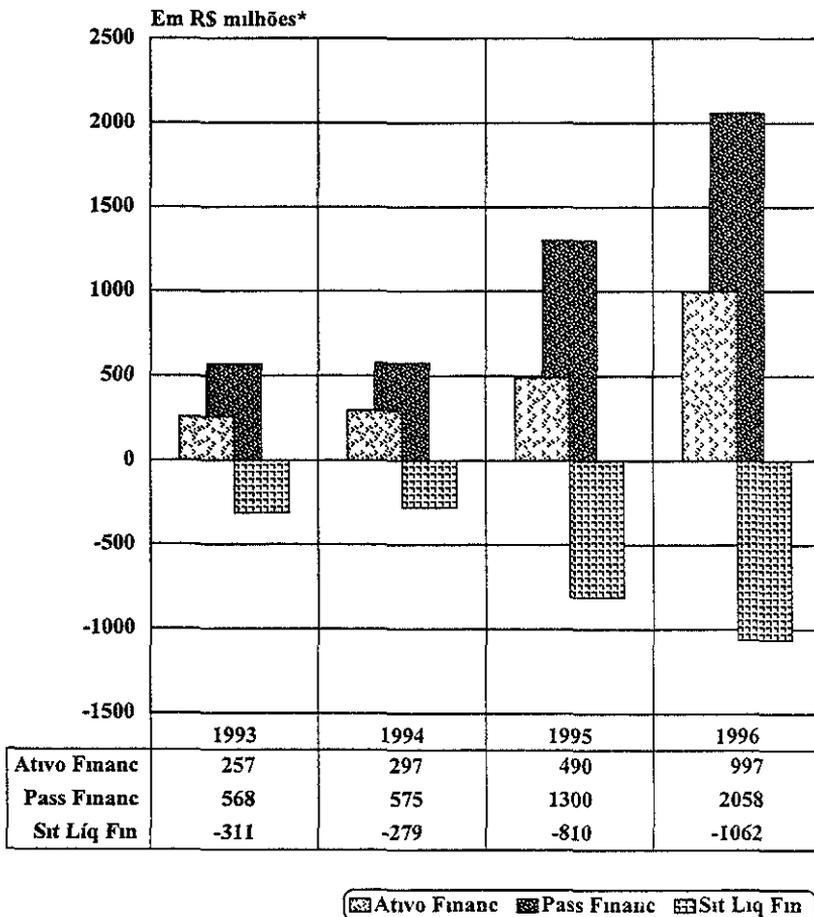
1.3.1.3 - SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

O Balanço Geral do Estado demonstra, em 1996, uma Situação Líquida Financeira negativa de R\$ 594 771 mil.

O gráfico demonstra esta situação nos últimos 04 (quatro) exercícios.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REGISTRADA

PERÍODO 1993/1996



Fonte: Balanços Gerais do Estado
 * Vs inflac. pelo IGP-DI - FGV (Dezembro)

Com a inclusão de valores não apropriados ao Passivo Financeiro, a Situação Líquida Financeira deficitária agrava-se, conforme a seguir se demonstra:

		Em R\$ mil
Ativo Financeiro	996 974
Passivo Financeiro		
Débitos contabilizados	1 591 745	
Div Venc em Renegociação	466 852	2 058 597

SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA NEGATIVA AJUSTADA .		1 061 623

Estes números demonstram que a Situação Líquida Financeira do Tesouro do Estado piora com o ajuste da dívida vencida em renegociação, ficando evidente a inexistência de recursos disponíveis que permitam honrar os compromissos vencidos e de exigibilidade imediata.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA
PERÍODO 1987/96

	Em R\$ mil*					
ANOS	ATIVO FINANCEIRO	RELATIVO BASE FIXA	PASSIVO FINANCEIRO	RELATIVO BASE FIXA	SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	RELATIVO BASE FIXA
1987	693 443	100,00	1 204 644	100,00	-511 201	100,00
1988	440 619	63,54	1 730 319	143,64	-1 289 700	252,29
1989**	168 397	24,28	1 078 128	89,50	909 731	177,96
1990**	283 491	40,88	542 515	45,04	259 024	50,67
1991**	240 696	34,71	634 479	52,67	-393 783	77,03
1992**	234 340	33,79	729 640	60,57	-495 300	96,89
1993**	257 245	37,10	568 397	47,18	-311 152	60,87
1994**	296 648	42,78	575 497	47,77	-278 849	54,55
1995**	489 762	70,63	1 299 981	107,91	-810 219	158,49
1996**	996 974	143,77	2 058 597	170,89	-1 061 623	207,67

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

** Inclui dívida vencida e não empenhada

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A Tabela supracitada demonstra a Situação Líquida Financeira ajustada nos últimos 10 (dez) anos, sempre com resultados deficitários. Verifica-se que, a partir de 1988, a tendência é decrescente até 1994, agravando-se, novamente, a partir do exercício de 1995.

Agrega-se a isso, o fato de que nem todos os recursos registrados no Ativo Financeiro são efetivamente disponíveis para o atendimento de compromissos inscritos no Passivo Financeiro. Dos R\$ 996 974 mil que constituíam o Ativo Financeiro em 31-12-96, R\$ 310 899 mil, ou 31,18%, constituíam Recursos Vinculados e R\$ 100 364 mil, ou 10,06%, constituíam pagamentos relativos a avais concedidos pelo Estado em empréstimos contraídos pelas empresas estaduais CEEE, CRM e CORSAN, não honrados por estas (BGE, vol IV, pág 108)

Assim, em moeda corrente disponível para o atendimento de compromissos inscritos no Passivo Financeiro (R\$ 1 591 745 mil), o Estado do Rio Grande do Sul contava, em 31-12-96, com apenas R\$ 310 047 mil. Os valores inscritos no "Realizável", na mesma data, somavam R\$ 376 028 mil

Dos valores inscritos no Passivo Financeiro, 85,68% estava compreendido, principalmente, pelas seguintes parcelas a pagar

	Em R\$ mil
- Transferências a Autarquias e Fundações	205 763
- Depósitos do Sistema Integrado de Adm de Caixa	729 395
- Fornecedores de Bens ou Serviços	186 156
- Participação de Municípios em impostos (ex ICMS)	31 036
- Serviço da Dívida a Pagar	50 153
- Folhas de Pessoal a Pagar	52 013
- Débitos de Tesouraria	109 371
	- - - - -
SUBTOTAL	1 363 887

Destaca-se, ainda, conforme já comentado nos subitens 1.3.1 e 1.3.1.1, a existência de recursos vinculados "a empenhar" no montante de R\$ 886 451 mil, fato que agravaria a situação líquida financeira do Tesouro do Estado.

1.3.2 - PATRIMÔNIO PERMANENTE

O Patrimônio Permanente tem sua situação demonstrada em 31 de dezembro de 1996

1.3.2.1- ATIVO PERMANENTE

Este grupo que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, somava, em 31-12-96, R\$ 4 532.082 mil, apresentando um acréscimo real de 25,60% em relação a 1995, estando assim constituído:

COMPOSIÇÃO ATIVO PERMANENTE EM 31-12-96

Em R\$ mil*

ATIVO PERMANENTE	1995	1996	VARIAÇÃO % 96/95	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
Bens do Estado	64.090	120.682	88,30	2,66
Participações	1.702.653	1.719.350	0,98	37,94
Créditos	199.746	311.846	56,12	6,88
Dívida Ativa	1.563.877	2.288.843	46,36	50,50
Diversos	77.913	91.361	17,26	2,02
TOTAL	3.608.279	4.532.082	25,60	100,00

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Assim como nos exercícios anteriores, os Bens Imóveis e de Natureza Industrial da Administração Direta não sofreram correção monetária, nem reavaliação, razão pela qual deixaram de ser analisados.

1.3.2.1.1 - PARTICIPAÇÕES

As participações do Estado somaram R\$ 1.719.350 mil, representando 37,94% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, desta forma, no segundo subgrupo de saldo mais representativo do Ativo Permanente

Deve-se ressaltar que, devido ao inadequado registro das “Bonificações e Correção Monetária”, foram inscritos em Investimentos do Estado, em determinados casos, valores superiores à participação do Estado em relação ao Patrimônio Líquido das Empresas Controladas. Tal aspecto mostra-se inteiramente incorreto, requerendo ajustes, conforme se demonstra

			Em R\$ mil
EMPRESAS CONTROLADAS	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PL DAS EMPRE- SAS BGE, vol IV, fl 111	CAPITAL INTEGRALIZADO BGE, vol IV, fl 106	VALOR DA SU- PERAVALIAÇÃO DOS ATIVOS
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual - CADIP	292 571	312 530	-19 959
Cia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	28 014	33 874	-5 860
Cia de Silos e Armazéns - CESA	46 519	85 719	-39 200
Cia Riograndense de Turismo - CR-TUR	-614	1 889	1 889
Cia de Habitação do Estado do RS - COHAB	-108 819	10 220	-10 220
TOTAIS	257 671	444 232	-77 128

A propósito, reproduz-se texto constante no Balanço Geral do Estado, Vol IV, fls 93 e 94, a saber

“Aparecem no exercício financeiro os registros da subscrição de ações e da movimentação acionária, referentes à participação do Estado na Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. (CADIP).

O Estado subscreveu, em 28 de dezembro de 1995, o percentual de 99,96% do capital social da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. (CADIP), empresa criada pela Lei estadual nº 10.560, de 26 de dezembro de 1995. A integralização do capital deu-se mediante a entrega de 8.738.340 ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e 365.731.916 ações preferenciais nominativas emitidas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A. (BANRISUL). Os efeitos da referida transação estão

contemplados na Tabela nº 8, pois os registros contábeis não foram efetuados dentro do exercício anterior em decorrência da documentação não ter sido entregue em tempo hábil.

A CADIP tem como objetivo o auxílio, ao Tesouro do Estado, na captação de recursos financeiros através da emissão de debêntures transformáveis em ações.

O valor de R\$ 14.721.262,55, baixado do patrimônio estadual relativo à participação acionária total na Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), refere-se ao cancelamento das ações dessa Companhia em virtude da conclusão do seu processo de liquidação ocorrida em 1996, devidamente registrada no órgão competente, conforme autorizado pela Lei estadual nº 10.359, de 16 de janeiro de 1995.

No valor registrado como baixa na participação do capital da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) está incluída a importância de R\$ 567.213.861,35, que representa a alienação de ações da parte pertencente ao Estado, através de licitação decorrente da abertura do capital daquela companhia, segundo a política do Programa de Reforma do Estado - PRE instituído pela Lei estadual nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O processo de alienação das ações da CRT foi realizado em consonância com a Lei estadual nº 4.073, de 30 de dezembro de 1960, alterada pela Lei estadual nº 10.682, de 02 de janeiro de 1996, e com a Lei estadual nº 6.283, de 25 de outubro de 1971."

Assim, a baixa retromencionada na participação do Capital Social da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) no valor de R\$ 567.214 mil, refere-se à alienação de 218.516 977 ações O.N., equivalentes a 29,15% das ações com direito a voto daquela Companhia, restando ao Estado, após a venda, 56,24% do Capital Votante da CRT.

Ressalta-se que foram iniciadas, no exercício, operações para alienação parcial da participação do Estado na Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE de forma semelhante àquelas procedidas na alienação das ações da CRT, e, em vista disso, o Estado efetuou a baixa de 76 320 900 ações O N do Capital Social da CEEE, equivalentes a 40,12% de sua participação nas ações O.N , restando ao Estado, após a venda, 55,22% do Capital Votante da CEEE

1.3.2.1.2 - DÍVIDA ATIVA

Transcreve-se abaixo, a movimentação ocorrida na conta Dívida Ativa no exercício de 1996, a saber

	Em R\$ mil
Saldo em 31-12-95	
- Tributária	1 426 866
- Prestação de Serviços	3 461

Total	1 430 327
Baixas por cobrança - 1996	
- Dívida Ativa Tributária (4,51%)	64 398
- Dívida Ativa Não-Tributária (5,84%)	202

Total	64 600
Baixas por cancelamento - 1996	
- Dívida Ativa Tributária (4,33%)	61 792
- Dívida Ativa Não-Tributária (9,13%)	316

Total	62 108
Inscrições 1996	
- Dívida Ativa Tributária	983 685
- Dívida Ativa Não-Tributária	1 539

Total	985 224
Saldo em 31-12-96	
- Dívida Ativa Tributária	2 284 361
- Dívida Ativa Não-Tributária	4 482

Total	2 288 843

A Dívida Ativa Tributária somou R\$ 2.284 361 mil representando 50,40% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, desta forma, no subgrupo mais representativo do Ativo Permanente

Em 1996, a inscrição de valores em Dívida Ativa atingiu o montante de R\$ 985 224 mil, sendo que apenas R\$ 201.938 mil referiam-se à Receita Lançada e não Arrecadada. Os restantes R\$ 780 286 mil foram oriundos de correção monetária, juros e multas. Estes valores, agregados as exclusões e ao saldo final de 1995, totalizavam R\$ 2.288.843 mil em 31-12-96

A cobrança registrada, por sua vez, incluindo-se as baixas por adjudicação de bens e por dação em pagamento, importou em R\$ 64.600 mil, sendo levemente maior que o montante das exclusões realizadas no exercício, na ordem de R\$ 62.108 mil

A evolução dos saldos registrados nos Balanços Gerais do Estado relativos aos créditos lançados em Dívida Ativa, no período de 1987 a 1996, consta a seguir

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

EXERCÍCIOS	SALDOS DE BALANÇO	ÍNDICE
1987	527 699	100,00
1988	349.541	66,24
1989	257 991	48,89
1990	345 764	65,52
1991	547 799	103,81
1992	765 073	144,98
1993	1 093 769	207,27
1994	1 104 937	209,39
1995	1 563 877	296,36
1996	2 288 843	433,74

Fonte: Balanços Gerais do Estado
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dez)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O ano de 1996 registra, em valores reais, o maior saldo do decênio, revelando-se 46,36% superior ao valor de 1995. Em comparação ao saldo final de 1994, representa um crescimento de 107,15%.

Relativamente à Dívida Ativa, assim comenta o Balanço Geral do Estado, página 102 do volume IV:

“Os relatórios apresentam um saldo de Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 1996, da ordem de R\$ 2.289.013.266,66. No Balanço Patrimonial, o Saldo da Dívida Ativa atinge R\$ 2.888.842.371,07, evidenciando, entre os Relatórios da Divisão de Cobrança e a Contabilidade, uma diferença de R\$ 170.895,59.”

Na página 103 do volume IV do Balanço Geral do Estado é demonstrada a composição da dívida, segundo as instâncias de cobrança, a saber:

INSTÂNCIAS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Em %

ANO	COBRANÇA JUDICIAL	COBRANÇA ADMINISTRATIVA
1991	70,3	29,7
1992	79,0	21,0
1993	87,3	12,7
1994	90,0	10,0
1995	90,1	9,9
1996	86,5	13,5

A atuação preditiva, a fim de propiciar um melhor monitoramento dos devedores inadimplentes, deve ser persistente e estimulada, impedindo, tanto quanto possível, que os créditos tornem-se vultosos, prejudicando ou até impossibilitando sua posterior realização, devido às instâncias, ao contraditório e até à insuficiência de patrimônio dos devedores.

1.3.2.2 - PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente registra os saldos das Dívidas Fundadas Interna e Externa, oriundos de empréstimos ou de lançamento de títulos no mercado, com prazo superior ao exercício, decorrentes de Operações de Crédito autorizadas pelo Legislativo.

Esta conta estava assim constituída em 1996.

	Em R\$ mil
Dívida Fundada Interna	8 714 916
Dívida Fundada Externa	158 434
Total	8 873 350

1.3.2.2.1 - DÍVIDA FUNDADA

O Passivo Permanente, no Balanço Geral do Estado, somou R\$ 8 873.350 mil, sendo R\$ 8 714.916 mil relativos à Dívida Fundada Interna e R\$ 158 434 mil oriundos de Dívida Fundada Externa.

Examinando-se as ocorrências do exercício, a Dívida Fundada apresentou o seguinte comportamento:

			Em R\$ mil	%
SALDO EM 31-12-95	7.001.300	78,90
(+) Operações realizadas.				
Por títulos	871.889			
Por contratos	351 548		1 223 437	13,79

(+) Reajustes Efetuados				
Por títulos	1 411 233			
Por contratos	252 686	1.663.919	18,75
(-) Amortizações				
De títulos	877 867			
De contratos	137 439	1 015.306	11,44
	-----		-----	-----
SALDO EM 31-12-96			8 873 350	100,00

Este saldo teve a seguinte composição.

			Em R\$ mil
- Em títulos	6.543.121
- Em contratos	1 863 377
- Em renegociação	466.852

TOTAL			8.873 350

Conjugando-se os saldos existentes no início e final do exercício, constata-se um crescimento nominal de R\$ 1 872 050 mil, decorrente, basicamente, do reajustamento da dívida

No exercício de 1996, foram registradas amortizações no valor de R\$ 1.015 306 mil. As amortizações efetivas, no entanto, somaram R\$ 149 885 mil (cifra correspondente a apenas 5,19% dos acréscimos), sendo R\$ 123.930 mil relativos à Dívida Interna e R\$ 25 955 mil à Dívida Externa

Enfocada sob o ângulo das Captações e Amortizações, a Dívida Fundada assim se apresenta

DÍVIDA FUNDADA
PERÍODO 1987/96

ANOS	CAPTAÇÕES	AMORTIZAÇÕES (PRINCIPAL + CORREÇÃO)	CAPTAÇÕES S/ AMORTIZAÇÕES %
1987	23	8	287,50
1988	66	69	95,65
1989	442	842	52,49
1990	62 611	26 639	235,03
1991	120 999	150 603	80,34
1992	1 814 470	2 257 505	80,37
1993	51 126 955	60 035 175	85,16
1994	655 721	698 922	93,82
1995	956 097	1 055 716	90,56
1996	1 223 437	1 015 306	120,49

Fonte Balanços Gerais do Estado
Até 1992, em Cr\$ mlhão, 1993, em CR\$ ml, 1994 a 1996 em R\$ ml

As captações incluem R\$ 140 000 ml, relativos ao empréstimo CEF (Lei nº 10 785/96) para o Programa de Demissão Voluntária e Reconversão Funcional (PDV) Abstraindo-se este valor, as captações e amortizações ficariam relativamente equilibradas no exercício

DÍVIDA FUNDADA SALDOS EM 31 12
PERÍODO 1987/96

ANOS	Em R\$ ml)*		
	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	DÍVIDA FUNDADA TOTAL
1987	4 142 582	364 822	4 507 404
1988	3 575 326	551 787	4 127 113
1989	4 172 634	454 057	4 626 691
1990	3 913 172	503 437	4 416 609
1991	3 799 916	575 809	4 375 725
1992	4 692 974	562 750	5 255 724
1993	4 836 461	513 984	5 350 445
1994	5 214 017	307 117	5 521 134
1995(1)	7 472 270	182 743	7 655 013
1996	8 714 916	158 434	8 873 350

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

1.3.2.2.1.1 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

O montante inscrito, em 31-12-96, como Dívida Fundada Interna mostra alteração significativa, se comparado com a dívida de 1995, como se pode ver na seguinte tabela:

- 86 -

alteração significativa, se comparado com a dívida de 1995 corrigida. O seu saldo teve a seguinte origem e composição.

		Em R\$ mil
SALDO EM 31-12-95		6 834 163
(+) Operações realizadas.		
Por títulos	871 889	
Por contratos	346 059	1.217.948
(+) Reajustes efetuados		
Por títulos	1.411.233	
Por contratos	240 923	1 652.156
(-) Amortizações		
De títulos	877 867	
De contratos	111 484	989 351
SALDO EM 31-12-96		8 714 916

O saldo existente no final de 1996 (R\$ 8.714.916 mil) experimentou um acréscimo nominal de 27,52% em relação ao saldo final de 1995, correspondendo quase que exclusivamente a encargos (juros e correção monetária 24,17%)

Verificou-se que as Operações com Títulos contribuíram com as maiores parcelas na formação da Dívida Fundada Interna (71,59% das Captações e 85,41% dos Reajustes), assim como, no respectivo resgate (88,73% das Amortizações)

Enfocada sob o ângulo das Captações e Amortizações, esta Dívida assim se apresenta no decênio:

DÍVIDA FUNDADA INTERNA
CAPTAÇÕES E AMORTIZAÇÕES
PERÍODO 1987/96

ANOS	CAPTAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	CAPTAÇÕES S/ AMORTIZAÇÕES %
1987	23	7	328,88
1988	47	57	82,46
1989	408	803	50,81
1990	62 121	26 639	233,20
1991	119 257	150 601	79,19
1992	1 782 496	2 250 496	79,20
1993	50 515 432	59 843 168	84,41
1994	655 721	698 922	93,82
1995	928 186	1 030 153	90,10
1996	1 217 948	989 351	123,11

Fonte Balanços Gerais do Estado

Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em Cr\$ ml, 1994 a 1996 em R\$ ml

No quadro que segue, tem-se a evolução da Dívida Fundada Interna no decênio

DÍVIDA FUNDADA INTERNA
PERÍODO 1987/96

Em R\$ ml*

ANOS	SALDO EM 31-12	VARIAÇÃO ANUAL	RELATIVO BASE FIXA
1987	4 142 582	-	100,00
1988	3 575 326	-13,69	86,31
1989	4 172 634	16,71	100,73
1990	3 913 172	-6,22	94,46
1991	3 799 916	-2,89	91,73
1992	4 692 974	23,50	113,29
1993	4 836 461	3,06	116,75
1994	5 214 017	7,81	125,86
1995	7 472 270	43,31	180,38
1996	8 714 916	16,63	210,37

Fonte Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Visualiza-se um grande crescimento na Dívida Fundada Interna de 1995 para 1996. Como as Captações foram superiores às Amortizações, o aumento do saldo deveu-se a isso e ao custo do financiamento da dívida em Títulos.

1.3.2.2.1.2 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

As dívidas de longo prazo de origem externa apresentaram, no exercício de 1996, a seguinte movimentação:

	Em R\$ mil
SALDO EM 31-12-95	167.137
(+) Operações de crédito realizadas por contratos	5.489
(+) Reajustes efetuados	11 763
(-) Amortizações	25 955
(-) Transferido p/Dívida Fundada Interna	-

SALDO EM 31-12-96	158 434

Observa-se que a Dívida Fundada Externa vem apresentando constantes decréscimos a partir do exercício de 1990, conforme se demonstra:

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA PERÍODO 1987/96

	Em R\$ mil*		

ANOS	SALDO EM	VARIAÇÃO	RELATIVO
	31-12	ANUAL	BASE FIXA

1987	364 822	-	100,00
1988	551 787	51,25	151,25
1989	454.057	-17,71	124,46
1990	503 437	10,88	138,00
1991	575 809	14,38	157,83
1992	562 750	-2,27	154,25
1993	513 984	-8,67	140,89
1994	307.117	-40,25	84,18
1995	182.743	-40,50	50,09
1996	158 434	-13,30	43,43

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados p/IGP-DI/FGV (Dez)

1.3.3 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela que segue traduz a evolução da Dívida Pública Total registrada, englobando os compromissos de curto e longo prazos (Flutuante e Fundada) no decênio 1987/96, a preços constantes.

DÍVIDA PÚBLICA TOTAL
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil)*

ANOS	VALORES	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1987	5 712 048	100,00	-
1988	4 710 574	82,47	-17,53
1989	4 788 316	83,83	1,65
1990	4 810 180	84,21	0,46
1991	4 720 579	82,64	-1,86
1992	5 635 527	98,66	19,38
1993	5 663 720	99,15	0,50
1994	5 981 166	104,71	5,60
1995	8 832 074	154,62	47,66
1996	10 465 095	183,21	18,49
Média 1º Quinq	4 948 339	86,63	-4,32
Média 2º Quinq	7 315 516	128,07	18,33
Média Decênio	6 131 928	107,35	8,26

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

O saldo médio da Dívida Pública Total, no período 1987/96, em valores reais, atingiu o montante de R\$ 6 131 928 mil. Evidencia-se um acréscimo no montante médio desta dívida do primeiro para o segundo quinquênio da série.

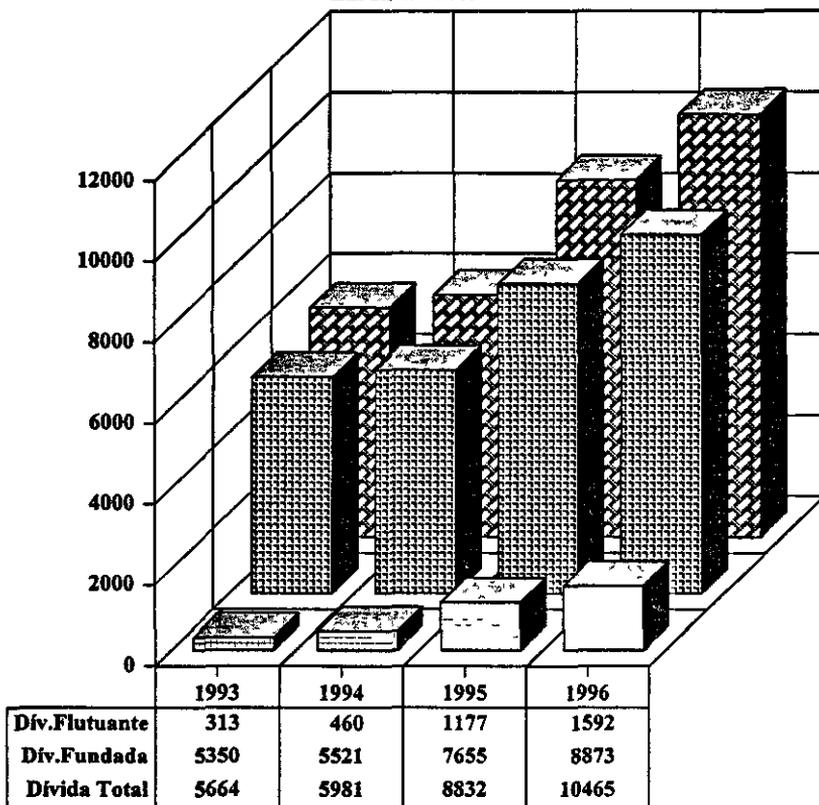
A maior taxa de crescimento verificou-se no ano de 1995, quando alcançou 47,66% em relação a 1994.

Graficamente a Dívida Pública Total fica assim representada

DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

PERÍODO 1993/1996

Em R\$ milhões*



☐ Dív. Flutuante ▨ Dív. Fundada ▩ Dívida Total

Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Vls. inflac. pelo IGP-DI - FGV (Dezembro)

A composição da Dívida do Estado no decênio 1987/96, bem como seu comportamento, em valores constantes, de acordo com o registrado nos respectivos Balanços Gerais do Estado, encontram-se na tabela que segue

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
PERÍODO 1987/96

ANOS	DÍVIDA FLUTUANTE	PART %	VARIACÃO	DÍVIDA FUNDADA			PART %	VARIACÃO	TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA
				ANUAL	INTERNA	EXTERNA			
1987	1 204 644	21,09		4 142 582	364 822	4 507 404	78,91		5 712 048
1988	583 461	12,39	51,57	3 575 326	551 787	4 127 113	87,61	-8,44	4 710 574
1989	161 625	3,38	72,30	4 172 634	454 057	4 626 691	96,62	12,10	4 788 316
1990	393 571	8,18	143,51	3 913 172	503 437	4 416 609	91,82	-4,54	4 810 180
1991	344 854	7,31	12,38	3 799 916	575 809	4 375 726	92,69	-0,93	4 720 579
1992	379 803	6,74	10,13	4 692 974	562 750	5 255 724	93,26	20,11	5 635 527
1993	313 275	5,53	17,52	4 836 461	513 984	5 350 444	94,47	1,80	5 663 720
1994	460 032	7,69	46,85	5 214 017	307 117	5 521 134	92,31	3,19	5 981 166
1995	1 177 061	13,33	155,86	7 472 270	182 743	7 655 013	86,67	38,65	8 832 074
1996	1 591 745	15,21	35,23	8 714 916	158 434	8 873 350	84,79	15,92	10 465 095
1º Quinq	537 631	10,47	1,82	3 920 726	489 982	4 410 708	89,14	0,45	4 948 339
2º Quinq	784 383	9,70	46,11	6 186 128	345 005	6 531 133	89,28	15,93	7 315 516
Decênio	661 007	10,08	26,42	5 053 427	417 494	5 470 921	89,22	8,65	6 131 928

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGW (Dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Pelos valores registrados, a Dívida de Curto Prazo (Dívida Flutuante), em 1996, cresceu 35,23% em relação ao ano anterior, demonstrando crescimento percentual menor do que o ano anterior

A Dívida Fundada registrada em 1996, na importância de R\$ 8 873 350 mil, foi a maior do decênio. No segundo quinquênio da série, a Dívida Fundada cresceu a uma taxa média anual de 15,93%, semelhante ao acréscimo ocorrido no exercício em análise

No exercício sob exame, as participações dos débitos de Curto e Longo Prazos no total foram, respectivamente, de 15,21% e 84,79%, revelando uma tendência de concentração dos débitos no longo prazo, ou seja, de alongamento do perfil de prazos da dívida

O dispêndio com a Dívida Pública, no exercício de 1996, assim se apresentou

DÍVIDA PÚBLICA - GASTOS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

DÍVIDA	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL GASTO C/ A DÍVIDA PÚBLICA
DÍV.FUNDADA INTERNA			
- Títulos	877.867	-	877.867
- Contratos	111.484	125.133	236.617
SUBTOTAL	989.351	125.133	1.114.484
DÍV.FUNDADA EXTERNA			
- Títulos	-	-	-
- Contratos	25.563	5.405	30.968
SUBTOTAL	25.563	5.405	30.968
DÍVIDA FLUTUANTE			
- Títulos	-	44.469	44.469
- Contratos	-	48.931	48.931
- Outros	-	11.291	11.291
SUBTOTAL	-	104.691	104.691
TOTAL	1.014.914	235.229	1.250.143

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Em 1996, a exemplo do ano anterior, a grande concentração de recursos esteve voltada para a Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna em Títulos, visto que este gasto representou 70,22% do total da despesa com a Dívida Pública

A relação entre os dispêndios contabilizados com o pagamento da Dívida Pública e a evolução da Despesa Pública Total, registrada nos Balanços Gerais do Estado no decênio 1987/96, é demonstrada, na tabela seguinte, a preços de 1996.

SERVIÇO DA DÍVIDA x DESPESA TOTAL
PERÍODO 1987/96

Em R\$ mil*

ANOS	DESPESA TOTAL	SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA			
		VALORES	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART %
1987	6 275.243	3 021 376	100,00	-	48,15
1988	5 289 744	2 484 552	82,23	-17,77	46,97
1989	5 544 731	930 261	30,79	-62,56	16,78
1990	6 521 414	1 208 197	39,99	29,88	18,53
1991	5 326 096	1 325 525	43,87	9,71	24,89
1992	6 553 641	1 938 329	64,15	46,23	29,58
1993	6 429 685	2 632 183	87,12	35,80	40,94
1994	6 825 919	1 501 042	49,68	-42,97	21,99
1995	6 923 662	1 339 916	44,35	-10,73	19,35
1996	7 806 427	1 250 143	41,38	-6,70	16,01
1º Qunn	5 791 446	1 793 982	59,38	-10,18	30,98
2º Qunn	6 907 867	1 732 323	57,34	4,32	25,08
Decêmo	6 349 656	1 763 152	58,36	-2,12	27,77

Fonte Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A partir de 1993, vêm decrescendo os valores despendidos no serviço da dívida, bem como os percentuais de participação em relação ao total da despesa

Tendência semelhante se constata no confronto do Serviço da Dívida com o respectivo saldo em 31/dezembro de cada exercício, conforme se demonstra a seguir

DESPESAS COM A DÍVIDA x SALDO
PERÍODO 1987/96

ANOS	SALDO DA DÍVIDA	PRINCIPAL		ENCARGOS		SERVIÇO DA DÍVIDA S/ SALDO %
		VALOR	% S/ SALDO	VALOR	% S/ SALDO	
1987	151	8	5,74	19	12,73	18,48
1988	1 421	69	4,86	106	7,47	12,33
1989	27 197	842	3,10	89	0,33	3,43
1990	430 742	26 639	6,18	7 727	1,79	7,98
1991	2 273 330	150 603	6,62	43 467	1,91	8,54
1992	36 830 579	2 250 535	6,13	839 770	2,25	8,38
1993	1 039 180	60 407	5,81	32 279	3,10	8,91
1994	4 399 436	705 154	16,24	101 692	2,34	18,58
1995	7 001 300	1 055 716	15,08	150 379	2,14	17,22
1996	8 873 350	1 014 914	11,44	235 229	2,65	14,09

Fonte Balanços Gerais do Estado

Até 1992 em Cr\$ milhão 1993, em CR\$ mil 1994 a 1996 em R\$ mil

Os pagamentos da Dívida Pública da Administração Direta (Principal + Encargos) tiveram uma participação em relação ao respectivo saldo, que cresceu de 10,15% no primeiro quinquênio da série para 13,44% no segundo.

Isoladamente, os Encargos diminuíram a sua participação de 4,85% no primeiro para 2,50% no segundo quinquênio sob exame.

No período de 1987/96, o gasto da Dívida Pública apresenta preponderância de recursos destinados ao pagamento do Principal. Este comportamento pode ser melhor visualizado a partir do demonstrativo que segue.

COMPOSIÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA
PERÍODO 1987/96

ANOS	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL	ENCARGOS S/ TOTAL %
1987	8	19	27	70,37
1988	69	106	175	60,57
1989	842	89	931	9,56
1990	26.639	7.727	34.367	29,49
1991	150.603	43.467	194.070	22,40
1992	2.250.535	839.770	3.090.275	27,17
1993	60.407	32.279	92.686	34,82
1994	705.154	101.692	806.846	12,60
1995	1.055.716	150.379	1.206.095	12,48
1996	1.014.914	235.229	1.250.143	18,82

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em CR\$ mil, 1994 a 1996, em R\$ mil.

Em 1995, a representatividade dos Encargos em relação ao Total do Serviço da Dívida foi inferior à média do quinquênio, atingindo 18,82%. Neste mesmo ano, a dívida em renegociação totalizava a importância de R\$ 466.852 mil relativa à Dívida Fundada Interna

Na Tabela seguinte, é mostrada a evolução da Dívida Pública no período 1989/96 e sua relação com a Receita de Impostos

RECEITA DE IMPOSTOS x DÍVIDA PÚBLICA
PERÍODO 1989/96

ANOS	RECEITA DE IMPOSTOS (*)	DÍVIDA PÚBLICA	DP/RI %	NÚMERO DE MESES (**)
1989	6 064	27 197	448,45	54
1990	365 743	430 742	117,77	14
1991	852 745	2 452 494	287,60	34
1992	9 226 224	36 380 579	394,32	47
1993	196 258 202	1 039 580 193	529,70	63
1994	2 128 657	4 766 006	233,89	26
1995	3 568 763	8.077 843	226,35	27
1996	4 107 624	10 465 095	254,77	31

* Valores Nominais

** N° de meses necessários ao pagamento da dívida a partir da Receita de Impostos

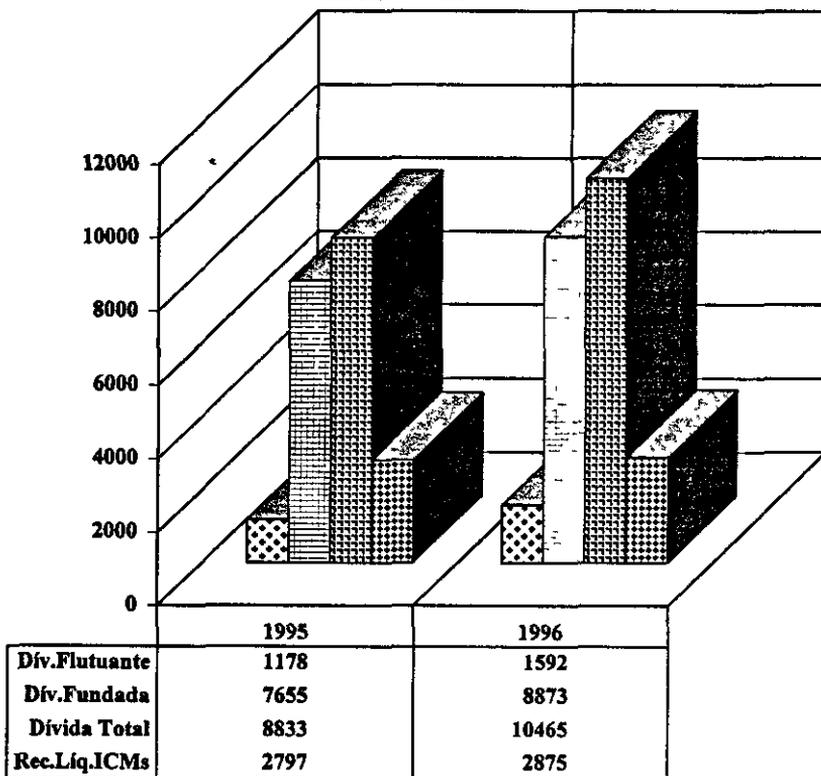
Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em CR\$ mil, 1994 a 1996, em R\$ mil

Constatou-se que a melhor relação da Dívida Pública com a Receita de Impostos foi obtida em 1990. Excetuando-se este exercício, a Receita Anual de Impostos tornou-se, ano a ano, proporcionalmente menor em relação à Dívida Total. Em 1996, seriam necessários 31 meses de arrecadação para saldar a Dívida Pública Estadual.

Graficamente, o Saldo da Dívida Pública em relação à Receita Líquida de ICMS, assim se apresenta

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM RELAÇÃO À RECEITA LÍQUIDA DE ICMS PERÍODO DE 1995/1996

Em RS milhões*



▣ Div. Flutuante
▣ Div. Fundada
▣ Dívida Total
▣ Rec. Líq. ICMS

Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Vls. inflac. pelo IGP-DI - FGV (Médio/Dezembro)

1.4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resumidamente, a Demonstração das Variações Patrimoniais, apresenta-se da seguinte forma

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996 E 1995

Em R\$ mil*

VARIÁÇÕES ATIVAS			VARIÁÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	VALORES		TÍTULOS	VALORES	
	1996	1995*		1996	1995*
Receita Orçamentária			Despesa Orçamentária		
Receitas Correntes	5 543 145	5 284 325	Despesas Correntes	5 961 080	5 322 638
Receitas de Capital	2 297 117	1 085 621	Despesas de Capital	1 825 347	1 601 024
	7 840 262	6 369 946		7 806 427	6 923 662
Mut. Patrimoniais da Despesa	1 535 516	1 390 569	Mut. Patrimoniais da Receita	2 400 624	1 224 007
Var. At. Indep. Exec. Orç.	2 945 499	2 803 120	Var. Pass. Indep. Exec. Orç.	2 720 504	3 481 975
Total da Receita	12 321 277	10 563 635			
Déficit do Exercício	606 278	1 066 009			
Totais	12 927 555	11 629 644	Totais	12 927 555	11 629 644

Fonte: Balanço Geral do Estado

*Em valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

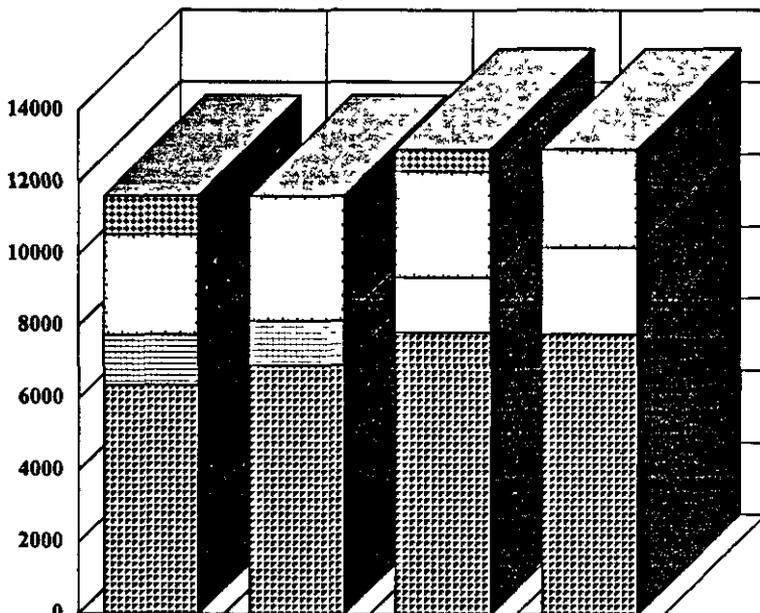
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Graficamente, a Demonstração das Variações Patrimoniais dos exercícios de 1996 e 1995, assim se apresenta

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996

Em R\$ milhões



	Ativas-95	Passivas-95	Ativas-96	Passivas-96
Déficit	1066	0	606	0
Extra-Orç	2803	3482	2946	2720
M.Patrim	1391	1224	1535	2401
R/D Orçam	6370	6924	7840	7806

▨ R/D.Orçam.
 □ M.Patrim.
 ▤ Extra-Orç.
 ▧ Déficit

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Obs: Variações Ativas e Passivas Ajustadas

* Vs inflac pelo IGP-DI - FGV (Medio)

As variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio do Estado acham-se discriminadas na Demonstração das Variações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial ou Econômico do Exercício de 1996, segundo o referido demonstrativo, apresentou um Déficit de R\$ 606 278 mil, que teve a seguinte origem

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		Em R\$ mil
Receta Total	7 840 262	
(-) Mutação Patrim Receta	2 400 624	5 439 638
Despesa Total	7 806 427	
(-) Mutação Patrim Despesa	1 535 516	6 270 911
	
DÉFICIT		831 273
GESTÃO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Variações Ativas	2 945 499	
(-) Variações Passivas	2 720 504	
Déficit Indep de Exec Orçam		224 995
	
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (DÉFICIT)		606 278

O reflexo decorrente do resultado negativo do exercício na Situação Líquida Inicial, que configura o teste de relevação contábil do Saldo Patrimonial, assim se apresenta

	Em R\$ mil
PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31-12-95	4 329 761
Déficit Patrimonial do Exercício	606 278

PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31-12-96	4 936 039

As variações que determinaram o Resultado Patrimonial do Exercício, provocaram uma melhoria na Situação Líquida Financeira no valor de R\$ 33 835 mil, que, conjugada ao decréscimo de R\$ 640 113 mil na Situação Líquida Permanente, totaliza um Déficit de R\$ 606 278 mil

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais não identificam perfeitamente o Ativo Real Líquido e tampouco o Resultado Patrimonial do Exercício do Estado, visto que agregam a estes resultados as parcelas pertencentes aos 19 (dezenove) Fundos Estaduais

Assim procedendo, o Estado não reconhece e não distingue adequadamente os patrimônios dos Fundos, nem atende aos Princípios da Publicidade e da Entidade, constantes, respectivamente, no caput do art 37 da Constituição Federal e Resolução nº 750-93 do CFC.

Embora os Fundos Especiais não possuam personalidade jurídica própria (prerrogativa que lhes é concedida através da Lei Federal nº 4320/64, artigos 71 a 74), ou seja, não são Entidades, submetem-se, entretanto, para fins de controle e da boa técnica contábil, a um dos princípios fundamentais de contabilidade, o “Da Entidade”

O Balanço Geral do Estado, em seu volume II, fls. 1135 a 1144, e volume I, fls 109 a 221, informa Demonstrativos do Patrimônio Financeiro e dos Recursos Vinculados relativos aos Fundos, conforme demonstramos

	Em R\$ mil
.....
NOME DO FUNDO	POTENCIAL
.....
FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE - FES	17.754
FUNDO PIMES	27.586
FUNDO PENITENCIÁRIO - FUNDOPEN	2.651
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROC GERAL DO ESTADO	1.656
FUNTERRA	160
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FUNDEFLO	1.546
FUNDO DO REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	23.871
FUNDO DE APOIO DAS DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS	2.713
FUNDO DA BRIGADA MILITAR	3.521
FUNDO DA POLÍCIA CIVIL	20.655
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO RS - FUNDESOC	369
FUNDO DE INVESTIMENTOS URBANOS - FUNDURBANO	14.774
FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO SETOR PRIMÁRIO - FEASP	4.390
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	3.409
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA - FADEP	9
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DOS SERV. DE SEG PÚBLICA - FUNDESP	10.159
FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR - FEPPA	14.065
FUNDO PRÓ-GUAÍBA	150
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	28.067
.....
TOTAL	177.505
.....

Relacionado a este aspecto, o BGE, em seu volume IV, fls. 127 a 138, informa possuir controle extracontábil sobre os Recursos Vinculados, onde constam, nas fls 134 a 136, Recursos “a empenhar” no montante de R\$ 886 451 mil

Desta forma, caso os Recursos Vinculados fossem empenhados, a Situação Líquida Financeira passaria de negativa R\$ 594 771 mil para negativa

R\$ 1 481 222 mil, e, conseqüentemente, aumentariam o Deficit Patrimonial do Exercício e o Passivo Real a Descoberto

Diante disso, os controles contábeis relativos aos Fundos Especiais revelam-se insuficientes e não permitem a transparência necessária a um adequado sistema de controle interno

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA ESTADUAL

O propósito desta análise é o de retratar o comportamento da execução orçamentária da despesa na Administração Direta, bem como procurar mostrar o impacto, em termos de realizações físicas, causado nos Órgãos da Administração Indireta Estadual em razão dos recursos financeiros transferidos pelo Estado.

A análise, que deveria dar a conhecer, de forma ampla e com grande alcance, a atuação decisiva da Administração Direta Estadual, foi prejudicada por inexistir um Plano Estadual de Desenvolvimento indicando e definindo Programas para a gestão governamental, predeterminando, para Áreas e Órgãos, de forma integrada, políticas, objetivos e metas física e financeiramente quantificadas

Acrescenta-se a esta dificuldade, tornando-a bem mais significativa, o fato de que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, instrumentos de planejamento e controle do Setor Público, não se coadunam entre si, apresentam-se genéricos e não contam com uma precisão técnica indispensável em dispositivos legais dessa natureza. Além disso, empregam estimativas fictícias, projeções utópicas e excessivo número de prioridades que visam meramente atender às necessidades formais

O método de análise utilizado consistiu no exame do gasto público, tendo como base a Classificação Funcional-Programática

As Funções Governamentais, por agregarem o nível máximo de ações do Estado para o cumprimento dos seus objetivos econômicos e sociais, tiveram maior destaque na análise efetuada

Dentro de cada Função selecionada para análise, considerou-se os Programas mais representativos e as Atividades e Projetos implementados, no ano de 1996, em cada um destes Programas

No primeiro momento da análise, procurou-se evidenciar, dispendo de forma seqüencial, a execução das Funções com seus Programas, em termos monetários, a partir dos demonstrativos das dotações previstas e das despesas realizadas. Dentro deste enfoque, elaboraram-se tabelas, objetivando ressaltar a evolução, bem como o comportamento dos gastos das Funções e Programas em relação à despesa total da Administração Direta Estadual na década de 1987/96

Tendo em vista os reflexos monetários experimentados em cada Função e a relevância econômica e/ou social, a análise prosseguiu no sentido de demonstrar o desempenho físico-financeiro atingido pelos Órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta na execução das Atividades e/ou Projetos no decorrer do exercício de 1996

Cumpre, entretanto, mencionar o fato de que a avaliação de desempenho pretendida vem sendo frustrada em sua abrangência, em virtude de dificuldades, até mesmo impossibilidade (pela inexistência e/ou modificação nos sistemas cadastrais) de obtenção de dados e elementos que propiciem um maior aprofundamento na análise. Tal situação evidencia que a Administração Pública Estadual não está estruturada de forma a proporcionar uma ampla avaliação quanto a sua eficiência, eficácia e economicidade administrativa (Constituição Estadual, art. 71, parágrafo 5º e art. 72).

Com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselheiro-Relator, selecionaram-se as Funções 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, 08 - Educação e Cultura, 13 - Saúde e Saneamento e 16 - Transporte para o exame da aplicação de recursos pela Administração Pública

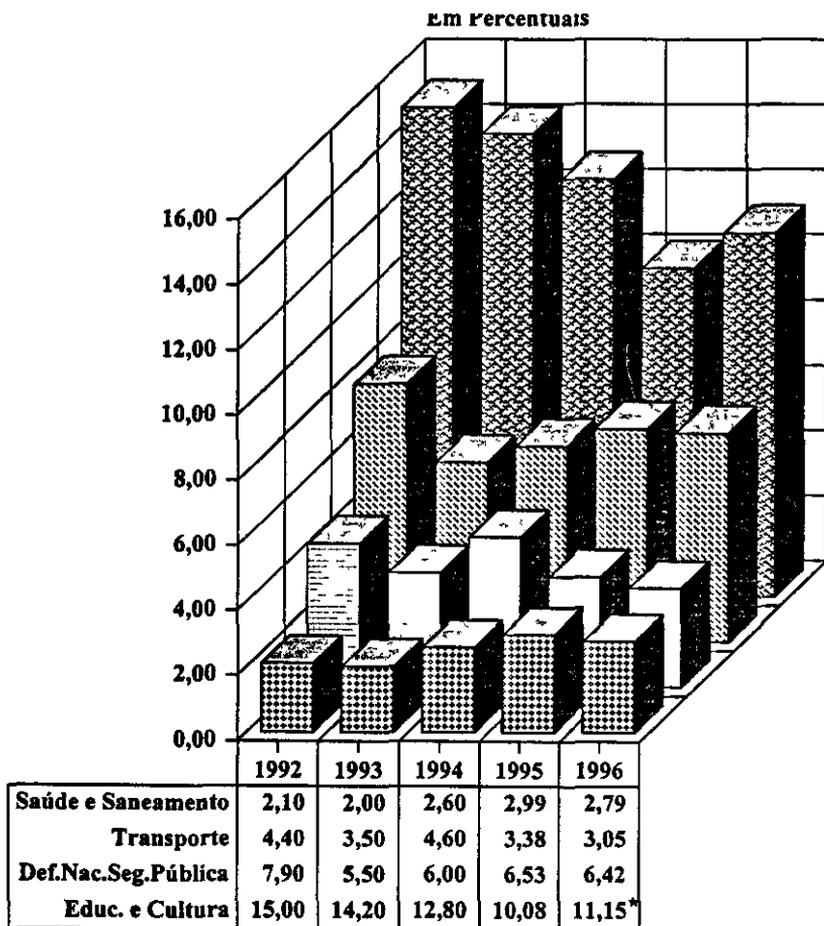
A Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, classificada na Área Social, posicionou-se em quinto lugar, dentre as Funções de Governo, em participação nos gastos totais da Administração Direta Estadual, ao alcançar 6,42% dos recursos. Em valores constantes, o volume dos gastos na Função apresentou um acréscimo de 25,93% em relação ao ano basilar da série (1987).

A Função 08 - Educação e Cultura, classificada na Área Social, posicionou-se em terceiro lugar, com participação de 15,77% no total dos recursos despendidos pela Administração Direta Estadual, segundo revelam os demonstrativos da folha subsequente. Ocorre que, no montante de R\$ 1.231.447 mil, está adicionado o valor de R\$ 361.114 mil, indevidamente classificado, e que será motivo de comentário no desenvolvimento do presente trabalho. Excluindo a mencionada importância do total de despesa da Função Educação e Cultura, veremos que sua posição passará para o quarto lugar, com participação de 11,15% no total dos gastos da Administração Direta do Estado.

A Função 13 - Saúde e Saneamento, classificada na Área Social, obteve o oitavo lugar ao atingir 2,79% de participação no total dos gastos realizados pela Administração Direta Estadual. Este volume de recursos, cotejando-se com o registrado no ano base (1987), indica um acréscimo de 111,10%.

A Função 16 - Transporte, classificada na Área de Infra-Estrutura, posicionou-se em sétimo lugar com 3,05% de participação no total dos recursos despendidos pela Administração Direta Estadual. Tendo como balizador o ano de 1987, em valores constantes, o nível de investimentos direcionados à Função experimentou redução da ordem de 30,03%.

**PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL
PERÍODO 1992/1996**



Saúde e Saneamento
 Transporte
 Def.Nac.Seg Pública
 Educ e Cultura

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESAS REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PERÍODO DE 1987/1996

Em R\$ mil*

Nº	FUNÇÕES	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
01	Legislativa	62 261	66 578	80 923	81 687	89 282	100 400	107 695	100 941	127 371	139 499
02	Judiciária	219 999	233 680	290 462	317 367	299 972	348 319	383 905	345 992	423 233	438 192
03	Adm e Planej	2 190 938	1 684 176	736 737	991 681	1 103 438	1 776 010	1 936 229	1 965 887	1 772 798	1 892 645
04	Agricultura	66 760	86 473	89 925	111 216	99 756	139 506	129 463	124 952	88 290	118 848
05	Comunicações	91 149	4 950	21 251	5 215	21 428	301				
06	Def N Seg Públ	397 962	336 099	397 756	527 321	422 281	515 558	356 149	408 190	452 370	501 167
07	Des Regional	723 730	613 031	916 527	1 034 719	970 652	1 025 842	993 010	1 148 452	1 158 304	1 201 673
08	Educ Cultura	988 919	901 741	1 039 231	1 172 294	837 082	962 291	912 606	870 505	697 820	1 231 447**
09	Energ R Miner	69 986	129 589	206 646	74 322	48 472	8 212	1 678	31 126	21 244	6 474
10	Hab Urbanismo	16 678	44 179	41 642	51 289	15 612	26 165	19 440	51 662	66 107	13 003
11	Ind Com Serv	28 510	23 750	98 390	218 220	14 619	25 679	34 136	26 112	110 452	34 179
12	Rel Exteriores					236					228
13	Saude e Saneam	103 325	86 651	116 041	143 241	137 029	140 093	129 163	178 898	206 964	218 120
14	Trabalho	8 602	7 338	6 725	7 782	8 047	27 271	29 121	28 305	23 354	27 940
15	Assist Previd	963 257	921 403	1 043 794	1 171 518	1 013 870	1 148 971	1 169 343	1 230 384	1 541 283	1 745 143
16	Transporte	340 211	251 454	458 697	613 560	244 321	289 223	227 747	314 513	234 071	237 868
16		6 272 288	5 290 093	5 544 747	6 521 433	5 326 096	6 553 641	6 429 685	6 825 919	6 923 661	7 806 427

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Método)

** Não excluído o valor de R\$ 361.114 mil

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PARTICIPACÃO PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DA DESPESA
PERÍODO DE 1987/1996

Em %

Nº	FUNÇÕES	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
01	Legislativa	0,99	1,26	1,46	1,25	1,68	1,53	1,67	1,48	1,84	1,79
02	Judiciária	3,51	4,42	5,24	4,87	5,63	5,31	5,97	5,07	6,11	5,61
03	Adm e Planej	34,93	31,84	13,29	15,21	20,72	27,10	30,11	28,80	25,60	24,24
04	Agricultura	1,06	1,63	1,62	1,71	1,67	2,13	2,01	1,83	1,28	1,52
05	Comunicações	1,45	0,09	0,38	0,08	0,40					
06	Def N Seg Públ	6,34	6,35	7,17	8,09	7,93	7,87	5,54	5,98	6,53	6,42
07	Des Regional	11,54	11,59	16,53	15,87	18,22	15,65	15,44	16,82	16,73	15,39
08	Educ Cultura	15,77	15,16	18,74	17,98	15,72	14,99	14,19	12,75	10,08	15,77**
09	Energ R Miner	1,12	2,45	3,73	1,14	0,91	0,13	0,03	0,46	0,31	0,08
10	Hab Urbanismo	0,27	0,84	0,75	0,79	0,29	0,40	0,30	0,76	0,95	0,17
11	Ind Com Serv	0,45	0,45	1,77	3,35	0,27	0,39	0,53	0,38	1,60	0,44
12	Rel Exteriores										
13	Saude e Saneam	1,65	1,62	2,09	2,20	2,57	2,14	2,01	2,62	2,99	2,79
14	Trabalho	0,14	0,14	0,12	0,12	0,15	0,42	0,45	0,41	0,34	0,36
15	Assist Previd	15,36	17,42	18,82	17,96	19,04	17,53	18,19	18,03	22,26	22,36
16	Transporte	5,42	4,75	8,27	9,41	4,59	4,41	3,54	4,61	3,38	3,05
16		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado

** Não excluído o valor de R\$ 361.114 mil

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPEZA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PERÍODO DE 1987/1996

Relativo (Base 1987=100)

01	Legislativa	100 00	106 93	129 97	131 20	143 40	161 26	172 97	162 12	204 57	224 05
02	Judiciária	100 00	106 22	132 03	144 26	136 35	158 33	174 50	157 27	192 38	199 18
03	Adm. e Planej	100,00	76 87	33 63	46 26	50 36	81 06	86 37	69 73	80 92	86 39
04	Agricultura	100 00	129 53	134 70	166 59	149 43	208 97	193 92	187 17	132 25	178 02

05	Comunicações	100 00	5 43	23 31	5 72	23 51	0 11	-	-	-	-
06	Def N Seg Póbl	100 00	84 46	89 96	132 51	106 11	129 56	89 49	102 57	113 67	125 93
07	Des Regional	100 00	84 70	126 64	142 97	134 12	141 74	137 21	158 69	160 05	166 04
08	Educ Cultura	100 00	81 07	105 09	118 54	84 66	99 33	92 28	88 03	70 56	124 52**
09	Energ R Miner	100 00	186 17	295 27	106 20	69 26	11 73	2 40	44 48	30 35	9 25
10	Hab Urbanismo	100 00	264 90	249 69	307 52	93 61	156 89	116 56	209 77	396 37	77 97
11	Ind Com Serv	100 00	83 30	346 11	765 42	51 28	90 07	119 74	91 59	387 42	119 89
12	Rel Exteriores						100 00				96 48
13	Saúde e Saneam	100 00	82 90	112 31	136 63	132 62	136 59	125 01	173 14	200 30	211 10
14	Trabalho	100 00	85 31	78 19	90 47	93 55	317 03	338 54	329 05	271 50	324 81
15	Assist Previd	100 00	95 65	108 36	121 62	105 25	119 28	121 39	127 73	160 01	181 17
16	Transporte	100 00	73 91	134 83	180 35	71 61	85 01	66 94	92 46	68 80	69 92
16		100 00	84 34	88 40	103 97	84 91	104 49	102 51	108 83	110 38	124 46

Fonte: Balanços Gerais do Estado

** Não excluído o valor de R\$ 361.114 mil

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPEZA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PERÍODO DE 1987/1996

Varição Percentual Ano a Ano

Nº	FUNÇÕES	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
01	Legislativa	-	6 93	21 55	0 94	9 30	12 46	7 27	-6 27	26 18	9 52
02	Judiciária	-	6 22	24 30	9 26	5 48	16 12	10 22	-9 88	22 32	3 53
03	Adm e Planej	-	23 13	56 26	34 60	11 27	60 95	9 02	1 53	-9 82	6 76
04	Agricultura	-	29 53	3 99	23 68	-10 30	39 86	7 20	3 48	29 34	34 61
05	Comunicações	-	94 57	329 33	-75 46	310 86	-99 53				
06	Def N Seg Póbl	-	15 55	18 34	32 57	19 92	22 09	30 92	14 61	10 82	10 79
07	Des Regional	-	15 30	49 51	12 90	-6 19	5 69	-3 20	15 65	0 86	3 74
08	Educ Cultura	-	-18 93	29 62	12 80	-28 59	17 35	-7 09	-4 61	-19 84	76 47**
09	Energ R Miner	-	85 17	59 46	64 03	-34 78	-83 06	-79 57	1 755 47	31 75	-69 53
10	Hab Urbanismo	-	164 90	-5 74	23 16	-69 56	67 60	25 70	165 75	27 96	-80 33
11	Ind Com Serv	-	16 70	314 28	121 79	93 30	75 65	32 94	-23 51	322 99	69 05
12	Rel Exteriores	-									
13	Saúde e Saneam	-	17 10	35 48	23 44	-4 34	2 24	-7 80	38 51	15 69	5 39
14	Trabalho	-	14 69	8 35	15 72	3 40	238 91	6 78	2 80	17 49	19 63
15	Assist Previd	-	-4 35	13 28	12 24	-13 46	13 33	1 77	5 22	25 27	13 23
16	Transporte	-	26 09	82 42	33 76	-60 18	18 38	21 26	38 10	25 58	1 62
16			15 66	4 81	17 61	18 33	23 05	-1 89	6 16	1 43	12 75

Fonte: Balanços Gerais do Estado

** Não excluído o valor de R\$ 361.114 mil

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

2.1 - FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a garantia da segurança nacional e da preservação da ordem pública".

A Função Defesa Nacional e Segurança Pública, no contexto estadual, historicamente, tem sido desenvolvida pela Administração Direta. No exercício de 1996, a execução dos recursos financeiros destinados a esta Função processou-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
12	Secretaria da Justiça e da Segurança	358 221	100 00	501 167	100 00	139 90
	TOTAL	358 221	100,00	501 167	100 00	139 90

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996 volume II
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Os registros do quadro demonstram que a dotação inicial para a Função Defesa Nacional e Segurança Pública previu recursos no montante de R\$ 358.221 mil, ao passo que a despesa realizada chegou ao total de R\$ 501.167 mil, apontando, por conseguinte, um acréscimo de 39,90% acima do prefixado

No exercício em análise, através da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, foram integralmente implementadas, no âmbito do Estado, as ações inerentes a Função Defesa Nacional e Segurança Pública, notadamente, por meio da Brigada Militar e da Polícia Civil, que, juntas, movimentaram recursos financeiros na ordem de 94,45% sobre o total das despesas realizadas por conta dessa Função

As participações retrorreferidas da Brigada Militar e Polícia Civil dizem respeito apenas às despesas realizadas nas Unidades Orçamentárias 12.03 e 12.04. Todavia, se incluídos mais os gastos efetivados a favor dos Fundos (12.80 e 12.85), o executadas na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, conforme se demonstra a seguir.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DA BRIGADA MILITAR E POLÍCIA CIVIL NA DESPESA REALIZADA NA
FUNÇÃO 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	Órgão 12 Secretaria da Justiça e da Segurança	DESPESA REALIZADA	
		VALOR	PART % S/TOTAL
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
12 03	Brigada Militar	315.416	62,94
12 85	Fundo da Brigada Militar	5.552	1,11
TOTAL DAS DESPESAS DA BRIGADA MILITAR		320.968	64,05
12 04	Polícia Civil	157.935	31,51
12 80	Fundo da Polícia Civil	12.333	2,46
TOTAL DAS DESPESAS DA POLÍCIA CIVIL		170.268	33,97
TOTAL BRIGADA MILITAR E POLÍCIA CIVIL		491.236	98,02
OUTRAS UNID ORÇAMENTÁRIAS = 12 01 (Gab Secret), 12 60 (FESP) e 12 93 (FUNDESP)		9.931	1,98
TOTAL GERAL DA DESPESA		501.167	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996, Volume II
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

É necessário que se informe que o Governo do Estado, pela Lei nº 10.839, de 24 de julho de 1996, entre outras providências, extinguiu vários Fundos Especiais, estando arrolados o Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços de Segurança Pública - FUNDESP/RS (U.O. 12.93), Fundo da Brigada Militar (U.O. 12.85) e o Fundo da Polícia Civil (U.O. 12.80), todos vinculados à Secretaria de Justiça e da Segurança

Na mesma Lei, o Governo do Estado instituiu o Fundo Especial da Segurança Pública - FESP com o objetivo de apoiar, em caráter supletivo, as atividades e projetos da Secretaria da Justiça e da Segurança, ou seja, atender às necessidades materiais da Polícia

Os saldos positivos dos Fundos, bem como os recursos financeiros apurados na data de suas extinções, foram transferidos ao FESP, cabendo à Secretaria da Justiça e da Segurança prestar assessoramento técnico e suporte administrativo ao mesmo

A autorização das transferências dos saldos positivos ocorreu por meio do Decreto Estadual nº 37 057, de 03 de dezembro de 1996, ficando abertos, no Orçamento do Estado, créditos especiais no montante de R\$ 22 223 mil para serem executados junto a Unidade Orçamentária 12 60 - FESP

Tais créditos foram abertos indicando como recurso a redução, em igual valor, dos saldos das dotações existentes nas Unidades Orçamentárias 12 80, 12 85 e 12 93, respectivamente do Fundo da Polícia Civil, Brigada Militar e FUNDESP/RS

Quanto à série estatística a seguir representada, compreendendo o período de 1987 a 1996, observa-se que os recursos direcionados à Função Defesa Nacional e Segurança Pública pela Administração Direta Estadual, projetam um movimento que define períodos onde os mesmos variam, alternadamente, entre crescimentos e significativas reduções

O mais baixo desempenho alcançado pelos gastos realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, em valores constantes, verificou-se no ano de 1988. Todavia, o ápice da série analisada (1987-1996), em despesas executadas na Função, foi atingido no ano de 1990. Em 1991, os recursos a ela alocados apresentaram-se reduzidos, comparativamente a 1990. O ano de 1992 demonstra significativa recuperação de recursos, evidenciando, deste modo, a segunda maior aplicação no decênio. No exercício de 1993, os gastos realizados apresentaram-se bem aquém do executado em 1992. Nos anos de 1994 e 1995, as despesas efetivadas a favor da Função registraram crescimentos de, respectivamente, 14,61% e 10,82%, confrontando-se com os dispêndios realizados nos anos imediatamente anteriores aos mesmos.

No exercício sob exame, verificou-se que as despesas executadas na Função Defesa Nacional e Segurança Pública mostraram-se superiores em 25,93% em relação ao ano-basilar da série (1987), sendo que, comparativamente ao ano anterior (1995), evidenciaram um crescimento de 10,79%.

Quanto à participação relativa no total dos gastos realizados pela Administração Direta Estadual, as despesas da Função registraram uma participação de 6,42%. Tal participação, entretanto, proporcionalmente, mostrou-se inferior em 1,68% em relação à participação relativa alcançada em 1995. Ainda assim, ocupou a quinta posição dentre as 16 (dezesseis) outras Funções Orçamentárias priorizadas e executadas pelo Estado em 1996.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1987/1996
 FUNÇÃO 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública

ANO	EM VALORES		RELATIVO	VARIACÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES*	CONSTANTES**	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL
1987	5 994 833 825	397 962	100,00	-	6,34
1988	39 703 320 800	336 099	84,45	-15,55	6,35
1989	667.117 408	397 756	99,95	18,34	7,17
1990	25 118 251 624	527 321	132,51	32,57	8,09
1991	103 533 205 840	422 281	106,11	-19,92	7,93
1992	1.379 542 172 688	515.558	129,55	22,09	7,87
1993	21 000 953 237	356 149	89,49	-30,92	5,54
1994	219 411.897	408 190	102,57	14,61	5,98
1995	407 190 576	452 370	113,67	10,82	6,53
1996	501 167 055	501 167	125,93	10,79	6,42

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A Função Defesa Nacional e Segurança Pública, ainda, durante o exercício de 1996, foi movimentada tanto por Programas típicos (Segurança Pública), na ordem de 99,11% dos recursos, quanto por Programas atípicos (Ensino Superior e Administração) com os restantes 0,89%, como se observa a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
 PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
 FUNÇÃO 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMAS	PROJETOS	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC
		PREV EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	IS/TOTAL
7	Administração	- / -	-	1 / 1	4 116	4 116	0,82
30	Segurança Pública	9 / 3	4 164	15 / 14	492 559	496 723	99,11
44	Ensino Superior	- / -	-	1 / 1	328	328	0,07
3	TOTAL	9 / 3	4 164	17 / 16	497 003	501 167	100,00

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Na tabela que segue, são apresentados os Projetos e Atividades previstos e realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, destacando-se a Atividade 2064 - Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva, que indicou um incremento de

43,83% sobre a dotação inicial prevista e uma participação de 56,76% no total dos gastos efetivados na Função

Dos 09 (nove) Projetos orçados, apenas 03 (três) foram implementados, demonstrando uma execução de despesas de, tão-somente, 0,84% do total dos recursos destinados à Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996 PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública							Em R\$ mil
NOME RO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %	
1016	Reaparelhamento Operacional da Brigada Militar	2 079	0 59	1 940	0 39	93 30	
1017	Reaparelhamento Operacional do Corpo de Bombeiros	1 378	0 38	1 250	0 25	90 70	
1018	Reaparelhamento Administrativo da Brigada Militar	78	0 02	-	-	-	
1021	Modernização do Sistema de Telecomunicações	416	0 12	-	-	-	
1022	Atualização do Sistema de Telecomunicações	416	0 12	-	-	-	
1810	Reaparelhamento Operacional da Polícia Civil	1 222	0 34	974	0 19	79 76	
1813	Equipar a Polícia Civil para o Mercosul	260	0 07	-	-	-	
1814	Construção e Reforma de Unidades Policiais Cíveis	224	0 06	-	-	-	
1819	Prevenção e Repressão ao Crime Organizado no Mercosul	312	0 09	-	-	-	
2062	Manutenção dos Serviços de Informações	70	0 02	4	0 00	5 17	
2064	Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva	197 787	55 21	284 486	56 76	143 83	
2065	Manutenção dos Serviços de Saúde	1 460	0 41	459	0 09	31 42	
2066	Manutenção do Ensino e da Pesquisa	1 525	0 43	328	0 07	21 53	
2067	Manutenção dos Serviços de Bombeiros	16 438	4 59	26 949	5 38	163 94	
2131	Coordenação Geral	2 346	0 66	4 116	0 82	175 43	
2350	Manutenção dos Serviços da Polícia Civil	113 193	31 60	156 960	31 32	138 67	
8001	Reaparelhamento Operacional e Manutenção da Polícia Civil	4 158	1 16	12 333	2 46	296 58	
8004	Conselho Estadual de Entorpecentes	6 030	1 68	-	-	-	
8020	Manutenção e Aparelhamento da Brigada Militar	-	-	488	0 10	-	
8021	Manutenção e Aparelhamento da Polícia Civil	-	-	3 993	0 80	-	
8022	Conselho Estadual de Entorpecentes	-	-	15	0 00	-	
8023	Formulação e Coord. Política de Segurança Pública	-	-	133	0 03	-	
8571	Formulação e Coordenação da Política de Segurança Pública	376	0 10	91	0 02	24 12	
8572	Manutenção e Reaparelhamento dos Serviços da Polícia Civil	2 494	0 70	524	0 10	20 99	
8575	Manutenção e Reaparelhamento dos Serviços da Brigada Militar	2 494	0 70	573	0 11	22 96	
8586	Manutenção Geral da Brigada Militar	3 464	0 97	5 552	1 11	160 27	
26	TOTAL	358 221	100 00	501 167	100 00	139 90	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto à participação dos elementos de despesa na Função, apresentada na tabela que segue, verifica-se que os recursos humanos absorveram a quase totalidade dos gastos efetivados, como demonstram as despesas dos elementos 3111, 3112 e 3114 que, em conjunto, atingiram 86,29% do total dos recursos alocados à Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

NUMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	OR/DI %
3111	Pessoal Civil	132 897	37 10	150 984	30 13	113 61
3112	Pessoal Militar	164 430	46 90	265 053	52 89	161 20
3113	Obrigações Patronais	8 237	2,30	78	0 02	0 95
3114	Diárias e Ajuda de Custo	7 673	2 14	16 393	3 27	213 63
3120	Material de Consumo	10 925	3 05	10 332	2 06	94 57
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1 135	0 32	13	0 00	1 14
3132	Outros Serviços e Encargos	12 087	3 37	26 747	5 34	221 29
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	1 490	0 30	-
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	11 532	2 30	-
3211	Transferências Operacionais	-	-	-	-	-
3213	Contribuições Correntes	-	-	48	0 01	-
3223	Transferências a Municípios	603	0 17	-	-	-
3230	Transferências a Instituições Privadas	603	0,17	-	-	-
3231	Subvenções Sociais	303	0 08	22	0 00	7 27
3232	Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	0	0 00	-
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	2	0 00	-
4110	Obras e Instalações	3 129	0 87	1 288	0 26	41 16
4120	Equipamentos e Material Permanente	15 596	4 36	17 020	3 40	109 13
4260	Const. ou Aum. de Cap. de Expr. Comerc. ou Financ.	-	-	65	0 01	-
4323	Transferências a Municípios	301	0 08	100	0 02	33 17
4330	Transferências a Instituições Privadas	301	0 08	-	-	-
22	TOTAL	358 221	100 00	501 167	100 00	139 90

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

2.1.1 - PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA

"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas para a preservação e manutenção da ordem pública".

O Programa Segurança Pública foi desenvolvido integralmente na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, da qual é característico, pela Administração Direta Estadual, através da Secretaria da Justiça e da Segurança que o executou por intermédio da Brigada Militar (64,05%) e Polícia Civil (33,97%), sendo que as despesas efetivadas, por conta do mesmo, demonstraram comportamento, nos últimos dez anos (1987/1996), idêntico ao da Função na qual está inserido

No exercício sob análise, verifica-se que os recursos alocados ao Programa Segurança Pública foram superiores em 25,24% daqueles aplicados no ano-base (1987) e 10,11% em relação ao ano anterior (1995)

Ainda, observou-se que, dentre os 49 (quarenta e nove) Programas implementados pela Administração Direta Estadual, o Programa Segurança Pública alcançou o quinto lugar em despesas realizadas, haja vista ter atingido o percentual de 6,36% de participação no total despendido, conforme dados a seguir demonstrados

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1987/1996
PROGRAMA 30 Segurança Pública

ANO +	EM VALORES		RELATIVO	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES	CONSTANTES*	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL
1987	5 974 661	396 623	100 00	-	6 32
1988	39 592 200	335 158	84 50	-15,50	6,34
1989	665 718 277	396 922	100 08	18 43	7,16
1990	24 744 278 916	519 470	130,97	30 87	7,97
1991	102 239 486 963	417 005	105,14	19 72	7,83
1992 1	370 574 274 164	512 206	129,14	22 83	7 82
1993	20 786 959 349	352 520	88,88	31 18	5,48
1994	218 836 568	407 119	102 65	15,49	5 96
1995	406 053 105	451 106	113 74	10,80	6,52
1996	496 722 547	496 723	125 24	10 11	6,36

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) Em R\$ mil
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No exercício de 1996, a dotação inicial previu recursos no total de R\$ 354 349 mil para o Programa Segurança Pública. No entanto, a despesa realizada atingiu R\$ 496 723 mil, apresentando um acréscimo de 40,18% sobre a dotação prefixada, como demonstra a tabela abaixo

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NOS PROJETOS/ATIVIDADES
DO PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	%
12	Secretaria da Justiça e da Segurança	335 333	94 63	473 022	95 23	141,06
60	Fundo Especial da Seg Pública FESP			4 628	0,93	
80	Fundo Polícia Civil	4 158	1 17	12 333	2 48	296 58
85	Fundo Brigada Militar	3 464	0 98	5 552	1 12	160 27
93	Fundo Especial de Reparelhamento dos Ser	11 394	3 22	1 187	0 24	10 42
TOTAL		354 349	100 00	496 723	100 00	140 18

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NOS PROJETOS/ATIVIDADES
DO PROGRAMA 30 - Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	PROJETOS	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT S/TOTAL
		PREV/EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV/EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	
12	Secretaria de Justiça e da Segu	9 / 3	4 164	5 / 5	468 858	473 022	95,23
60	Fundo Especial da Seg Pública	- / -	-	4 / 4	4 628	4 628	0,93
80	Fundo Polícia Civil	- / -	-	1 / 1	12 333	12 333	2,48
85	Fundo Brigada Militar	- / -	-	1 / 1	5 552	5 552	1,12
93	Fundo Especial de Resapehhamen	- / -	-	4 / 3	1.187	1 187	0,24
4	TOTAL	9 / 3	4 164	15 / 14	492 559	496 723	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se através da Tabela supracitada que, das 15 (quinze) Atividades previstas, 14 (quatorze) foram implementadas, absorvendo recursos no montante de R\$ 492.559 mil, o que equivaleu a 99,16% do total despendido. Quanto aos Projetos, constatou-se que, dos 09 (nove) programados no Orçamento, foram movimentados apenas 03 (três). O total despendido com os mesmos representou, tão-somente, 0,84% da despesa realizada no Programa. Esta pequena aplicação de recursos em Projetos, prejudicou bastante o aparelhamento administrativo e operacional dos Órgãos Estaduais responsáveis pela Segurança Pública. Abaixo, demonstra-se a participação dos Projetos e das Atividades Orçamentárias no total gasto pelo Programa Segurança Pública:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 30 - Segurança Pública

Em R\$ mil

NÚM RO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO ORÇUCIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1016	Resapehamento Operacional da Brigada Militar	2 079	0,59	1 940	0,39	93,30
1017	Resapehamento Operacional do Corpo de Bombeiros	1 378	0,39	1 250	0,25	90,70
1018	Resapehamento Administrativo da Brigada Militar	78	0,02	-	-	-
1021	Modernização do Sistema de Telecomunicações	416	0,12	-	-	-
1022	Atualização do Sistema de Telecomunicações	416	0,12	-	-	-
1810	Resapehamento Operacional da Polícia Civil	1 222	0,34	974	0,20	79,76
1813	Equipar a Polícia Civil para o Mercosul	260	0,07	-	-	-
1814	Construção e Reforma de Unidades Policiais Cíveis	224	0,06	-	-	-
1819	Prevenção e Repressão ao Crime Organizado no Mercosul	312	0,09	-	-	-
2062	Manutenção dos Serviços de Informações	70	0,02	4	0,00	5,17
2064	Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva	197 787	55,82	284 486	57,27	143,83
2065	Manutenção dos Serviços de Saúde	1 460	0,41	469	0,09	31,42
2067	Manutenção dos Serviços de Bombeiros	16 438	4,64	26 949	5,43	163,94
2350	Manutenção dos Serviços de Polícia Civil	113 193	31,94	156 960	31,60	138,67
8001	Resapehamento Operacional e Manutenção da Polícia Civil	4 158	1,17	12 333	2,48	296,58
8004	Conselho Estadual de Entorpecentes	6 030	1,70	-	-	-
8020	Manutenção e Aparelhamento da Brigada Militar	-	-	486	0,10	-
8021	Manutenção e Aparelhamento da Polícia Civil	-	-	3 933	0,80	-
8022	Conselho Estadual de Entorpecentes	-	-	15	0,00	-
8023	Formulação e Coord. Política de Segurança Pública	-	-	133	0,03	-
8571	Formulação e Coordenação da Política de Segurança Pública	376	0,11	91	0,02	24,12
8572	Manutenção e Resapehamento dos Serviços de Polícia Civil	2 494	0,70	524	0,11	20,99
8575	Manutenção e Resapehamento dos Serviços de Brigada Militar	2 494	0,70	573	0,12	22,96
8586	Manutenção Geral da Brigada Militar	3 464	0,98	5 552	1,12	160,27
24	TOTAL	354 349	100,00	496 723	100,00	140,18

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se, na tabela, que apenas 03 (três) Atividades executadas concentraram 94,30% dos recursos destinados ao Programa, o que significou um total de R\$ 468 395 mil. A Atividade nº 2064 - Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva, desenvolvida pela Brigada Militar, foi destinatária da maioria dos recursos aplicados, ou seja, 57,27%. As Atividades nºs 2350 - Manutenção dos Serviços de Polícia Civil e 2067 - Manutenção dos Serviços de Bombeiros administraram, respectivamente, 31,60% e 5,43% daquele valor

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

NOME RO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO		DESPESA REALIZADA	PARTIC		DR/DI %
		INICIAL	%		%	%	
3111	Pessoal Civil	132 235	37 32	148 412	29 88	112 23	
3112	Pessoal Militar	164 430	46 40	264 885	53 33	161 09	
3113	Obrigações Patronais	8 227	2 32	72	0 01	0 87	
3114	Diárias e Ajuda de Custo	7 517	2 12	16 335	3 29	217 29	
3120	Material de Consumo	9 870	2 79	10 196	2 05	103 31	
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1 115	0 31	4	0 00	0 35	
3132	Outros Serviços e Encargos	10 380	2 93	25 337	5 10	244 10	
3192	Despesas de Exercícios Anteriores			1 489	0 30		
3193	Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal			11 519	2 32		
3223	Transferências a Municípios	603	0 17				
3230	Transferências a Instituições Privadas	603	0 17				
3231	Subvenções Sociais	303	0 09				
3232	Subvenções Econômicas						
3292	Despesas de Exercícios Anteriores			0	0 00		
3293	Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal			2	0 00		
4110	Obras e Instalações			1 288	0 26	41 16	
4120	Equipamentos e Material Permanente	15 336	4 33	17 020	3 43	110 98	
4260	Const ou Aum de Cap de Empr Comerc ou Financ			65	0 01		
4323	Transferências a Municípios	301	0 09	100	0 02	33 17	
4330	Transferências a Instituições Privadas	301	0 09				
20	TOTAL	354 349	100 00	496 723	100 00	140 18	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Examinando-se a composição dos elementos de despesa utilizados na implementação do Programa, fica evidenciado que os recursos humanos, que, inclusive em quantidade, mostraram-se insuficientes para o cumprimento dos objetivos do mesmo, absorveram a quase totalidade do valor despendido, ou seja, as despesas com Pessoal Civil e Militar - Elementos 3111, 3112 e 3114 somaram recursos no valor de R\$ 429 632 mil, que equivaleram a 86,49% do total. Concomitantemente, os recursos destinados a Material de Consumo e a Equipamento e Material Permanente, nos montantes de R\$ 10 196 mil e R\$ 17 020 mil, alcançaram apenas 2,05% e 3,43%, respectivamente, do global aplicado no Programa Segurança Pública

BRIGADA MILITAR

A Brigada Militar tem como atribuição exclusiva o policiamento ostensivo em todo território do Rio Grande do Sul, visando à manutenção e preservação da ordem pública.

O Comando de Policiamento da Capital (CPC), do Corpo de Bombeiros (CCB) e Policiamento de Áreas (CPA/1-6), todos com autonomia, porém com subordinação direta ao Comando-Geral, contaram, em 31/12/96, com um efetivo de 22.756 policiais militares. Incluindo-se os 2.186 policiais desempenhando atividades em Órgãos de Apoio, bem como os 832 outros lotados no Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual (BPRv), constata-se que o efetivo total da Brigada Militar registra 25 774 policiais.

A evolução do efetivo da Brigada Militar, em confronto com a da população do Estado, apresentou-se como segue:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR
E DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL
PERÍODO DE 1987/1996

ANOS	EFETIVO DA BRIGADA MILITAR (*)				POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL		
	NÚMERO	RELATIVO		HABITANTES	RELATIVO		
		BASE FIXA	BASE MÓVEL		BASE FIXA	BASE MÓVEL	
1987	22 228	100,00	100,00	8 587 595	100,00	100,00	
1988	22 684	102,05	102,05	8 708 692	101,41	101,41	
1989	23 618	106,25	104,12	8 826 965	102,78	101,36	
1990	24 128	108,54	102,16	8 941 318	104,11	101,30	
1991	29 962	134,79	124,18	9 135 479	106,37	102,17	
1992	29 352	132,05	97,96	9 251 307	107,73	101,27	
1993	29 044	130,66	98,95	9 384 358	109,27	101,44	
1994	28 560	128,49	98,33	9 502 416	110,65	101,26	
1995	27 467	123,57	96,17	9 619 416	112,02	101,23	
1996	25 774	115,95	93,84	9 624 529	112,07	100,05	

Fontes Brigada Militar - Assessoria Jurídica
FEE/IBGE-DIPEQ/RS (Contagem Populacional 1996)

(*) Incluído efetivo existente em Órgãos de Apoio e BPRv
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No período de 1987 a 1990, verificam-se acréscimos pouco expressivos no efetivo da Brigada Militar. No ano de 1991, todavia, o mesmo apresentou o maior

crescimento da série ao atingir 34,79% em relação ao ano-base (1987) e 24,18% comparativamente ao ano anterior (1990) Nos anos seguintes ao pico (1991), verifica-se gradativa e contínua diminuição do número de policiais militares No exercício em análise, o efetivo sofreu uma redução de 1 693 policiais, que significou uma perda de 6,16% em relação a 1995 Contudo, tomando-se o ano-base (1987) como referência, constata-se um crescimento de 15,95% no total da Corporação da Brigada Militar

Há que se assinalar, ainda, que 54,22% da redução ocorrida em 1996 no efetivo da Brigada Militar, deve-se ao fato de que 918 policiais optaram pelo Programa de Demissão Voluntária - PDV promovido pelo Governo do Estado no exercício em análise

A relação número de policiais militares por mil habitantes mostrou fraco crescimento no ano de 1988, confrontando-se com 1987, prosseguindo a mesma tendência até o ano de 1990 Em 1991, a relação atingiu o pico da série (3,28). Depois deste ano, a relação mostrou contínua diminuição, alcançando, em 1996, a quantidade 2,68 policiais/mil habitantes, conforme se demonstra a seguir.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POLICIAIS
MILITARES POR MIL HABITANTES
PERÍODO DE 1987/1996

ANOS	Nº DE POLICIAIS MILITARES POR MIL HABITANTES
1987	2,59
1988	2,60
1989	2,68
1990	2,70
1991	3,28
1992	3,17
1993	3,09
1994	3,00
1995	2,86
1996	2,68

Fontes Brigada Militar Asses
soria Jurídica
FEE/IBGE DIPEQ/RS (Conta-
gem populacional 1996)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A respeito da distribuição do efetivo da Brigada Militar, existente em 31/12/96, constata-se que 84,72% dos policiais encontrava-se voltado para a atividade-fim No entanto, é na Capital, onde está localizado o Comando da Corporação, que se encontra a maior concentração de militares na atividade-meio, representando 36,84% do efetivo total da Capital (meio e fim), conforme demonstram os dados a seguir

BRIGADA MILITAR - EFETIVO EM 31 12 96

LOTAÇÃO	ATIVIDADE				TOTAL	PART S/TOTAL	
Capital	2 544	36 84	4 362	63,16	6 906	100,00	26,79
Interior	1 395	7,39	17 473	92,61	18 868	100,00	73,21

TOTAL | 3 939 | 15,28 | 21 835 | 84,72 | 25 774 | 100,00 | 100,00

Fonte Brigada Militar - Assessoria Jurídica
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No que se refere à evolução do efetivo da Brigada Militar na Capital e no Interior, observa-se um acentuado decréscimo no da Capital, tendência esta que começou a partir do ano de 1991, quando a Capital detinha 34,80% dos militares contra 65,20% lotados no Interior. No exercício em análise, a Capital contou com 6.906 policiais, ou seja, 26,79% do total, enquanto no Interior encontravam-se lotados 18.868, equivalendo a 73,21%, conforme se demonstra a seguir:

BRIGADA MILITAR - EVOLUÇÃO DO EFETIVO - 1991/1996
CAPITAL E INTERIOR
PARTICIPAÇÃO (%) SOBRE TOTAL

LOTAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Capital	34,80	31,04	30,75	27,37	27,51	26,79
Interior	65,20	68,96	69,25	72,63	72,49	73,21
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte Brigada Militar - Assessoria Jurídica
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto à frota de veículos da Brigada Militar, verifica-se que a mesma registrou 2.259 veículos no exercício em análise, tipificados como segue.

BRIGADA MILITAR DO ESTADO
VEÍCULOS DISPONÍVEIS EM 31-12-96

TIPO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Ônibus	003	002	005
Microônibus	024	029	053
Caminhões	053	185	238
Automóveis	259	1.027	1.286
Utilitários	080	246	326
Motocicletas	083	161	244
Outros	036	071	107
TOTAL	538	1 721	2.259

A frota de veículos à disposição da Brigada Militar, para o atendimento tanto da atividade-fim como da atividade-meio, em 1996, decresceu 2,08%, confrontando-se com os dados apresentados no ano anterior. No tocante à distribuição dos veículos entre o Interior e a Capital, observou-se que, no período de 1989/1996, em média, 72% dos veículos da Brigada Militar achavam-se lotados no Interior, enquanto a Capital detinha os 28% restantes.

Ainda, no ano de 1996, a frota da Capital sofreu um decréscimo de 111 veículos, o que significou uma perda de 17,10% em relação a 1995. No Interior, todavia, a frota aumentou 63 veículos, o que representou um acréscimo de 3,80%, como se demonstra a seguir:

EVOLUÇÃO DA FROTA DA BRIGADA MILITAR NA CAPITAL E INTERIOR
PERÍODO DE 1989/1996

ANO	VEÍCULOS DISPONÍVEIS						
	CAPITAL	PERC	S/TOTAL	INTERIOR	PERC	S/TOTAL	TOTAL
1989	464	26		1 325	74		1 789
1990	534	28		1 348	72		1 882
1991	502	27		1 381	73		1 883
1992	829	38		1 349	62		2 178
1993	475	22		1 670	78		2 145
1994	779	33		1 561	67		2 340
1995	649	28		1 658	72		2 307
1996	538	24		1 721	76		2 259

Fonte: Brigada Militar - Assessoria Jurídica
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As informações constantes no quadro abaixo demonstram que 53,60% do total da frota apresentou viaturas com mais de cinco anos de uso. Constatou-se, ainda, que no Interior do Estado esta situação atinge 61,67% da frota. Porém, na Capital e Região Metropolitana, este percentual cai para 30,74%. Convém salientar que a vida útil para veículos utilizados de forma intensiva é de, no máximo, 4 anos.

FAIXA ETÁRIA DAS VIATURAS DA BRIGADA MILITAR, EM 31.12.96

FAIXA ETÁRIA	EXISTÊNCIA		TOTAL	%	ESTADO GERAL
	CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA	INTERIOR			
0 A 2 ANOS	100	096	196	8,70	ÓTIMO
2 A 5 ANOS	310	543	853	37,70	BOM
5 A 10 ANOS	144	769	913	40,40	BOM
MAIS DE 10 ANOS	038	259	297	13,20	REGULAR
TOTAL	592	1 667	2 259	100	-

Fonte: Brigada Militar - Assessoria Jurídica
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Pelo ilustrado, verifica-se que a atuação da Brigada Militar acha-se prejudicada pelo decréscimo de seu efetivo, agravada pelo elevado número de policiais concentrados na atividade-meio (15,28% do total). Na capital, os dados mostram que 36,84% dos policiais desempenham funções na atividade-meio. Também, o fato de 53,60% da frota de veículos da Brigada Militar ter faixa etária superior a 5 anos de uso, contribui para que a atuação da mesma não se desenvolva de forma plenamente satisfatória

Referentemente ao registro de ocorrências efetivadas pela Brigada Militar, no período compreendido entre 1987/96, constata-se o que segue:

POLICIAMENTO OSTENSIVO
EVOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA BRIGADA
PERÍODO DE 1987/1996

OCORRÊNCIAS		DE TRÂNSITO	CONTRA OS COSTUMES	CONTRA O PATRIMÔNIO	CONTRA A PESSOA
1987	Número	260 654	70 079	27.372	40.129
	Relativo	100	100	100	100
1988	Número	430 230	61.862	25 947	40 787
	Relativo	165	88	95	102
1989	Número	416 787	64 026	30 773	45.760
	Relativo	160	91	112	114
1990	Número	452.911	69 675	31 467	49 164
	Relativo	174	99	115	123
1991	Número	521 451	79 574	33 132	52.271
	Relativo	200	114	121	130
1992	Número	552 475	90.407	39 774	54.655
	Relativo	212	129	145	136
1993	Número	472.200	86 071	31 149	42.125
	Relativo	181	123	114	105
1994	Número	591.266	91 489	130 117	38 234
	Relativo	227	131	475	95
1995	Número	809 865	82 649	31.457	33.517
	Relativo	311	118	115	84
1996	Número	892 411	80.186	30 927	32.095
	Relativo	342	114	113	80

Fonte: Assessoria Especial de Operações - Brigada Militar

Através da tabela supracitada, observa-se que as ocorrências acometidas contra os costumes, contra o patrimônio e contra a pessoa diminuíram no exercício de 1996 em relação ao anterior (1995), permanecendo a tendência de queda verificada em

1993 No entanto, tal tendência não se repetiu com as ocorrências de trânsito, que continuam crescendo, observando-se um aumento de 10% em relação a 1995

Confrontando-se com os dados do ano-base (1987), temos que as ocorrências de trânsito cresceram 242%, as contra os costumes 14% e as contra o patrimônio 13% Excetuaram-se as ocorrências contra a pessoa, que decresceram 20% no mesmo período

Considerando os serviços prestados e as providências tomadas pelos policiais militares, no período 1987/1996, resultantes das ocorrências registradas, elaborou-se a seguinte tabela evolutiva:

POLICIAMENTO OSTENSIVO
EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
PERÍODO DE 1987/1996

OCORRÊNCIAS		SERVIÇOS PRESTADOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
1987	Número	348 964	569 838
	Relativo(*)	100	100
1988	Número	316 692	723 515
	Relativo	91	127
1989	Número	313 997	715 751
	Relativo	90	126
1990	Número	282 133	773 837
	Relativo	81	136
1991	Número	283 228	859 900
	Relativo	81	151
1992	Número	299 754	841 950
	Relativo	86	148
1993	Número	264 836	790 123
	Relativo	76	139
1994	Número	340 127	844 804
	Relativo	97	148
1995	Número	235 572	1 200 732
	Relativo	68	211
1996	Número	342 542	1 275 834
	Relativo	98	224

Fonte: Brigada Militar - Assessoria Jurídica
(*) Calculado sobre o ano-base (1987)

No período em análise (1987/1996), os serviços prestados pela Brigada Militar expressam números relativos, que mostram uma tendência decrescente dos serviços, comparativamente ao ano basilar da série. Assim, em 1996, os serviços prestados representaram 98% do efetivado no ano-base (1987). Confrontando-se, todavia, com o realizado em 1995, observa-se um crescimento de 45,41%. Quanto às providências tomadas, a série estudada evidencia movimentos crescentes ao longo do período, comparando-se com a quantidade registrada no ano de 1987. No exercício em análise, entretanto, pela segunda vez no decênio, constata-se que as providências tomadas pela Brigada Militar atingiram um total que ultrapassou 100% do indicado no ano inicial da série. Comparativamente ao ano anterior (1995), houve um crescimento de 6,25% nas providências tomadas pela Brigada Militar

POLÍCIA CIVIL

A atuação da Polícia Civil mobiliza-se a favor do cumprimento dos objetivos do Programa Segurança Pública, tendo como atribuição principal assegurar os direitos e garantias individuais, a ordem e a tranquilidade públicas nos termos constitucionais.

Para a consecução desta finalidade, a Polícia Civil contou, no ano de 1996, com 6 257 policiais civis, assim distribuídos.

SERVIDORES POLICIAIS CIVIS DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR REGIÃO EXERCÍCIO DE 1996

CATEGORIA FUNCIONAL	CAPITAL	% (*)	ÁREA METROP	% (*)	INTERIOR	% (*)	TOTAL	% (*)
Delegado de Polícia	85	28,62	41	13,80	171	57,58	297	100,00
Comissário Polícia	132	50,97	16	6,17	111	42,86	259	100,00
Com Divers Públicas	8	100,00	8	100,00
Inspetor Polícia	853	32,25	396	14,97	1.396	52,78	2 645	100,00
Insp Divers Públicas	11	100,00	11	100,00
Escrivão Polícia	772	34,24	231	10,24	1 252	55,52	2 255	100,00
Investigador	381	48,72	139	17,78	262	33,50	782	100,00
TOTAL DO EFETIVO	2 242	35,83	823	13,15	3 192	51,02	6 257	100,00
POPULAÇÃO	1.286 251	13,36	1 949 674	20,26	6 388 604	66,38	9 624 529	100,00

Fonte: DIPLANCO - Relatório da Polícia Civil
FEE/IBGE - DIPEQ/RS (Contagem Populacional 1996)

(*) Os percentuais apurados referem-se ao total de cargos providos no Estado, na respectiva categoria funcional

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Os registros da Tabela anterior evidenciam que o Interior do Estado concentrou 51,02% do efetivo total da Polícia Civil. A Capital contou com 35,83%, contrastando com a Área Metropolitana (excluindo Porto Alegre) que somou os 13,15% restantes. Em 1996, a Capital, com uma população inferior em, aproximadamente, 34% a existente na Área Metropolitana, obteve 172,41% mais policiais do que o restante da mesma. Tal circunstância é confirmada ao verificar-se as ocorrências policiais registradas na Capital e Área Metropolitana com os respectivos números de policiais lotados nessas regiões. Assim, no exercício em análise, constatou-se que, para cada policial lotado na Capital, foram registradas aproximadamente 30 (trinta) ocorrências, enquanto que, na Área Metropolitana, houve 67 (sessenta e sete) por policial civil. No Interior do Estado, este indicador mostra 42 (quarenta e duas) ocorrências por policial e, computando-se essas três regiões, constata-se que, em nível de Estado, a relação é de 41 (quarenta e uma) ocorrências por policial civil, conforme mostra a Tabela a seguir.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO, NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E OCORRÊNCIAS POR POLICIAL CIVIL
PERÍODO 1992/1996 POR REGIÃO

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO CAPITAL					REGIÃO ÁREA METROPOLITANA					REGIÃO INTERIOR				
	1993	1994	1995	1996	VAR (%) 96/95	1993	1994	1995	1996	VAR (%) 96/95	1993	1994	1995	1996	VAR (%) 96/95
Número de Pol. Civis	2 012	2 099	2 263	2 242	0,93	467	481	741	823	11,06	2 929	3 016	2 980	3 192	7,11
Número de Ocorrências(*)	56 349	61 576	64 541	67 368	4,38	29 309	30 576	31 565	55 055	74,42	143 909	151 951	144 313	134 072	7,10
Ocorrências por Pol. Civil	28,01	29,34	28,52	30,05	5,36	62,76	63,57	42,60	67,00	57,28	49,13	50,38	48,42	42,00	13,26

Fonte: DIPLANDO - Relatórios Polícia Civil 1993 a 1996
 (*) Excluídas as categorias "ocorrências de trânsito" e "outras ocorrências"
 Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O efetivo total da Polícia Civil mostrou, em 1996, uma evolução positiva de 4,56% (273 policiais) em relação ao ano anterior, assim distribuída na Área Metropolitana, um acréscimo de 11,06% e, no Interior do Estado, um crescimento de 7,11%. Todavia, na Capital, verifica-se uma redução de 0,93% (21 policiais).

Quanto ao número de ocorrências, os dados mostram a seguinte evolução na Capital, um aumento de 4,38%, na Área Metropolitana, um expressivo crescimento de 74,42% e, no Interior, um decréscimo de 7,10%. Os dados, portanto, revelam que as ocorrências criminais registradas na Capital e na Região Metropolitana continuam aumentando. Contrariamente, o Interior, pelo segundo ano consecutivo, mostra redução no número de ocorrências registradas.

O considerável número de ocorrências atendidas por policial civil, principalmente na Área Metropolitana e no Interior, tem como efeito uma menor possibilidade de eficácia na consecução dos objetivos a que se propõe a Polícia Civil,

ou seja, a de assegurar os direitos e garantias individuais, a ordem e a tranqüilidade públicas nos termos constitucionais

Conforme comentário anterior, em 1996, a maior carga de trabalho por policial ocorreu na Área Metropolitana (67,00) Considerando-se, ainda, o número de ocorrências criminais por mil habitantes/ano, apurado conforme dados da "Contagem Populacional - 1996", elaborada pelo IBGE-DIPEQ/RS, verificou-se que a Capital concentrou o maior número de ocorrências criminais por cada grupo de mil habitantes/ano, alcançando 52 registros, enquanto a Área Metropolitana 28 e o Interior 21 Tais informações evidenciam, em parte, a necessidade de um maior número de policiais na Capital para atender à demanda criminal.

Nº DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS
POR MIL HABITANTES

(p/ 1 000 hab)

ANOS	CAPITAL	ÁREA METROPOLITANA	INTERIOR	TOTAL
1995	50,78	16,02	22,63	24,99
1996	52,38	28,24	21,00	26,65

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A tabela a seguir, indica que, do total de ocorrências criminais registradas pela Polícia Civil, 21,46% correspondeu à Área Metropolitana, 26,26% à Capital e 52,27% ao Interior

POLÍCIA CIVIL
OCORRÊNCIAS CRIMINAIS REGISTRADAS EM 1996
POR REGIÃO

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS (*)	CAPITAL	% S/ TOTAL	ÁREA METROP (**)	%	INTERIOR	%	TOTAL	%
Arrombamento	5 640	14,80	7 913	21,00	24 456	64,20	38 009	100,00
Furto de Veículos	4 693	39,47	2 851	23,98	4 345	36,55	11 889	100,00
Furto em Veículos	4 296	27,61	2 605	16,74	8 661	55,65	15 562	100,00
Abigeatos	203	4,53	702	15,67	3 575	79,80	4 480	100,00
Outros Furtos	24 986	31,98	14 224	18,21	38 911	49,81	78 121	100,00
Roubos	10 243	35,40	11,292	39,02	7 402	25,58	28 937	100,00
Tóxicos	1 218	32,33	788	20,92	1 761	46,75	3 767	100,00
Estelionatos	2 643	20,93	2 034	16,11	7 948	62,96	12 625	100,00
Homicídios	376	31,95	524	44,52	277	23,53	1 177	100,00
Lesões Corporais	13 070	21,10	12 122	19,58	36 736	59,32	61 928	100,00
TOTAL	67 368	26,26	55 055	21,46	134 072	52,27	256 495	100,00

Fonte DIPLANCO - Relatório da Polícia Civil - 1996

(*) Excluídas as categorias "Acidentes de Trânsito" e "Outras Ocorrências".

(**) 1º, 2º e 3º DRMs

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Afora as ocorrências criminais, anteriormente relatadas e analisadas, as atividades cartorárias da Polícia Civil ainda abarcaram ocorrências vinculadas a Acidentes de Trânsito e Outras Ocorrências, sendo que esta última classificação origina-se de situações apresentadas na Tabela abaixo

OUTRAS OCORRÊNCIAS
EFETIVADAS PELA POLÍCIA CIVIL
EXERCÍCIO DE 1996

DISCRIMINAÇÃO	Nº OCOR	% S/TOTAL
Apropriação Indébita	3 089	0,65
Contra a Administração Pública	9 869	2,07
Contra os Costumes	5 887	1,24
Contra a Família	6 046	1,27
Com Arma de Fogo	108	0,02
Suicídio	338	0,15
Afogamentos	110	0,02
Incêndio	727	0,15
Desaparecimentos	2 608	0,55
Perda de Documentos Afins	104 519	21,93
Contravenção no Trânsito	1 598	0,34
Outras	341 598	71,69
TOTAL	476 497	100,00

Fonte Polícia Civil - DIPLANCO
Cálculo Equipe Técnica - TCE/RS

Sabenta-se que as Ocorrências de Trânsito e Outras Ocorrências, conjuntamente, revelaram quantidade superior às criminais igual a 236,40%, como mostram dados contidos na Tabela a seguir

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA CIVIL
NO TOTAL DO ESTADO/RJ
PERÍODO 1992 A 1996

DISCRIMINAÇÃO	1992	% S/ TOTAL	1993	% S/ TOTAL	1994	% S/ TOTAL	1995	% S/ TOTAL	1996	% S/ TOTAL	% 1996/95	% 1996/92
Arrombamentos	41 212	6,47	41 964	6,24	39 651	5,35	35 474	4,54	38 009	4,41	7,15	7,77
Furtos de veículos	10 157	1,59	9 428	1,40	9 898	1,34	10 144	1,30	11 889	1,38	17,20	17,05
Furtos em veículos	12 331	1,94	12 726	1,89	15 133	2,04	13 020	1,65	15 562	1,80	19,52	25,20
Abigarrato	5 834	0,92	5 923	0,89	6 648	0,90	4 976	0,64	4 480	0,52	9,97	23,21
Outros Furtos	68 671	10,78	73 717	10,96	78 529	10,59	75 682	9,68	78 121	9,05	3,22	13,76
Criminais	18 351	2,88	20 109	2,99	25 034	3,38	26 699	3,41	28 937	3,35	8,38	57,69
Roubos	1 519	0,24	1 924	0,29	1 907	0,26	2 408	0,31	3 767	0,44	56,44	147,99
Tóxicos	9 295	1,46	9 397	1,40	10 430	1,41	13 123	1,69	12 625	1,46	3,79	35,83
Estelionato	851	0,13	932	0,14	965	0,13	903	0,12	1 177	0,14	30,34	38,31
Homicídios	52 389	8,23	53 477	7,95	55 908	7,54	57 990	7,41	61 928	7,18	6,79	18,21
Lesões Corporais												
TOTAL OCORRÊNCIAS CRIMINAIS	220 610	34,64	229 597	34,14	244 103	32,92	240 419	30,74	256 495	29,73	6,69	16,27
Acidentes de trânsito	1 521	0,24	1 574	0,23	1 723	0,23	1 876	0,24	2 098	0,24	11,83	37,94
de C/ lesões corporais	20 730	3,26	22 817	3,39	26 499	3,57	26 984	3,45	31 618	3,66	17,17	52,52
Trânsito (Com danos materiais)	62 376	9,79	69 356	10,31	81 017	10,93	84 531	10,81	96 152	11,14	13,75	54,15
TOTAL ACIDENTES DE TRÂNSITO	84 627	13,29	93 747	13,94	109 239	14,73	113 391	14,50	129 868	15,05	14,53	53,46
OUTRAS OCORRÊNCIAS (*)	331 623	52,07	349 085	51,91	388 080	52,34	428 415	54,77	476 497	55,22	11,22	43,69
TOTAL GERAL	636 860	100,00	672 429	100,00	741 422	100,00	782 225	100,00	862 860	100,00	10,31	35,49

Fonte: Polícia Civil - DIPLANCO
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RJ

Observando-se as informações da Tabela, tem-se que, do total de ocorrências registradas no Estado pela Polícia Civil, 55,22% dizem respeito a situações classificadas em Outras Ocorrências, 29,73% a Ocorrências Criminais e 15,05% a Acidentes de Trânsito

Do total de 862 860 ocorrências apontadas, no ano de 1996 pela Polícia Civil, constata-se que houve um aumento de 10,31% em relação a 1995 e, cotejando-se com os dados de 1992, observa-se uma elevação igual a 35,49%.

É preciso destacar que a principal atividade da Polícia Civil é a investigação criminal, servindo o Inquérito Policial como instrumento importante para a preservação da cidadania dentro do Estado de Direito

Deste modo, analisando as atividades cartorárias da Polícia Civil, verificou-se que os Inquéritos Policiais Instaurados cresceram 199,57% comparativamente a 1995, e os Remetidos à Justiça 231,16%, como se demonstra a seguir

MOVIMENTO CARTORÁRIO DA POLÍCIA CIVIL
NO TOTAL DO ESTADO/RS
EXERCÍCIO DE 1996

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996	% s/1992	% s/1995
Ocorrências registradas	636 860	672 429	741 422	782 225	862 860	35,49	10,31
Inquéritos instaurados	65 724	71 796	79 811	83 155	249 111	279,03	199,57
Inquéritos remetidos	58 854	64 835	76 377	82 525	273 297	364,36	231,17
Inquéritos em andamento(*)	64 600	71 561	74 805	74 983	42 986	-33,46	42,67
Prisões preventivas solicitadas	1 887	2 048	2 432	2 064	2 173	15,16	5,28
Flagrantes elaborados	4 355	4 447	5 286	5 944	5 171	18,74	
13 00							
TOTAL	832 280	887 116	980 133	1 030 896	1 435 598	72,49	39,26

Fonte DIPLANCO Relatório Anual da Polícia Civil - 1996

(*) Inclui inquéritos de diversos exercícios

Cálculo Equipe Técnica TCE/RS

Os Inquéritos Instaurados, em 1996, representaram 28,87% das ocorrências registradas, e os Remetidos 31,67%. Quanto aos Inquéritos em Andamento, que incluem ocorrências de vários exercícios, em 1995, alcançavam 74 983, o que significa, comparando-se com o estoque existente em 1996 (42 986), um decréscimo de 42,67%. Tal decréscimo demonstra que houve maior agilização da Polícia Civil na instauração e remessa de inqueritos constituídos.

A variação do efetivo da Polícia Civil em relação à evolução populacional do Estado demonstra-se na tabela abaixo.

EFETIVO DA POLÍCIA CIVIL
PERÍODO DE 1987/1996

ANOS	EFETIVO				POPULAÇÃO	
	PREVISTO (A)	EXISTENTE (B)	REL (1)	GRAU DE OCUPAÇÃO B/A	HABITANTES (C)	REL (2)
1987	7 852	5 847	100	74,47	8 587 595	100
1988	7 858	5 629	96	71,63	8 708 692	101
1989	7 858	5 511	94	70,13	8 826 965	103
1990	7 856	5 679	97	72,28	8 941 318	104
1991	7 855	5 443	93	69,29	9 135 479	106
1992	12 449	5 289	90	42,48	9 251 307	108
1993	12 449	5 408	92	43,44	9 384 358	109
1994	12 541	5 596	96	44,62	9 502 416	111
1995	12 549	5 984	102	47,69	9 619 416	112
1996	12 549	6 257	107	49,86	9 624 529	112

Fonte DIPLANCO - Relatórios Polícia Civil - 1987 a 1996 e

FEE/IBGE-DIPEQ/RS (Contagem Populacional 1996)

(1) o número relativo foi calculado sobre a coluna (B)

(2) o número relativo foi calculado sobre a coluna (C)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As informações existentes na Tabela acima indicam que o efetivo da Polícia Civil decresceu no período compreendido entre 1987 a 1994, confrontando-se com o registrado no ano basilar da série (1987) Todavia, em 1995, demonstrou crescimento de 2,00% em relação a 1987. No exercício em análise, o efetivo aumentou 7,00%, confrontando-se com o apresentado em 1987, e 4,56%, com o informado em 1995

Referentemente à população total do Estado, no decênio, observa-se que houve crescimento contínuo em relação à população existente em 1987

Nos anos da série estudada, a relação habitantes/policial passou de 1.469 em 1987 para 1.538 em 1996, o que revela que cada policial civil, neste período, obteve carga de responsabilidade de 69 pessoas a mais. Constata-se, ainda, que somente 49,86% dos cargos previstos em lei estavam efetivamente preenchidos, enquanto 50,14%, ou 6.292 cargos do quadro policial, encontravam-se vagos em 1996. Nas categorias de Inspetor e Investigador de Polícia, duas carreiras essenciais ao bom desempenho dos trabalhos policiais, as defasagens entre o número de vagas existentes e as efetivamente preenchidas eram, respectivamente, de 26,81% e 83,57%, conforme Relatório Anual da Polícia Civil - 1996

Tanto no exercício de 1996 como no de 1995, a Polícia Civil fez significativa utilização de estagiários no desempenho de atividades administrativas, conforme consta no Volume II, do Balanço Geral do Estado/96 e Relatório Anual da Polícia Civil/96

O custo anual apurado, em razão da utilização de mais de 1.000 (mil) estagiários (FDRH e FEBEM), alcançou o montante de R\$ 2.744 mil (Unidade Orçamentária 12.04 - elemento de despesa 3132 0620) em detrimento de uma maior profissionalização e melhor continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Corporação.

Constatou-se, ainda, que esta despesa superou em 113,00% o total investido no Programa Segurança Pública, referentemente a Obras e Instalações (elemento de despesa 4110).

Confrontando-se o total despendido pela Polícia Civil, em 1996, com Combustíveis (3120 0053), Processamento de Dados (3132.0255) e Material para Conservação de Veículos (3120 0151) na Unidade Orçamentária 12.04, conclui-se que as referidas despesas mostraram-se superiores em, respectivamente, 117,00%, 8,25% e 1.933,00%

No que diz respeito à frota de veículos, observa-se que o ano de 1990 atingiu o pico da série ao registrar 1.104 viaturas. No ano de 1996, constata-se um decréscimo de 6,33% (menos 63) em relação ao ano anterior. Todavia,

comparativamente ao ano-base (1987), verifica-se um acréscimo de 8,25%, ou seja, mais 71 veículos

Cabe assinalar que a frota mínima necessária para um eficiente desempenho das atividades policiais, conforme indica o Relatório da Polícia Civil - 1996, seria de, aproximadamente, 1 664 viaturas, o que demonstra, objetivamente, a existência de um déficit de 732 veículos

EVOLUÇÃO DA FROTA
PERÍODO DE 1987/1996

EXERCÍCIOS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Número de Veículos	861	878	846	1 104	899	856	965	937	995	932

Fonte: Relatórios Polícia Civil - 1987 a 1996 - DIPLANCO

Quanto ao ano de fabricação das viaturas que compõem a frota da Polícia Civil constituída por 932 veículos, constata-se que 12,66% deverá ser desativado por apresentar data de fabricação anterior ao ano de 1987. Evidencia-se, ainda, que 70,71% das viaturas estão classificadas na faixa etária de 3 a 8 anos, sendo que algumas aproximam-se e outras ultrapassam o limite técnico de 04 (quatro) anos arbitrado como vida útil para veículos em uso neste tipo de atividade. Agrega-se a isso, a escassez de recursos financeiros para a manutenção da frota, o que pode comprometer ainda mais a situação vigente. A tabela abaixo demonstra a situação analisada.

POLÍCIA CIVIL - QUADRO DE VIATURAS
EXERCÍCIO DE 1996

NÚMERO DE VIATURAS	VIATURAS EXISTENTES ANO FABRICAÇÃO						FROTA MÍNIMA NECESSÁRIA
	A DESATIVAR ANO ANTERIOR A 1987	ANO 1987 A 1993	1994	1995	1996	TOTAL	
	118	659	83	51	21	932	1 664

Fonte: Relatório da Polícia Civil - 1996 - DIPLANCO

No que diz respeito ao armamento em disponibilidade pela Polícia Civil, no período de 1990/96, constata-se um crescimento da quantidade utilizada pelo efetivo. Em 1996, a Polícia Civil contou com 2 686 armas a mais do que dispunha em

1990 (38,00%) e, comparativamente ao apresentado em 1995, verifica-se um aumento de 18,09%, ou seja, foram adquiridas mais 1.498 armas, representando o mais significativo acréscimo demonstrado desde 1990.

ARMAMENTO - PERÍODO DE 1990/1996

ANOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Armamento Total	7.091	7.560	8.560	9.062	8.086	8.279	9.777

Fonte: Relatórios Polícia Civil - 1990 a 1996 - DIPLANCO

2.2 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações do governo voltadas à formação intelectual, moral, cívica e profissional do homem, visando a sua preparação para o exercício consciente da cidadania, assim como a sua habilitação para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social, à difusão e preservação da cultura".

Inicialmente, torna-se importante frisar que, para efeito de análise, houve a necessidade de abstrair-se lançamentos, haja vista a existência de valores monetários indevidamente considerados na Função 08 - Educação e Cultura, os quais tiveram origem no Orçamento Anual aprovado para a Administração Direta do Estado. A Lei de Meios do exercício de 1996 alocou recursos orçamentários para o Projeto 1870 - Transferências Financeiras para Empresas Estatais dentro do Órgão 33 - Encargos Financeiros do Estado, na ordem de R\$ 13.785.096,00, para o atendimento de Outras Despesas Correntes. O equívoco constante do Orçamento deu-se na classificação funcional-programática, ao vincular a execução do Projeto 1870 - Transferências Financeiras para Empresas Estatais à Função 08 - Educação e Cultura, uma vez que o referido Projeto tinha como finalidade *"transferir recursos financeiros do Estado para Empresas da Administração Indireta quando não houver dotação orçamentária específica, inclusive para iniciar ou prosseguir o processo de liquidação ou transferência de um controle acionário"*. Como se vê, o aludido Projeto não guarda conformidade com a demanda de gastos ou investimentos típicos de educação e cultura.

Ocorre que o Poder Executivo, ao invés de propor as modificações orçamentárias pertinentes, executou o Projeto na forma equivocadamente programada.

Para tanto, utilizando-se de créditos adicionais, o Governo do Estado despendeu recursos à conta daquele Projeto vinculado à Função 08 - Educação e Cultura, no valor de R\$ 361 114 320,15, nas seguintes rubricas de despesa: 32120024 - Sociedades de Economia Mista, R\$ 8 779 620,87, 32920024 - Sociedades de Economia Mista, R\$ 1 467 306,48, 42400016 - Aquisição de Títulos de Crédito, R\$ 179 189 576,37, e 42500015 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento, R\$ 171 677 816,43.

Registra-se que a importância de R\$ 350 867.392,80 (rubricas 42400016 e 42500015) refere-se às despesas com a operação de venda de ações CRT, conforme consta assinalado na fl. 82 do volume IV do Balanço Geral do Estado.

Desta forma, os dados financeiros e respectivos percentuais serão apresentados em dois quadros distintos: um de acordo com os valores contabilizados e

outro com os devidos ajustes, cumprindo salientar que a análise será realizada com os valores ajustados

Esta Função foi desenvolvida, através da Secretaria da Educação, com 96,85% do total dos recursos, e por outros Órgãos da Administração Direta, assim distribuídos:

DEMONSTRATIVO DE ACORDO COM O B.G.E./96

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA
FUNÇÃO 8 - Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
11	Secretaria da Cultura	27 104	3,07	26 807	2,18	98,90
19	Secretaria da Educação	839 954	95,09	842 990	68,46	100,36
27	Conselho Estadual de Educação	1 242	0,14	225	0,02	18,12
33	Encargos Financeiros do Estado	13 911	1,57	361 118	29,32	25,95
84	Fundo Pro-Guariba	1 109	0,13	307	0,02	27,67
-	TOTAL	883 320	100,00	1 231 447	100,00	139,41

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

DEMONSTRATIVO COM ALTERAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA
FUNÇÃO 8 - Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
11	Secretaria da Cultura	27 104	3,12	26 807	3,08	98,90
19	Secretaria da Educação	839 954	96,60	842 990	96,85	100,36
27	Conselho Estadual de Educação	1 242	0,14	225	0,03	18,12
33	Encargos Financeiros do Estado	126	0,01	4	0,00	3,09
84	Fundo Pro-Guariba	1 109	0,13	307	0,04	27,67
-	TOTAL	869 535	100,00	870 333	100,00	100,09

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No Orçamento Anual de 1996, constou a dotação de R\$ 869.535 mil. As despesas realizadas atingiram o montante de R\$ 870.333 mil e superaram, em 0,09%, as despesas previstas inicialmente.

Considerando o período de 1987 até 1996, pode-se constatar que as despesas realizadas na Função, em 1995, atingiram o menor valor da série analisada, ao passo que o exercício em análise apresentou um incremento de 24,72% nestas despesas em relação ao ano anterior, como segue:

DEMONSTRATIVO DE ACORDO COM O B.G.E./96

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES 1987/1996
 FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

ANO +	EM VALORES		RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO % ANO A ANO	PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL
	CORRENTES*	CONSTANTES**			
1987	14 896 899 836	988 919	100,00	-	15,77
1988	94 709 479 837	801 741	81,07	18,93	15,16
1989	1 743 002 235	1 039 231	105,09	29,62	18,74
1990	55 840 688 489	1 172 294	118,54	12,80	17,98
1991	205 232 291 355	837 082	84,65	28,59	15,72
1992	2 628 439 439 783	982 291	99,33	17,35	14,99
1993	53 813 476 190	912 606	92,28	-7,09	14,19
1994	467 917 750	870 505	88,03	-4,61	12,75
1995	628 126 973	697 820	70,56	19,84	10,08
1996	1 231 446 874	1 231 447	124,52	76,47	15,77

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) Em R\$ m1

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

DEMONSTRATIVO COM ALTERAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES 1987/1996
 FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

ANO +	EM VALORES		RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO % ANO A ANO	PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL
	CORRENTES*	CONSTANTES**			
1987	14 896 899 836	988 919	100,00		15,77
1988	94 709 479 837	801 741	81,07	18,93	15,16
1989	1 743 002 235	1 039 231	105,09	29,62	18,74
1990	55 840 688 489	1 172 294	118,54	12,80	17,98
1991	205 232 291 355	837 082	84,65	28,59	15,72
1992	2 628 439 439 783	982 291	99,33	17,35	14,99
1993	53 813 476 190	912 606	92,28	-7,09	14,19
1994	467 917 750	870 505	88,03	4,61	12,75
1995	628 126 973	697 820	70,56	19,84	10,08
1996	870 332 553	870 333	88,01	24,72	11,15

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) - Em R\$ m1

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Com relação à participação desta Função na despesa total da Administração Direta, observa-se que ela manteve uma tendência ao declínio a partir de 1989. Em 1996, esta participação subiu em relação ao ano anterior.

A Função Educação e Cultura, durante o exercício de 1996, foi executada, efetivamente, por 13 (treze) Programas, assim distribuídos.

DEMONSTRATIVO DE ACORDO COM O B.G.E./96

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO B - Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMAS	PROJETOS		ATIVIDADE		DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT S/TOTAL
		PREV/EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV/EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL		
7	Administração	1 / 1	307	2 / 2	67 684	67 991	5 52	
9	Planejamento Governamental	- / -	-	1 / 1	225	225	0,02	
22	Telecomunicações	- / -	-	2 / 2	7 389	7 389	0 60	
41	Educação da Criança de 0 a 6 Anos	- / -	-	1 / 1	0	0	0 00	
42	Ensino Fundamental	1 / -	-	3 / 3	616 726	616 726	50 08	
43	Ensino Médio	1 / 1	76	6 / 6	103 051	103 127	8 37	
44	Ensino Superior	- / -	-	1 / 1	5 346	5 346	0,43	
45	Ensino Supletivo	- / -	-	1 / 1	2 771	2 771	0 22	
46	Educação Física e Desportos	- / -	-	1 / 1	1 074	1 074	0,09	
47	Assistência a Educandos	- / -	-	3 / 3	43 735	43 735	3 55	
48	Cultura	7 / 5	1 266	11 / 10	18 152	19 418	1 58	
49	Educação Especial	1 / 1	32	3 / 3	2 498	2 530	0 21	
62	Indústria	1 / 1	361 114	/	-	361 114	29 32	
77	Proteção ao Meio Ambiente	/ -	-	1 /	-	-	0 00	
14	TOTAL	12 / 9	362 795	36 / 34	868 651	1 231 447	100 00	

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

DEMONSTRATIVO COM ALTERAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO B - Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMAS	PROJETOS		ATIVIDADE		DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT S/TOTAL
		PREV/EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV/EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL		
7	Administração	1 / 1	307	2 / 2	67 684	67 991	7 81	
9	Planejamento Governamental	/	-	1 / 1	225	225	0 03	
22	Telecomunicações	/	-	2 / 2	7 389	7 389	0 85	
41	Educação da Criança de 0 a 6 Anos	/	-	1 / 1	0	0	0 00	
42	Ensino Fundamental	/	-	3 / 3	616 726	616 726	70 85	
43	Ensino Médio	1 / 1	76	6 / 6	103 051	103 127	11 85	
44	Ensino Superior	/	-	1 / 1	5 346	5 346	0 61	
45	Ensino Supletivo	/	-	1 / 1	2 771	2 771	0 32	
46	Educação Física e Desportos	/	-	1 / 1	1 074	1 074	0 12	
47	Assistência a Educandos	/	-	3 / 3	43 735	43 735	5 03	
48	Cultura	7 / 5	1 266	11 / 10	18 152	19 418	2 23	
49	Educação Especial	1 / 1	32	3 / 3	2 498	2 530	0 29	
77	Proteção ao Meio Ambiente	/	-	1 /	-	-	0 00	
13	TOTAL	11 / 8	1 681	36 / 34	868 651	870 333	100 00	

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Os Programas Típicos Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Supletivo, Educação Física e Desportos, Assistência a Educandos, Cultura e Educação Especial correspondem a 91,31% do total desenvolvido na Função

Da Função Educação e Cultura, em 1996, participaram 11 Projetos, dos quais 8 foram executados Das 36 Atividades participantes da Função em exame, 33 foram movimentadas, conforme se observa no demonstrativo que segue

DEMONSTRATIVO DE ACORDO COM O B.G E /96

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

NUMERO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	CR/DI %
1148	Contr a Fundação Ospa Para Despesas de Capital	2 121	0 24			
1149	Contr a Fundação IGIF Para Despesas de Capital	23	0 00			
1150	Contr a Fundação Cultural P R TV p/Desp de Capital	1 130	0 13	746	0 06	66 01
1151	Contr a Fundação Teatro São Pedro Para Despesas de Capital	21	0 00	2	0 00	7 95
1510	Contr a FADERS Para Despesas de Capital	104	0 01	32	0 00	30 94
1519	Contr a Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Desps Capital	1 166	0 13	76	0 01	6 52
1830	RS Ontem Hoje e Sempre Estância Gaucha	364	0 04	28	0 00	7 73
1831	Primeira Bienal de Artes Visuais do Mercosul	416	0 05	436	0 04	104 95
1832	Plano Turístico e Cultural das Missões	590	0 07	54	0 00	9 09
*1870	Transferências Financeiras Para Empresas Estatais	13 785	1 56	361 114	29 32	2 619 60
2116	Contribuição a Fundação Teatro São Pedro p/Despesas com Pessoal	355	0 04	401	0 03	112 84
2117	Contr a Fundação Teatro São Pedro P/Outras Despesas Correntes	283	0 03	268	0 02	94 65
2118	Partic no Programa Vida Centro Humanístico	28	0 00			
2119	Conservação do Patrimônio Cultural	3 372	0 38	2 643	0 21	78 39
2120	Administração no Órgão Central e Inst Culturais Subordinadas	4 748	0 54	6 369	0 52	134 13
2121	Fomulação da Política e Ação Cultural	332	0 04	1 235	0 10	386 58
2125	Contribuição a Fundação Ospa p/Despesas com Pessoal	3 787	0 43	4 413	0 36	116 56
2126	Contribuição a Fundação Ospa p/Outras Despesas Correntes	576	0 07	550	0 04	95 39
2127	Contr a Fundação I G T F p/Despesas com Pessoal	765	0 09	862	0 07	111 45
2128	Contr a Fundação I G T F p/Outras Despesas Correntes	52	0 01	91	0 01	176 12
2129	Contr a Fund CPRTV p/Despesas com Pessoal	6 281	0 71	6 438	0 52	102 49
2130	Contr Fund CPRTV p/Outras Despesas Correntes	873	0 10	951	0 06	108 98
2176	Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Educação			4 000	0 32	
2349	Educação Ambiental Programa Pró-Quilba					
2363	Administração do Sistema Educacional	96 583	10 93	66 286	5 38	68 63
2364	Educação Infantil	2 654	0 30	0	0 00	0 02
2365	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	530 916	60 10	614 178	49 87	115 68
2366	Qualificação de Recursos Humanos Ensino Fundamental	12 215	1 38	544	0 04	4 45
2367	Modernização do Processo Pedagógico Ensino Fundamental	20 688	2,34	2 004	0 16	9 69
2368	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio	91 784	10 39	94 817	7 70	103 30
2369	Qualificação de Recursos Humanos Ensino Médio	1 550	0 18	94	0 01	6 04
2370	Modernização do Processo Pedagógico Ensino Médio	3 680	0 42	1 298	0 11	35 27
2371	Integração com o Ensino Superior	16 232	1 84	5 346	0 43	32 94
2372	Alfabetização de Jovens e Adultos	12 158	1 38	2 771	0 22	22 79
2373	Assistência ao Aluno	25 729	2 91	39 731	3 23	154 42
2374	Desenvolvimento da Educação Especial	3 810	0 43	172	0 01	4 51
2405	Coordenação Geral da Educação Física e do Desporto	5 145	0 58	1 074	0 09	20 87
2434	Contr a FADERS Para Despesas com Pessoal	2 291	0 26	1 929	0 16	84 19
2436	Contr a FADERS Para Outras Despesas Correntes	389	0 04	397	0 03	102 20
2437	Contr a Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desps c/Pessoal	5 872	0 66	6 513	0 53	110 91
2438	Contr a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Outras Desp Corr	186	0 02	324	0 03	174 00
2458	Ordenamento e Normatização do Sistema Estadual de Ensino	1 242	0 14	225	0 02	18 12
2462	Publicidade	5 520	0 06	1 398	0 11	268 92
2567	Publicidade	988	0 11	1 280	0 10	129 63
2568	Qualificação e Modernização do Ensino Técnico	6 280	0 71	7	0 00	0 11
2653	Pagamento Renda Vitalícia pela Doação da Casa do Estudante	126	0 01	4	0 00	3 09
9111	Treinamento de Recursos Humanos SCP/FDRH	801	0 09	307	0 02	38 30
9118	Educação Ambiental Secretaria da Educação	308	0 03			
48	TOTAL	883 320	100 00	1 231 447	100 00	139 41

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE

* Referente a Encargos Gerais do Estado

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

DEMONSTRATIVO COM ALTERAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPACÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA
FUNÇÃO 8 - Educação e Cultura

Em R\$ mil

NOME NO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	ORÇ/DI %
1148	Contr a Fundação Ospa - Para Despesas de Capital	2 321	0 24			
1149	Contr a Fundação IGTF - Para Despesas de Capital	23	0 00			
1150	Contr a Fundação Cultural P R TV - p/Desp de Capital	1 130	0 13	746	0 09	66 01
1151	Contr a Fundação Teatro São Pedro-Para Despesas de Capital	21	0 00	2	0 00	7 95
1510	Contr a FADERS - Para Despesas de Capital	104	0 01	32	0 00	30 94
1519	Contr a Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Desps Capital	1 166	0 13	76	0 01	6 52
1830	RS Ontem, Hoje e Sempre - Estância Gaúcha	364	0 04	28	0 00	7 73
1831	Primeira Bial de Artes Visuais do Mercosul	416	0 05	436	0 05	104 95
1832	Plano Turístico e Cultural das Missões	590	0 07	54	0 01	9 09
2116	Contribuição à Fundação Teatro São Pedro-p/Despesas com Pessoa	365	0 04	401	0 05	112 84
2117	Contr a Fundação Teatro São Pedro P/Outras Despesas Correntes	283	0 03	268	0 03	94 85
2118	Partic no Programa Vida Centro Humanístico	28	0 00			
2119	Conservação do Patrimônio Cultural	3 372	0 39	2 643	0 30	78 39
2120	Administração no Órgão Central e Inst. Culturais Subordinadas	4 748	0 55	6 369	0 73	134 13
2121	Formulação de Política e Ação Cultural	332	0 04	1 285	0 15	386 58
2125	Contribuição a Fundação Ospa - p/Despesas com Pessoa	3 787	0 44	4 413	0 51	116 56
2126	Contribuição a Fundação Ospa - p/Outras Despesas Correntes	576	0 07	550	0 06	95 39
2127	Contr a Fundação I G T F - p/Despesas com Pessoa	765	0 09	852	0 10	111 46
2128	Contr a Fundação I G T F - p/Outras Despesas Correntes	52	0 01	91	0 01	176 12
2129	Contr a Fund ORTV - p/Despesas com Pessoa	6 281	0 72	6 438	0 74	102 49
2130	Contr Fund ORTV - p/Outras Despesas Correntes	873	0 10	951	0 11	108 98
2176	Apoio ao Programa de Parceria Comunitária - Educação			4 000	0 46	
2349	Educação Ambiental Programa Pró-Quilba					
2363	Administração do Sistema Educacional	96 983	11 11	66 286	7 62	68 63
2364	Educação Infantil	2 654	0 31	0	0 00	0 02
2365	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	530 916	61 06	614 178	70 57	115 68
2366	Qualificação de Recursos Humanos - Ensino Fundamental	12 215	1 40	544	0 06	4 46
2367	Modernização do Processo Pedagógico - Ensino Fundamental	20 688	2 38	2 004	0 23	9 69
2368	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio	91 784	10 56	94 817	10 89	103 30
2369	Qualificação de Recursos Humanos - Ensino Médio	1 950	0 23	94	0 01	6 04
2370	Modernização do Processo Pedagógico - Ensino Médio	3 680	0 42	1 258	0 15	35 27
2371	Integração com o Ensino Superior	16 322	1 87	5 346	0 61	32 94
2372	Alfabetização de Jovens e Adultos	12 158	1 40	2 771	0 32	22 79
2373	Assistência ao Aluno	25 729	2 96	39 731	4 56	154 42
2374	Desenvolvimento da Educação Especial	3 810	0 44	172	0 02	4 51
2405	Coordenação Geral da Educação Física e do Desporto	5 146	0 59	1 074	0 12	20 87
2434	Contr a FADERS - Para Despesas com Pessoa	2 291	0 26	1 929	0 22	84 19
2436	Contr a FADERS - Para Outras Despesas Correntes	399	0 04	397	0 05	102 20
2437	Contr a Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha-p/Desps c/Pessoa	5 872	0 68	6 513	0 75	110 91
2438	Contr a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha-P/Outras Desp Corr	186	0 02	324	0 04	174 00
2458	Ordenamento e Normalização do Sistema Estadual de Ensino	1 242	0 14	225	0 03	18 12
2462	Publicidade	520	0 05	1 398	0 16	268 92
2567	Publicidade	988	0 11	1 280	0 15	129 63
2568	Qualificação e Modernização do Ensino Técnico	6 280	0 72	7	0 00	0 11
2663	Pagamento Renda Vitalícia pela Doação de Casa do Estudante	126	0 01	4	0 00	3 09
9111	Treinamento de Recursos Humanos - SGP/FDPM	801	0 09	307	0 04	38 30
9118	Educação Ambiental - Secretaria de Educação	308	0 04			
47	TOTAL	869 535	100 00	870 333	100 00	100 09

Fonte: Secretaria de Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que concerne aos Projetos, os mais significativos foram:

1150 - Contribuição à Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, cuja Despesa Realizada, no montante de R\$ 746 mil (33,99% inferior à dotação inicial), teve uma participação de 0,09% no total da Função,

1831 - Primeira Bial de Artes Visuais do Mercosul, cuja Despesa Realizada, no montante de R\$ 436 mil (4,95% acima da dotação inicial), teve uma participação de 0,05% no total da Função.

Quanto às Atividades, as mais representativas foram

2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, cuja Despesa Realizada, no montante de R\$ 614 178 mil (15,68% acima da dotação inicial), teve uma participação da ordem de 70,57% no total da Função,

2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio, cuja Despesa Realizada, no montante de R\$ 94 817 mil (3,30% acima da dotação inicial), teve uma participação da ordem de 10,89% no total da Função,

2363 - Administração do Sistema Educacional, cuja Despesa Realizada, no montante de R\$ 66 286 mil (31,37% de redução sobre a dotação inicial), teve uma participação da ordem de 7,62% no total da Função,

2373 - Assistência ao Aluno, cuja Despesa Realizada, no montante de R\$ 39 731 mil (54,42% acima da dotação inicial), teve uma participação da ordem de 4,56% no total da Função

DEMONSTRATIVO DE ACORDO COM O B G E /96

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO B Educação e Cultura

Em R\$ mil

NÚMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	610 667	69 13	645 949	52 45	105 78
3113	Obrigações Patronais	1 031	0 12	79	0 01	7 66
3114	Diárias e Ajuda de Custo	1 530	0 17	1 048	0 09	69 42
3120	Material de Consumo	22 909	2 59	9 738	0 79	42 51
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	3 548	0 40	855	0 07	24 11
3132	Outros Serviços e Encargos	44 082	4 99	75 012	6 09	170 17
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	1 796	0 15	-
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	4 179	0 34	-
3211	Transferências Operacionais	22 698	2 57	23 127	1 88	101 89
3212	Subvenções Econômicas	13 785	1 56	8 780	0 71	63 69
3214	Contribuições a Fundos	-	-	4 000	0 32	-
3221	Transferências a União	-	-	40	0 00	-
3223	Transferências a Municípios	30 929	3 50	32 995	2 68	106 68
3231	Subvenções Sociais	17 311	1 96	7 007	0 57	40 48
3254	Apoio Financeiro a Estudantes	913	0 10	2	0 00	0 19
3259	Outras Transferências a Pessoas	126	0 01	4	0 00	3 08
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	1 614	0 13	-
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	1	0 00	-
4110	Obras e Instalações	31 893	3 61	39 425	3 20	123 62
4120	Equipamentos e Material Permanente	69 110	7 82	15 440	1 25	22 34
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	150	0 01	-
4210	Aquisição de Imóveis	520	0 06	403	0 03	77 49
*4240	Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	179 190	14 55	-
*4250	Aquis. de Tít. Respos. de Cap. já Integralizado	-	-	171 678	13 94	-
4311	Auxílios para Despesas de Capital	4 565	0 52	856	0 07	18 75
4321	Transferências a União	-	-	-	-	-
4323	Transferências a Municípios	4 733	0 54	7 861	0 64	165 08
4331	Auxílios para Despesas de Capital	2 990	0 34	219	0 02	7 32
28	TOTAL	883 320	100 00	1 231 447	100 00	139 41

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

* Comentário fl 82 Vol IV do Balanço Geral do Estado

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

DEMONSTRATIVO COM ALTERAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO 8 - Educação e Cultura

Em R\$ mil

NÚMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	610 667	70,23	646 949	74,22	105,78
3113	Obrigações Patronais	1 031	0,12	79	0,01	7,66
3114	Diárias e Ajuda de Custo	1 510	0,17	1 048	0,12	69,42
3120	Material de Consumo	22 909	2,63	9 738	1,12	42,51
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	3 548	0,41	865	0,10	24,11
3132	Outros Serviços e Encargos	44 082	5,07	75 012	8,62	170,17
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	1 796	0,21	-
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	4 179	0,48	-
3211	Transferências Operacionais	22 696	2,61	23 127	2,66	101,89
3214	Contribuições a Fundos	-	-	4 000	0,46	-
3221	Transferências a União	-	-	40	0,00	-
3223	Transferências a Municípios	30 929	3,56	32 995	3,79	106,68
3231	Subvenções Sociais	17 311	1,99	7 007	0,81	40,48
3254	Apoio Financeiro a Estudantes	913	0,11	2	0,00	0,19
3259	Outras Transferências a Pessoas	126	0,01	4	0,00	3,08
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	147	0,02	-
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	1	0,00	-
4110	Obras e Instalações	31 893	3,67	39 425	4,53	123,62
4120	Equipamentos e Material Permanente	69 110	7,95	15 440	1,77	22,34
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	150	0,02	-
4210	Aquisição de Imóveis	520	0,06	403	0,05	77,49
4311	Auxílios para Despesas de Capital	4 565	0,52	866	0,10	18,75
4321	Transferências a União	-	-	-	-	-
4323	Transferências a Municípios	4 733	0,54	7 861	0,90	166,08
4331	Auxílios para Despesas de Capital	2 990	0,34	219	0,03	7,32
25	TOTAL	869 535	100,00	870 333	100,00	100,09

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Em nível de elementos, os maiores dispêndios ocorreram em Pessoal Civil com 74,22% do total da Função, seguido de Outros Serviços e Encargos (8,62%) e Obras e Instalações (4,53%).

Comparando com o total despendido pela Administração Direta no Elemento 4110 - Obras e Instalações, verificou-se que foi aplicado na Função Educação e Cultura o percentual de 48,51% no exercício examinado, enquanto que nos exercícios de 1995, 1994, 1993 e 1992 estes percentuais ficaram, respectivamente, em 29,17%, 94,14%, 93,97% e 90%, o que demonstra um acréscimo em relação ao exercício de 1995, mas um decréscimo em relação aos outros anos.

	PREVISTO	REALIZADO
Total na Despesa da Adm Direta Estadual (em R\$ mil)	145 830	81.273
Total na Despesa da Função 8 - Educ e Cultura (em R\$ mil)	31 893	39 425
Participação da Função 8 s/Total Adm. Direta (%)	21,87	48,51

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O percentual mínimo fixado pela Constituição Federal, em seu art 212, para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público, é de 25% da receita resultante de impostos, incluídos os provenientes de transferências da União e excluídas as receitas que o Estado deve transferir aos Municípios por determinação constitucional Já a Constituição Estadual, no art 202, determina o mínimo de 35%

Para o exercício de 1996

	Em R\$ mil
1 Receita Líquida de Impostos	3 700 700
1 1 - Art 212 da CF (25% do item 1)	925 175
1 2 - Art 202 da CE (35% do item 1)	1 295 245

Fonte BGE, vol I, fls 104 a 131

De acordo com os dados apresentados no B G E (vol I, pag 157 a 208), o Estado aplicou, no exercício sob exame, a quantia de R\$ 1.118 166 mil, assim discriminada.

Em R\$ mil			
FUNÇÃO	PROJETO/ ATIVIDADE	TOTAL DA DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO DO RECURSO 002
06-Def Nac e Seg Púb	2064	284 486	271
08 Educ e Cultura	-	870 333	704 877
15-Assist e Previd	2659	22 711	4 544
	2660	441 933	441 933
	2668	100 033	60 348
Total do Recurso 002 Manut e Desenv do Ensino			1 211 973
(+)-Amort e Custeio Op Crédito Relac com Ensino			1 000
(+)-Transferência ao IPERGS p/Assistência Médica (3,5% sobre Despesa de Pessoal Ativo e Inativo vinculado à Educação			37 784
(-) Recursos Vinculados			(132 591)
Total Aplic na Manut e Desenv do Ensino Público			1 118 166

Fonte BGE, vol I, fls 157 a 208

Na totalidade do Recurso 02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estão incluídos os gastos realizados com o mesmo na Função 15 - Assistência e Previdência (as Atividades 2659 - Pagamento de Abono Família, 2660 - Pagamento Encargos c/Inativos da SEC e 2688 - Fornecimento de Vale-Refeição), que constituem

Encargos Financeiros do Estado e não guardam relação com a atividade operacional. No entanto, tais dispêndios foram adicionados aos gastos com Educação, com suporte no Parecer nº 8648/91 - PGE favorável à vigência da Lei Estadual nº 7348/85, que definiu as despesas com "manutenção e desenvolvimento do ensino" em seu art 6º, § 1º e alíneas

Cumpra referir que também estão incluídos os dispêndios realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública (Atividade 2064 - Manutenção de Serviços de Polícia Ostensiva), e que não há qualquer fundamentação legal para a mesma constar no referido recurso

O Estado aplicou, no exercício em exame, R\$ 1.118.166 mil, que correspondem a 30,21% da receita líquida de impostos (R\$ 3 700.700 mil), na manutenção e desenvolvimento do ensino público. O percentual aplicado está 4,79% aquém do estabelecido na Constituição Estadual e 5,21% além do estabelecido na Constituição Federal, e correspondeu a um acréscimo, em relação ao exercício anterior, de 27,17% no total despendido

2.2.1 - PROGRAMA 42 - ENSINO FUNDAMENTAL

"Este Programa envolve o conjunto de ações que visam proporcionar o ensino regular de primeiro grau destinado à formação da criança e do pré-adolescente, independentemente de sua aptidão física ou intelectual".

Para este Programa, foi canalizado o maior volume de recursos despendidos na Função, como se pôde verificar anteriormente, visto que sua taxa de participação ficou em 70,86%.

A execução do Programa Ensino Fundamental realizou-se totalmente pela Secretaria de Educação

No Orçamento Anual, para o exercício de 1996, estavam previstas quatro Atividades com a previsão inicial de R\$ 563 820 mil, enquanto a despesa realizada atingiu R\$ 616.726 mil, representando 9,38% além da dotação inicial, como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
19	Secretaria da Educação	563 820	99 95	616 726	100 00	109 38
84	Fundo Pro Guaíba	308	0,05	-	-	-
-	TOTAL	564 128	100 00	616 726	100 00	109 32

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Do Programa Ensino Fundamental, participou somente a Função Educação e Cultura, através de 03 (três) Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Em R\$ mil

Nº	FUNÇÕES	PROJETOS	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT S/TOTAL
		PREV EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	
8	Educação e Cultura	1 /	-	3 / 3	616 726	616 726	100 00
1	TOTAL	1 / -	-	3 / 3	616 726	616 726	100 00

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As despesas no Programa Ensino Fundamental, nos últimos dez anos, tendo por base o ano de 1987, demonstram que os menores dispêndios ocorreram nos anos de 1988, 1991, 1994, 1995, sendo este último o de pior desempenho

Quanto à participação do Programa nos dispêndios totais do Estado, pode-se constatar que as menores participações ocorreram nos anos 1994 (7,62%) e 1995 (6,55%), havendo uma pequena recuperação em 1996 (7,90%)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1987/1996
 PROGRAMA 42 - Ensino Fundamental

ANO	EM VALORES		RELATIVO	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES	CONSTANTES*	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL
1987	10 285 083	682 767	100,00	-	10,89
1988	64 530 633	546.269	80,01	-19,99	10,33
1989	1 207 010 678	719 657	105,40	31,74	12,98
1990	39 611 521 097	831 586	121,80	15,55	12,75
1991	137 735 673.635	561 783	82,28	-32,44	10,55
1992	1 898 814 296 313	709 618	103,93	26,32	10,83
1993	37.999 949 698	644 429	94,38	-9,19	10,02
1994	279 646.729	520 249	76,20	-19,27	7,62
1995	407 916 681	453 177	66,37	-12,89	6,55
1996	616 725 947	616 726	90,33	36,09	7,90

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No Programa Ensino Fundamental, destaca-se a Atividade 2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental com 99,59% do total das despesas realizadas, como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
 PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
 PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

NUMERO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTICIPAÇÃO %	Em R\$ mil		
				DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %	DR/DI %
2365	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	530 916	94 11	614 178	99 59	115 68
2366	Qualificação de Recursos Humanos Ensino Fundamental	12 215	2 17	544	0 09	4 45
2367	Modernização do Processo Pedagógico Ensino Fundamental	20 688	3 67	2 004	0 32	9 69
9118	Educação Ambiental Secretaria da Educação	308	0 05			
4	TOTAL	564 128	100 00	616 726	100 00	109 32

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Neste Programa, o Elemento Pessoal Civil representou 80,56% em relação ao volume de recursos aplicados, seguido de Outros Serviços e Encargos (8,19%) e Obras e Instalações (6,04%), conforme o demonstrativo a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental)

Em R\$ mil

NÚMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	440 826	78 14	496 851	80 56	112 71
3113	Obrigações Patronais	797	0 14	38	0 01	4 76
3120	Material de Consumo	10 448	1 85	142	0 02	1 35
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1 867	0 33	59	0 01	3 18
3132	Outros Serviços e Encargos	27 953	4 96	50 481	8 19	180 59
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	345	0 06	-
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	3 291	0 53	-
3211	Transferências Operacionais	1	0 00	-	-	-
3223	Transferências a Municípios	14 848	2 63	10 543	1 71	71 00
3231	Subvenções Sociais	1 521	0 27	-	-	-
3254	Apoio Financeiro a Estudantes	-	-	2	0 00	-
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	147	0 02	-
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	1	0 00	-
4110	Obras e Instalações	20 754	3 68	37 231	6 04	179 40
4120	Equipamentos e Material Permanente	42 307	7 50	12 922	2 10	30 54
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	150	0 02	-
4210	Aquisição de Imóveis	104	0 02	403	0 07	387 44
4323	Transferências a Municípios	2 287	0 41	4 121	0 67	180 18
4331	Auxílios para Despesas de Capital	416	0 07	-	-	-
19	TOTAL	564 128	100 00	616 726	100 00	109 32

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Para a avaliação de desempenho do Estado no setor educacional, foi examinado o comportamento de algumas variáveis disponíveis, relacionadas com o ensino Fundamental, que constituíram a base para a construção de alguns indicadores educacionais

A tabulação e análise dos dados disponíveis está demonstrada, a seguir, de forma sucinta. A análise deter-se-á em partes do universo em exame, sem considerar a divisão existente entre áreas urbanas e rurais, considerando, na medida do possível, as principais variáveis selecionadas.

ENSINO FUNDAMENTAL

A distribuição das matrículas e recursos, nos exercícios de 1992 a 1996, pode ser observada a seguir

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS				
	1992	1993	1994	1995	1996
Matrículas Iniciais (nº)	880 010	904 585	952 145	947 943	961 878
Prof em Exercício (nº) *	69 797	58 109	61 015	59 563	86 114 *
Regente de Classe (nº)	51 567	47 694	52 518	51 820	57 305
Prof sem Regência (nº) **	18 230	10 415	8 417	13 378	-
Estab de Ensino (nº)	3 211	3 441	3 380	3 316	3 292
Salas de Aula (nº) ***	36 263	36 926	-	38 711	38 638
Taxa de Evasão (%)	17 04	14 32	13 37	7 33	7 15
Taxa de Reprovação (%)	-	-	-	20 93	18,94
Relação Aluno/Regente	17	19	18	18	17
Relação Aluno/Sala de Aula	25	25	-	24	25

Fonte: Secretaria de Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

* A partir de 1996, informado apenas o total de professores

** A partir de 1996 não foi informado

*** Considerados os três turnos

Não informados

As matrículas iniciais registradas na dependência estadual, no exercício de 1996, totalizaram 961.878, tendo um acréscimo de 1,47% em relação a 1995. Em números reais ocorreu um acréscimo em relação ao ano basilar (1992), que foi o maior verificado no quinquênio.

As taxas de evasão tiveram decréscimos consideráveis nos cinco anos analisados (1992 a 1996), sendo que a menor da série atingiu 7,15% e ocorreu no ano sob análise.

DAOS CONSOLIDADOS-ENSINO REGULAR DE 1º GRAU (FUNDAMENTAL)
MATRÍCULAS INICIAIS
PERÍODO DE 1987/96

ANO	MATRÍCULAS INICIAIS						PARTICIPAÇÃO NO TOTAL(%)	
	ESTADUAL		PARTICULAR		TOTAL		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANTIDADE	VAR %	QUANTIDADE	VAR %	QUANTIDADE**	VAR %		
1987	732.571	-	228.958	-	1.425.001	0,71	51,41	16,07
1988	755.889	3,18	222.527	-2,81	1.477.021	3,65	51,18	15,07
1989	791.298	4,68	215.648	-3,09	1.531.265	3,67	51,68	14,08
1990	811.670	2,57	216.363	0,33	1.575.379	2,88	51,52	13,73
1991	826.903	1,88	213.631	-1,26	1.623.141	3,03	50,94	13,16
1992(*)	880.010	6,42	187.444	-12,26	1.668.341	2,78	52,75	11,24
1993(*)	904.585	2,79	179.348	-4,32	1.675.388	0,42	54,00	10,70
1994(*)	952.145	5,25	174.546	-2,68	1.709.738	2,05	55,69	10,21
1995(*)	947.943	-0,44	183.470	5,11	1.716.863	0,42	55,21	10,69
1996	961.878	1,47	178.416	-2,75	1.738.014	1,23	55,34	10,27

Fonte: Secretaria da Educação - Unidade de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C (Calendário Rotativo)

(**) Inclui dependência Federal e Municipal

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Na tabela anterior, observa-se o comportamento das matrículas iniciais do Ensino Regular de 1º Grau (Fundamental) e sua evolução nas dependências Estadual, Particular e Total do Estado (compreendendo todas as dependências - Estadual, Particular, Municipal e Federal), bem como a participação estadual e particular no total das matrículas

Percebe-se uma tendência crescente no Total das matrículas iniciais, sendo que, no exercício em exame, a variação anual foi de 1,23% em relação ao ano anterior, quando houve o encerramento do Calendário Rotativo

No ensino Particular, a partir de 1988, observa-se sucessivas quedas, à exceção de uma pequena recuperação em 1990 e 1995, culminando, no exercício de 1992, com uma expressiva queda de 12,26% em relação a 1991. Em termos absolutos, no exercício de 1994, ocorreu o menor número de matrículas, considerando todo o período analisado. Em 1995, houve uma visível recuperação em relação aos últimos anos e/ou exercícios, ou seja, de tendência negativa passou a positiva (5,11%). Já no exercício sob exame, a tendência negativa voltou a vigorar, caindo para -2,75% em relação ao ano anterior

A dependência Estadual vinha incrementando suas matrículas, anualmente, desde 1987, sendo que, no exercício de 1992, com vagas em três calendários, registrou um crescimento de 6,42% em relação ao ano de 1991. No ano de 1995, decresceu 0,44% relativamente ao ano anterior e, em 1996, apresentou uma recuperação de 1,47%

Quanto à participação Estadual e Particular no Total das matrículas iniciais, continua em evidência a dependência Estadual que absorveu, no exercício de 1996, 55,34% do total das matrículas

A partir de 1996, conforme informação da Secretaria de Educação, através do Departamento de Planejamento - Divisão de Informática, o número de professores em exercício passou a ser coletado de forma que abrange o total real (Pré-Escolar + 1º e 2º Graus) e não da maneira até então tabulada, ou seja, professor em exercício por grau escolar. Com relação aos professores sem regência de classe, não existe mais a coleta deste dado por parte da Secretaria. Desta forma, fica prejudicado o estudo da série até então apresentada (exercício de 1995)

REGENTES DE CLASSE
ENSINO FUNDAMENTAL
PERÍODO DE 1987/96

ANO	REGENTES DE CLASSE				ALUNOS POR REGENTE	
	ESTADUAL		PARTICULAR		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %		
1987	50 924	-	10 937	-	14,39	20,93
1988	51.642	1,41	10 967	0,27	14,64	20,29
1989	52.003	0,70	10.719	-2,26	15,22	20,12
1990	55 686	7,08	10 835	1,08	14,58	19,97
1991	51 307	-7,86	10.688	-1,36	16,12	19,99
1992(*)	51 567	0,51	10 523	-1,54	17,07	17,81
1993(*)	47 694	-7,51	10.146	-3,58	19,00	18,00
1994(*)	52 519	10,12	10 039	-1,05	18,13	17,39
1995(*)	51 820	-1,33	10 610	5,69	18,29	17,29
1996	57 305	10,58	11 700	10,27	16,79	15,25

Fonte Secretaria da Educação - Unidade de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Regente de classe é o professor que exerce função docente (professor em sala de aula). Pelo demonstrativo acima, pode-se observar o crescimento da quantidade de regentes na dependência Estadual no exercício analisado, bem como a evolução na dependência Particular e, ainda, de forma inversa, a relação alunos/regente

A relação alunos/regente, na dependência Particular, tende ao decréscimo no decênio em tela, enquanto que, na rede Estadual, a tendência é de aumento no número de alunos para cada regente de classe, embora no exercício ora analisado houvesse decréscimo em relação ao anterior.

TAXA DE EVASÃO
ENSINO FUNDAMENTAL
PERÍODO DE 1987/96

Em %

ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
		1987	9,72	9,79	12,55
1988	8,37	10,73	10,19	7,95	2,98
1989	8,36	17,72	10,19	8,10	2,17
1990	7,35	12,77	9,02	6,96	1,99
1991	7,11	11,48	8,96	6,42	1,62
1992	6,68	13,08	17,04	6,28	1,12
1993	6,67	9,62	14,32	6,11	1,11
1994	12,88	10,72	13,37	5,67	1,01
1995	5,86	9,31	7,34	4,88	1,15
1996	5,69	1,39	7,15	4,71	0,95

Fonte Secretaria da Educação - Unidade de Informática

A tabela anterior demonstra a taxa de evasão de alunos matriculados no ensino Fundamental em todas as dependências

A análise em tela demonstra que as maiores taxas de evasão encontram-se nas dependências Estadual e Municipal, seguidas pela rede Federal e, por último, com as menores taxas de evasão, aparece a rede particular

A taxa de evasão para as dependências Estadual e Federal cresceu em 1992, especialmente a Estadual (atribuindo-se às taxas isoladas verificadas por calendário), sendo que, a contar do exercício de 1990, a dependência Municipal registra queda, e a dependência Particular se mantém estável

No exercício examinado, todas as dependências tiveram queda em relação à evasão ocorrida no ano anterior, sendo 0,95% na Particular, 1,39% na Federal, 4,71% na Municipal e 7,15% na Estadual

2.2.2 - PROGRAMA 43 - ENSINO MÉDIO

"Conjunto de ações que visam assegurar ao jovem a habilitação profissional de nível médio, objetivando a formação de mão-de-obra qualificada e o acesso ao ensino superior".

A execução do Programa Ensino Médio foi efetuada, na sua totalidade, pela Secretaria de Educação

Para a execução deste Programa foram previstos, inicialmente, recursos no montante de R\$ 110 519 mil distribuídos em 01 (um) Projeto e 06 (seis) Atividades Durante o exercício de 1996, as despesas realizadas atingiram o valor de R\$ 103 127 mil gastos em 01 (um) Projeto e 06 (seis) Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996							Em R\$ mil
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO							
PROGRAMA 43 - Ensino Médio							
Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %	
		VALOR	PART %	VALOR	PART %		
19	Secretaria da Educação	110 519	100 00	103 127	100,00	93 31	
	TOTAL	110 519	100 00	103 127	100 00	93 31	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Do Programa Ensino Médio, participou somente a Função Educação e Cultura, através de 01 (um) Projeto e 06 (seis) Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	PROJETOS	DESPESA REALIZADA		ATIVIDADE		DESPESA REALIZADA		PARTIC PERCENT \$/TOTAL
		PREV EXEC	NO PROJETO	PREV EXEC	NA ATIVID	TOTAL			
19	Secretaria de Educação	1 / 1	76	6 / 6	103 051	103 127	100 07		
1	TOTAL	1 / 1	76	6 / 6	103 051	103 127	100,07		

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A participação do Programa Ensino Médio no total despendido pela Administração Direta Estadual, no período de 1987/96, demonstra uma tendência decrescente de 1991 a 1995, sendo que, no exercício em exame, ocorreu uma recuperação significativa, registrando um aumento de 18,86% sobre o ano anterior.

Quanto às despesas realizadas, considerando como base o ano de 1987, pode-se verificar que, em todo o período, o maior volume de gastos situou-se em 1989. O exercício de 1995 apresentou o menor volume de gastos em valores constantes. No exercício em pauta, este volume de gastos ficou acima dos últimos cinco anos.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1987/1996
PROGRAMA 43 - Ensino Médio

ANO	EM VALORES		RELATIVO		VARIÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES	CONSTANTES*	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL	
1987	1.895 774	125 849	100,00	-	2,01	
1988	11 578 899	98.018	77,89	-22,11	1,85	
1989	231 466 460	138 007	109,66	40,80	2,49	
1990	6.494 439 806	136 341	108,34	-1,21	2 09	
1991	23 681 333 334	96 589	76,75	29,16	1,81	
1992	262 978 848 175	98 280	78 09	1,75	1,50	
1993	5 835.149 340	98 956	78,63	0,69	1,54	
1994	50 250 870	93.486	74,28	-5,53	1 37	
1995	78 096 267	86 761	68,94	-7,19	1,25	
1996	103.127.375	103 127	81,95	18,86	1,32	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Programa Ensino Médio foi desenvolvido através dos seguintes Projetos e Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

NÚMERO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	OR/DI %
1519	Contr a Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Desps Capital	1 166	1 06	76	0 07	6 52
2368	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio	91 784	83 05	94 817	91 94	103 30
2369	Qualificação de Recursos Humanos Ensino Médio	1 550	1 40	94	0 09	6 04
2370	Modernização do Processo Pedagógico Ensino Médio	3 680	3 33	1 298	1 26	35 27
2437	Contr a Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desps c/Pessoal	5 872	5 31	6 513	6 32	110 91
2438	Contr a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Outras Desp Corr	186	0 17	324	0 31	174 00
2568	Qualificação e Modernização do Ensino Técnico	6 280	5 68	7	0 01	0 11
7	TOTAL	110 519	100 00	103 127	100 00	93 31

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Atividade nº 2 368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio:

"... visa manter os recursos humanos necessários para o funcionamento da rede estadual de ensino médio".

Esta Atividade foi responsável por 91,94% da despesa total do Programa, que inicialmente previa 83,05% Destaca-se também a Atividade 2437 - Contr a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha - p/Despesas com Pessoal com uma participação de 6,32% na despesa total do Programa.

Observa-se que a participação mais significativa foi a do Elemento 3111 - Pessoal Civil no montante da despesa realizada à conta do Programa Ensino Médio em 1996, na ordem de 87,31%, conforme se verifica na tabela que segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

NOME- RD	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	73 407	66 42	90 042	87 31	122 66
3113	Obrigações Patronais	65	0 06	7	0 01	11 23
3120	Material de Consumo	765	0 71	24	0 02	3 03
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	179	0 16	7	0 01	3 96
3132	Outros Serviços e Encargos	4 899	4 43	3 237	3 14	66 09
3132	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	1	0 00	-
3133	Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal	-	-	546	0 53	-
3211	Transferências Operacionais	6 058	5 48	6 836	6 63	112 04
3223	Transferências a Municípios	741	0 67	-	-	-
3231	Subvenções Sociais	322	0 29	-	-	-
3254	Apoio Financeiro a Estudantes	4	0 00	-	-	-
3259	Outras Transferências a Pessoas	1	0 00	-	-	-
4110	Obras e Instalações	7 277	6 58	483	0 47	6 63
4120	Equipamentos e Material Permanente	14 782	13 38	1 868	1 81	12 64
4311	Auxílios para Despesas de Capital	1 166	1 06	76	0 07	6 52
4323	Transferências a Municípios	416	0 38	-	-	-
4331	Auxílios para Despesas de Capital	416	0 38	-	-	-
17	TOTAL	110 519	100 00	103 127	100 00	93 31

Fonte: Secretaria de Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica TOE/RS

A seguir, proceder-se-á à análise do desempenho estadual no Ensino Médio. Alerta-se, entretanto, que foi utilizada a mesma metodologia e indicadores empregados na avaliação do Ensino Fundamental com as mesmas limitações.

Salienta-se que ficou prejudicada a continuidade da análise realizada nos trabalhos anteriores em decorrência da mudança de metodologia adotada na coleta de dados por parte da Secretaria de Educação.

ENSINO MÉDIO

As matrículas iniciais registradas na dependência estadual tiveram um incremento na ordem de 12,71% de 1995 para 1996, uma vez que atingiram 261.407 matrículas.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS				
	1992	1993	1994	1995	1996
Matrículas Iniciais (nº)	183 166	200 507	223 117	231 932	261 407
Prof em Exercício (nº) *	21 526	17 798	19 379	19 112	86 114 *
Regente de Classe (nº)	14 161	13 213	15 108	15 088	15 767
Prof sem Regência (nº) **	7 365	4 585	4 271	5 269	-
Estab de Ensino Utilizados (nº)	540	557	568	561	548
Salas de Aula Utilizadas (nº)	6 018	6 710	-	7 569	8 157
Taxa de Evasão (%)	33 63	25 37	22 37	16 90	15 97
Taxa de Reprovação (%)	-	-	-	23 42	20 82
Relação Aluno/Regente	12 93	15 17	14 77	15 37	16 59
Relação Aluno/Sala de Aula	30 44	29 88	-	30 68	99 51

Fonte: Secretaria de Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

* A partir de 1996 fornecido em totais

** A partir de 1996 não foi fornecido

Não informados

DADOS CONSOLIDADOS - ENSINO MÉDIO
MATRÍCULAS INICIAIS
PERÍODO DE 1987/96

ANO	MATRÍCULAS INICIAIS						PARTICIPAÇÃO NO TOTAL(%)	
	ESTADUAL		PARTICULAR		TOTAL		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANTIDADE	VAR %	QUANTIDADE	VAR %	QUANTIDADE**	VAR %		
1987	125 781	-	67 302	-	203 812	-	61,71	33,02
1988	134 286	6,76	66 172	-1,68	212 546	4,29	63,18	31,13
1989	142 535	6,14	63 143	-4,58	218 202	2,66	65,32	28,94
1990	146 972	3,11	62 468	-1,07	221 318	1,43	66,41	28,22
1991	152 894	4 03	61 210	-2,01	227 300	2,70	67,26	26,93
1992(*)	183 166	19,80	57 713	-5,71	254 148	11,81	72,07	22,71
1993(*)	200 507	9,47	61 373	6,34	276 356	8,74	72,55	22,21
1994(*)	223 117	11,28	66 001	7,54	303 671	9,88	73,47	21,73
1995(*)	231 932	3,95	75 157	13,87	321 463	5,86	72,15	23,38
1996	261 407	12,71	80 764	7,46	357 604	11,24	73,10	22,58

Fonte Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C

(**) Inclui dependências Federal e Municipal

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Pela tabela acima, observa-se a evolução e comportamento das matrículas iniciais no Ensino Médio nas dependências Estadual e Particular e no Total do Estado. Pode-se verificar, também, a participação Estadual e Particular no Total Geral.

As matrículas iniciais totais, neste nível de ensino, são historicamente baixas em relação ao ensino fundamental com tendência crescente a partir de 1988, atingindo o maior crescimento anual da série no exercício de 1992 com um aumento de 11,81% em relação a 1991. O exercício em exame registra 11,24% de crescimento relativamente a 1995 e, em quantidade absoluta, aponta o maior número de alunos da série examinada.

A dependência Estadual experimentou crescimento em toda série examinada. Percentualmente, o maior acréscimo ocorreu em 1992 comparativamente ao ano anterior. No entanto, em números absolutos, a maior quantidade de matrículas iniciais deu-se no exercício em análise.

Na dependência Particular, observam-se sucessivas quedas de 1988 a 1992, especialmente neste último exercício, com redução de 5,71% em relação a 1991. Já, nos exercícios de 1993 a 1996, observa-se crescimento constante ano a ano. Em números absolutos, o exercício em exame aponta a maior quantidade de matrículas iniciais.

Em nível de participação no total, a dependência Estadual foi responsável, em 1996, por uma participação de 73,10%, tendo-se mantido mais ou menos estável a partir de 1992 e atingindo o pico no exercício de 1994 com participação de 73,47%.

Observa-se que as dependências Estadual e Particular, juntas, foram responsáveis por 95,0%, em média, das matrículas totais do ensino Médio na série examinada

Repisa-se, aqui, o mesmo comentário realizado quando da análise do Ensino Fundamental. Ocorre que, a partir de 1996, conforme informa a Secretaria de Educação, através do Departamento de Planejamento - Divisão de Informática, o número de professores em exercício passou a ser coletado de forma que abrange o total real (Pré-Escolar + 1º + 2º Graus) e não da maneira até então tabulada, ou seja, professor em exercício por Grau de Ensino. Com relação aos Professores sem Regência de Classe, não existe mais a coleta deste dado. Desta forma, fica inviabilizada a seqüência do estudo da série até então apresentada (exercício de 1995).

REGENTES DE CLASSE
ENSINO MÉDIO
PERÍODO DE 1987/96

ANO	REGENTES DE CLASSE				ALUNOS POR REGENTE	
	ESTADUAL		PARTICULAR		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANT.	VAR. %	QUANT.	VAR. %		
1987	12.406	0,41	6.059	-1,38	10,14	11,11
1988	12.135	-2,18	5.859	-3,30	11,07	11,29
1989	12.779	5,31	5.731	-2,18	11,15	11,02
1990	14.233	11,38	5.762	0,54	10,33	10,84
1991	13.408	-5,80	5.700	-1,08	11,40	10,74
1992(*)	14.161	5,62	5.798	1,72	13,00	10,00
1993(*)	13.213	-6,69	5.871	1,26	15,17	10,45
1994(*)	15.108	14,34	6.094	3,80	14,77	10,83
1995(*)	15.068	-0,13	6.399	5,00	15,37	11,75
1996	15.757	4,43	7.179	12,19	16,59	11,25

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Acima, encontra-se a demonstração dos regentes de classe do ensino Médio estadual e particular e do número de alunos por regente.

Em termos absolutos, observa-se, na série, uma tendência crescente de regentes de classe na dependência Estadual até 1990, passando a oscilar a partir de 1991. Já na dependência Particular, a tendência é visivelmente decrescente até 1991, com seu ponto mínimo neste ano, acompanhando a evolução do número de matrículas, que, até 1992, também é decrescente.

Com referência à relação alunos por regente, percebe-se que, na dependência Estadual, este número, no decênio demonstrado, tende ao aumento, enquanto que, na rede particular, esta relação é mais ou menos estável. O exercício de 1996 registra, aproximadamente, 17 alunos/regente na dependência Estadual e 11 na Particular.

TAXA DE EVASÃO
ENSINO MÉDIO DE 2º GRAU
PERÍODO DE 1987/96

Em %

ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1987	19,58	12,27	24,50	26,85	10,85
1988	16,93	10,15	21,10	21,70	9,02
1989	18,80	10,52	23,39	17,19	9,62
1990	17,78	9,85	22,01	22,54	8,49
1991	16,10	12,95	19,82	15,00	7,01
1992	15,12	9,84	33,63	13,27	5,18
1993	15,32	10,09	25,37	15,45	5,58
1994	12,88	9,62	13,71	14,45	4,80
1995	13,96	10,34	16,91	13,52	5,20
1996	12,95	7,57	15,97	10,61	3,80

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

Pelas taxas de evasão demonstradas acima, observa-se o alto número de estudantes que abandonam ou são levados a abandonar os estudos no Segundo Grau em todas as dependências.

Este índice tem sido mais acentuado na dependência Estadual, ao longo da série, tendo como uma das causas, o fato de atender à classe da população menos favorecida no aspecto sócio-econômico.

Pelo total das matrículas iniciais, no ensino Fundamental e Médio, atribuídas ao Estado, percebe-se a expressividade desta população e a responsabilidade imputada ao Estado pela sua formação e preparação.

Em 1992, objetivando atender a uma demanda de, aproximadamente, 300 000 alunos excedentes que buscariam vagas nas escolas públicas (segundo estimativa da Secretaria da Educação), foi implantado o Sistema de Aproveitamento Integral do Espaço Escolar (Calendário Rotativo), que possibilitaria um incremento de até 50% na capacidade de absorver matrículas com ociosidade zero dos recursos existentes.

Entretanto, no exercício de 1992, foram registradas, no ensino Fundamental e Médio, 1 063 176 matrículas, havendo um crescimento de 8,5% (83.379 matrículas) em relação ao ano de 1991 (incremento de 6,42% no ensino Fundamental e de 19,8% no ensino Médio). Salienta-se as taxas de evasão, especialmente no ensino Médio, onde atingiram 49,8% no calendário "C".

Em 1993, foram efetuadas 41 916 matrículas novas no ensino Fundamental e Médio na dependência estadual, indicando um crescimento de 3,94% relativamente ao ano anterior. As taxas de evasão registradas nessa ocasião, apontam, respectivamente, 14,03% e 20,84% para os calendários "B" e "C" do 1º Grau (ensino Fundamental) e 22,42% e 35,19% para os calendários "B" e "C" do 2º Grau (ensino Médio).

No exercício de 1994, a dependência estadual registrou, no ensino Fundamental e Médio, um incremento de 6,35% na matrícula inicial (70 170 matrículas) relativamente ao exercício de 1993. As taxas de evasão de 1994 demonstram, de forma respectiva, 14,64% e 17,57% para os calendários "B" e "C" do ensino Fundamental e 23,58% e 29,14% para os calendários "B" e "C" do ensino Médio.

No ano de 1995, a situação configurada na dependência estadual é de um aumento de 4 613 matrículas novas no ensino Fundamental e Médio, representando 0,39% de crescimento em relação ao ano anterior. As taxas de evasão registradas nesse ano indicam, respectivamente, 10,33% e 10,00% para os calendários "B" e "C" do ensino Fundamental e 13,32% e 10,88% para os calendários "B" e "C" do ensino Médio.

Já no exercício sob exame, as taxas de evasão coletadas são inferiores às ocorridas no ano de 1995 em todas as dependências. Entretanto, cumpre referir que a dependência Estadual registrou a mais alta (15,97%) dentre as dependências Municipal, Federal e Particular, respectivamente 10,61%, 7,57% e 3,80%.

CAPÍTULO 3

Os estabelecimentos/salas de aula estaduais de ensino existentes, em que pese desconhecer-se as condições de utilização e a distribuição geográfica, comportam a demanda atual. Sabe-se, ainda, que existe capacidade disponível, pois, aproximadamente 37% das salas de aula, computados todos os níveis nos três turnos, não foi utilizado no ano de 1996, conforme dados fornecidos pela Secretaria da Educação.

2.3 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo que visam à melhoria do nível de saúde da população, bem como a preservação, controle e uso adequado dos elementos naturais".

Ao se analisar o desempenho físico-financeiro da Função Saúde e Saneamento durante 1996, verifica-se que 63,90% do total de recursos a ela alocados foram executados pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, 22,91% pelo Fundo Estadual da Saúde - FES, 9,50% pela Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH, 3,55% pelo FUNDOPIMES e 0,14% pelo Fundo Pró-Guaíba, conforme demonstra a tabela a seguir.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
20	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	163 403	54,46	139 372	63,90	85,29
22	Secretaria das Obras Públ., Saneam e Habita	6 749	2,25	20 711	9,50	306,85
84	Fundo Pró Guaíba	31 654	10,55	304	0,14	0,96
90	FUNDOPIMES	-	-	7 753	3,55	-
95	Fundo Estadual de Saúde FES	98 226	32,74	49 979	22,91	50,88
	TOTAL	300 033	100,00	218 120	100,00	72,70

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Como se observa, a dotação inicial de recursos para a Função Saúde e Saneamento foi fixada em R\$ 300 033 mil. Entretanto, as despesas realizadas posicionaram-se inferiores à previsão inicial em 27,30%, alcançando, apenas, R\$ 218 120 mil.

A trajetória das despesas realizadas nessa Função, examinada por método comparativo, demonstra, nos últimos dez anos, tendo-se por base o ano de 1987, alternância de quedas e recuperações. O ano de 1988 evidenciou a menor aplicação de recursos em valores constantes e, em participação relativa, só atingiu 1,62% da despesa total efetivada pela Administração Direta Estadual. Contrariamente, no ano de 1995, verifica-se que as despesas executadas alcançaram uma participação relativa de 2,99% na soma dos dispêndios totais do Estado. Tal participação mostrou-se como a mais elevada da série apresentada. No exercício sob análise, considerando-se os gastos efetivados em valores constantes, os mesmos superaram os realizados no ano base da série (1987) em 111,10% e, em relação a 1995, 5,39%. Referentemente à participação das despesas da

Função, no total executado pela Administração Direta Estadual, verifica-se que a mesma atingiu 2,79%, caracterizando-se como a segunda maior do decênio.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA - 1987/1996
FUNÇÃO 13 - Saúde e Saneamento

ANO	EM VALORES		RELATIVO	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES*	CONSTANTES**	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL
1987	1 556 465,848	103 325	100,00	-	1,65
1988	10 117 953 170	85 651	82,90	-17,10	1,62
1989	194 623 739	116 041	112,31	35,48	2,09
1990	6.823 096 965	143 241	138,63	23,44	2,20
1991	33 596 285 506	137 029	132,62	-4,34	2,57
1992	374 865 426 059	140 093	135,59	2,24	2,14
1993	7 616 345 770	129 163	125,01	-7,80	2,01
1994	96 162 092	178 898	173,14	38,51	2,62
1995	186 293 621	206 964	200,30	15,69	2,99
1996	218 119 908	218 120	211,10	5,39	2,79

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) Em R\$ mil
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As informações registradas, na Tabela abaixo, evidenciam que a Função Saúde e Saneamento, durante o exercício de 1996, desenvolveu-se por Programas típicos e atípicos. Os primeiros participaram com 93,60% e os segundos com 6,40% do total despendido pela função, como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO 13 - Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMAS	PROJETOS	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC. PERCENT S/TOTAL
		PREV EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	
7	Administração	1 / -	-	2 / 2	7 788	7 788	3,57
60	Serviços de Utilidade Pública	1 / -	-	- / -	-	-	0,00
75	Saúde	11 / 7	6 816	18 / 18	168 703	175 519	80,47
76	Saneamento	5 / 3	26 269	2 / 2	2 363	28 632	13,13
77	Proteção ao Meio Ambiente	5 / 4	304	2 / 2	5 877	6 182	2,83
5	TOTAL	23 / 14	33 389	24 / 24	184 731	218 120	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto aos Projetos e Atividades previstos e realizados na Função Saúde e Saneamento, destaca-se a Atividade 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos que, no final do exercício, apresentou um incremento de 1.459,72% sobre a dotação inicialmente prevista, perfazendo, desse modo, 24,89% dos gastos executados. Todavia, cumpre evidenciar que essa Atividade, ao ser orçada, contava com recursos cuja

participação atingia apenas 1,16% no total das despesas previstas para a referida Função.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

NOME RO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1560	Contrib a Fund Est de Pesquisa e Produção em Saúde p/Despesas de	1 300	0 43	-	-	-
1676	Proteção Contra as Chenas do Rio dos Sinos	52	0 02	-	-	-
1702	Contr a CORSAN - Para Investimentos	-	-	18 000	8 25	-
1771	Implementação do Programa de Saneamento Básico Comunitário	6 802	2 27	171	0,08	2 52
1774	Ampliação de Hospitais Públicos	7 031	2 34	-	-	-
1775	Renovação da Frota de Veículos	1 871	0 62	-	-	-
1800	Programa Estadual de Saneamento Rural	5 089	1 70	516	0 24	10 14
1850	PIA 2000 Programa de Garantia e Reabilitação Nutricional	-	-	835	0 38	-
2177	Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Saúde	-	-	3 015	1 38	-
2332	Implementação de Hosp Mun e Filantrópicos	5 324	1 77	1 290	0 59	24 23
2481	Formulação e Coordenação do Sistema Único de Saúde	23 594	7 86	15 760	7,23	66 80
2486	Desenvolvimento de Recursos Humanos	3 481	1 16	54 297	24 89	1 559,72
2486	Implementação das Ações de Saúde através Convênios e Contratos	3 694	1 23	12 132	5 56	328,46
2487	Publicidade	65	0 02	62	0,03	93 99
2488	Apoio Operacional as Ações de Saúde	9 516	3 17	7 726	3 54	81 19
2490	Contr a Fund de Proteção Ambiental p/Desps com Pessoal	5 001	1 67	5 270	2 42	105 38
2491	Assistência Médico Sanitária em Geral	33 255	11 08	7 741	3 55	23 28
2492	Controle de Vigilância Epidemiológica	1 873	0 62	11	0,00	0 57
2497	Operação Litoral Ações de Saúde Pública	-	-	499	0 23	-
2499	Manutenção do Programa de Saneamento Básico Comunitário	1 523	0 51	168	0 08	11 04
2501	Assistência Médico Hospitalar Hospital Psiquiátrico São Pedro	16 439	5 48	10 985	5 04	66 83
2502	Assistência Médico Hospitalar Hospital Sanatório Partenon	7 258	2 42	5 429	2 49	74 80
2503	Assistência Médico Hospitalar Hospital Colônia Itapoá	6 606	2 20	2 856	1 31	43 23
2504	Assistência Médico Hospitalar Hospital Alexandre Lisboa	3 044	1 01	195	0 09	6 40
2505	Contr a Fund de Proteção Ambiental p/Outras Desps Correntes	1 467	0 49	607	0 28	41 38
2507	Assistência Médico Hospitalar Hospital de Alvorada	4 819	1 61	3 609	1 65	74 90
2508	Assistência Médico Hospitalar Hospital de Cachoeirinha	3 447	1,15	3 623	1 66	105 10
2509	Manutenção do Conselho Estadual de Saúde	1 242	0 41	6	0 00	0 51
2537	Contrib a Fund Est de Prod e Pesq em Saúde - p/Despesas com Pess	3 379	1 13	23	0 01	0 69
2538	Contrib Fund Est. Pesquisa e Produção em Saúde p/outras Desps Cor	11 373	3 79	3 060	1 40	26 91
2551	Constr de Pogos e Agudes no Interior do Estado	1 609	0 54	2 195	1 01	136 45
8510	Apoio ao Sistema Único de Saúde SUS	66 491	22 16	44 170	20 25	66 43
9011	Conclusão de Hospitais Municipais	11 254	3 75	1 096	0 50	9 74
9012	Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon	1 196	0 40	-	-	-
9013	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	3 988	1 33	-	-	-
9105	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravatá CORS	14 235	4 74	-	-	-
9106	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos - Porto Alegre DMAE	6 501	2 17	-	-	-
9107	Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre DNLU	831	0 28	-	-	-
9108	Sistema de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos EMATE	3 781	1 26	22	0 01	0 59
9114	Plano de Ações p/Contr da Poluição Ind da Bacia Hidrográfica do Gu	1 015	0 34	3	0 00	0 31
9117	Rede de Monitoramento Ambiental - FEPAM/CORSAN/DMAE	2 079	0 69	7	0 00	0 34
9119	Aquisição de Terrenos FZB	3 213	1 07	272	0 12	8 47
9207	Desenv de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambrente	-	-	7 753	3 55	-
9562	Reestruturação da Rede de Unidades Assistenciais	4 821	1 61	515	0 24	10 67
9566	Construção Aparelhamento e Equipagem Hosp de Caxias do Sul	5 903	1 97	2 022	0 93	34 26
9582	Programa Estadual de Sangue e Hemoderivados	1 607	0 54	535	0 25	33 28
9589	Prevenção e Controle da AIDS	2 965	0 99	1 642	0 75	55 37
47	TOTAL	300 033	100 00	218 120	100 00	72 70

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A Tabela revela que os 23 (vinte e três) Projetos orçados somaram 28,51% do previsto para a Função Saúde e Saneamento. No entanto, foram executados apenas 14 (quatorze) que, no final de 1996, alcançaram 15,30% dos recursos movimentados na Função. Dentre os executados, destaca-se o Projeto 1702 - Contribuição à CORSAN

para Investimentos que não contou com dotação inicial, porém, a despesa realizada, no final do exercício, alcançou 8,25% do total investido na Função. Registra-se, ainda, que igualmente inexistia para o Projeto 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente, que participou com 3,55% na soma global das despesas executadas pela Administração Direta do Estado, previsão inicial de recursos

Relativamente às 24 (vinte e quatro) Atividades orçadas e executadas, em termos de volume de gastos executados, apresentaram-se como mais significativas as seguintes.

- 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos, como antes salientado, mostrou uma participação de 24,89% nas despesas totais da Função, e um incremento de 1.459,72% sobre a dotação inicialmente prevista;
- 8510 - Apoio ao Sistema Unificado de Saúde - SUS, com uma participação de 20,25% no total das despesas implementadas. Entretanto, essa Atividade só executou 66,43% dos recursos orçamentariamente previstos

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

								Em R\$ mil
NÚMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %		
3111	Pessoal Civil	54 318	18,10	82 819	37,97	152,47		
3113	Obrigações Patronais	8 719	2,91	384	0,18	4,40		
3114	Diárias e Ajuda de Custo	1 416	0,47	719	0,33	50,80		
3120	Material de Consumo	34 659	11,55	27 672	12,69	79,84		
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	2 082	0,69	941	0,43	45,18		
3132	Outros Serviços e Encargos	19 199	6,40	21 882	10,00	113,56		
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	1 560	0,52	196	0,09	12,59		
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			557	0,26			
3211	Transferências Operacionais	21 220	7,07	9 068	4,16	42,74		
3221	Transferências a União			16	0,01			
3223	Transferências a Municípios	12 293	4,10	8 340	3,82	67,84		
3231	Subvenções Sociais	3 436	1,15	15 383	7,06	447,72		
3259	Outras Transferências a Pessoas	1 006	0,34	317	0,15	31,46		
3291	Sentenças Judiciais			8	0,00			
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0,21	9	0,00	1,51		
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			0	0,00			
4110	Obras e Instalações	34 680	11,56	3 379	1,55	9,74		
4120	Equipamentos e Material Permanente	39 618	13,20	5 538	2,54	13,96		
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0,21		-			
4260	Const. ou Aum. de Cap. de Emp. Comerc. ou Financ.			18 000	8,25			
4270	Concessão de Empréstimos			7 753	3,55			
4292	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0,21		-			
4310	Transferências Intragovernamentais				-			
4311	Auxílios para Despesas de Capital	1 300	0,43		-			
4321	Transferências a União			170	0,08			
4323	Transferências a Municípios	35 181	11,73	12 682	5,81	36,05		
4324	Transferências a Inst. Multigovernamentais	24 322	8,11	304	0,14	1,25		
4331	Auxílios para Despesas de Capital	2 523	0,84	2 069	0,95	82,00		
4392	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0,21		-			
29	TOTAL	300 033	100,00	218 120	100,00	72,70		

No que diz respeito à participação dos elementos de despesa na Função Saúde e Saneamento, os registros existentes na Tabela indicam que além do elemento 3111 - Pessoal Civil, que participou com 18,10% (R\$ 54 318 mil) da dotação inicial, distinguiram-se, também, os elementos 3120 - Material de Consumo e 3132 - Outros Serviços e Encargos, conjuntamente atingindo 17,95% (R\$ 53 858 mil) da dotação total prevista

Esses 02 (dois) últimos elementos, no final do exercício de 1996, somaram 22,69% do total das despesas realizadas na Função, o que significou um montante de recursos igual a R\$ 49.474 mil. Todavia, tal valor foi 8,14% menor do que aquele previsto no Orçamento, que registrava R\$ 53 858 mil, como já foi mencionado. O elemento 3111, de forma inversa, mostrou uma participação de 37,97% (R\$ 82 819 mil) no total das despesas efetivadas na Função, superando, portanto, a dotação inicial em 19,87%

Por outro lado, o elemento 4260 - Const ou Aum de Capital de Empr Coml ou Fin representou 8,25% (R\$ 18 000 mil) na despesa total executada na Função, sem ter contado com previsão inicial de dotação. Os recursos desse elemento foram integralmente aplicados no Projeto 1702 - Contr à CORSAN para Investimento, desenvolvido no Programa Saneamento

Quanto ao elemento 3231 - Subvenções Sociais, no exercício em análise, o mesmo representou 7,05% ou R\$ 15 383 mil do global das despesas da Função. Tais recursos foram absorvidos pela Atividade 2486 - Implementação das Ações de Saúde, através de Convênios e Contratos, em 78,52% (R\$ 12.132 mil) e pela Atividade 8510 - Apoio ao Sistema Único de Saúde - SUS em 21,48% (R\$ 3 251 mil)

2.3.1 - PROGRAMA 75 - SAÚDE

"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde".

As despesas efetivadas para a implementação do Programa Saúde foram administradas em 46,99% pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, em 34,30% por Encargos Gerais do Estado e, pelo Fundo Estadual de Saúde - FES, os restantes 18,71%

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 75 - Saúde

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
20	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	143 960	44,62	125 540	46,99	87,20
33	Encargos Financeiros do Estado	80 467	24,94	91 642	34,30	113,90
95	Fundo Estadual de Saúde	98 226	30,44	49 979	18,71	50,88
-	TOTAL	322 642	100,00	267 161	100,00	82,80

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A despesa de R\$ 267.161 mil executada no Programa Saúde, no exercício sob análise, representou um decréscimo de 17,20% em relação à dotação inicial. Esse Programa desenvolveu-se na Função Saúde e Saneamento (65,70%) e na Assistência e Previdência (34,30%), conforme se demonstra a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO
PROGRAMA 75 - Saúde

Em R\$ mil

Nº	FUNÇÕES	PROJETOS	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTICIPACÃO PERCENTUAL S/TOTAL
		PREV/EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV/EXEC	REALIZADA NA ATIVD	REALIZADA TOTAL	
13	Saúde e Saneamento	11 / 7	6 816	18 / 18	168 703	175 519	65,70
15	Assistência e Previdência	- / -	-	5 / 5	91.642	91 642	34,30
2	TOTAL	11 / 7	6.816	23 / 23	260 345	267 161	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Deve ser salientado que, sendo o total de recursos financeiros aplicados na Função Saúde e Saneamento, igual a R\$ 218.120 mil, as despesas do Programa Saúde, no valor de R\$ 175.519 mil, absorveram 80,47% do total investido na referida Função.

Nos últimos dez anos, o Programa Saúde registrou participações entre 1,51% e 3,44% na despesa total executada pela Administração Direta Estadual. No exercício de 1996, essa participação chegou a 3,42%, constituindo-se na segunda maior do decênio, conforme evidencia a Tabela seguinte.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1987/1996
 PROGRAMA 75 - Saúde

ANO	EM VALORES		RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO % ANO A ANO	PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL
	CORRENTES	CONSTANTES*			
1987	1 484 413	98 542	100,00		1,57
1988	9 432 786	79 851	81,03	-18,97	1,51
1989	148 570 959	88 583	89,89	10,93	1,60
1990	5 345 399 769	112 219	113,88	26,68	1,72
1991	23 037 570 233	93 963	95,35	-16,27	1,76
1992	269 647 509 273	100 772	102,26	7,25	1,54
1993	8 992 003 310	152 493	154,75	51,32	2,37
1994	88 470 323	164 588	167,02	7,93	2,41
1995	214 181 830	237 946	241,47	44,57	3,44
1996	267 160 694	267 161	271,11	12,28	3,42

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médho) - Em R\$ mil

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Atentando-se para os valores registrados no ano-base (1987), constata-se que o ano de 1988 mostrou o pior desempenho, tanto em valores constantes quanto em participação relativa. Em 1996, todavia, as despesas efetivadas por conta do Programa Saúde revelam um crescimento de 171,11% em relação ao investido no ano basilar da série, e, confrontando-se com as despesas executadas no ano anterior (1995), verifica-se crescimento de 12,28%

Torna-se necessário salientar que neste exercício sob análise, como já ocorreu em 1995, do total gasto no Programa, 34,30% (R\$ 91.642 mil) foram utilizados na Função 15 - Assistência e Previdência, através do Órgão 33 - Encargos Financeiros do Estado. Tais recursos atenderam às despesas das Atividades 2018 e 2019 - Contribuição ao IPE, Abono Família e Auxílio Funeral dos Servidores Inativos e 2668, 2679 e 2684 - Contribuição ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos

Desta forma, infere-se que a inclusão dos dispêndios da Função Assistência e Previdência no Programa Saúde, que é específico da Função Saúde e Saneamento, elevou a sua participação para mais 1,17% na despesa total realizada pela Administração Direta Estadual. Ao ser excluído o valor de R\$ 91 642 mil, pertinente à Função Assistência e Previdência, a participação do Programa Saúde, que significou 3,42%, baixa para 2,25%

A execução orçamentária dos Projetos e Atividades do Programa Saúde demonstra-se na Tabela apresentada a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 75 - Saúde

Em R\$ mil

NÚMERO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	OR/DI %
1560	Contrib. a Fund. Est. de Produção e Pesquisa em Saúde - p/Despesas de	1.300	0,40	-	-	-
1771	Implementação do Programa de Saneamento Básico Comunitário	6.802	2,11	-	-	-
1774	Ampliação de Hospitais Públicos	7.031	2,38	-	-	2,52
1850	PIA 2000 - Programa de Genética e Reabilitação Nutricional	-	-	835	0,31	-
2018	Contribuição ao IPE Abono-Família e Auxílio-Funeral dos Inativos	2.679	0,83	3.625	1,36	135,29
2019	Contrib. ao IPE - Abono-Família e Auxílio-Funeral Servidores Inativos	945	0,29	766	0,29	81,09
2177	Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Saúde	-	-	3.015	1,13	-
2332	Implementação de Hosp. Mun. e Filantropicos	5.324	1,65	1.290	0,48	24,23
2461	Formulação e Coordenação do Sistema Único de Saúde	23.594	7,31	15.760	5,90	66,80
2465	Desenvolvimento de Recursos Humanos	3.481	1,08	54.297	20,32	1.559,72
2485	Implementação das Ações de Saúde através Convênios e Contratos	3.694	1,14	12.132	4,54	328,45
2491	Assistência Médico-Sanitária em Geral	33.255	10,31	7.741	2,90	23,28
2492	Controle de Vigilância Epidemiológica	1.873	0,58	11	0,00	0,57
2497	Operação Litorea - Ações de Saúde Pública	-	-	499	0,19	-
2501	Assistência Médico-Hospitalar - Hospital Psiquiátrico São Pedro	16.439	5,10	10.986	4,11	66,83
2502	Assistência Médico Hospitalar - Hospital Sanatório Partenon	7.258	2,25	5.429	2,03	74,80
2503	Assistência Médico-Hospitalar - Hospital Colônia Itapuí	6.606	2,05	2.856	1,07	43,23
2504	Assistência Médico-Hospitalar - Hospital Alexandre Lisboá	3.044	0,94	195	0,07	6,40
2507	Assistência Médico-Hospitalar - Hospital de Alvorada	4.819	1,49	3.609	1,35	74,90
2508	Assistência Médico-Hospitalar - Hospital de Cachoeirinha	3.447	1,07	3.623	1,35	105,19
2509	Manutenção do Conselho Estadual de Saúde	1.242	0,39	6	0,00	0,51
2537	Contrib. a Fund. Est. de Prod. e Pesq. em Saúde - p/Despesas com Pess	3.379	1,05	23	0,01	0,69
2538	Contrib. Fund. Est. Pesquisa e Produção em Saúde - p/outras Despes. Cor	11.373	3,53	3.060	1,15	26,91
2668	Contrib. ao IPE para Assistência Médica	69.185	21,44	78.990	29,57	134,17
2679	Contrib. ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos	5.961	1,85	6.869	2,57	115,23
2684	Contribuição ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos	1.095	0,32	1.392	0,52	82,53
8510	Apoio ao Sistema Único de Saúde - SUS	66.461	20,61	44.170	16,53	66,43
9011	Conclusão de Hospitais Municipais	11.254	3,49	1.095	0,41	9,74
9012	Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon	1.195	0,37	-	-	-
9013	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	3.988	1,24	-	-	-
9562	Reestruturação da Rede de Unidades Assistenciais	4.821	1,49	515	0,19	10,67
9566	Construção, Aparelhamento e Equipagem Hosp. de Coeritas do Sul	5.903	1,83	2.022	0,76	34,26
9582	Programa Estadual de Sangue e Hemoderivados	1.607	0,50	535	0,20	33,28
9589	Prevenção e Controle da Aids	2.965	0,92	1.642	0,61	55,37
34	TOTAL	322.642	100,00	267.161	100,00	82,80

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Primeiramente, cabe salientar que, em 1996, alguns Projetos orçados para execução pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA não foram implementados, comentando-se o que segue.

1. Projeto 1560 - Contribuição à Fund. Est. de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS - visava transferir recursos para custear despesas de capital necessárias à execução de sua programação,

2. Projeto 1774 - Ampliação de Hospitais Públicos - objetivava ampliar o Hospital de Alvorada e de Cachoeirinha; a lavanderia do Hospital "Colônia de Itapuí", em Viamão; os Hospitais Municipais "Getúlio Vargas", em Sapucaia do Sul, e o de Chiapeta; e outros a serem priorizados no decorrer do exercício;

3 Projeto 9012 - Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon, em Porto Alegre - previa especificamente reformar a ala noroeste do Bloco "C",

4 Projeto 9013 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - conforme proposta orçamentária, tinha como meta elevar os níveis de saúde da população, reduzindo a morbi-mortalidade, mediante ação organizada da comunidade promovida pelos agentes comunitários de saúde O Projeto previa, ainda, para alcançar tal propósito, implantar o Programa em 140 Municípios do Estado do RS

Por outro lado, repisando o anteriormente relatado, a Atividade 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos mostrou uma dotação inicial de R\$ 3 481 mil (1,08%) Todavia, no final de 1996, revelou um acréscimo de 1 459,72%, em termos de despesa realizada sobre a dotação prevista, significando uma aplicação de recursos igual a R\$ 54.297 mil que, em termos relativos, representou uma participação de 20,32% no total dos recursos despendidos no Programa Saúde

Referentemente, ainda, à Atividade 2485, salienta-se que, por meio desta Atividade Orçamentária, é promovido e executado o desenvolvimento dos recursos humanos da SSMA, bem como são assessorados os Municípios quando da implantação dos Sistemas Municipais de Saúde - SUS, e, ainda, são produzidos e divulgados conhecimentos para as áreas de Educação e Saúde

Conforme já mencionado, do total de R\$ 267 161 mil despendidos no Programa Saúde, R\$ 91 642 mil dizem respeito à Função Assistência e Previdência (Encargos Gerais do Estado)

Por conseguinte, dos R\$ 175 519 mil restantes, efetivamente empregados no Programa Saúde, através da Função Saúde e Saneamento, tem-se que os recursos do mesmo procederam do Fundo Estadual da Saúde - FES em 28,47% (R\$ 49 979 mil) e da Administração Direta Estadual 71,53% (R\$ 125 540 mil), como demonstra a tabela a seguir

DESPESAS-PROGRAMA 75 (SAÚDE)
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	ADM DIRETA ESTADUAL SSMA	TOTAL
Total	49 979	125 540	175 519

Fonte Balanço Geral do Estado-1996 - Vol I e III

O Fundo Estadual da Saúde - FES que tem o objetivo de apoiar supletivamente Programas vinculados à saúde e meio-ambiente, desenvolvidos e coordenados pela SSMA, não dispôs de recursos próprios em 1996. Os recursos registrados, como demonstra a Tabela abaixo, procederam de convênios com a União (SUS e Outros), que representaram 100% do total realizado.

RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

ORIGEM	UNIÃO		ESTADO		TOTAL
	SUS	OUTROS(*)	RECURSOS LIVRES(**)	RECURSOS PRÓPR.FES	
Total	32.522	15.726	1.731	-	49.979

Fonte: Balanço Geral do Estado - Vol. I - 1996

(*) Recursos vinculados aos Projetos 9562, 9566, 9589 e a Atividade 8510

(**) Incluído Recurso nº 01 + nº 05, conforme consta no Balanço Geral - vol. I

Em 1996, para executar o Programa Saúde, parte dos recursos utilizados pela Administração Direta Estadual derivou-se de Convênio com o SUS/RS, em um total de R\$ 39.300 mil, que, adicionados ao saldo de 1995 (R\$ 7.392 mil) e às transferências de outros recursos (R\$ 24 mil), perfizeram o montante de R\$ 46.716 mil, como consta na Tabela seguinte:

RECURSOS SUS/RS - 1996

Em R\$ mil

SALDO DE 1995	ORIGEM DOS RECURSOS SUS/RS							SUBTOTAL (b+c+d+e+f+g)	TRANSF DE OUTROS RECURSOS (2)	TOTAL GERAL (1+2+a)	TOTAL EM PENHA EM 1996 ATIV 8510	SALDO A EMPENHAR
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA (a)	REC APLIC (b)	RECEITA DE SERVIÇOS (c)	RESTITUIÇÕES (d)	MULTAS CONTRATUAIS (e)	ANULAÇÕES (f)	(g)					
7.392	10	4.057	34.629	132	25	447	39.300	24	46.716	32.522	34.194	

Fonte: Balanço Geral do Estado - Vol. I - 1996

Assim, do total supra-referido (R\$ 46.716 mil), foi empenhado na Atividade 8510 - Apoio ao SUS a importância de R\$ 32.522 mil, ficando R\$ 14.194 mil em saldo a empenhar (Passivo Potencial). Este saldo a empenhar representou cerca de 30,38% do total geral dos recursos destinados ao Programa Saúde.

No que diz respeito à participação dos elementos de despesa no Programa Saúde, verifica-se que o 3111 - Pessoal Civil, que originalmente contava com 16,16% dos recursos, atingiu, no final do exercício, um incremento de 58,83%, calculando-se

despesas realizadas sobre dotação inicial prevista. Deste modo, no total dos gastos realizados pelo Programa, mostrou uma participação de 31,00%. Também, foi relevante a participação do elemento 3213 - Contribuições Correntes, que absorveu 34,19% do montante dos recursos investidos no Programa. No entanto, deve-se salientar que os recursos do elemento 3213 foram aplicados integralmente na Função Assistência e Previdência (Encargos Financeiros do Estado), como anteriormente se comentou.

Os elementos 4192, 4292, 4311 e 4392 que se referem às Despesas de Exercícios Anteriores e aos Auxílios para Despesas de Capital, apesar de contarem com dotação orçamentária, não foram movimentados em 1996.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 75 - Saúde

NÚMERO	ELEMENTOS	Em R\$ mil				
		DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	52 138	16 16	82 811	31 00	158 83
3113	Obrigações Patronais	8 671	2 69	384	0 14	4 43
3114	Diárias e Ajuda de Custo	1 416	0 44	600	0 22	42,37
3120	Material de Consumo	31 252	9 69	24 985	9 35	79 95
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	2 076	0 64	941	0 35	45 31
3132	Outros Serviços e Encargos	14 583	4 52	15 437	5 78	105 85
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	1 560	0 48	149	0 06	9 58
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			556	0 21	
3211	Transferências Operacionais	14 752	4 57	3 191	1 19	21 63
3213	Contribuições Correntes	79 005	24 51	91 339	34 19	115 49
3221	Transferências a União			16	0 01	
3223	Transferências a Municípios	12 293	3 81	8 340	3 12	67 84
3231	Subvenções Sociais	3 436	1 06	15 383	5 76	447 72
3253	Salário Família	28	0 01	74	0 03	262 23
3259	Outras Transferências a Pessoas	1 214	0 38	494	0 18	40 69
3291	Sentenças Judiciais			8	0 00	
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	1 761	0 55	9	0 00	0 54
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			52	0 02	
4110	Obras e Instalações	30 746	9 53	3 024	1 13	9 83
4120	Equipamentos e Material Permanente	35 125	10 89	4 607	1 72	13 12
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0 19	-	-	-
4260	Const. ou Aum. de Cap. de Equip. Comerc. ou Financ.			-	-	-
4292	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0 19	-	-	-
4311	Auxílios para Despesas de Capital	1 300	0 40			
4321	Transferências a União			170	0 06	
4323	Transferências a Municípios	26 810	8 31	12 522	4 69	46 71
4331	Auxílios para Despesas de Capital	2 523	0 78	2 069	0 77	82 00
4392	Despesas de Exercícios Anteriores	625	0 19			
28	TOTAL	322 642	100 00	267 161	100,00	82 80

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Com o objetivo de detectar o desempenho da Função Saúde e Saneamento no contexto do Estado, utilizaram-se dados que mostram o comportamento de algumas variáveis disponíveis. Essas variáveis serviram para fundamentar a construção de indicadores. Entretanto, antes de qualquer análise, é oportuno registrar que, de 1992 em diante, as informações existentes na Tabela acima foram acrescidas da categoria hospitais universitários, pois, segundo a SSMA, os hospitais assim denominados têm

vínculo público e privado, caracterizando-se como Hospitais-Escola, preenchendo, deste modo, uma série de quesitos indispensáveis para o recebimento de recursos financeiros adicionais

UNIDADES HOSPITALARES LETOS E INTERNAÇÕES EM PORTO ALEGRE E INTERIOR
PERÍODO DE 1987/1996

ANO	NÚMERO DE	LOCALIZAÇÃO											
		PORTO ALEGRE				INTERIOR				TOTAL/ESTADO			
		PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERSITÁRIO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERSIT.	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERSITÁRIO	TOTAL
1987	HOSPITAIS	7	34	-	41	18	357	-	375	25	381	-	416
	LEITOS	2 694	6 709	-	9 403	1 997	24 800	-	26 797	4 291	31 509	-	35 800
	INTERNAÇÕES	40 563	197 933	-	238 496	51 281	957 936	-	1 008 667	91 744	1 100 411	-	1.247 183
1988	HOSPITAIS	7	34	-	41	26	351	-	377	33	385	-	418
	LEITOS	2 580	6 775	-	9 355	1 895	25 059	-	26 945	4 476	31 834	-	36 310
	INTERNAÇÕES	37 688	200 620	-	238 308	62 251	995 405	-	1 057 656	99 939	1 156 025	-	1.255 964
1989	HOSPITAIS	11	29	-	40	31	342	-	373	42	384	-	413
	LEITOS	3 710	5 013	-	8 723	2 203	24 443	-	26 646	5 913	29 466	-	35 389
	INTERNAÇÕES	83 781	150 409	-	234 190	79 303	978 706	-	1 058 009	163 084	1 129 115	-	1.292 199
1990	HOSPITAIS	11	29	-	40	35	340	-	375	46	369	-	415
	LEITOS	3 842	5 005	-	8 843	2 585	24 031	-	26 617	6 428	29 037	-	35 465
	INTERNAÇÕES	91 136	147 657	-	238 793	90 511	994 201	-	1 084 712	181 647	1 141 858	-	1.323 505
1991	HOSPITAIS	11	29	-	40	41	327	-	368	52	356	-	408
	LEITOS	3 845	4 769	-	8 614	2 851	23 709	-	26 560	6 686	28 478	-	35 174
	INTERNAÇÕES	116 773	155 349	-	272 122	101 763	902 192	-	1 003 955	218 536	1 057 541	-	1.276 077
1992	HOSPITAIS	-	-	-	32	-	-	-	367	-	-	-	419
	LEITOS	-	-	-	8 375	-	-	-	25 221	-	-	-	34 595
	INTERNAÇÕES	88 924	49 379	91 055	229 358	12 989	738 993	24 927	776 909	101 913	788 372	115 982	1 006 267
1993	HOSPITAIS	6	13	11	30	13	360	8	381	19	373	19	411
	LEITOS	1.651	2 384	4 075	8 120	832	23 132	1 918	25 882	2 493	25 516	5.993	34 002
	INTERNAÇÕES	35 913	42 000	147 564	225 477	12 057	725 291	34 950	772 308	47 970	767 291	182 524	957 785
1994	HOSPITAIS	4	13	13	30	14	362	8	384	18	375	21	414
	LEITOS	1.353	2 384	4 730	8 467	857	23 403	1 930	26 190	2.210	25 787	6 660	34 657
	INTERNAÇÕES	2 499	33 945	181 396	217 840	11.817	664 765	57 210	733 792	14.316	698 710	238 605	951.632
1995	HOSPITAIS	3	13	12	28	15	359	8	382	18	372	20	410
	LEITOS	1.314	2 384	4 210	7 908	896	23 279	1.928	26 103	2.210	25 663	6 138	34 011
	INTERNAÇÕES	2 424	24 682	182 870	189 976	10.845	576 905	54 641	642 391	13.289	601 587	217 511	832.367
1996	HOSPITAIS(*)	4	11	12	27(*)	21	329	8	358(*)	25	340	20	385(*)
	LEITOS	311	1 296	4 174	5 781	1 045	16 033	1 630	18 708	1.356	17 329	5.804	24 489
	INTERNAÇÕES	2 721	24 047	189 018	195 785	22.463	541 132	56 191	619 776	25 174	565 179	215 209	805.582

Fonte: DASA/DNA/SSMA

(*) Recadastramento realizado no período de 12/95 até 03/96 pela DASA/SSMA.

Como demonstram as informações existentes na Tabela, é necessário esclarecer que a expressiva diminuição dos hospitais existentes no Estado em 1996, principalmente, nos localizados no Interior, tem como fator nuclear informações incorretas repassadas pela DATASUS/MS para a fonte (SSMA).

Os erros contidos nas informações só foram detectados pela SSMA, a partir de revisão cadastral que realizou, no período de dez/95 a mar/96, através da Divisão de Administração de Serviços Assistenciais - DASA

Assim, pelo cadastro da DATASUS/MS, fonte alimentadora de informações utilizadas até então pela SSMA, o Estado/RS, através do SUS, dispunha de 410 hospitais em 1995. Entretanto, em 1996, pelo levantamento efetivado pela DASA, a rede hospitalar estadual conta com 385 hospitais.

Ocorre, que ao ser revisado o cadastro pertencente à DATASUS/MS, a SSMA constatou o que segue:

- a) hospitais desativados permaneciam constando no cadastro;
- b) hospitais que haviam mudado o número do CGC, estavam registrados duplamente,
- c) hospitais que não queriam e/ou não mais atendiam pelo SUS, também faziam parte do cadastro,
- d) hospitais que já haviam solicitado descredenciamento do SUS, ainda estavam relacionados como prestadores de serviços do Sistema.

Desse modo, pelo exposto, a análise comparativa de crescimento, estagnação ou de diminuição, em termos relativos, do comportamento da rede hospitalar do Estado/RS, no exercício de 1996, apresenta-se totalmente prejudicada, como ainda, por consequência, a análise referente aos leitos hospitalares disponíveis para o SUS. Considerando, pois, os registros da Tabela anteriormente apresentada, tem-se o que segue:

• **Quanto aos hospitais:**

Observando-se a natureza jurídica da rede hospitalar estadual, constata-se que, dos 385 hospitais existentes, 6,49% (25) são públicos, 5,19% (20) universitários e 88,31% (340) privados. Também, verificou-se que 14,81% dos hospitais da Capital são públicos, enquanto que, no Interior, o percentual é de 5,87%.

Tomando-se por base o ano de 1992, tem-se que o número total de hospitais do Estado, em 1996, decresceu 8,11%, o que evidencia uma rede hospitalar com 34 (trinta e quatro) hospitais a menos. A participação da Capital no número total de hospitais do Estado, no ano de 1992, era de 7,64%. No entanto, a partir daí, observa-se que tal participação decresce de forma gradual e contínua, passando para 7,30% em 1993, 7,25% em 1994 e 6,83% em 1995.

No exercício de 1996, a Capital registrou perda de uma unidade hospitalar, o que significou uma redução de 3,57%, comparativamente a 1995, no total do Estado. Apesar disso, a Capital demonstrou uma participação de 7,01%, que foi superior em 0,18% ao atingido em 1995. Tal circunstância decorre da revisão cadastral implementada pela SSMA que apontou, conforme comentário anterior, uma redução de 25 (vinte e cinco) unidades hospitalares no total do Estado

Por coerência, se o total existente no Estado diminuiu de forma bem mais acentuada, a perda de apenas 01 (uma) unidade pela Capital, proporcionalmente, pouco representou, quanto a sua participação no contexto estadual.

• **Quanto aos leitos hospitalares:**

Antes da análise, convém reiterar que, em razão da atualização de dados cadastrais efetivada pela SSMA, através da DASA/DAHA, entre dezembro/95 e março/96, o número total de leitos hospitalares à disposição do SUS, mostrou-se reduzido em 9 522 unidades, considerando-se dados fornecidos em 1996, comparativamente aos existentes em 1995.

Todavia, confrontando-se com a quantidade de leitos apontados em 1992, verifica-se que os novos registros cadastrais (1996) demonstram uma diferença de 10.107 leitos hospitalares/SUS a menos, ou seja, de 34.596 passou a apresentar 24.489.

Em termos percentuais, tem-se que a quantidade de leitos à disposição do SUS diminuiu 29,21%, comparando-se com o informado em 1992 e, relativamente a 1995, a redução alcançou 28,00%.

Ainda, deve-se registrar que, no exercício sob análise, dos 24.489 leitos/SUS existentes no Estado, a Capital dispôs de 23,61% (5.781) e o Interior de 76,39% (18 708).

• **Quanto às internações hospitalares:**

O número total de internações realizadas no Estado/RS em 1996, cotejando-se com os dados de 1992, demonstra uma queda de 19,95% (200.705). E, em relação a 1995, igualmente mostrou queda de 3,22% (26.805).

Observou-se, ainda, que, do total de internações ocorridas no Estado, a participação maior foi a da rede de hospitais privados, com 70,16%, depois, a dos

universitários com 27,00% e, por último, a da rede hospitalar pública que atingiu 3,13%. É conveniente salientar que as internações havidas em hospitais públicos, em 1996, demonstraram crescimento de 89,72% comparativamente ao informado em 1995.

Especificamente sobre os coeficientes de leitos hospitalares por mil (1000) habitantes no Estado, tem-se a seguir a situação no decênio

POPULAÇÃO/RS, NÚMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS (P/1 000 hab.)
PERÍODO DE 1987/1996

ANOS	POPULAÇÃO		LEITOS			COEFICIENTE DE LEITOS (por 1 000 habitantes)		
	INTERIOR	CAPITAL	INTERIOR	CAPITAL	TOTAL	INTERIOR	CAPITAL	TOTAL
1987	7 379 784	1 207 811	26 397	9 403	35 800	3,58	7,79	4,17
1988	7 488 627	1 220 065	26 945	9 365	36 310	3,60	7,68	4,17
1989	7 594 949	1 232 016	26 646	8 723	35 369	3,50	7,08	4,01
1990	7 697 729	1 243 589	26 617	8 848	35 465	3,46	7,11	3,97
1991	7 875 267	1 263 403	26 560	8 614	35 174	3,37	6,82	3,85
1992	7 971 140	1 280 167	26 221	8 375	34 596	3,29	6 54	3 74
1993	8 119 476	1 264 882	25 882	8 120	34 002	3 19	6 42	3 62
1994	8 238 462	1 263 954	26 190	8 467	34 657	3 18	6 70	3 65
1995	8 348 467	1 270 949	26 103	7 908	34 011	3 13	6 22	3 54
1996	8 338 278	1 286 251	18 708	5 781	24 489	2 24	4 49	2 54

Fonte: IBGE-DIPEQ/RS (Contagem Populacional 1996) e DASA/DAHA/SSMA
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O coeficiente de leitos hospitalares (por 1 000 habitantes) indica o número de leitos que o Estado dispõe para cada grupo de mil habitantes. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, o coeficiente mínimo exigível é de 05 (cinco) leitos hospitalares para cada grupo de 1 000 habitantes.

Os coeficientes, no total do Estado, apresentam-se declinantes ao longo de toda série, sendo que os mais elevados foram atingidos nos anos de 1987 e 1988 com 4,17 leitos por mil habitantes. Salienta-se, todavia, que a população total do Estado continua crescente, e que o número de leitos hospitalares decresce de forma acentuada.

No exercício de 1996, para uma população total do Estado de 9 624 529 habitantes, o coeficiente alcançou apenas 2,54, posicionando-se como o mais baixo da série (1987-1996).

Na Capital, até 1995, os coeficientes, mesmo com tendência decrescente, situavam-se em níveis superiores ao mínimo recomendado pela OMS. Entretanto, no exercício em análise, o coeficiente apresentou-se como o menor da série, posicionando-se aquém do indicado pela OMS. No Interior do Estado, os coeficientes, ao longo da série, situaram-se ao redor de 50% do atingido pela Capital, sendo, portanto, bastante inferiores aos recomendados pela Organização Mundial

A análise deste indicador limita-se ao contexto Estadual, pois a ausência de dados em relação a outros Estados e Capitais do País, dificulta um estudo mais adequado da matéria. Contudo, pode-se inferir que, no Interior do Estado, não há apropriada estrutura hospitalar, confrontando-se com a existente na Capital Valendo registrar que o fato deste coeficiente estar em queda, tanto no Interior quanto na Capital, preocupa sobremaneira. Entende-se, ainda, que o baixo coeficiente de leitos hospitalares por mil habitantes que apresenta o Interior do Estado, manifesta-se como o responsável pela excessiva procura por leitos existentes na Capital, motivando a superlotação e escassez dos mesmos

TEMPO MÉDIO DE OCUPAÇÃO DE LEITOS
PERÍODO DE 1987/1996

ANOS	(*) TEMPO MÉDIO DE OCUPAÇÃO DOS LEITOS (em dias)											
	CAPITAL				INTERIOR				TOTAL			
	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERS	TOTAL
1987	24,22	12,37	-	14,39	11,39	9,45	-	9,55	17,07	9,95	-	10,48
1988	25,09	12,33	-	14,34	11,06	9,19	-	9,30	16,35	9,72	-	10,23
1989	16,16	12,17	-	13,59	10,14	9,12	-	9,19	13,23	9,52	-	9,99
1990	15,39	12,37	-	13,52	10,43	8,83	-	8,96	12,92	9,28	-	9,78
1991	12,02	11,20	-	11,55	10,23	9,59	-	9,66	11,18	9,83	-	10,06
1992(**)	-	-	-	13,33	-	-	-	12,32	-	-	-	12,55
1993	16,88	20,72	10,08	13,14	25,19	11,64	20,03	12,23	18,97	12,14	11,98	12,44
1994	197,62	25,64	9,52	14,19	26,47	12,85	12,31	13,03	56,35	13,47	10,19	13,29
1995	197,94	35,26	9,43	15,19	30,16	14,73	12,88	14,83	60,79	15,57	10,30	14,91
1996	41,71	19,68	9,58	11,36	16,98	10,81	10,59	11,02	19,67	11,19	9,85	11,10

Fonte: DASA/DAMA/SSMA

(*) = 365 dias + (n° Internações + n° de leitos)

(**) Não informado

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O tempo médio de ocupação de leitos indica a quantidade de dias (em média) que os leitos foram ocupados, no ano, em cada internação

Este indicador tem relação com a rotatividade dos leitos, isto é, quanto maior for a rotação (ocupação) dos leitos, menor será o tempo médio de ocupação dos mesmos. É o caso dos hospitais universitários que têm apresentado o menor coeficiente

No Interior do Estado, o tempo médio de ocupação de leitos apresenta-se mais homogêneo, sugerindo que a capacidade instalada está em plena utilização. Na Capital, todavia, a queda deste indicador, até 1991, acentuada na rede pública, indica, considerando o número de internações, que o crescimento da procura por leitos hospitalares públicos, é composta, em grande parte, pela demanda desatendida no Interior do Estado

Antes de iniciar a análise das informações referentes a Unidades Prestadoras de Serviços, Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório, torna-se necessário referir que, de acordo com a fonte fornecedora das mesmas, qual seja a SSMA/DASA, ocorreu a implantação do

Sistema de Informação Ambulatorial - SIA, vinculado ao SUS, apresentando-se bem mais abrangente que o, até então, mantido pela SSMA. Por esta razão, estas informações, em termos quantitativos, mostram uma descontinuidade, a partir de 1994, na Capital, Interior e total do Estado.

Ainda, é preciso que seja informado que, com a implantação deste Sistema (SIA), alguns conceitos foram mudados. Assim, Unidade Sanitária passou a ser Unidade Prestadora de Serviços, e Consultas Odontológicas passou a ser conceituada como Procedimentos em Odontologia.

No que concerne à saúde pública na Capital, e fundamentando-se em dados repassados pela SSMA, faz-se necessário o registro do que ficou acordado na 8ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde - SUS/RS. Na referida reunião, ocorrida em junho/96, ficou decidido que, em razão do ingresso do Município de Porto Alegre no SUS/RS e da gestão semiplena, cabe ao Estado, no contexto da área municipal de Porto Alegre, a função de coordenador do SUS. Assim sendo, dentre as funções do Estado destacam-se: ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação, coordenação da política de alto custo da assistência complementar das referências estaduais e regionais; coordenação da vigilância sanitária e epidemiológica; ações de saúde voltadas ao trabalhador, ações de nutrição, coordenação do sistema de informações de saúde referente ao Plano de Investimentos, e promoção de articulação interinstitucional, obrigatoriamente, intermediando as negociações de gestor a gestor.

Coube ao município de Porto Alegre, após seu ingresso no SUS - Gestão Semiplena, dentre outras, as prerrogativas de:

a) assumir a completa responsabilidade sobre a prestação de serviços, planejamento, cadastramento, contratação, controle e pagamento aos prestadores de serviços ambulatoriais, hospitalares, públicos e privados,

b) assumir o gerenciamento de toda a rede pública de saúde existente no Município, exceto os hospitais estaduais, o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, o Hemocentro, os laboratórios regionais ligados à FEPPS, o Ambulatório de Dermatologia Sanitária, a Escola de Saúde Pública e o Complexo Murialdo, que continuaram sob gerenciamento estadual,

c) manter a execução e o controle das versões básicas de saúde, nutrição, educação e saúde, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e de saúde do trabalhador no seu território,

d) receber mensalmente o total de recursos financeiros para custeio correspondente ao sistema ambulatorial e hospitalar, com repasse direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde

Em virtude, portanto, da descentralização dos serviços de saúde pública, ocorrida após o ingresso do Município de Porto Alegre no SUS - Gestão Semiplena, o Estado do Rio Grande do Sul ainda cedeu ao Município os recursos humanos da SSMA e do Ministério da Saúde - MS, que atuavam nas Unidades Prestadoras de Serviços repassadas ao gerenciamento municipal, bem como os correspondentes bens patrimoniais também pertencentes à SSMA e ao MS.

Desta forma, de acordo com informações existentes na Tabela abaixo, observa-se, relativamente ao aspecto quantitativo, que as Unidades Prestadoras de Serviços atuantes na Capital, administradas pela SSMA até julho/96, mostram aumento de 36 unidades em relação ao ano anterior (1995), o que equivaleu a um crescimento percentual de 62,07%. Todavia, comparando-se com o ano basilar da série (1987), verifica-se diminuição quantitativa de 73 unidades, o que corresponde a uma perda relativa de 43,71%.

No que diz respeito às Consultas Médicas e Encaminhamentos ao Laboratório ocorridos na Capital, no exercício de 1996, constata-se decréscimos de 9,60% e 14,07%, respectivamente, em relação ao ano anterior (1995) Entretanto, analisando-se o número de Procedimentos em Odontologia efetivados, verifica-se o expressivo acréscimo de 862,70% comparativamente, também, ao ano de 1995

SSMA - UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS, CONSULTAS MÉDICAS, PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA E ENCAMINHAMENTOS AO LABORATÓRIO

NA CAPITAL

ANOS	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA SSMA		CONSULTAS MÉDICAS		PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA		ENCAMINHAMENTO AO LABORATÓRIO		
	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %	
1987	167	-	404	451	80	838	8	173	
1988	172	2,99	458	487	13,36	76	036	5,94	
1989	176	2,33	317	659	-30,72	46	389	33,99	
1990	175	-0,57	243	861	-23,23	38	235	17,58	
1991	165	-5,71	231	629	-5,02	32	884	-14,00	
1992	152	7,88	214	000	-7,61	22	636	-31,16	
1993	151	-0,66	200	654	-6,24	23	347	3,14	
1994(*)	-	-	6	028	942	2	904,65	595	972
1995	58	61	59	6	103	889	1,24	68	958
1996(**) 94	62,07	5	517	944	-9,60	663	856	862	70

Fonte DASA/DAHA/SSMA

(*) Não informado

(**) Excluídas as demais Unidades Prestadoras de Serviços, não pertencentes à SSMA

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No Interior do Estado, a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços pertencentes à SSMA, no exercício em análise, demonstrou uma diminuição de 100 Unidades, confrontando-se com o apontado em 1995. Esta diminuição, em termos relativos, significou uma redução de 24,39% e, comparando-se a 1987, ano basilar da serie, um decréscimo de 57,00%.

Há, entretanto, necessidade de que se registre que a causa provável dessa diminuição vincula-se ao fato de que outros municípios do Estado também aderiram ao SUS/RS. Consequentemente, como no caso de Porto Alegre, o Estado, através da SSMA, transferiu aos municípios a responsabilidade pelo gerenciamento das Unidades Prestadoras de Serviços repassadas.

Quanto às Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório realizados no Interior do Estado, em 1996, os dados mostram quedas de 9,79%, 23,51% e 3,62%, respectivamente, em comparação com o ano anterior (1995).

NO INTERIOR

ANOS	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA SSMA		CONSULTAS MÉDICAS		PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA		ENCAMINHAMENTO AO LABORATÓRIO	
	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %
1987	720	-	2 300 482	-	556 706	-	54 038	-
1988	748	3,89	2 820 049	22,59	595 723	7,01	79 242	46,64
1989	788	5,35	2 607 425	-7,54	612 349	2,79	89 829	13,36
1990	786	-0,25	2 103 709	-19,32	506 527	17,28	75 411	16,05
1991	779	-0,89	1 973 722	-6,18	531 829	5,00	82 026	8,77
1992	756	-2,95	1 790 922	9,26	441 044	-17,07	76 069	-7,26
1993	761	0,66	1 930 157	7,77	464 307	5,27	85 162	11,95
1994(*)	-	-	13 129 113	580,21	3 623 584	680,43	5 108 871	5 899,00
1995	410	-46,12	12 344 462	5,98	4 211 517	16,23	4 754 550	-6,94
1996(**)	310	-24,39	11 135 929	-9,79	3 221 534	-23,51	4 582 665	-3,62

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(*) Não informado

(**) Excluídas todas as demais Unidades Prestadoras de Serviços não pertencentes a SSMA
Cálculos: Equipe Técnica do TCE/RS (Var % sobre o ano anterior)

O número total de Unidades Prestadoras de Serviços no Estado, em 1996, administradas diretamente pela SSMA, decresceu 64 unidades, equivalendo a uma redução igual a 13,68%, comparativamente ao registrado no ano anterior (1995). Em relação ao ano basilar da série (1987), constata-se uma acentuada diminuição de 483 unidades (54,45%), em razão de Municípios do Estado terem aderido ao SUS, nas condições de Gestão Incipiente, Parcial ou Semiplena.

NO TOTAL DO ESTADO

ANOS	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA SSMA		CONSULTAS MÉDICAS		PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA		ENCAMINHAMENTO AO LABORATÓRIO	
	QUANT	VAR %	QUANT.	VAR %	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %
1987	887	-	2 704 933	-	637 544	-	62 211	-
1988	920	3,72	3.278 536	21,21	671.759	5,37	89 672	44,14
1989	964	4,78	2 295 084	-30,00	658 738	-1,94	99 869	11,37
1990	961	-0,31	2.347 570	2,29	544 762	-17,30	83 643	-16,25
1991	944	-1,77	2 436 978	3,81	564 713	3,66	90 202	7,84
1992	908	-3,81	2 004 922	-17,73	463 680	-17,89	87 255	-3,27
1993	912	0,44	2 130 811	6,28	487 654	5,17	96 431	10,52
1994	925	1,43	19 158 055	799,10	4 219 556	765,28	9 143 960	9 382,39
1995	468	-49,41	18 448 351	-3,70	4 280 475	1,44	9 724 917	6,35
1996(**)	404	-13,68	16 653 873	-9,73	3 885 390	-9,22	8 853 806	-8,96

Fonte DASA/DAHA/SSMA

(**) Excluídas todas as demais Unidades Prestadoras de Serviços, não pertencentes a SSMA

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS (var % sobre ano anterior)

Cabe, todavia, salientar que a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde vinculadas tão-somente ao SUS/RS, independentes, portanto, do gerenciamento direto realizado pela SSMA, chega a mais de 5 000 (cinco mil), no contexto estadual, conforme demonstra a Tabela seguinte.

UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
NO TOTAL DO ESTADO

ANOS	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS VINCULADAS AO SUS	Var % ano a ano	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA SSMA	Var % ano a ano	TOTAL NO ESTADO DE UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	Var. % ano a ano
1995	4 942	-	468	-	5 410	-
1996	5 170	4,61	404	-13,68	5 574	3,03

Fonte DASA/SSMA

A natureza jurídica destas Unidades vinculadas apenas ao SUS/RS, apresenta-se diversificada, englobando entidades filantrópicas, privadas, públicas municipais, universitárias, sindicais e outras

No que se relaciona a Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório praticados no total do Estado, em 1996, constata-se ocorrência de decréscimos, respectivamente, de 9,73%, 9,22% e 8,96%, confrontando-se com o apresentado no ano anterior (1995)

Complementarmente, apresenta-se, a partir deste exercício, o custo médio por Internação Hospitalar, bem como de Consultas Médicas, Procedimentos em

Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório, como mostram registros existentes nas tabelas abaixo ordenadas.

NÚMERO DE INTERNAÇÕES E VALORES PAGOS EM
PORTO ALEGRE, INTERIOR E TOTAL DO ESTADO
SIH/SUS JANEIRO A DEZEMBRO DE 1996

R\$ 1 00

HOSPITAIS	INTERNAÇÕES (a)	VALORES (b)	CUSTO MÉDIO (b/a)
PORTO ALEGRE			
- Públicos	2 721	726 755,14	267,09
- Privados	24 047	7 836 286,71	325,87
- Universitários	159 018	107 554 019,99	676,36
TOTAL	185 786	116 117 061,84	625,00
INTERIOR			
- Públicos	22 453	4 222 347,42	188,05
- Privados	541 132	109 047 184,56	201,52
- Universitários	56 191	31 928 957,04	568,22
TOTAL	619 776	145 198 489,02	234,28
TOTAL DO ESTADO			
- Públicos	25 174	4 949 102,56	196,60
- Privados	565 179	116 883 471,27	206,81
- Universitários	215 209	139 482 977,03	648,13
TOTAL	805 562	261 315 550,86	324,39

Fonte: Arquivos RDRS/96 DATASUS/MS - DASA/DAHA/SSMA
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Antes de adentrar na análise das informações existentes na Tabela acima, convém esclarecer que, em razão do pequeno valor em que se transformaria o custo médio das internações hospitalares, consultas médicas, procedimentos em odontologia e encaminhamentos ao laboratório, deixou-se de converter a base de cálculo para mil reais (R\$ mil), como se utilizou em todos os demais valores apresentados neste Relatório

Assim, verifica-se que, em 1996, o custo total das 805.562 internações ocorridas no Estado/RS, através do SUS, sob controle administrativo e financeiro da SSMA, atingiu o valor de R\$ 261 315 550,86, redundando num custo médio por internação igual a R\$ 324,39

Além disso, constata-se que o custo médio por internação na Capital apresentou-se superior em 167,00% ao registrado no Interior do Estado. Entretanto, deve ser salientado que a quantidade de internações havidas na Capital significou cerca de, tão-somente, 30% do total realizado no Interior

Quanto à natureza jurídica, tem-se que o custo médio das internações havidas em hospitais classificados como universitários foi mais elevado em 8,22% ao custo encontrado para todas as internações ocorridas na Capital, bem como apresentou-se superior em 108,50% ao custo médio da totalidade das internações registradas no Estado/R.S.

Outra situação que merece ser evidenciada, relaciona-se ao custo médio por internação nos hospitais públicos da Capital, uma vez que atingiu apenas 43,00% do valor médio encontrado para o total de internações ocorridas na Capital e só 39,00% do alcançado pelos hospitais tipificados como universitários.

No Interior do Estado, os hospitais públicos demonstraram um custo médio por internação, 70% menor do apresentado pelos hospitais universitários

CUSTO MÉDIO POR CONSULTAS MÉDICAS, PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA
E ENCAMINHAMENTOS AO LABORATÓRIO
EXERCÍCIO DE 1996

R\$ 1.00

PROCEDIMENTO	CAPITAL				
	Nº atendim.	% s/ total (*)	Valor (R\$)	% s/ total (**)	Custo Médio (R\$)
Consultas médicas	5 517.944	33,13	14 573 851,48	35,26	2,64
Proc. odontologia	663 856	17,09	950 075,74	17,33	1,43
Enc. laboratório	4.271 141	48,24	14 709 517,01	58,16	3,44
TOTAL	10.462 941	35,56	30 233 444,23	41,93	2,89
PROCEDIMENTO	INTERIOR				
	Nº atendim.	% s/ total (*)	Valor (R\$)	% s/ total (**)	Custo Médio (R\$)
Consultas médicas	11 135.929	66,87	26 762 790,15	64,74	2,40
Proc. odontologia	3.221.534	82,91	4 531 711,99	82,67	1,41
Enc. laboratório	4 582.665	51,76	10 582 451,75	41,84	2,31
TOTAL	18 940 128	64,44	41.876 953,89	58,07	2,21
PROCEDIMENTO	TOTAL				
	Nº atendim.	% s/ total (*)	Valor (R\$)	% s/ total (**)	Custo Médio (R\$)
Consultas médicas	16 653 873	100,00	41.336 641,63	100,00	2,48
Proc. odontologia	3 885 390	100,00	5 481.787,73	100,00	1,41
Enc. laboratório	8.853 806	100,00	25 291 968,76	100,00	2,86
TOTAL	29 393 069	100,00	72 110 398 12	100,00	2,45

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(*) Nº de atendimentos em cada procedimento sobre o total de atendimentos no mesmo

(**) Valor despendido em cada procedimento sobre o total gasto no mesmo

Apresenta-se evidenciado que o custo médio das Consultas Médicas realizadas na Capital, Interior e Total do Estado atingiu, respectivamente, R\$ 2,64, R\$ 2,40 e R\$ 2,48

Os Procedimentos em Odontologia situaram-se entre R\$ 1,41 e R\$ 1,43 nas regiões analisadas

Quanto aos Encaminhamentos ao Laboratório, o custo medio por procedimento na Capital, Interior e Total do Estado alcançou valores equivalentes a R\$ 3,44, R\$ 2,31 e R\$ 2,86 respectivamente.

2.3.2 - PROGRAMA 76 - SANEAMENTO

"Conjunto de ações que visa ao abastecimento d'água de boa qualidade às populações, ao destino final dos esgotos domésticos e despejos industriais e à melhoria das condições sanitárias das comunidades".

O Programa Saneamento foi executado, em 1996, pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente com 0,59% dos recursos destinados ao mesmo, pela Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação com 72,34% e os restantes 27,08% pelo FUNDOPIMES. É necessário registrar que não havia dotação inicial prevista para o FUNDOPIMES. Todavia, para o Fundo Pró-Guaíba, não executado durante o exercício, havia previsão de recursos igual a 71,61% do total destinado ao Programa.

A dotação inicial constante no Orçamento registrava recursos na ordem de R\$ 28 956 mil para o Programa. No final do exercício, as despesas realizadas atingiram R\$ 28.632 mil, o que demonstra um decréscimo de 1,12% sobre o previsto

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 76 Saneamento

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %	Em R\$ mil
		VALOR	PART %	VALOR	PART %		
20	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	1 523	5,26	168	0,59	11,04	
22	Secretaria das Obras Públi, Saneam e Habit	6 697	23,13	20 711	72,34	309,23	
84	Fundo Pro Guaíba	20 735	71,61	-	-	-	
90	FUNDOPIMES	-	-	7 753	27,08	-	
-	TOTAL	28 956	100,00	28 632	100,00	98,88	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Programa Saneamento foi integralmente executado na Função Saúde e Saneamento, sendo previsto para o mesmo 05 (cinco) Projetos e 02 (duas) Atividades, conforme demonstra Tabela a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO
PROGRAMA 76 - Saneamento

Em R\$ mil

Nº	FUNÇÕES	PROJETOS	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT IS/TOTAL
		PREV/EXEC	REALIZADA NO PROJETO	PREV/EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	
13	Saúde e Saneamento	5 / 3	26 269	2 / 2	2 363	28 632	100,00
1	TOTAL	5 / 3	26 269	2 / 2	2 363	28 632	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A série de informações sobre as despesas realizadas no Programa Saneamento, apresentadas na Tabela seguinte, abrangendo o período de 1987 a 1996, evidenciam que, de 1988 até 1990, em valores constantes, os gastos efetivados por conta do Programa mostraram acentuado crescimento. Todavia, as despesas executadas de 1991 até 1993, comparativamente a 1990, registraram decréscimos bem significativos, em especial, no ano de 1993, quando apontou um total de despesas que atingiu, tão-somente, 7,79% dos dispêndios efetivados no ano-base (1987).

De forma contrária, no decênio, o ano de 1994 mostrou a maior aplicação de recursos realizados no Programa Saneamento, tanto em valores constantes como em participação relativa no total de gastos efetivados pela Administração Direta Estadual. No entanto, em 1995, verifica-se uma queda de 26,23% nas despesas executadas por conta do Programa, comparando-se com 1994. No exercício em análise, evidencia-se também uma redução no nível de gastos com Saneamento, atingindo o percentual de menos 15,51%, confrontando-se com o executado em 1995.

No que tange à participação do Programa Saneamento na despesa total efetivada pela Administração Direta, no decênio (1987/1996), constata-se que a maior taxa alcançada (0,67%) registrou-se no ano de 1994. Inversamente, o exercício de 1993, apresenta a menor, aproximando-se de 0,01%. Em nenhum dos exercícios, ao longo de toda a série, os gastos com saneamento demonstraram participação igual ou superior a 1,00% sobre o total dos gastos implementados pela Administração Direta Estadual.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1987/1996
 PROGRAMA 76 - Saneamento

ANO	EM VALORES		RELATIVO	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES	CONSTANTES*	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL
1987	60 795	4 036	100,00	-	0,06
1988	619 740	5 246	129,99	29,99	0,10
1989	23 644 209	14 097	349,31	168,71	0,25
1990	969 404 682	20 351	504,26	44,36	0,31
1991	2 028 666 741	8 274	205,02	-59,34	0,16
1992	3 283 379 310	1 227	30,40	-85,17	0,02
1993	18 526 911	314	7,79	-74,39	0,00
1994	24 694 278	45 941	1138,32	14521,87	0,67
1995	30 504 142	33 889	839,70	-26,23	0,49
1996	28 631 947	28 632	709,44	-15,51	0,37

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Analisando-se os Projetos e Atividades executados no Programa Saneamento, destacam-se, em quantidade de recursos aplicados, os Projetos 1702 - Contribuição à CORSAN (para investimentos) com 62,87% do total realizado no Programa e o 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente com 27,08% Vale considerar que estes 02 (dois) Projetos não contavam com previsão de dotação inicial

Ainda, salienta-se que não foram movimentados os Projetos: 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos - Cachoeirinha/Gravatá-CORS e o 9106 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos - Porto Alegre/DMAE.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
 PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES
 NO PROGRAMA 76 SANEAMENTO

Em R\$ mil

NÚMERO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTICIPAÇÃO %	DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %	DR/DI %
1702	Contr. a CORSAN - Para Investimentos	-	-	18 000	62,87	-
1800	Programa Estadual de Saneamento Rural	5 089	17,57	536	1,80	10,14
2499	Manutenção do Programa de Saneamento Básico Comunitário	1 523	5,26	168	0,59	11,04
2551	Constr. de Poços e Agudes no Interior do Estado	1 609	5,56	2 195	7,67	136,45
9105	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravatá CORS	14 235	49,16	-	-	-
9106	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Porto Alegre DMAE	6 501	22,45	-	-	-
9207	Desenv. de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente	-	-	7 753	27,08	-
7	TOTAL	28 956	100,00	28 632	100,00	98,88

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto às despesas realizadas por elemento, observa-se que os maiores dispêndios ocorreram no 4260 - Const ou Aum. de Cap. de Empr. Com ou Financ. com 62,87% do executado. Também, o elemento 4270 - Concessão de Empréstimos destacou-se ao demonstrar uma participação de 27,08% no total gasto pelo Programa Saneamento.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 76 - Saneamento

Em R\$ mil

NOME DO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	481	1,66	8	0,03	1,74
3113	Obrigações Patronais	46	0,17	-	-	-
3114	Diárias e Ajuda de Custo	-	-	25	0,09	-
3120	Material de Consumo	346	1,19	513	1,79	148,74
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	6	0,02	0	0,00	1,73
3132	Outros Serviços e Encargos	1.187	4,10	894	3,12	75,33
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal	-	-	0	0,00	-
4110	Obras e Instalações	3.883	13,41	356	1,24	9,16
4120	Equipamentos e Material Permanente	1.231	4,25	922	3,22	74,93
4260	Const ou Aum de Cap de Empr Comerc ou Financ	-	-	18.000	62,87	-
4270	Concessão de Empréstimos	-	-	7.753	27,08	-
4310	Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-
4323	Transferências a Municípios	7.540	26,04	160	0,56	2,12
4324	Transferências a Inst Multigovernamentais	14.236	49,16	-	-	-
14	TOTAL	28.956	100,00	28.632	100,00	98,88

Fonte: Secretaria de Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Deve-se informar que as atividades delegadas à CORSAN, no que se refere ao abastecimento de água e saneamento básico, principalmente quanto à análise de seu desempenho físico-financeiro, encontram-se no Capítulo III deste Relatório.

Lei Estadual nº 10.532, de 02 de agosto de 1995

É conveniente que, ao término da análise da Função Saúde e Saneamento e dos Programas que a compõem, registre-se que a Lei Estadual nº 10.532, de 02 de agosto de 1995, que tratou sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 1996, em seu Projeto de Lei nº 154/95, recebeu em seu texto original diversas Emendas. Entre elas a de nº 73 que acrescentou ao art 18 a proposta

de que as alocações de recursos para a SSMA deveriam ter montante não inferior a 10% da Receita Tributária Líquida (desconsideradas as transferências da União, relativas a convênio com o SUS e aos pagamentos dos prestadores de serviços de Saúde no RS)

A Emenda foi vetada pelo Governador do Estado, com a justificativa de que a ação governamental na área de Saúde Pública não se restringia a gastos efetuados apenas pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, mas incluía um amplo conjunto de outras ações, especialmente na área de saneamento básico, visto que integra, da mesma forma, a Função Orçamentária Saúde e Saneamento

Também argumentou, o Governador, justificando seu Veto, que levando em conta a previsão de gastos globais para a Função Saúde e Saneamento, estes chegariam a 9,40% do total previsto para a Receita Tributária Líquida (R\$ 3.149 581 milhões), ou seja, atingiriam o valor de R\$ 296.900 mil para a Função retroreferida.

Todavia, para alcançar este valor, o Governador do Estado utilizou-se da projeção da dotação da SSMA (R\$ 221 000 mil), das transferências financeiras aos Municípios do RS (R\$ 25.000 mil), das transferências do Pró-Guaíba à CORSAN, FEPAM e METROPLAN (R\$ 30 000 mil), dos empréstimos do FUNDOPIMES à CORSAN (R\$ 10 000 mil), da parcela dos empréstimos do FUNDOPIMES para cobrir gastos com saneamento (R\$ 4 400 mil) e dos gastos do Programa de Saneamento Rural (R\$ 6 500 mil).

Ocorre, porém, que a Assembléia Legislativa não aceitou tais justificativas e rejeitou o Veto do Governador, conforme consta no Diário Oficial do Estado, de 22-09-95, pág 2

Em vista do relatado, cabe registrar que, no final do exercício de 1996, as despesas totais efetivadas por conta da SSMA só alcançaram R\$ 189.352 mil, como demonstram informações existentes no Balanço Geral do Estado, 1996, volume I e III E reportando-se, também, ao comentado no início da análise da Função Saúde e Saneamento, tem-se que os gastos executados pela SSMA, nesta Função Orçamentária, unicamente, atingiram R\$ 139 372 mil.

Assim, incluindo-se neste total de R\$ 139 372 mil, os gastos realizados por conta da Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação (R\$ 20 711 mil), que executa o Programa Saneamento, os do Fundo Pró-Guaíba (R\$ 304 mil), do FUNDOPIMES (R\$ 7 753 mil) e do Fundo Estadual da Saúde - FES (R\$ 49.979 mil), chega-se ao total de despesas efetivadas com Saúde e Saneamento pela Administração Direta Estadual, no valor de R\$ 218 120 mil, aquém, portanto, em 26,53%, do previsto pelo Governador por ocasião de seu Veto à Emenda nº 73

É oportuno ainda salientar que a Receita Tributária Líquida do Estado foi inferior à previsão expressada no Veto do Governador em R\$ 154 826 mil (Prevista R\$ 3 149.581 mil/Arrecadada R\$ 2.994 755 mil)

Aplicando-se as disposições contidas na Emenda nº 73, obtém-se o total de R\$ 2 994.755 mil de Receita Tributária Líquida. Calculando-se, a partir daí, os 10% exigidos pela Emenda, chega-se ao entendimento de que os recursos da SSMA teriam de ter atingido o montante de R\$ 299.475 mil, caso o Governo do Estado tivesse cumprido determinações do art. 18, da Lei nº 10.532/95. Como tal situação não efetivou-se, a SSMA só contou com R\$ 189.352 mil, significando, apenas, 6,32% da Receita Tributária Líquida, eliminadas as transferências da União relativas ao SUS, e os pagamentos dos prestadores de serviços de saúde.

2.4 - FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo, que dizem respeito à infra-estrutura e emprego dos diversos meios de transporte".

No exercício em análise, no âmbito da Administração Direta Estadual, a Função 16 - Transporte foi desenvolvida pela Secretaria dos Transportes, embora houvesse previsão inicial incluindo a Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação

A execução orçamentária da Função Transporte processou-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA
FUNÇÃO 16 Transporte

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	% (*)
18	Secretaria dos Transportes	230 143	99,77	237 868	100,00	103,36
22	Secretaria das Obras Públicas, Saneam e Hab	520	0,23			-
-	TOTAL	230 663	100 00	237 868	100,00	103 12

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
(*) % DR/DI calculado em R\$ 1,00
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que a despesa realizada na Função Transporte alcançou o montante de R\$ 237 868 mil, enquanto a dotação inicial previa recursos no valor de R\$ 230.663 mil, significando, portanto, que a execução da despesa superou em 3,12% ao ajustado anteriormente

A evolução da despesa realizada, variação anual e participação da Função Transporte, no total despendido pela Administração Direta Estadual, no período de 1987/1996, demonstra-se a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1987/1996
 FUNÇÃO 16 - Transporte

ANO	EM VALORES		RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
	CORRENTES*	CONSTANTES**			
1987	5 124.881.733	340.211	100,00	-	5,42
1988	29.704 230.259	251 454	73,91	-26,09	4,75
1989	769.328 028	458 697	134,83	82,42	8,27
1990	29.226 122.658	613 560	180,35	33,76	9,41
1991	59 901 483.628	244 321	71,81	-60,18	4,59
1992	773 910 565 758	289 223	85,01	18,38	4,41
1993	13 429 528 126	227 747	66,94	-21,26	3,54
1994	169.058 570	314 513	92,45	38,10	4,61
1995	210 694 113	234.071	68,80	-25,58	3,38
1996	237 868 298	237 868	69,92	1,62	3,05

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil
 Cálculos. Equipe Técnica - TCE/RS

Em valores constantes, a análise da série demonstra que, de 1987 para 1988, houve um decréscimo de 26,09% nesta despesa. Em 1989, observa-se uma recuperação do valor despendido com o crescimento de 82,4% em relação ao ano anterior. A tendência crescente manteve-se em 1990 com um incremento na ordem de 33,76% em relação a 1989, atingindo, ainda, a sua melhor participação na despesa total da Administração Direta, ao alcançar 9,41%. Entretanto, nos últimos anos da série, evidencia-se uma queda acentuada no movimento dos gastos direcionados à Função Vale dizer que, no exercício em exame, os recursos nela dispendidos equivaleram apenas a 69,92% daqueles aplicados no ano-base (1987), e, em relação ao ano anterior, demonstrou um acréscimo de somente 1,62%.

Nos anos de 1989 e 1990, a Função Transporte ocupava a quinta posição no total das despesas realizadas pela Administração Direta, todavia, a partir de 1991, até o exercício em estudo, a sua participação desceu para o sétimo lugar.

Objetivando a plena execução dos Projetos e das Atividades orçamentariamente previstos, a Secretaria dos Transportes transferiu a quase totalidade dos recursos à Administração Indireta Estadual, como se demonstra a seguir:

PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NA FUNÇÃO
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE	DESPESA	PARTICIPAÇÃO %
Administração Direta*	8 688	3,65
Transferências à Adm Indireta	229 180	96,35
TOTAL	237.868	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996 - Volume II

*Deduzidas as Transferências à Adm Indireta

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As transferências à Administração Indireta, que absorveram 96,35% dos recursos da Função Transporte, foram repassadas às seguintes Entidades

RECURSOS EMPENHADOS PELA ADM DIRETA E PARTICIPAÇÃO
PERCENTUAL DAS ENTIDADES
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

ENTIDADE	VALOR EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO % NAS TRANSFERÊNCIAS
DAER	227 495	99,27
DEPRC	1 684	0,73
TOTAL	229 180	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996 - Adm Direta - Vol II

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER recebeu a quase totalidade dos recursos transferidos, ou seja, 99,27% dos mesmos. Além dessa Entidade, também recebeu recursos o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC (0,73%)

A Função Transporte desenvolveu-se através dos Programas abaixo demonstrados, dos quais somente o Programa Administração não é típico da mesma

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO 16 - Transporte

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMAS	PROJETOS		ATIVIDADE		DESPESA		PARTICIPACÃO PERCENT S/TOTAL
		PREV EXEC	NO PROJETO	PREV EXEC	NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	REALIZADA TOTAL	
7	Administração	/ -		1 / 1		2 591	2 591	1,09
59	Regiões Metropolitanas	1 / -		- /		-	-	0,00
87	Transporte Aéreo	3 / 2	3 186	1 / 1		2 085	5 271	2,22
88	Transporte Rodoviário	2 / 2	96 893	5 / 4		131 430	228 323	95,99
90	Transporte Hidroviário	1 / 1	529	1 / 1		1 155	1.684	0,71
5	TOTAL	7 / 5	100 608	8 / 7		137 260	237 868	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

2.4.1 - PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO

"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de implantação da infra-estrutura aeroportuária, do controle e segurança do tráfego aéreo e da exploração dos serviços de transportes aéreos. São classificáveis: o planejamento, a coordenação e o controle necessários ao desempenho dessas ações".

A tabela a seguir demonstra a evolução da despesa do Programa entre 1987/96, bem como a variação anual e a participação no total da Administração Direta

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1987/1996
PROGRAMA 87 - Transporte Aéreo

ANO	EM VALORES		RELATIVO	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	CORRENTES*	CONSTANTES**	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL
1987	57 044	3 787	100,00	-	0,06
1988	721 349	6 106	161,25	61,25	0,12
1989	22 844 737	13 621	359,69	123,06	0,25
1990	731 578 684	15 358	405,58	12,76	0,24
1991	1 590 526 200	6 487	171,31	-57,76	0,12
1992	24 112 786 000	9 011	237,97	38,91	0,14
1993	487 644 153	8 270	218,38	-8,23	0,13
1994	11.819 674	21 989	580,67	165,90	0,32
1995	5 765 915	6 406	169,16	-70,87	0,09
1996	5 270 590	5 271	139,18	-17,72	0,07

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Na série estatística apresentada, observa-se uma variada oscilação de recursos aplicados no Programa, tendo como ápice o ano de 1994, o qual atingiu 165,90% em relação ao ano anterior e 580,67% em relação ao ano-base (1987) No exercício ora examinado, constata-se que os recursos destinados ao Programa Transporte Aéreo alcançaram 39,18% acima do investimento do ano-base, com uma participação percentual de apenas 0,07% na despesa total da Administração Direta, sendo superior apenas ao ano-base, que foi de 0,06%, ou seja, foi o segundo menor dispêndio do Programa no decênio examinado

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

Nº	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DR/DI % (*)
87	Transporte Aéreo	13 977	5 271	37,71

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

(*) % DR/DI calculado em R\$ 1,00

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A dotação inicialmente prevista para o Programa Transporte Aéreo alcançou o montante de R\$ 13 977 mil, contudo, a despesa realizada no valor de R\$ 5 271 mil, atingiu apenas 37,71% dos recursos orçados. A execução da despesa, em nível de Projetos e Atividades, apresentou-se como segue.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 87 Transporte Aéreo

Em R\$ mil

NOME DO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1460	Reaparelhamento Operacional e Administrativo	219	1,57	0	0,00	0,02
1461	Construção de Prédios, Hangares e Terminais de Passageiros	151	1,08			
1462	Construção e Pavimentação de Aeroportos	10 667	76,32	3 186	60,45	29,87
2352	Manutenção Serviços Aeroportuários	2 940	21,03	2 085	39,55	70,90
4	TOTAL	13 977	100,00	5 271	100,00	37,71

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se na tabela acima que, dos recursos financeiros utilizados no Programa Transporte Aéreo, o Projeto 1462 - Construção e Pavimentação de Aeroportos absorveu 60,45%, seguido pela Atividade 2352 - Manutenção Serviços Aeroportuários com 39,55% do total de R\$ 5.271 mil despendido no Programa.

Em 1996, a execução da despesa efetivada pelo Departamento Aeroviário do Estado - DAE, referente a Projetos e Atividades, apresentou-se como segue:

DAE - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES
NO PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO

Em R\$ mil		
ATIVIDADES/PROJETOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO % S/ TOTAL
2352 - Manut. Serviços Aeroportuários	2.085	39,55
TOTAL DAS ATIVIDADES	2.085	39,55
1462 - Constr. e Pavim. de Aeroportos	3.186	60,45
TOTAL DOS PROJETOS	3.186	60,45
TOTAL GERAL	5.271	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Da Tabela anterior, constata-se que 60,45% da despesa foi direcionada à implementação de Projetos, especificamente na Construção e Pavimentação de Aeroportos e 39,55% à Manutenção dos Serviços Aeroportuários.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 87 - Transporte Aéreo

Em R\$ mil						
NÚMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTICIPAÇÃO %	DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %	ORÇAMENTO % (**)
3111	Pessoal Civil	2.206	15,78	1.220	23,14	55,28
3113	Obrigações Patronais	94	0,67	4	0,08	4,24
3114	Diárias e Ajuda de Custo	147	1,05	89	1,69	60,87
3120	Material de Consumo	114	0,82	392	7,43	342,57
3132	Outros Serviços e Encargos	298	2,13	337	6,40	113,13
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	41	0,29	29	0,55	70,89
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			5	0,09	
3291	Sentenças Judiciais			6	0,12	
4110	Obras e Instalações	10.818	77,40	3.186	60,45	29,45
4120	Equipamentos e Material Permanente	260	1,86	4	0,07	1,36
10	TOTAL	13.977	100,00	5.271	100,00	37,71

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
(**) % ORÇAMENTO calculado em R\$ 1.000
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que se refere à composição da despesa realizada no Programa Transporte Aéreo, observa-se, considerando a relevância dos dispêndios, que 23,14% dos recursos destinaram-se ao Elemento 3111 (Pessoal Civil) e 60,45% ao 4110 (Obras e Instalações)

Do desenvolvimento dos Projetos e Atividades do Departamento, no período 1987/96, resultaram realizações físicas que são analisadas a seguir:

DEPARTAMENTO AERVIÁRIO DO ESTADO DAE
 ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO DESENVOLVIDO PELO DAE
 PERÍODO DE 1987/1996

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	1987		1988		1989		1990		1991	
		REAL	REL	REAL	REL	REAL	REL	REAL	REL	REAL	REL
Terraplenagem	m3	28 859	100	19 490	68	179 000	620	105 072	364	482 000	1 670
Cefamento	m2	242 200	100	931 220	384	1 827 356	754	302 000	125	779 100	322
Ensaibramento	m2	72 100	100	17 100	24	34 800	48	1 800	2		
Recuperação de Cercas	m	2 400	100	4 920	205	6 944	285	3 600	150	1 853	77
Balizamentos-Casamatas	un	125	100	125	100	120	96				
Pintura	m2			700		1 700		3 568		2 000	
Regularização de Pistas	m2	52 600	100	49 000	93			116 000	221		
Construção de Bueiros	m	20	100	55	275	32	160	66	330		
Recup de Est. de Pas e Hang	un	50	100	550	1 100	1 940	3 880			3	6
Pavimentação Asfáltica	m2							87 452			
Enlèvement	m2							73 596		3 000	
Drenagem	m	740	100			3 000	405	10 193	1 377	1 730	234

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	1992		1993		1994		1995		1996	
		REAL	REL								
Terraplenagem	m3	150 000	520	96 000	333	224 205	777	117 177	406	129 688	449
Cefamento	m2	962 000	397	829 000	342	660 000	273	262 000	108	768 839	317
Ensaibramento	m2	8 000	11			5 000	7	520	1		
Recuperação de Cercas	m	5 100	213	5 750	240	3 700	154	1 460	61	4 450	185
Balizamentos-Casamatas	un			30	24	64	51				
Pintura	m2					5 534				4 779	
Regularização de Pistas	m2							53 000	101		
Construção de Bueiros	m	31	155			60	300	25	125	146	730
Recup de Est. de Pas e Hang	un	1	2	1	2	5	10	1	2		
Pavimentação Asfáltica	m2	58 930				30 514				50 425	
Enlèvement	m2	10 000				56 114		48 000		176 622	
Drenagem	m	4 191	566	1 325	179	4 976	672	1 700	230	4 409	596

Fonte Departamento Aeroportuário Divisão de Infraestrutura Seção de Obras Secretaria dos Transportes
 Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Observando-se informações contidas no quadro acima, depreende-se que, no exercício em análise, as realizações físicas executadas pelo DAE, junto ao Programa Transporte Aéreo, foram superiores às desenvolvidas no ano anterior, enquanto que outras atividades não foram movimentadas

As atividades de Construção de Bueiros, Drenagem e Terraplenagem, por exemplo, demonstram aumento de 630%, 496% e 349%, respectivamente, em relação ao ano-base. Comparativamente a 1995, estas mesmas atividades revelam, também, aumento de 484%, 159% e 11%

No que diz respeito à atividade de Regularização de Pistas, observa-se que, no exercício em exame, a exemplo do ocorrido de 1991 a 1994, a mesma não foi desenvolvida. A execução de 53.000 m2 realizada no ano de 1995 representa uma redução na ordem de, aproximadamente, 54% em relação ao exercício de 1990, quando foram executados 116 000 m2

O Departamento Aeroviário do Estado - DAE foi o principal responsável, desde 1950, pela execução das despesas realizadas no Programa Transporte Aéreo. Por iniciativa do Governo do Estado, através da Lei nº 10.362, de 16 de janeiro de 1995, foi extinto, passando ao Poder Executivo, por meio da Secretaria dos Transportes, a administração de seus bens móveis, imóveis, os direitos e as obrigações, bem como seu pessoal e suas funções

2.4.2 - PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

"Envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da implantação e operação da infra-estrutura rodoviária, de terminais rodoviários, vias expressas, estradas vicinais, controle e segurança do tráfego rodoviário e dos serviços de transportes rodoviários. São classificáveis: o planejamento, a coordenação e o controle necessários ao desempenho dessas ações".

A Secretaria dos Transportes transferiu os recursos do Programa Transporte Rodoviário, no valor de R\$ 228 323 mil, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER.

A visualização do quadro a seguir, evidencia que a despesa do Programa Transporte Rodoviário teve uma tendência decrescente em 1988, quando alcançou uma queda real, em relação ao ano-base (1987), de 25,17%. A partir daí, houve uma reversão na tendência inicial. Nos anos de 1989 e 1990, a variação anual da despesa foi positiva em 83,38% e 33,93%, respectivamente. Já no ano de 1991, o comportamento da despesa revelou-se menor em 60,62%, tendo como referência o ano anterior. No exercício sob análise, o volume de dispêndios investidos no Programa alcançou 71,70% da despesa realizada no ano-base (1987), e em relação a 1995, apresentou um acréscimo de 10,71%

Com relação à participação percentual do Programa na despesa total da Administração Direta Estadual, verifica-se que o menor percentual da série ocorreu, no exercício em análise, ao apresentar-se igual a 2,92%, enquanto que o maior efetivou-se, em 1990, ao atingir 8,97%.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1987/1996
 PROGRAMA 88 - Transporte Rodoviário

ANO	EM VALORES		RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO % ANO A ANO	PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL
	CORRENTES*	CONSTANTES**			
1987	4 797 138	318 454	100,00	-	5,08
1988	28.148 842	238 287	74,83	-25,17	4,50
1989	732 894 324	436 974	137,22	83,38	7,88
1990	27 876 268 232	585 222	183,77	33,93	8,97
1991	56.500.227 183	230.448	72,36	-60,62	4,33
1992	740 221 747 032	276 633	86,87	20,04	4,22
1993	12 641 371 454	214 381	67,32	-22,50	3,33
1994	155 365 943	289 040	90,76	34,83	4,23
1995	185 636 186	206.233	64,76	-28,65	2,98
1996	228.322 824	228 323	71,70	10,71	2,92

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

*Em moeda da época

**Valores Constantes Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No âmbito da Administração Direta Estadual, a execução orçamentária do Programa Transporte Rodoviário, no exercício de 1996, desenvolveu-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
 EXERCÍCIO DE 1996

Nº	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA	DOTACÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	Em R\$ mil
				DR/DI % (*)
88	Transporte Rodoviário	213 325	228 323	107,03

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

(*) DR/DI calculado em R\$ 1,00

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A dotação inicial atingiu o valor de R\$ 213.325 mil. Por sua vez, a despesa realizada, no montante de R\$ 228.323 mil, apresentou um acréscimo na ordem de 7,03% em relação à dotação fixada.

O Programa Transporte Rodoviário foi implementado pelos Projetos e Atividades a seguir relacionados:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário

Em R\$ mil

NOME RO	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	ORÇAO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI % (*)
1466	Contr. ao DAER Para Despesas de Capital	113 746	53,32	96 193	42 13	84 57
1626	Apoio a Constr. da Travessia São Borja(BR) Santo Tomé(ARG)	520	0,24	700	0 31	134,67
2364	Contribuição ao DAER-P/Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	69 869	32 77	83 356	36 51	119 25
2365	Contribuição ao DAER-Para Outras Despesas Correntes	29 161	13,67	14 947	6,55	51 26
2366	Contribuição ao DEFR-Para Despesas com Pessoal	-	-	33 000	14 45	-
2639	Contr. ao DEFR p/Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
2690	Publicidade	-	-	127	0 05	-
7	TOTAL	213 325	100 00	228 323	100 00	107 03

Fonte: Secretaria de Fazenda - AFE
(*) DR/DI calculado em R\$ 1,00
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A despesa total executada pelo DAER, no exercício em exame, alcançou R\$ 308.803 mil aplicados integralmente no Programa Transporte Rodoviário, sendo que, deste total, R\$ 272.327 são decorrentes de transferências recebidas da Administração Direta.

Em R\$ mil

- Despesa Total Executada pelo DAER (Programa 88) ..	308 803
- Transferências Recebidas da Adm Direta	272.327

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996 - Volume III

Em 1996, a execução da despesa do DAER, em nível de Projetos e Atividades, apresentou-se como segue.

DAER - PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES NO
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário
1996

		Em R\$ mil	
ATIVIDADES/PROJETOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO % S/TOTAL	
2701 - Adm Planej e Controle do Prog Rodoviário	49 746	16,11	
2704 - Superv e Serv de Conservação, Restaur e Construção de Rodovias	22 537	7,30	
2705 Pagamento de Encargos Gerais	46 210	14,96	
2710 Pagamento Despesas Exerc Anteriores	8 987	2,91	
4000 Programa de Prevenção de Acidentes	4 719	1,53	
4006 - Programa de Sinalização de Rodovias	4 268	1,38	
4007 Gerenciamento e Elab de Proj Finais de Engenharia	2 370	0,77	
4009 Supervisão e/ou Fiscalização de Obras Contratadas	2 130	0,69	
4018 Fiscalização Manut e Serv de Rodovias	466	0,15	
TOTAL ATIVIDADES	141 433	45,80	
3000 Restauração de Pavimento e Obra de Arte de Rodovia	492	0,16	
3001 Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada/Asfaltada	145 218	47,03	
3009 Reparelhamento Operacional	99	0,03	
3014 - Construção de Estradas Vicinais	147	0,05	
3028 - Estudos e Pesq de Materiais Altern para Rodovias	118	0,04	
3064 Construção de Rodovias Poliedricas	998	0,32	
3065 Melhoria de Rodovias Municipais	196	0,06	
3066 Construção de Rodovias Coletoras	13 317	4,31	
3067 - Construção de Obras de Arte Especiais	4 447	1,44	
3068 Ponte do Barracão	2 338	0,76	
TOTAL DOS PROJETOS	167 370	54,20	
TOTAL GERAL	308 803	100,00	

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As informações contidas no Quadro acima evidenciam que 54,20% do total das despesas da Autarquia foram direcionadas à implementação de Projetos e 45,80% a manutenção de Atividades

Verifica-se que o Projeto que movimentou o maior volume de recursos, 47,03% do total, foi o 3001 - Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada/Asfaltada, o qual consistia, segundo o Orçamento/96 (Lei Estadual nº 10 596), na ampliação da extensão pavimentada da rede através da implantação e/ou pavimentação de rodovias, atendendo à demanda crescente do trafego numa extensão de 89,43 km Em seguida, temos a Atividade 2701 - Administração, Planejamento e Controle do Programa Rodoviário que absorveu 16,11% do total investido, visando desempenhar ações deliberativas de fiscalização, orientação e supervisão, planejamento, programação e controle do Programa Rodoviário e, ainda, administração de pessoal, assistência contábil, serviços e utilização de rodovias e a conservação do edificio-sede e predios anexos

A seguir são analisadas as metas físicas alcançadas pelo DAER no período 1987/96, relativas a Obras e Serviços, destacando-se os itens mais representativos da atuação da Autarquia:

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS - 1987/1996

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	SERVIÇOS EXECUTADOS - QUANTIDADE									
		1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
-Cons Rodovias (exc rede)	km	9 136	9 136	9 189	9 817	10 258(2)	10 258	10 677	10 854(1)	10 616(2)	10 616
-Petrologem	m ² x10 ³	768 310	617 671	1 064 050	640 794	523 010	633 311	435 862	450 777	367 011	281 030
-Recda Minum e Mecânica	m ² x10 ³	25 380	15 030	27 310	17 262	18 230	20 431	16 748(2)	13 465	23 583	11 639
-Revestiemento Primário	m ² x10 ³	1 022 000	249 485	1 052 525	358 424	504 200	423 606	405 917(2)	259 887	448 109	239 983
-Cape Selante	m ² x10 ³	172 718	243 315	462 828	328 902	480 310	330 023	242 761(2)	184 400	342 344	247 876
-Implantação de Rodovias	km	50	146	312	625	-	-	-	-	-	-
-Terrapien./Espiridade	m ² x10 ³	780 998	3 128 807	7 814 246	15 150 370	1 366 456	5 089 344	5 220 578	7 872 778	4 731 385	1 240 000
-Terrapien./Adm.Direta	m ² x10 ³	1 072 000	1 796 367	1 374 149	181 862	620 220	185 389	312 188	262 460	448 109	52 555
-Constr Obras Arte Espec	m	166	296	553	690	384	474	583	562	604	877
-Arborização de Rodovias	un	7 738	13 246	14 090	14 316	30 020	7 195	9 376(2)	10 049	4 369	4 227
-Sinalização de Rodovias	m ²	-	-	-	-	-	-	(3) 1 765	4 558	3 200	-
-Sinalização de Rodovias	m	-	-	-	-	-	-	(4) 372 691	837 740	274 697	-
-Pavimentação de Rodovias	km	43	232	752	765	139	100	167	227	228	271
-Proj Obras Arte Espec	m	817	04	393	2 300	1 130	1 058	4 946	900	3 044	930
-Proj Acesso e Trevos	un	18	43	23	203	190	16	16	66	20	12
-Projetos de Sinalização	km	-	230	363	659	340	101	144	993	129	361
-Meos rodov municipais	un	-	18	15	11	17	12	13	25	19	14
-Levantamento rodov.munic.	km	-	6 946	5 460	4 654	4 437	4 068	4 068	7 019	6 427	6 219
-Proj geométr de rodovias	km	-	469	254	1 128	37	62	95	260	127	347
-Meio Ambiente	un	-	-	-	-	-	6	11	23	115	30

NOTAS

(1) No rede conservada não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por espiridade

A composição dos 10 616 km conservados por esta autarquia é a seguinte:-

PAV= 4 308 km

RCI= 4 147 km

ER.MUNIC = 658 km

OUTROS= 1.503 km

(2) Dados informados pelo DAER ref alteração ocorrida em 1995

(3) V= vertical (m)

(4) H= horizontal (m)

a) Pavimentação de 271 km de rodovias em 1996, o que significou um acréscimo de 18,86% em relação ao exercício anterior,

b) Conservação de 10.616 km de rodovias, mantendo (conforme informação deste exercício, que retifica a do exercício anterior) a estabilidade dos serviços de extensão da rede rodoviária ao longo do período analisado,

c) Construção de 877 m de Obras de Arte Especiais, o que representou um acréscimo de 45,20% em relação ao ano anterior,

d) Relativamente aos serviços de Terraplenagem, de 1995 para 1996, o volume levado a efeito por empreitada decresceu 73,79% e o realizado pela Administração Direta também decresceu 88,26%. Na análise da série, constata-se que o primeiro oscilou em menor escala do que o segundo, o qual atingiu uma diminuição de 95,09% em relação ao ano basilar,

e) O Serviço de Projetos Geométricos de Rodovias (Rodovias Coletoras), em relação ao ano anterior (1995), demonstrou quantidade de serviço executado superior em 173,23%. Todavia, Meio Ambiente (Trechos em Processo de Licença Ambiental) decresceu 73,91%

Quanto aos elementos, a execução orçamentária da despesa do Programa Transporte Rodoviário apresentou-se como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996 PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário						
Em R\$ mil						
NUMERO	ELEMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3132	Outros Serviços e Encargos			127	0 06	
3211	Transferências Operacionais	99 060	46 44	131 303	57 51	132 55
3242	Transferências a Organismos Internacionais			700	0 31	
3266	Encargos de Outras Dívidas					
4110	Obras e Instalações	520	0 24			
4311	Auxílios para Despesas de Capital	113 745	53 32	96 193	42 13	84 57
6	TOTAL	213 325	100 00	228 323	100 00	107 03

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O elemento de despesa cuja participação foi mais significativa no Programa Transporte Rodoviário, foi o 3211 - Transferências Operacionais, tendo atingido o percentual de 57,51%, seguido pelo 4311 - Auxílios para Despesas de Capital com 42,13%.

Atuou, ainda, com vistas ao cumprimento dos objetivos do Programa Transporte Rodoviário no âmbito da Administração Pública Estadual, a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, arrolando-se, a seguir, o único dado que diz respeito ao desempenho da Companhia

COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS CÍNTEA
PRINCIPAIS ATIVIDADES
PERÍODO DE 1987/1996

DISCRIMINAÇÃO	1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996								
	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL	QUNT	REL							
-Construção de Estr. Alimentadoras (Km)	181	15	60	159	05	53	45	89	15	37	10	12	62	10	21	27	99	9	15	84	5	7	05	2	5	35	2
-Reconstrução de Estr. Alimentadoras (Km)	1438	91	109	1447	91	109	1347,15	102	906,60	68	774	90	58	776	05	58	780,28	57	783,26	59	294	81	22				
-Total (Construção+ Reconstrução)	(Km)	1620	06	100	1606	96	99	1393	04	86	943	70	58	837,00	51	804	04	49	776,12	48	790,31	49	300	16	18		
-Atterro (m²)	284	027	42	435	700	64	563	000	83	103	228	15	106	254	16	23	768	4	16	772	2	1.351	0,2	3	881	1	
-Terraplenagem (m²)	141	505	69	73	750	36	119	620	99	68.550	34	258	13	19.375	9	37	600	18	46.817	23	34	915	17				
-Construção de Obras de Arte Espectais (Km)	376,00	16	342	70	14	834	35	36	1092	05	45	237,21	10	28	20	1	27	00	1	106	05	4	188,31	8	1		

Fonte: CÍNTEA
Cálculos: Equipe Técnica TCZ/MS

Ocorre que a CÍNTEA, extinta através da Lei nº 10.358, de 16 de janeiro de 1995, ingressou, efetivamente, em processo de liquidação na data de 12 de abril de 1995, prazo este ajustado posteriormente, por razões técnicas, para 30 de abril de 1995

No cumprimento das disposições legais de liquidação, no exercício de 1995, foram finalizadas as obras que se encontravam em andamento, quando da instauração do procedimento de liquidação, e outras obras tiveram seus respectivos contratos rescindidos por vontade dos contratantes

No curso do exercício de 1996, somente ocorreu a conclusão, em 04 de abril de 1996, de uma Obra de Arte Especial no Município de São Borja, com extensão de 58 metros lineares, sendo de uma via, localizada no acidente do Rio Urucutai - trecho Sede/Mercedes/Samburá

Assim, as funções desempenhadas pela CÍNTEA, de projeto e execução de serviços de construção, melhoria e conservação de estradas vicinais ou identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal, foram transferidas para o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER

2.4.3 - PROGRAMA 90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

"Envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido do planejamento, construção e implantação da infra-estrutura hidroviária, controle e segurança do tráfego e operação dos serviços de transporte marítimo, fluvial e lacustre".

A Administração Direta Estadual, através da Secretaria dos Transportes, restringiu-se a transferir a totalidade dos recursos do Programa Transporte Hidroviário ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC.

Com relação à Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, verifica-se que a mesma operou sem necessidades de transferências do Governo Estadual, visto que suas receitas portuárias foram suficientes para suportar as despesas orçamentárias

Cumpra salientar que a análise do Programa Transporte Hidroviário foi realizada, unificando os dados apresentados pelo DEPRC e pela SUPRG, com a finalidade de não haver interrupção no processo de análise dos trabalhos anteriores

A tabela que segue demonstra a evolução da despesa realizada com o referido Programa no período de 1987 a 1996, bem como a variação anual e a participação percentual na despesa total da Administração Direta Estadual.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL						
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1987/1996						
PROGRAMA 90 Transporte Hidroviário						
ANO	EM VALORES		RELATIVO	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	
	CORRENTES*	CONSTANTES**	BASE FIXA	% ANO A ANO	% NA DESPESA TOTAL	
1987	258 563	17 165	100,00		0 27	
1988	760 523	6 438	37,51	-62,49	0 12	
1989	12 356 200	7 367	42,92	14,43	0 13	
1990	578 471 700	12 144	70,75	64,84	0 19	
1991	1 648 485 161	6 724	39,17	-44 63	0,13	
1992	5 777 620 000	2 159	12,58	-67,89	0,03	
1993	217 559 327	3 690	21,50	70 88	0 06	
1994	1 120 509	2 085	12 14	-43 50	0,03	
1995	18 068 169	20 073	116 94	862 93	0,29	
1996	1 684 159	1 684	9 81	-91,61	0 02	

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

*Em moeda da época

**Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) - Em R\$ mil

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Constata-se que a despesa realizada no Programa Transporte Hidroviário apresenta, considerando valores constantes, uma tendência decrescente no transcurso da série em estudo, tendo em vista que, afora flutuações de ascendência verificadas nos exercícios de 1990 e 1995, o comportamento predominante do volume de gastos foi negativo em relação ao ano-base (1987). No exercício em análise, verifica-se que o total investido no Programa alcançou apenas 9,81% daquele aplicado no ano balizador da série, e, em relação ao ano anterior, demonstrou um decréscimo equivalente a 91,61%. Em termos de participação do Programa no total despendido pela Administração Direta Estadual, observa-se acentuada redução ocorrida no período 1987/96, haja vista que, em 1987, a participação atingia 0,27%. No triênio 1992/94, as participações desceram para 0,03%, 0,06% e 0,03%, respectivamente, o que evidencia flagrante desaceleração dos investimentos na área de transporte hidroviário. Em 1996, entretanto, o montante aplicado no Programa significou uma participação de apenas 0,02% na despesa total realizada pela Administração Direta Estadual, significando o pior desempenho da série

Os recursos previstos e despendidos no Programa Transporte Hidroviário, em 1996, pela Administração Direta Estadual, estão demonstrados a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil				
Nº	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DR/DI % (*)
90	Transporte Hidroviário	1.669	1 684	100,90

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

(*) % DR/DI calculado em R\$ 1,00

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A dotação inicialmente prevista foi de R\$ 1.669 mil, enquanto a despesa realizada atingiu o valor de R\$ 1 684 mil, o que representou um incremento da ordem de 0,90% sobre a dotação prefixada

O Programa Transporte Hidroviário, conforme assinala o quadro a seguir, é composto pelo Projeto 1467 - Contribuição ao DEPRC para Despesas de Capital, com participação de 31,40% na despesa realizada, bem como pela Atividade 2357 - Contribuição ao DEPRC para Outras Despesas Correntes, com 68,60% do total investido.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1996
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 90 Transporte Hidroviário

		Em R\$ mil					
NOME RD	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI % (*)	
1467	Contr. ao DEPRC Para Despesas de Capital	520	31,15	529	31,40	101,73	
2357	Contribuição ao DEPRC Para Outras Despesas Correntes	1.149	68,85	1.156	68,60	100,58	
2	TOTAL	1.669	100,00	1.684	100,00	100,90	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
(*) % DR/DI calculado em R\$ 1,00
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Concorreram, também, para o cumprimento dos objetivos do Programa Transporte Hidroviário, as aplicações de recursos realizadas pelo DEPRC e SUPRG no montante de R\$ 37.577 mil, que, agregados aos R\$ 1.684 mil transferidos pela Administração Direta, somam os R\$ 39.261 mil despendidos pela Autarquia e pela Superintendência em 1996, conforme se demonstra:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
PROGRAMA 90
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil		
PROGRAMA 90 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO % S/TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA*	1.684	4,00
DEPRC**	40.659	-
SUPRG**	27.184	-
(-) Transferências da Admn. Direta** (DEPRC + SUPRG)	(30.266)	-
DEPRC/SUPRG com Recursos Próprios	37.577	96,00
TOTAL (ADM DIRETA + INDIRETA)	39.261	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996 - * Volume II (fl. 635)
** Volume III (fls. 45, 191)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Do montante de R\$ 39.261 mil aplicados no Programa pela Administração Centralizada e Autárquica, constata-se que 96,00% teve origem nas Autarquias, enquanto que 4,00% foi originário de transferências da Administração Direta.

Em termos de Projetos e Atividades, a execução da despesa do DEPRC/SUPRG apresentou-se como segue:

DESPESA REALIZADA POR PROJETO E ATIVIDADE DEPRC E SUPRG
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

PROJETOS/ATIVIDADES	DEPRC	SUPRG	TOTAL	PARTICIPAÇÃO % S/TOTAL	
2731 - Orientação e Planej dos Serv Portuários	15 279			13,54	
2732 - Pqto Enc Gerais da Autarquia	44 985			39,87	
2735 - Administr do Porto de Porto Alegre	6 114			5,41	
2736 - Administr do Porto de Rio Grande	* 6 443			5,71	
2738 - Administr do Porto de Pelotas	387			0,34	
2741 - Manut do Est de Triunfo,Emb Drag e Bal	590			0,52	
2742 - Administração de Vias Fluviais	797			0,70	
2743 - Dragagem Balizamento e Cons Vias Fluviais	693			0,61	
2744 - Drag e Bal Can de Acesso a Portos e Terminais	1 024			0,90	
2745 - Manut do Equip de Nav Drag e Balizamento	987			0,87	
2747 - Administração de Serv Delegados	1 285			1,13	
2749 - Manutenção dos Molhes da Barra de R Grande	604			0,53	
4467 - Administr de Portos Fluviais e Hidrovias	2 699			2,39	
4468 - Dragagem e Balizamento das Margens e Hidrovias	1 341			1,18	
4469 - Manutenção dos Equip de Navegação Drag e Balizante	1 488			1,31	
4470 - Administr do Porto e Manut dos Molhes de R Grande		7 318		6,48	
4471 - Ressarcimento ao Est de Despesas c/ Pessoal Cedido		17 259		15,29	
4472 - Transferência de Recursos ao DEPRC		2 606		2,30	
TOTAL DAS ATIVIDADES	84 719	27 184	111 903	75,08	24,09
3076 - Constr Porto Rodó Hidro-Ferr Cach do Sul	926	-			
TOTAL DOS PROJETOS	926	-	926	0,82	-
TOTAL DEPRC	85 645	-		75,90	
TOTAL SUPRG		27 184		-	24,09
TOTAL GERAL			112 829	100,00	

Fontes: Chefia de Contabilidade D G - D C - DEPRC
Chefia da Seção de Contabilidade e Custos - SUPRG

* Valores do mês que antecedeu a constituição da SUPRG (Jan/96)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Direcionaram-se às Atividades, respectivamente, 75,08% e 24,09% das aplicações da Autarquia e da Superintendência do Porto de Rio Grande, enquanto os Projetos foram alvo de apenas 0,82%, na Autarquia. Das 18 Atividades elencadas, apenas seis absorveram 86,3% da despesa realizada pelo DEPRC e SUPRG, quais sejam 2732 - Pagamento dos Encargos Gerais da Autarquia (39,87%), 4471 - Ressarcimento ao Estado de Despesas com Pessoal Cedido (15,29%), 2731 - Orientação de Planejamento dos Serviços Portuários (13,54%), 4470 - Administração do Porto e Manutenção dos Molhes de Rio Grande (6,48%), 2736 - Administração do Porto de Rio Grande (5,71%) e 2735 - Administração do Porto de Porto Alegre (5,41%)

Com a intenção de manter-se as análises realizadas nos exercícios anteriores, com referência ao desempenho do Departamento Estadual de Portos, Rios e

Canais - DEPRC, inclui-se, neste exercício, a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG. A tabela abaixo apresenta os indicadores

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG/
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS DEPRC
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA POR PORTO E TOTAL GERAL
PERÍODO DE 1987/1996

Em toneladas

ANOS	PORTO DE RIO GRANDE			PORTO DE PORTO ALEGRE(1)			PORTO DE PELOTAS			TOTAL GERAL		
	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC % S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC % S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMB + EMBARQUE	PARTIC % S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC % S/TOTAL	RELAT BASE FIXA
1987	11 998 175	53 04	100	9 961 021	44 28	100	602 864	2 68	100	22 497 060	100 00	100
1988	11 589 784	51 80	97	10 328 957	46,16	104	456 966	2 04	76	22 375 707	100 00	99
1989	12 538 598	49 48	104	12 278 166	48 53	123	503 976	1 99	84	25 300 740	100 00	112
1990	11 641 584	48 27	97	11 964 925	49 61	120	510 150	2 12	85	24 116 659	100 00	107
1991	9 211 754	44 34	77	11 083 350	53 45	111	438 698	2 11	73	20 733 802	100 00	92
1992	10 289 545	49 18	85	10 320 981	49 33	104	312 506	1 49	52	20 823 032	100 00	93
1993	10 846 899	54 79	90	8 665 257	43,77	87	284 217	1 44	47	19 796 373	100 00	88
1994	11 397 136	51 59	95	10 377 323	46,97	104	318 636	1 44	53	22 093 094	100 00	98
1995	11 032 129	63 53	92	5 672 644	32,67	57	660 198	3 80	110	17 364 971	100 00	77
1996	9 665 597	51 51	81	8 795 719	46 92	88	293 268	1 57	49	18 744 584	100 00	83

Fontes: Gabinete de Coordenação e Planejamento DEPRC
Superintendência do Porto de Rio Grande SUPRG
(1) Inclui os terminais da Petrobrás em Tramandaí e Copesul em Trunfo
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As informações contidas no demonstrativo acima, evidenciam que, no exercício em análise, houve um decréscimo na movimentação de cargas, nas atividades dos Portos de Rio Grande e de Pelotas, igual a 12,48% e 55,58%, respectivamente, em relação ao ano de 1995. Entretanto, a respeito da movimentação de cargas no Porto de Porto Alegre, observa-se um acréscimo de 55,06%, referente às atividades também desenvolvidas em 1995. Quanto ao volume total de embarque e desembarque de produtos, constata-se, no exercício de 1996, uma elevação de 7,94%, haja vista a movimentação ter atingido 18 744 584 toneladas, comparando-se com a movimentação de 1995. Cabe salientar que, na análise da série, o exercício de 1996 não foi o que apresentou a menor movimentação no total de desembarque e embarque. Entretanto, mostra ainda uma retração de 16,68% em relação ao ano-base (1987).

Quanto à participação dos três Portos, em relação ao movimento global de cargas, a tabulação de dados demonstra que o Porto de Rio Grande (SUPRG) lidera, sendo responsável por 51,51% do movimento, enquanto os Portos de Porto Alegre e Pelotas representam 46,92% e 1,57%, respectivamente, do total.

Observa-se que os dados de movimentação de carga abrangem tanto a movimentada no cais quanto a movimentada na área sob jurisdição do Porto, isto é, as cargas movimentadas nos terminais da PETROBRÁS, em Tramandaí, e da COPESUL, em Trunfo, foram incluídas nos dados do Porto de Porto Alegre. Ressalta-se, ainda,

que este tipo de carga portuária paga tarifa bem menor que a utilizada diretamente pela estrutura operacional do Porto, conforme se demonstra a seguir:

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG
DEPARTAMENTO DE PORTOS, RIOS E CANAIS - DEPRC
RELAÇÃO RECEITA x SERVIDORES
PERÍODO DE 1989/1996

Em R\$ mil*

ADMINISTRAÇÃO	PORTO DE RIO GRANDE		PORTO DE PORTO ALEGRE		PORTO DE PELOTAS	
	NÚMERO DE SERVIDORES	RECEITA TOTAL R\$ (**)	NÚMERO DE SERVIDORES	RECEITA TOTAL R\$ (**)	NÚMERO DE SERVIDORES	RECEITA TOTAL R\$ (**)
ANOS						
1989	1 081	41 808	310	4 465	23	609
1990	1 075	35 381	306	3 704	24	437
1991	1 048	24 101	275	3 465	23	462
1992	1 025	31 186	255	3 561	31	380
1993	983	29 746	218	4 414	23	278
1994	1 022	30 476	191	5 861	30	489
1995	931	30 105	175	5 567	19	478
1996	509	28 120	84	5 139	23	660
MÉDIA	959	31 365	227	4 522	25	474

Fontes: DEPRC - Estatísticas Portuárias (Biblioteca Central), Receita Portuária (Diretoria de Contabilidade), Número de Servidores (Diretoria Administrativa) Superintendência do Porto de Rio Grande = SUPRG

(*) Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGI (Médio)

(**) Desconsideramos R\$ 2 165, contido no DEPRC relativo a Jan/96, do Porto de Rio Grande

A receita do Porto de Rio Grande, desde 1989 até o ano de 1991, experimentou, em valores constantes, uma queda acentuada. Em 1992, houve um incremento de 29,39%, em relação ao ano anterior. No entanto, no ano seguinte, comportou-se negativamente. Já no ano de 1994, observa-se a ocorrência de pequeno acréscimo na ordem de 2,45% em relação a 1993.

Em 1995, a receita apurada mostrou uma redução de 1,22% comparativamente a 1994. No exercício de 1996, a receita verificada mostrou uma redução de 6,59% comparativamente a 1995, enquanto que a receita média, do período sob análise, em valores constantes, situou-se em torno de 11,54% acima do apresentado em 1996. Com relação aos servidores, verifica-se uma redução de 45,33% em relação ao ano de 1995; porém, em relação ao ano-base (1989), a redução atingiu 52,91%.

A receita do Porto de Porto Alegre, em 1996, mostrou-se inferior em 7,69% da registrada no ano anterior; todavia, comparativamente ao ano-base (1989), evidenciou um incremento de 15,10%. Em oposição a este incremento, o número de servidores vem decrescendo progressivamente, alcançando, no exercício ora analisado, 27,10% do existente em 1989 e 48% do existente no ano anterior.

A arrecadação do Porto de Pelotas apresentou declínio nos anos de 1990, 1992 e 1993. Em 1994, a receita cresceu 75,72% em valores constantes, relativamente a 1993, tendo decaído novamente no ano seguinte em 2,23%. Entretanto, no ano sob análise (1996), constatou-se um crescimento significativo de 38,08% em relação ao ano anterior e de 8,34% em relação ao ano basilar da série (1989). No que diz respeito ao número de servidores, este apresenta uma tendência estabilizadora desde 1989, tendo um crescimento de 30,43% em 1994, com relação ao ano anterior e com relação ao ano-base (1989). No exercício de 1995, ocorre uma queda igual a 36,67%, confrontando-se com 1994 e de 17,39% em relação a 1989. Entretanto, no ano objeto de análise, houve um crescimento, em relação a 1995, de 21,05%, equiparando-se ao ano de 1989.

Deste modo, torna-se oportuno demonstrar a receita por servidor dos três Portos, como segue:

RELAÇÃO RECEITA X SERVIDORES - DEPRC/SUPRG
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

ADMINISTRAÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES	RECEITA TOTAL (1)	RECEITA POR SERVIDOR
Porto de Rio Grande	509	28 120	55,25
Porto de Porto Alegre	84	5 139	61,18
Porto de Pelotas	23	660	28,70

Fontes: Diretoria Administrativa - Número de Servidores - DEPRC
Diretoria de Contabilidade - Receita Portuária - DEPRC
Porto de Rio Grande - SUPRG

(1) Receita Total = Receita Própria do Porto

Constata-se que a melhor relação foi a obtida pelo Porto de Porto Alegre, que arrecadou R\$ 61,18 mil por servidor, seguido pelo Porto de Rio Grande com R\$ 55,25 mil e pelo de Pelotas com R\$ 28,70 mil.

No quinquênio 1992/96, o melhor desempenho na relação receita x servidor ocorreu no Porto de Porto Alegre com um crescimento de 369,23%, enquanto que a receita por servidor do Porto de Rio Grande cresceu 83,33% e a do Porto de Pelotas aumentou 133,33% comparativamente ao ano-base (1992).

A receita por servidor do Porto de Porto Alegre apresentou, no ano de 1996, um crescimento de 92,31% em relação ao ano anterior. Neste mesmo sentido, a receita do Porto de Rio Grande que apresentava uma tendência negativa nos últimos anos, demonstrou movimento ascendente em 1995 e continuou crescendo em 1996, atingindo 70,95% em relação ao ano anterior. O declínio ficou evidenciado no Porto de Pelotas, que atingiu o menor percentual em relação ao ano anterior (13,98%).

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS RIOS E CANAIS DEPRC
RELAÇÃO RECEITA X SERVIDORES
PERÍODO DE 1992/1996

ADMINISTRAÇÃO	1992		1993		1994		1995		1996	
	RECEITA POR SERVIDOR R\$ (°)	BASE FIXA	RECEITA POR SERVIDOR R\$ (°)	VARIÇÃO ANUAL %	RECEITA POR SERVIDOR R\$ (°)	VARIÇÃO ANUAL %	RECEITA POR SERVIDOR R\$ (°)	VARIÇÃO ANUAL %	RECEITA POR SERVIDOR R\$ (°)	VARIÇÃO ANUAL %
Porto de Rio Grande	30	100	30	(0.54)	29	(1.45)	32	8.43	55	70.95
Porto de P.Alegre	13	100	20	44.99	30	51.54	31	3.67	61	92.31
Porto de Pelotas	12	100	12	(1.36)	16	34.73	25	54.38	28	13.98

Fontes: Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG
Diretoria Administrativa - Número de Servidores - DEPRC
Diretoria de Contabilidade - Receita Portuária - DEPRC
* Valores a preços constantes de 1996 inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A seguir demonstra-se a produtividade (tonelada/servidor) e a receita por servidor alcançada no período 1987/1996:

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS RIOS E CANAIS-DEPRC
RELAÇÃO DE SERVIDORES, MOVIMENTAÇÃO DE CARGA E RECEITAS
PERÍODO DE 1987/1996

Em R\$ 1 00

ANO	SERVIDORES (1)		MOVIMENT DE CARGA		PRODUTIVIDADE		RECEITAS PRÓPRIAS(3)		RECEITA POR SERVIDOR	
	QUANTIDADE	RELATIVO	TONELADAS	RELATIVO	TON/SERV	RELATIVO	R\$(2)	RELATIVO	R\$(2)	RELATIVO
1987	2 175	100	22 497 060	100	10 343.46	100	47 664 959	100	21 915	100
1988	2 167	99	22 375 707	99	10 325.66	99	79 514 345	167	36 683	167
1989	2 192	101	25 300 740	112	11 542.31	112	49 545 074	104	22 603	103
1990	2 153	99	24 116 659	107	11 201.42	108	39 962 633	84	18 561	85
1991	2 073	95	20 733 802	92	10 001.83	97	28 500 054	60	13 742	63
1992	2 013	93	20 923 032	93	10 393.96	100	35 128 355	74	17 451	80
1993	1 876	86	19 796 373	88	10 952.44	102	34 439 464	72	18 358	84
1994	1 804	83	22 093 094	98	12 179.21	118	36 827 674	77	20 302	93
1995	1 711	79	17 364 971	77	10 149.02	98	36 151 225	76	21 129	96
1996	616	28	18 744 584	83	30 429.52	294	33 936 167	71	55 091	251

Fontes: Superintendência do Porto de Rio Grande/Gabinete de Coordenação e Planejamento
Diretoria de Contabilidade - DEPRC

- (1) Servidores Ativos (Quadro + Trabalhadores Portuários + Observadores)
(2) Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)
(3) Receitas Próprias-Receita Total Transf. Correntes e Transf. Capital
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1996, a quantidade de servidores e as receitas próprias sofreram redução de 64,00% e 6,13%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Contrariamente, os itens movimentação de cargas dos portos, produtividade e receita por servidor apresentaram crescimento de 7,95%, 199,83% e 160,74%, pela ordem

Fato que merece destaque é o de que o exercício de 1996 apresentou o menor número de servidores no decênio considerado (616), tendo, em contrapartida, a maior receita por servidor da década (R\$ 55.091).

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS

O presente Capítulo tem como objeto a análise econômico-financeira da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, a qual é constituída por 06 (seis) Autarquias, 17 (dezesete) Fundações, 15 (quinze) Sociedades de Economia Mista e 05 (cinco) Sociedades Controladas

Diversas Funções de Governo são desenvolvidas através dessas Entidades e, igualmente, é por seu intermédio que o Estado intervém supletivamente na economia, buscando o equilíbrio entre os interesses públicos e privados

A análise consolidada dos dados propicia uma verificação, em termos globais, do crescimento ou diminuição dos valores ativos e passivos das instituições, bem como de seus desempenhos em termos operacionais.

Salienta-se, ainda, que as Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas foram incluídas para fins de análise sem a aprovação das respectivas Assembléias Gerais Ordinárias, com exceção da CR-TUR, estando, pois, sujeitas a alterações

Continuaram, durante o exercício de 1996, os processos de liquidação ainda não concluídos, devidamente autorizados em lei, das seguintes companhias

- Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul - COHAB/RS,
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA,
- Companhia Riograndense de Turismo - CR-TUR,
- Produtos Gaúchos S A - PROGASA,
- Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO,
- Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC.

Autarquias

3.1 - AUTARQUIAS

Em número de seis, as Entidades Autárquicas compreendem a Caixa Econômica Estadual (CEE), o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DAER), o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) e o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), com suas atividades voltadas para as áreas financeira, de infra-estrutura, social e econômica

Referentemente ao DAE, o mesmo foi extinto através da Lei nº 10.362, de 16 de janeiro de 1995.

A Caixa Econômica Estadual, em vista das características de sua atividade e da forma de apresentação das demonstrações financeiras, está classificada juntamente com as Sociedades de Economia Mista e Empresas Controladas.

3.1.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Foi estimada a Receita e fixada a Despesa das Autarquias, para o exercício de 1996, em R\$ 856.049 mil, conforme Lei nº 10 597, de 20 de dezembro de 1995

No exercício de 1996, foi arrecadada uma Receita Orçamentária de R\$ 895.098 mil, representando um acréscimo de 4,56% às previsões iniciais

Deste total, R\$ 808 625 mil correspondem ao IPERGS e ao DAER, que, juntos, arrecadaram 90,34% da Receita Orçamentária das Autarquias, conforme demonstrado no quadro a seguir.

AUTARQUIAS ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS
EXERCÍCIO DE 1996

AUTARQUIA	RECEITA			DESPESA			RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA	DIFERENÇA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	DIFERENÇA	
DAER	247 368	290 425	43 057	382 651	308 803	73 848	-18 378
DEPRC	84 787	38 909	-45 878	108 179	85 645	22 534	-46 736
IPERGS	492 488	518 200	25 712	594 104	538 500	55 604	-20 300
IRGA	31 406	19 428	-11 978	34 659	18 408	-16 251	1 020
SUPRG	-	28 136	28 136	28 739	27 184	1 555	952
TOTAL	856 049	895 098	39 049	1 148 332	978 540	-169 792	-83 442

Fonte: Balanços Orçamentários das Autarquias
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em 1996, do Resultado Negativo da Execução Orçamentária de R\$ 83 442 mil, constata-se que o DEPRC, o DAER e o IPERGS foram responsáveis pela totalidade desse resultado

As Receitas Correntes representaram, no exercício em exame, 81,25% das Receitas Totais, ficando as Receitas de Capital com uma participação de 18,75%, conforme se demonstra:

AUTARQUIAS - RECEITA ORÇAMENTÁRIA PERÍODO 1992/1996											Em R\$ mil*	
CATEGORIA ECONÔMICA	1992		1993		1994		1995		1996			
	VALOR	%	VALOR	%								
Receitas Correntes	492.071	80,51	446.678	78,73	484.253	76,82	580.084	82,45	727.289	81,25		
Receitas de Capital	119.152	19,49	120.666	21,27	147.734	23,38	123.503	17,55	167.810	18,75		
TOTAL	611.223	100,00	567.344	100,00	631.987	100,00	703.587	100,00	895.099	100,00		

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Do montante arrecadado como Receitas de Capital (R\$ 167.810 mil), o DAER foi responsável por R\$ 165.705 mil, ou seja, 98,75%, notadamente por Transferências do Governo do Estado (R\$ 165.592 mil).

Quanto às Receitas Correntes, o IPERGS arrecadou, isoladamente, 71,14%, ou seja, R\$ 517.408 mil, dos quais 79,29% referem-se a Contribuições Sociais (R\$ 410.233 mil) e 20,71% a Transferências no Âmbito do Estado e outras (R\$ 107.175 mil).

AUTARQUIAS - RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 1996							Em R\$ mil	
AUTARQUIA	RECEITAS CORRENTES	%	RECEITAS DE CAPITAL	%	RECEITA TOTAL	%		
DAER	124.719	17,15	165.705	98,75	290.424	32,45		
DEPRC	37.774	5,19	1.136	0,68	38.910	4,35		
IPERGS	517.408	71,14	792	0,47	518.200	57,89		
IRGA	19.252	2,65	177	0,10	19.429	2,17		
SUPRG	28.136	3,87	-	-	28.136	3,14		
TOTAL	727.289	100,00	167.810	100,00	895.099	100,00		

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As Receitas oriundas de Transferências realizadas pelo Governo do Estado são analisadas à parte (item 3 1.5 deste Capítulo), em virtude do grau de dependência das Autarquias em relação a tais contribuições.

Foi fixada, para o exercício de 1996, uma Despesa Orçamentária de R\$ 823 440 mil, alterada, no decorrer do exercício, por meio dos Créditos Adicionais, para R\$ 1.148.332 mil, sofrendo, desta forma, uma majoração de 39,46%

Do total da Despesa Autorizada (R\$ 1 148.332 mil), realizaram-se, efetivamente, R\$ 978 540 mil, ou seja, 85,21%. O IPERGS foi responsável por 55,03% da Despesa Total que, somado ao registrado pelo DAER (31,55%), totalizou R\$ 847 303 mil, representando 86,58% da Despesa Orçamentária Realizada

A seguir, apresenta-se a evolução da Despesa Orçamentária no período 1992/96, segundo as categorias econômicas.

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTARQUIAS DESPESA ORÇAMENTÁRIA PERÍODO 1992/1996										Em R\$ mil*
	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Despesas Correntes	507 834	77,56	464 179	77,41	524 869	69,19	572 020	81,57	776 743	79,38	
Despesas de Capital	146 892	22,44	135 427	22,59	233 697	30,81	129 245	18,43	201 799	20,62	
TOTAL	654 724	100,00	599 606	100,00	758 563	100,00	701 265	100,00	978 542	100,00	

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Ao longo da série examinada, constata-se que as Despesas Correntes e de Capital, em relação à Despesa Total, mantiveram uma relativa estabilidade, observando-se um pequeno decréscimo de 2,19% das Despesas Correntes, e aumento das Despesas de Capital na ordem de 2,19% em relação aos percentuais verificados no exercício anterior (1995).

Do total das Despesas de Capital das Autarquias, o DAER respondeu por 96,67% (R\$ 195.089 mil), sendo 89,74% deste montante por conta da rubrica "Prosseguimento e/ou Conclusão de Obras Públicas" (R\$ 175 070 mil)

Quanto às Despesas Correntes, de um total de R\$ 776 742 mil, 68,65% (R\$ 533.278 mil) pertencem ao IPERGS, sendo que, deste montante, R\$ 319.205 mil (59,86%) se referem às Transferências Correntes, formadas, basicamente, por Transferências a Pensionistas (85,35%)

**AUTARQUIAS - DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1996**

Em R\$ mil

AUTARQUIA	DESPESAS CORRENTES	%	DESPESAS DE CAPITAL	%	DESPESA TOTAL	%
DAER	113.714	14,64	195.089	96,67	308.803	31,56
DEPRC	84.685	10,90	960	0,48	85.645	8,75
IPERGS	533.278	68,66	5.223	2,59	538.501	55,03
IRGA	17.963	2,31	445	0,22	18.408	1,88
SUPRG	27.102	3,49	82	0,04	27.184	2,78
TOTAL	776.742	100,00	201.799	100,00	978.541	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos. Equipe Técnica - TCE/RS

3.1.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

A tabela a seguir evidencia o fluxo das operações de caráter financeiro realizadas pelas Autarquias no exercício de 1996:

**BALANÇOS FINANCEIROS
EXERCÍCIO DE 1996**

Em R\$ mil

AUTARQUIA	RECEITA		DISPONIB	TOTAL	DESPESA		DISPONIB
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAM	INICIAIS		ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAM	FINAIS
DAER	290.425	119.512	2.437	412.374	308.803	99.270	4.300
DEPRC	38.909	121.716	1.540	162.365	85.645	75.992	527
IPE	538.200	299.584	9.425	827.210	538.501	285.891	2.818
IRGA	19.428	2.559	1.078	23.065	18.408	3.628	1.030
SUPRG	28.136	83.769	-	111.905	27.184	80.052	4.669
TOTALS	895.099	627.141	14.480	1.536.719	978.541	544.833	13.345

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Conjugando-se ao Déficit Orçamentário de R\$ 83.442 mil ocorrido em 1996, os valores da Receita Extra-Orçamentária (R\$ 627.141 mil) e da Despesa Extra-Orçamentária (R\$ 544.833 mil), constata-se que a Despesa Total superou a Receita em R\$ 1.134 mil, diminuindo as Disponibilidades Totais de R\$ 14.480 mil em 31-12-95 para R\$ 13.345 mil em 31-12-96

O Quadro a seguir apresenta a evolução destes valores nos últimos cinco anos:

AUTARQUIAS CONSOLIDADO
BALANÇO FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO 1992/1996

Em R\$ mil)*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	WR %	WR %								
		92/92		93/93		94/93		95/94		96/95	96/92
Receita e Disponib Iniciais	6 179.831		6.230.613	1	3 017 699	-52	1 546 665	-49	1 536 719	1	75
Receita	6 177 267		6 230 229	1	3 017 123	52	1 543 424	-49	1 522 240	1	75
Receita Orçamentária	611 222		567.344	7	631.987	11	703.587	11	866.099	27	46
Receita Extra-orçamentária	5 566 065		5 662 885	2	2.385.136	-58	839.837	-65	627.141	25	-89
Disponibilidades Iniciais	2 544		394	-85	576	50	2 231	287	14 480	549	469
Despesas e Disponib Finais	6 179 831		6 230 613	1	3 017 699	-52	1 546 665	-49	1 536 719	1	75
Despesa	6 171.368		6 216 183	1	3 013 963	-52	1 529 569	-49	1 523.375	0	75
Despesa Orçamentária	654 726		599 609	-8	758 566	27	701.266	-8	978.541	40	49
Despesa Extra-orçamentária	5 516 642		5 616 575	2	2 255 396	-60	828.303	-63	544 833	34	-90
Disponibilidades Finais	8 464		14 430	70	3 736	74	16 086	331	13 346	17	58

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Verifica-se que a Receita Orçamentária de 1996 apresentou um acréscimo de 27% em relação ao exercício anterior e um acréscimo de 46% em comparação a 1992, ano do início da série

A Despesa Orçamentária, por sua vez, registrou um acréscimo de 40% em relação a 1995 e, em comparação ao exercício de 1992, um acréscimo de 49%

As Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias das Autarquias, em 1996, estavam assim compostas.

AUTARQUIAS - RECEITAS E DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

AUTARQUIA	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	FORMAÇÃO DE DÍVIDAS	TOTAL	PAGAMENTO DE DÍVIDAS	FORMAÇÃO DE CRÉDITOS	TOTAL
DAER	35 834	83 678	119 512	37 472	61 798	99 270
DEPRC	49 222	72 493	121 715	48 411	27 581	75 992
IPERGS	254 613	44 971	299 584	22 090	263 800	285 890
IRGA	10	2 549	2 559	3 574	53	3 627
SUPRG	22 842	60 927	83 769	54 746	25 306	80 052
TOTAL	362 521	264 618	627 139	166 293	378 538	544 831

Fonte: Balanços Financeiros das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Analisando-se o demonstrativo apresentado, constata-se que o recebimento e a formação de créditos foram os elementos mais expressivos na composição da Receita e Despesa Extra-Orçamentárias respectivamente. O IPERGS contribuiu com a maior parcela de Receitas (47,77%) e Despesas (52,47%).

3.1.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

O quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Financeiro e Permanente das Autarquias, bem como o Saldo Patrimonial resultante.

Observa-se que o Saldo Patrimonial Consolidado, em 1996, foi negativo em R\$ 1.605.590 mil. O IPERGS, que apresentou negativos tanto o seu Saldo Patrimonial Financeiro como o Permanente, foi o principal responsável por esse resultado.

AUTARQUIAS BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 1996							Em R\$ mil
AUTARQUIA	ATIVO			PASSIVO			SALDO PATRIMONIAL
	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	
DAER	6 986	232 466	239 442	64 195	-	64 195	175 247
DEPRC	2 430	13 543	15 973	53 912	43 644	97 556	-81 583
IPERGS	13 707	1 131 363	1 145 060	56 724	2 823 982	2 879 706	-1 734 646
INGA	1 073	30 724	31 797	1 448	203	1 651	30 146
SUPRG	7 133	4 294	11 427	6 181	-	6 181	5 246
TOTALS	31 329	1 412 370	1 443 699	181 460	2 867 829	3 049 289	-1 605 590

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

De um Ativo Permanente Consolidado de R\$ 1.412.370 mil, 80,10% (R\$ 1.131.353 mil) correspondem ao IPERGS, sendo que, desse montante, 31,97% (R\$ 361.648 mil) se referem a Devedores por Financiamentos Habitacionais Concedidos, e 33,67% (R\$ 381.015 mil) à Dívida Ativa de Encargos Previdenciários.

Quanto ao Passivo Permanente, de um total de R\$ 2.867.829 mil, 89,29% (R\$ 2.560.642 mil) correspondem a Reservas Atuariais do IPERGS, que detém 98,47% do total consolidado.

Conforme o demonstrado a seguir, somente a SUPRG apresentou o Saldo Patrimonial Financeiro positivo no exercício em exame. Já o Saldo Patrimonial Permanente Consolidado e o Saldo Patrimonial Total resultaram negativos, devido à

expressividade do Saldo Patrimonial Permanente Negativo e Passivo Real a Descoberto apresentados pelo IPERGS nos valores de R\$ 1.692 629 mil e R\$ 1 734 646 mil

AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

AUTARQUIA	SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO	SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE	SALDO PATRIMONIAL TOTAL
DAER	-57 209	232 456	175 247
DEPRC	-51 482	-30 101	-81.583
IPERGS	-42 017	-1 692 629	-1.734 646
IRGA	-375	30 521	30 146
SUPRG	952	4 294	5 246
TOTAL	-150 131	-1 455 459	-1.605 590

Fonte Balanços Gerais das Autarquias

No quadro a seguir tem-se a análise comparativa dos Balanços Patrimoniais dos últimos cinco exercícios

AUTARQUIAS CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO 1992/1996

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VALOR	VAR x 93/92	VALOR	VAR x 94/93	VALOR	VAR x 95/94	VALOR	VAR x 96/95	VAR x 96/92	
Ativo e Saldo Patrimonial	1 644 184	1 294 227	-21	2 033 494	57	2 604 383	28	3 049 288	17	85	
Financeiro	14 288	17 297	21	18 828	9	44 578	137	31 329	30	119	
Permanente	921 755	775 261	16	1 063 597	37	1 243 433	17	1 412 370	14	53	
Passivo Real a Descoberto	708 140	501 669	29	951 069	90	1 316 373	38	1 605 589	22	127	
Passivo e Saldo Patrimonial	1 644 184	1 294 227	21	2 033 494	57	2 604 383	28	3 049 288	17	85	
Financeiro	34 058	28.366	17	105 141	271	117 492	12	181 460	54	433	
Permanente	1 610 126	1 265.861	21	1.928.353	52	2 486 890	29	2.867 828	15	78	
Ativo Real Líquido											

Fonte Balanços Gerais das Autarquias

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que, em 1996, os valores inscritos no Ativo Permanente sofreram um acréscimo de 14% em relação a 1995 e de 53% se comparados ao primeiro exercício da série. No Passivo Permanente, houve um acréscimo de 15% sobre o exercício anterior e de 78% em relação a 1992

O Ativo Financeiro, por sua vez, decresceu 30% em relação a 1995. Já em relação ao primeiro ano da série, apresentou um acréscimo de 119%. No Passivo Financeiro houve um crescimento de 54% sobre o exercício de 1995 e de 433% em relação a 1992

AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO
PERÍODO 1992/1996

Em R\$ mil*

EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	
1992	14 288	34 058	-19 770
1993	17 297	28 366	-11.069
1994	18 828	105 141	-86.313
1995	44 578	117 492	-72 915
1996	31.329	181 460	-150 131

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Analisando-se o quadro acima, verifica-se que as Autarquias apresentaram uma Situação Líquida Financeira negativa nos cinco últimos exercícios, sendo que, depois de uma recuperação de 44%, em 1993, em relação ao exercício anterior, houve uma queda de 680%, no exercício de 1994, em relação a 1993. No exercício de 1995, ocorreu recuperação de 15% em relação a 1994, e, em 1996, nova queda de 105,90%.

AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE
PERÍODO 1992/1996

Em R\$ mil*

EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO PERMANENTE		SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE
	ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE	
1992	921.755	1.610.124	-688 369
1993	775.262	1.265 860	-490 598
1994	1.063 597	1 928 352	-864 755
1995	1.243.432	2 486 890	-1.243 458
1996	1.412.370	2.867.829	-1.455 459

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Ao se analisar o Patrimônio Permanente das Autarquias, devem ser consideradas as diferenças existentes entre elas, uma vez que atuam em áreas distintas, sendo três na área de infra-estrutura (DAER, DEPRC e SUPRG), uma na área social (IPERGS) e uma na área econômica (IRGA)

A seguir, apresenta-se o Saldo Patrimonial Total registrado pelas Autarquias no período de 1992 a 1996.

AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL TOTAL
PERÍODO 1992/1996

Em R\$ mil*

AUTARQUIA	1992	1993	1994	1995	1996
DAE**	654	861	423	245	-
DAER	100 087	93 966	59 704	157.751	175 247
DEPRC	1 992	-7 388	946	-56 594	-81 583
IPERGS	-812 292	-592 924	-1 050.189	-1 449 393	-1 734 646
IRGA	1 419	3 816	38 892	31 618	30 146
SUPRG***	-	-	-	-	5 246
TOTAL	-708 140	-501 669	-950 224	-1 316 373	-1.605 590

Fonte Balanços Patrimoniais das Autarquias
 * Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)
 ** Extinto em 1995 - Lei nº 10 362, de 16-01-1995
 *** Criado em 1996 - Lei nº 10 722, de 18-01-1996
 Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que o Saldo Patrimonial Total foi negativo em todos os exercícios da série em estudo, sendo que em 1996 houve um aumento do saldo negativo em torno de 21,97% em relação ao ano anterior

O DAER e o IRGA apresentaram saldos positivos em todos os anos do período analisado

Em 1996, as únicas entidades a terem seus resultados negativos foram o DEPRC e o IPERGS, observando-se que o IPERGS apresentou resultados negativos em todos os exercícios da série, os quais foram responsáveis pelos saldos totais negativos verificados

3.1.4 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A partir dos valores apresentados na tabela seguinte, verifica-se que, em conjunto, as Autarquias apresentaram, em 1996, um déficit patrimonial de R\$ 401 407 mil, evidenciando, em termos quantitativos, uma Situação Líquida negativa

AUTARQUIAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1996

AUTARQUIAS	Em R\$ mil								
	VARIAÇÕES ATIVAS			RESULTADOS PATRIMONIAIS	TOTAL	VARIAÇÕES PASSIVAS		RESULTADOS PATRIMONIAIS	
	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEBIDO DA EXEC. ORÇAMENT	DÉFICIT VERIFICADO		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INDEBIDO DA EXEC. ORÇAMENT	SUPERÁVIT VERIFICADO	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL			DESPESA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL			
DMR	290.425	3.030	91.405		394.850	308.803	39.294	5.797	30.966
DEPRC	38.909	6.124	26.447	29.822	301.302	85.645	8.094	7.563	-
IPERGS	518.200	5.222	2.771.782	409.025	3.704.230	538.501	498.059	2.667.630	-
JRGA	19.428	356	2.985		22.349	19.408	2	2.712	1.228
SUPRG	28.136	47	96.056		94.239	27.194	26.855	24.954	5.295
TOTAIS	865.099	14.780	2.948.255	438.847	4.286.981	978.541	572.343	2.708.656	37.440

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O DEPRC e o IPERGS foram as Autarquias que apresentaram déficits, sendo o IPERGS o responsável por 93,20% desse resultado. Devido à expressividade do déficit verificado, resultou anulado o superávit obtido pelas demais.

O IPERGS registrou, a título de Variações Ativas Extra-Orçamentárias, o valor de R\$ 2.771.782 mil, o que representou 94,01% do total consolidado, sendo esse montante composto na sua maior parte por Reversão de Reservas Atuariais (R\$ 1.989.873 mil), que representam 71,79% do total.

Quanto às Variações Passivas Extra-Orçamentárias, o IPERGS foi responsável por R\$ 2.667.630 mil, representando 98,48% do total consolidado. Deste montante, 95,99% refere-se à Constituição de Reservas Atuariais (R\$ 2.560.642 mil) inscritas no Passivo Permanente da Autarquia

A SUPRG respondeu por 0,92% do total consolidado das Variações Passivas, e o DEPRC, por 0,28%, sendo menos significantes, ainda, os percentuais apresentados pelas demais Autarquias

O Resultado Patrimonial contabilizado pelas Autarquias é demonstrado pelo Teste de Relevação Contábil que, a seguir, se apresenta

		Em R\$ mil
VARIAÇÕES ATIVAS		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	895 099	
(-) Mutações Patrimoniais	572 343	
(=) Receita Orçamentária Efetiva	322 756	
(+) Variações Ativas Extra-Orçamentárias	2 948 255	3 271 011
VARIAÇÕES PASSIVAS		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	978 541	
(-) Mutações Patrimoniais	14 780	
(=) Despesa Orçamentária Efetiva	963 761	
(+) Variações Passivas Extra-Orçamentárias	2 708 656	3 672 417
RESULTADO PATRIMONIAL		-401 406

As Variações Independentes da Execução Orçamentária foram, em 1996, a exemplo de exercícios anteriores, preponderantes na formação do Resultado Patrimonial.

O quadro a seguir traz o valor dessas variações consolidadas, desde 1992, a preços de 1996. Salienta-se o expressivo valor das Variações Independentes da Execução Orçamentária, no período 1992/96, Ativas e Passivas

AUTARQUIAS CONSOLIDADAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA PERÍODO 1992/1996										
GRUPOS	Em R\$ mil*									
	1992	1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VALOR	WR % 93/92	VALOR	WR % 94/93	VALOR	WR % 95/94	VALOR	WR % 96/95	WR % 96/92
Variações Ativas	4 924 969	4 933 516	0	6 932 263	41	4 299 669	-38	4 259 541	-1	14
Resultantes da Exec. Orçam.	626 997	574 769	-8	641 634	12	723 538	13	909.879	26	46
Receitas Correntes	492 071	446 678	9	484 253	8	580 084	20	727 289	25	48
Receitas de Capital	139 352	120 666	1	147 734	22	123 503	-16	167.800	36	41
Mutações Patrimoniais	15 775	7 425	53	9 647	30	19 951	107	14 780	26	-6
Independ. da Exec. Orçament.	2 612 061	2 875 658	10	4 943 041	72	3 060 509	-38	2 948.255	-4	13
Déficit Patrimonial	1 685 911	1 483 089	12	1.347 588	-9	465.611	-63	401.406	-19	76
Variações Passivas	4 924 969	4 933 516	0	6 932 263	41	4 299 669	38	4 259 541	1	14
Resultantes da Exec. Orçam.	956 800	860 196	10	1 097 177	28	1 173 925	7	1 590 884	32	62
Despesas Correntes	507 834	464 179	-9	524 868	13	572 020	9	776 743	36	53
Despesas de Capital	146 892	136 428	-8	233 697	73	129.246	-45	201.799	56	37
Mutações Patrimoniais	302 074	260 589	14	338 612	30	472 660	40	572 343	21	69
Independ. da Exec. Orçament.	3 968 169	4 073.319	3	5.835 086	43	3 125 733	-46	2 708 656	13	32
Superávit Patrimonial										

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Método)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As Variações Ativas Extra-Orçamentárias que, em 1996, somaram R\$ 2.948 255 mil, apresentaram um decréscimo de 4% em relação a 1995, correspondendo a 76,42% das Variações Ativas Totais (Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária), desconsiderando-se o Déficit Patrimonial de R\$ 401 406 mil

Quanto às Variações Passivas Extra-Orçamentárias, no exercício em exame, totalizaram R\$ 2.708 656 mil, equivalendo a 63,59% das Variações Passivas Totais (Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária), demonstrando uma queda de 13% em relação a 1995.

As Mutações Patrimoniais da Despesa, que registram os acréscimos do Patrimônio Permanente das Autarquias, comparadas ao exercício de 1992, sofreram um decréscimo de 6%. Já as Mutações Patrimoniais da Receita, que identificam as reduções no mesmo Patrimônio, apresentaram um acréscimo de 89% em comparação a 1992. Em relação a 1995, as Mutações Patrimoniais da Despesa tiveram um decréscimo de 26%, e as Mutações Patrimoniais da Receita um acréscimo de 21%.

3.1.5 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O total empenhado pelo Governo do Estado, em 1996, em favor das Autarquias, conforme Balanço Geral, foi de R\$ 387.215 mil, dos quais foram efetivamente transferidos R\$ 318.821 mil, ou seja, 82,34%, conforme se demonstra:

AUTARQUIAS CONTRIBUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PERÍODO 1992/1996						Em R\$ mil*
VALORES	1992	1993	1994	1995	1996	
Empenhados pelo Estado	361 691	311 829	409 023	327 005	387 215	
Efetivamente Transferidos	282 271	257 249	305 350	308 923	318 821	
Percentual do Repasse (%)	78,04	82,50	74,65	94,47	82,34	

Fonte: Balanços Gerais do Estado e Sistema AFE - CAGE

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A seguir, demonstra-se a participação de cada Autarquia no total empenhado e efetivamente repassado pelo Governo do Estado em 1996.

AUTARQUIAS PARTICIPAÇÃO NOS REPASSES DO ESTADO
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

AUTARQUIA	EMPENHADO PELO ESTADO 1996	PAGO A AUTARQUIA 1996 (1)	% EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1996	PAGO A AUTARQUIA REF RESTOS A PAGAR (2)	TOTAL PAGO À AUTARQUIA 1996 (1+2)
DAER	242 066	229 772	94,92	38 193	267 965
DEPRC	34 684	13 323	38,41	852	14 175
IPERGS	109 935	75 726	68,88	16 264	91 990
IRGA	530	-	-	-	-
SUPRG	-	-	-	-	-
TOTAL	387 215	318 821	82,34	55 309	374 130

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE - CAGE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Como se constata, o DAER foi a Autarquia com a maior participação nas Contribuições e Transferências empenhadas pelo Estado (62,51%), recebendo, efetivamente, 94,92% do total empenhado a seu favor, ficando o IRGA com 0,14%, ou seja, a menor participação em relação ao total empenhado, não sendo repassado qualquer valor

As Transferências empenhadas por parte do Governo do Estado destinaram-se à cobertura de Despesas com Pessoal, Investimentos e outras Despesas Correntes realizadas pelas Autarquias, conforme se demonstra

AUTARQUIAS - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

AUTARQUIA	DESPESAS COM PESSOAL	INVESTIMENTOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
DAER	83 356	143 763	14 947	242 066
DEPRC	33 653	529	502	34 684
IPERGS	-	-	109 935	109 935
IRGA	-	-	530	530
SUPRGS	-	-	-	-
TOTAL	117 009	144 292	125 914	387 215
%	30,22	37,26	32,52	100

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE - CAGE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Do total empenhado em favor das Autarquias acima citadas, 37,26% referem-se a Transferências de Capital para a realização de Investimentos, sendo que 99,63% deste montante foi empenhado em favor do DAER, o qual ficou com a maior participação, também, para Despesas com Pessoal (71,24%)

Também constam, no Balanço Geral do Estado empenhos no montante de R\$ 9.203 mil a título de Contribuições à Caixa Econômica Estadual para Despesas com Pessoal, que serão analisados em conjunto com as Companhias sob controle do Estado

De igual forma, verificam-se contribuições à Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre que, juntas, somam R\$ 5.265 mil para Despesas com Pessoal e R\$ 640 mil para Outras Despesas Correntes. As referidas entidades serão analisadas em conjunto com as demais Fundações.

- 230 -

As referidas entidades serão analisadas em conjunto com as demais Fundações.

A seguir, apresentam-se os percentuais de repasse do Estado às Autarquias segundo a finalidade no período de 1992 a 1996:

AUTARQUIAS - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE
PERÍODO 1992/1996

FINALIDADE	Em %				
	1992	1993	1994	1995	1996
Desp. com Pessoal	34,49	25,33	20,06	26,08	30,22
Investimentos	36,67	37,82	49,21	35,62	37,26
Outras Desp. Correntes	28,84	36,85	30,73	38,30	32,52
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado - 1992/96
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No quadro a seguir tem-se o percentual de participação do Estado na Receita das Autarquias:

AUTARQUIAS - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA
EXERCÍCIO DE 1996

AUTARQUIA	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	RECEBIDO DO ESTADO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
			ESTADO	PRÓPRIA E OUTROS
DAER	290.425	267.965	92,27	7,73
DEPRC	38.909	14.175	36,43	63,57
IPERGS	518.200	91.990	17,75	14,61
IRGA	19.428	-	-	100,00
SUPRG	28.136	-	-	100,00
TOTAL	895.098	374.130	41,80	58,20

Os valores repassados às Autarquias, a título de Contribuições e Transferências, por parte do Tesouro do Estado, constituíram, no exercício de 1996, 41,80% da Receita Orçamentária daquelas Entidades.

O DAER revelou uma acentuada dependência dos recursos repassados pelo Estado em torno de 92,27%

O IRGA, a exemplo de exercícios anteriores, não recebeu nenhuma contribuição do Tesouro do Estado, obtendo a maioria dos recursos (78,87%) através da Taxa pela Prestação de Serviços - Taxa de Cooperação

A SUPRG, constituída em 1996, também não recebeu nenhuma contribuição do Tesouro do Estado, obtendo a maioria dos recursos (93,73%) através de Serviços Portuários

O percentual de participação do Estado na Receita do IPERGS ficou em torno de 14,61%

A seguir, demonstra-se o grau de dependência das Autarquias em relação às Transferências do Estado ao longo do período 1992/96.

AUTARQUIAS - GRAU DE DEPENDÊNCIA
PERÍODO 1992/1996

AUTARQUIA	Em %				
	1992	1993	1994	1995	1996
DAER	97,15	96,39	96,85	90,57	92,27
DEPRC	1,75	8,48	4,30	29,05	36,43
IPERGS	17,32	17,39	20,59	22,76	17,75
IRGA	-	-	-	-	-
SUPRG	-	-	-	-	-
TOTAL	46,18	45,34	48,32	43,91	41,80

Fonte: Balanços das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No quadriênio 1992/95, 19,51%, em média, da Receita do IPERGS constituiu-se de valores transferidos pelo Estado, diminuindo para 17,75% em 1996

O DEPRC, em 1996, registrou um aumento da necessidade de participação do Estado para sua manutenção, saltando de 29,05% para 36,43% sua dependência estatal.

No conjunto, registrou-se, em 1996, a menor participação do Governo (41,80%)

*Sociedades de Economía Mista
e Entidades Controladas*

3.2 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

As Entidades que figuram na tabela 3 1 formam o universo da análise consolidada pertinente a este tópico. Importa referir que o exame econômico-financeiro foi efetuado com base nos Balanços Gerais apresentados pelas Companhias que integram o Balanço Geral do Estado.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

TABELA 3 1

Nº	NOE	SIGLA
1	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	BANRISUL
2	BANRISUL ARMAZENS GERAIS S/A	BAGERGS
3	BANRISUL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	PROCESSUL
4	BANRISUL S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	-
5	BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO	-
6	CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL	CADIP
7	COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SULGÁS
8	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	COHAB
9	COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS	CIEL
10	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL	PROCERES
11	COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	CEEE
12	COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	CESA
13	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS	CORAG
14	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO	CRM
15	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO	CORSAN
16	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES	CRTEL
17	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO	CR TUR
18	COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS	-

A Caixa Econômica Estadual, apesar de seu formato jurídico de Autarquia Econômica, criada pela Lei nº 3.914, de 06-02-1960, consta no rol das sociedades em face de exigência do Banco Central do Brasil quanto à apresentação das Demonstrações Financeiras nos moldes da Lei Federal nº 6.404/76.

Entretanto, por não integrar o Balanço Geral do Estado de 1996, e por não remeter a esta Corte as suas Demonstrações Contábeis, embora requisitado pelo Conselheiro-Relator em 14-05-97, conforme Requisição nº 019/97-PP/96, deixou de constar na presente análise, prejudicando substancialmente o exame como um todo e, particularmente, a análise governamental da área financeira.

Também não integram a análise das contas governamentais, por não constarem no Balanço Geral do Estado, as demonstrações contábeis da Companhia Administradora da ZPE de Rio Grande - ZOPERG e da Central de Abastecimento S.A. - CEASA.

3.2.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

Através da Tabela 3.2 a seguir, pode-se visualizar a composição dos valores Ativos e Passivos das Entidades integrantes do grupo empresarial do Governo do Estado no exercício de 1996

Tabela 3.2	SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO										En R\$ mil
	BALANÇO PATRIMONIAL										
	EXERCÍCIO DE 1996										
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	TOTAL	CIRCULANTE	REALIZÁVEL	PERMANENTE	TOTAL	CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	EXERCÍCIOS FUTUROS			
BNBRISIL	9.871.279	8.761.387	902.866	207.028	9.871.279	9.008.559	446.147	36	417.537		
BNBRES	15.167	4.846	23	10.298	15.167	1.891	477	40	12.760		
BNBRISIL-FO	16.470	15.795	601	75	16.470	13.933	-	1.296	1.243		
BNBRISIL-MERCANT	137.619	99.109	416	38.094	137.619	86.037	23.895	-	28.747		
BNBRISIL-CORRETO	12.179	10.953	474	752	12.179	802	-	-	11.377		
COOP	691.406	393.371	-	298.064	691.406	298.766	140.000	-	252.669		
SULGÁS	3.394	52	-	3.342	3.394	210	-	-	3.183		
COHB	675.803	14.098	689.220	2.484	675.803	133.238	651.394	-	-106.619		
CIEL	3.127	2.173	23	931	3.127	442	14	-	2.671		
PROCEBS	49.197	34.315	4.120	10.762	49.197	15.068	5.176	-	28.964		
CEEE	5.619.282	529.064	86.064	5.002.964	5.619.282	861.000	2.238.338	-	2.519.944		
CESA	71.467	3.986	190	67.311	71.467	15.594	5.069	-	50.844		
COBAG	11.268	9.669	281	1.319	11.268	1.719	-	-	9.549		
CRN	285.797	10.497	948	275.352	285.797	33.865	59.637	-	193.295		
CORSAN	1.214.118	117.731	32.119	1.064.268	1.214.118	93.339	443.361	-	677.418		
CRT	2.297.343	279.913	92.468	1.964.962	2.297.343	366.461	306.432	10.737	1.613.723		
CR TUR	679	390	7	282	679	1.293	-	-	-615		
CIA UNIÃO SEGURO	101.742	67.602	9.777	24.364	101.742	66.233	-	-	35.509		
TOTALS	21.078.397	10.366.541	1.750.207	8.972.638	21.078.397	10.957.411	4.318.671	12.107	5.789.998		

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica no demonstrativo acima, a maior parte dos recursos existentes nas entidades do grupo empresarial está aplicada no Ativo Circulante, no montante, em 31-12-96, de R\$ 10.355.541 mil, com uma participação de 49,13% em relação ao Ativo Total. Seguem-se o Ativo Permanente e o Realizável a Longo Prazo com participações de 42,57% e 8,30%, respectivamente.

No próximo quadro, pode-se verificar a evolução deste patrimônio nos últimos cinco exercícios:

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO I

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992			1993			1994			1995			1996		
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VALOR	VAR % 96/92
Ativo	14 665 319	14 772 093	1	15 046 999	2	24 561 505	63	21 078 387	14	44					
Circulante	2 429 178	2 665 266	10	5 212 575	96	13 395 497	157	10 355 541	23	326					
Realizável a Longo Prazo	1 656 692	1 637 483	-1	992 425	39	1 458 494	47	1 750 207	20	6					
Permanente	10 579 449	10 469 343	-1	8 841 999	16	9 707 514	10	8 972 638	8	15					
Investimentos	167 470	153 705	-8	135 785	12	448 157	230	430 034	-4	157					
Imobilizado	8 737 166	8 714 458	0	7 624 054	13	9 122 440	20	8 432 213	8	-3					
Diferido	1 674 814	1 601 180	-4	1 082 160	32	136 918	87	110 391	19	93					
Passivo e Patrimônio Líquido	14 665 319	14 772 093	1	15 046 999	2	24 561 505	63	21 078 387	14	44					
Circulante	4 896 031	4 180 288	15	5 779 262	38	14 098 276	144	10 957 411	22	124					
Exigível a Longo Prazo	3 699 471	3 315 761	10	2 934 677	11	3 616 303	23	4 318 871	19	17					
Resultado Exerc Futuros	80	725	806	528	27	1 558	195	12 107	677	15 034					
Patrimônio Líquido	6 069 736	7 275 320	20	6 332 532	13	6 855 369	8	5 789 998	-16	5					

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

De acordo com o Quadro I, no exercício de 1996, constata-se um crescimento de 326% na concentração de capitais no Ativo Circulante, e um decréscimo de 15% no Permanente das Companhias, comparativamente ao ano-base (1992)

Para uma melhor compreensão do significado e da formação desses valores, é necessário visualiza-los através da participação percentual de cada um dos setores que compõem o grupo de empresas governamentais, quais sejam

COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA

FINANCEIRA	INFRA-ESTRUTURA	ECONÔMICA	OUTRAS
BANRISUL	BAGERGS	CIEL	DEMAIS
BANRISUL MERCANTIL	CEEE	CRM	EMPRESAS
BANRISUL CORRETORA	CRT	SULGAS	
CADIP	CORSAN		
	CESA		

Assim, analiticamente, por setor, a estrutura do Ativo Total das sociedades pode ser demonstrada da seguinte forma:

COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA
ATIVO TOTAL
EXERCÍCIO DE 1996

Em %

GRUPO	ÁREA	FINANCEIRA	DE INFRA- -ESTRUTURA	ECONÔMICA	OUTRAS	TOTAL
Circulante		89,47	9,04	0,12	1,37	100,00
Realizável a Longo Prazo		51,63	9,80	0,05	38,52	100,00
Permanente		6,06	90,38	3,12	0,44	100,00

Fonte: QUADRO I
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

De acordo com o Demonstrativo acima, constata-se que os valores inscritos no Circulante e no Realizável a Longo Prazo são formados, majoritariamente, pelas empresas do setor financeiro, visto que estas contribuíram com 89,47% e 51,63%, respectivamente, para a composição dos grupos supracitados.

Tal situação deve-se, essencialmente, ao fato de que tais empresas, pelos seus objetivos e peculiaridades operacionais, concentram os recursos nos grupos de maior liquidez do Ativo.

Em contrapartida, 90,38% dos capitais aplicados no Permanente pertence às entidades da área de infra-estrutura, porquanto o registro dos meios (bens) necessários à manutenção das atividades e realização dos objetivos inerentes ao setor em que essas empresas operam é feito neste grupo.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS
ÁREA ECONÔMICA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992			1993			1994			1995			1996		
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95		
Ativo	435.369	375.826	14	306.099	19	317.417	4	293.318	-8	33					
Circulante	17.323	12.310	29	9.196	25	9.193	0	12.722	38	27					
Realizável a Longo Prazo	494	292	-41	295	1	441	49	971	120	97					
Permanente	417.553	363.224	13	296.608	-18	307.783	4	279.624	9	33					
Investimentos	5.544	2.413	-56	2.032	-16	1.903	-6	1.741	9	69					
Imobilizado	318.361	281.897	11	232.496	18	243.773	5	220.867	-9	31					
Diferido	93.648	78.915	16	62.081	-21	62.107	0	57.016	-8	39					
Passivo e Patrimônio Líquido	435.369	375.826	14	306.099	-19	317.417	4	293.318	-8	33					
Circulante	71.490	93.673	31	43.802	-53	35.223	20	34.517	-2	52					
Exigível a Longo Prazo	70.464	50.718	28	70.973	40	54.860	23	59.661	9	15					
Resultado Exerc. Futuros															
Patrimônio Líquido	293.415	231.436	21	191.324	-17	227.334	19	199.149	12	32					

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/RGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS
ÁREA FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO III

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992			1993			1994			1995			1996		
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95		
Ativo	3.058.644	3.089.075	1	5.079.744	64	13.721.176	170	10.712.512	22	250					
Circulante	1.835.540	1.939.354	6	4.530.812	134	12.457.876	175	9.264.820	26	405					
Realizável a Longo Prazo	949.752	889.275	-6	279.468	69	654.337	134	903.756	38	5					
Permanente	273.352	260.446	-5	269.463	3	608.963	126	543.936	11	99					
Investimentos	113.433	107.573	5	95.420	11	400.626	320	383.007	-4	238					
Imobilizado	154.052	145.819	5	166.697	14	148.468	11	115.547	22	25					
Diferido	5.868	7.055	20	7.347	4	59.870	715	45.382	24	673					
Passivo e Patrimônio Líquido	3.058.644	3.089.075	1	5.079.744	64	13.721.176	170	10.712.512	22	250					
Circulante	1.737.393	1.800.976	4	4.468.751	148	12.588.149	181	9.353.154	26	438					
Exigível a Longo Prazo	870.702	835.279	4	201.438	76	318.840	58	608.982	91	30					
Resultado Exerc. Futuros	80	1	-99	5	400	14	180	36	157	-55					
Patrimônio Líquido	450.469	452.820	1	409.550	10	834.173	104	750.330	10	67					

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/RGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS
 ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA
 BALANÇO PATRIMONIAL
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
 PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO IV

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	
Ativo	10 380 576		10 590 211	2	8 995 962	-15	9 676 258	8	9 217 397	-5	11
Circulante	494 535		655 623	33	590 419	-10	780 343	32	936 130	20	89
Realizável a Longo Prazo	61 221		346 350	137	175 741	21	150 523	-14	171 475	14	380
Permanente	9 824 821		9 789 238	0	8 229 802	-16	8 746 392	6	8 109 792	7	-17
Investimentos	43 481		40 727	-6	36 844	10	44 157	20	43 783	-1	1
Jacobinizado	8 208 964		8 234 641	0	7 180 604	13	8 686 420	21	8 058 187	-7	2
Diferido	1 572 376		1 513 870	-4	1 012 354	33	14 815	99	7 822	-47	-100
Passivo e Patrimônio Líquido	10 380 576		10 590 211	2	8 995 962	-15	9 676 258	8	9 217 397	-5	11
Circulante	3 014 028		2 198 984	27	1 170 529	-47	1 263 411	8	1 338 255	6	-56
Exigível a Longo Prazo	2 076 821		1 801 835	13	2 095 335	16	2 591 767	24	2 993 577	16	44
Resultado Exerc. Futuros									10 777		-
Patrimônio Líquido	5 289 728		6 589 391	25	5 730 099	13	5 821 080	2	4 874 689	16	-8

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Com efeito, decompondo o Balanço Patrimonial Consolidado das Companhias, no período 1992/96, em área de Infra-Estrutura e área Financeira, conforme constam nos Quadros III e IV, constata-se, a partir de 1992, um decréscimo de 17% nas aplicações no Ativo Permanente das Empresas de Infra-Estrutura do primeiro ao quinto ano da série.

Conseqüentemente, o Ativo Total Consolidado das Companhias de Infra-Estrutura decresceu 11% em relação a 1992, dada a significativa participação (87,98%) do Ativo Permanente em relação ao Ativo Total neste tipo de empresa (vide Quadro III).

Por sua vez, as Empresas do Setor Financeiro apresentaram, em 1996, comparativamente ao exercício de 1992, acréscimo de 99% no Ativo Permanente, conforme consta no Balanço Patrimonial Consolidado - Quadro III, o que não demonstra uma característica deste tipo de empresa

Em comparação a 1992, as Companhias da área Econômica apresentaram um decréscimo real, em seus valores patrimoniais, de 33%, como conseqüência, principalmente, do decréscimo verificado, no mesmo período, no Ativo Permanente (33%) e no Patrimônio Líquido (32%)

Conforme o Quadro I - Consolidado, as exigibilidades de curto e longo prazos das Companhias totalizaram, em 1996, R\$ 15 276 282 mil e estavam assim representadas de acordo com cada área.

COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA
PASSIVO REAL
EXERCÍCIO DE 1996

GRUPO	ÁREA	Em %				
		FINANCEIRA	DE INFRA- ESTRUTURA	ECONÔMICA	OUTRAS	TOTAL
Circulante		85,36	12,21	0,99	1,44	100,00
Exigível a Longo Prazo		14,10	69,32	1,38	15,20	100,00
Passivo Total		65,21	28,36	1,10	5,30	100,00

Fonte QUADRO I
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As empresas do Setor Financeiro foram responsáveis por 65,21% das Dívidas inscritas totais.

As empresas de Infra-Estrutura foram responsáveis por 69,32% das Dívidas de Longo Prazo verificadas nos Balanços Patrimoniais do grupo empresarial

De acordo, ainda, com o Quadro I, no exercício sob análise, verificou-se um significativo aumento de 141%, em comparação a 1992, nos Capitais de Terceiros investidos nas diversas Companhias que compõem o sistema empresarial do Governo do Estado

Em 1996, a participação de cada setor no Patrimônio Líquido Total estava assim representada

COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 1996

ÁREA	Em R\$ mil	
	VALOR	% S/TOTAL
FINANCEIRA	750 330	12,96
DE INFRA-ESTRUTURA	4 874 688	84,19
ECONÔMICA	199 149	3,44
OUTRAS	-34 169	-0,59
TOTAL	5 789 998	100,00

Fonte TABELA 3 2
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se constata no quadro acima, a maioria dos Capitais Próprios investidos nas Companhias pertencem ao setor de Infra-Estrutura, onde estão alocados 84,19% dos recursos próprios totais existentes no sistema empresarial, sendo que, em 1996, a CEEE e a CRT possuem, juntas, 71,39% do Patrimônio Líquido Total

No valor total do Patrimônio Líquido das Companhias (R\$ 5.789.998 mil), encontra-se a redução de 1,88% ocasionada pelo Passivo Real a Descoberto de R\$ 108 819 mil apresentado pela COHAB (conforme Tabela 3.2).

Esta empresa, que apresenta Patrimônio Líquido Negativo (R\$ 108 819 mil), evidencia um estado de insolvência geral, uma vez que as obrigações de curto e longo prazos (Capitais de Terceiros), no valor de R\$ 784 622 mil, são superiores à totalidade dos valores ativos (R\$ 675.803 mil). Em 1995, através da Lei nº 10.357, de 16-01-95, o Poder Executivo Estadual foi autorizado a promover a extinção desta Companhia.

3.2.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As atividades desenvolvidas pelas diversas empresas do sistema empresarial do Governo Estadual geraram, em 1996, uma Receita Operacional Líquida de R\$ 3 924 771 mil e uma Despesa Operacional de R\$ 4.612.786 mil, resultando num Prejuízo Operacional de R\$ 688 014 mil, conforme Quadro V a seguir:

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

GRUPOS	Em R\$ mil*										
	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	WR x 93/92	VALOR	WR x 93/92	VALOR	WR x 94/93	VALOR	WR x 95/94	VALOR	WR x 96/95	WR x 96/92
Receitas Operacionais	10 448 763		13 241 642	27	6 976 661	-47	3 771 117	-46	3 924 771	4	-62
Despesas Operacionais	23 753 043		23 054 540	3	10 418 982	-55	4 518 665	-57	4 612 786	2	-81
Resultado Operacional	13 304 280		9 812 899	26	3 442 322	-65	747 549	78	-688 014	-8	-95
Receitas não Operacionais	111 080		9 744 91	91	35 649	266	10 365	71	11 216	8	-90
Despesas não Operacionais	116 140		47 253	59	28 037	-41	16 848	-40	23 199	38	80
Resultado Correção Monetária	11 367 298		9 152 609	19	3 526 470	-61	530 671	-85	29 961		
Prov. J.R./Contr. Social	17 342		21 029	21	125 906	499	48 105	62	-44 901		
Participações e Contribuições	4 774		10 626	123	9 938	-6	34	100	2 486	7212	-48
Lucro/Prejuízo do Exercício	1 964 158		729 464	63	-44 084	94	291 500	561	-687 544	136	-65

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGI (Médio)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em 1996, a Receita e a Despesa Operacional diminuíram 62% e 81%, respectivamente, em relação ao primeiro ano da série (1992)

O Resultado da Correção Monetária consolidada das Companhias foi positivo nos quatro primeiros anos da série, sendo mais expressivo no exercício de 1992, contribuindo, significativamente, para a redução dos prejuízos do exercício no quadriênio. Já em 1996, esse resultado passou a ser negativo, contribuindo, assim, para o aumento do prejuízo do exercício

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1996

Tabela 3.3

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	Em R\$ mil									
	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO OPERAC	DESPESAS NÃO OPERAC	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV. TR. EXCL. CONTR. SOCIAL	PARTIC. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO	
BARISUL	1.075.007	1.131.438	56.431		3.686		32.614		27.933	
BAGENS	7.168	5.030	2.139	113				988	1.664	
BARISUL PD	39.848	38.482	1.365					428	937	
BARISUL-MERCANTIL	28.156	27.388	768		511		1.507		1.764	
BARISUL CORRETORA	4.007	1.662	2.345	146				709	1.782	
CADIP	46.909	61.404	14.495						14.495	
SILGÁS										
COMB	30.833	38.973	-8.140		574				-8.714	
CIEL	4.664	3.574	1.090	28			162		956	
PROCCERS	62.738	59.370	3.368	8	39			176	3.160	
CESE	1.300.340	1.824.227	-523.887	6.318	11.237				528.806	
CESA	20.966	29.010	-8.044	736	140				7.449	
ORAG	12.033	9.688	2.345	314	158			585	1.906	
ORH	26.362	37.085	10.723		438				11.181	
CORSAM	351.215	424.353	73.138	871	6.410				-78.678	
ORIT	740.390	741.012	-622	2.668		29.961	10.942		16.973	
OR TUR	2.165	2.603	-439		5				-444	
CIA UNIÃO SEGUROS	171.981	177.466	5.485	14					5.471	
TOTAIS	3.924.771	4.612.786	688.014	11.216	23.199	29.961	-44.901	2.486	-687.544	

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculo: Equipe Técnica - TCE/RS

Em relação às atividades setoriais, o quadro a seguir mostra o resultado operacional negativo enfrentado pelas Companhias

COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA
RESULTADO OPERACIONAL
EXERCÍCIO DE 1996

GRUPO	ÁREA	Em R\$ mil				TOTAL
		FINANCEIRA	DE INFRA-ESTRUTURA	ECONÔMICA	OUTRAS	
Receita Operacional		1.154.079	2.420.079	31.016	319.597	3.924.771
Despesa Operacional		1.221.892	3.023.632	40.669	326.593	4.612.786
Resultado Operacional		67.813	603.553	-9.653	-6.996	688.015

Fonte: Tabela 3.3
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

De acordo com o Demonstrativo anterior, as empresas de Infra-Estrutura e Setor Financeiro foram responsáveis por 61,66% e 29,40%, respectivamente, da Receita Operacional Total arrecadada em 1996.

Além de contribuírem com 65,55% para a formação das Despesas Operacionais, as empresas de Infra-Estrutura registraram Despesas superiores ao total por elas arrecadado, originando um resultado operacional negativo de R\$ 603.553 mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS
ÁREA ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1996

QUADRO VI Em R\$ mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO OPERAC	DESPESAS NÃO OPERAC.	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL	PARTIC. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
SULGÁS									
CEEL	4.664	3.574	1.090	28			162		956
CRM	26.352	37.055	10.703		438				11.181
TOTAIS	31.016	40.629	-9.653	28	438		162		10.225

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Na área econômica, com maior relevância, destaca-se a CRM, que sendo responsável por 84,96% da Receita Operacional do Setor e por 91,21% das Despesas Operacionais, tornou-se responsável em 100,00% pelo Prejuízo do Exercício de 1996

Referentemente à SULGÁS, tem-se a comentar que a mesma consignou em seus Demonstrativos apenas despesas pré-operacionais, não figurando, assim, no DRE.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS
ÁREA FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1996

QUADRO VII Em R\$ mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO OPERAC	DESPESAS NÃO OPERAC.	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL	PARTIC. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
BANRISUL	1.075.007	1.131.438	56.431		3.685		32.614		27.530
BANRISUL-MERCANTIL	28.156	27.368	788		511		1.507		1.764
BANRISUL-COOPERTECA	4.007	1.662	2.345	146				709	1.782
CAOP	46.909	61.404	14.495						14.495
TOTAIS	1.154.079	1.221.892	-67.813	146	4.197	0	34.121	709	38.462

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Constata-se que, na área financeira, o BANRISUL, isoladamente, foi responsável por 93,15% da Receita Operacional do setor e 92,60% da Despesa Operacional.

Verifica-se, ainda, que a mencionada instituição teve um Prejuízo Operacional de R\$ 56.431 mil, representando 83,21% do total do Resultado Operacional Negativo do Setor Entretanto, em face da conversão da Previsão para Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 32 614 mil), houve uma redução significativa de 53,89% no Prejuízo do Exercício, o qual resultou em R\$ 27 503 mil

Já a CADIP, contribuiu com 21,37% do Prejuízo Operacional do Setor e com 37,70% da composição do prejuízo do exercício

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1996

QUADRO VIII

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	RECEITAS OPERACIONAIS		DESPESAS OPERACIONAIS		RESULTADO OPERACIONAL		RECEITAS NÃO OPERAC		DESPESAS NÃO OPERAC.		RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA		PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL		PARTIC. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL									
BAGERGS	7 188	5 030	2 139	113										588	1 664	
CEEE	1.300 340	1 824 227	-523 887	6 318	11.237										528 806	
CESA	20 966	29 010	-8 044	736	140										7 449	
CORSAN	351 215	424 353	-73 138	871	6 410										-78.678	
ORT	740 390	741 012	-622	2 668						29 961	10 942				16.973	
TOTALS	2 420 079	3 023 632	-603 553	10 706	17 789					-29 961	10 942			588	-630.241	

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Constata-se que a CEEE, isoladamente, foi responsável por 60,33% das Despesas Operacionais do Setor de Infra-Estrutura e que o Resultado Operacional negativo apresentado pela CEEE e CORSAN representou 86,80% e 12,12%, respectivamente, do Prejuízo Operacional Total verificado no setor em 1996, conforme Quadro VIII

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS
ÁREA ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO IX

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92
Receitas Operacionais	45 957	-9	41 761	22	32 743	22	28 049	14	31 016	11	33
Despesas Operacionais	316 325	22	387 036	-62	148 232	-62	44 414	-70	40 669	-8	-87
Resultado Operacional	270 368	28	345 274	28	115 469	-67	16 365	-86	9 653	-41	96
Receitas não Operacionais	627	18	517	223	1 668	223	306	-82	28	91	96
Despesas não Operacionais	1 480	442	8 023	90	797	90	838	5	438	-48	70
Resultado Correção Monetária	210 687	19	251 604	57	109 192	57	10 679	-90			
Prov. I.R./Contr. Social	234	93	16	223					162		31
Participações e Contribuição				223							
Lucro/Prejuízo do Exercício	-60 768	67	101 193	95	5 202	95	6 217	20	10 225	64	83

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Método)
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As empresas da área econômica apresentaram Prejuízo Operacional em toda a série examinada, conforme se constata no Quadro IX. De igual forma, o resultado do exercício também apresentou-se negativo em todo o período (1992/1996).

Comparativamente ao exercício anterior (1995), o Prejuízo do Exercício aumentou em 64% e, na série examinada, sofreu uma diminuição de 83%.

Constata-se, também, na série (1992/1996), que, enquanto as Despesas Operacionais sofreram uma diminuição de 87%, as Receitas Operacionais também sofreram redução na ordem de 33%, contribuindo pouco para a redução do Prejuízo Operacional ocorrido ao longo da série que se apresenta.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS
ÁREA FINANCEIRA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO X

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92	
Receitas Operacionais	6 184 269	6 140 042	32	3 928 978	-52	1 483 706	-62	1 154 079	22	-81	
Despesas Operacionais	5 791 683	7 484 420	29	3 991 060	-52	1 425 868	-60	1 221 892	-14	-79	
Resultado Operacional	392 586	645 623	64	337 918	-46	57 838	-83	-67 813	-	-	
Receitas não Operacionais	1 000	912	-9	3 053	235	1 976	35	146	93	-85	
Despesas não Operacionais	1 386	69	-94	-	-	53	-	4 197	7819	253	
Resultado Correção Monetária	-318 081	-448 625	41	189 439	-58	-42 923	-77	-	-	-	
Prov. I R / Contr. Social	11 681	20.344	74	97 285	378	12 526	-67	-34 121	-	-	
Participações e Contribuições	4 773	10 625	123	10 154	-4	-	-	709	-	-85	
Lucro/Prejuízo do Exercício	57 864	165 672	188	44 093	-74	4 312	-90	-38 452	-	-	

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGN (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As empresas do Setor Financeiro experimentaram Lucro Operacional em toda a série, à exceção do ano de 1996, conforme consta no Quadro XI. Na série examinada, constata-se que a área financeira teve um Prejuízo no exercício de 1996 da ordem de R\$ 38.452 mil, enquanto nos demais exercícios (1992 a 1995), vinha obtendo lucro.

O Saldo Devedor da Correção Monetária reduziu, em quase toda a série, o Lucro Líquido das Companhias do Setor, contrariamente ao que ocorreu em relação às empresas da Área de Infra-Estrutura, nas quais o Saldo Credor reduziu sobremaneira e, até mesmo, absorveu o Prejuízo Operacional, à exceção do exercício de 1996.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS
 ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
 PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO XI

Em R\$ mil)*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92
Receitas Operacionais	2 446 022		2 963 249	21	2 030 199	31	1 935 639	-5	2 420 079	25	1
Despesas Operacionais	15 793 567		12 889 187	18	5 608 464	56	2 695 712	52	3 023 632	32	-81
Resultado Operacional	13 347 545		9 925 939	26	3 578 265	64	760 073	-79	-603 553	21	95
Receitas não Operacionais	109 306		7 656	93	30 508	298	7 360	76	10 706	46	-90
Despesas não Operacionais	111 106		38 435	-65	25 834	33	15 128	-41	17 787	18	-84
Resultado Correção Monetária	11 430 071		9 268 841	19	3 545 779	62	528 604	85	29 961		
Prov I R /Contr Social	4 710		572	88	28 141	4820	33 857	20	10 942		
Participações e Contribuições									588		
Lucro/Prejuízo do Exercício	1 923 965		688 449	64	55 952	92	273 094	388	630 241	131	-57

Fonte: Balanço Gerais das Sociedades
 * Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As empresas de infra-estrutura apresentaram Prejuízo Operacional em todo o período examinado (1992/1996), bem como Prejuízo no resultado do exercício no mesmo período.

No que se refere ao Prejuízo do Exercício, comparativamente ao exercício anterior (1995), o mesmo teve um acréscimo de 131%. Entretanto, em relação ao primeiro ano da série, houve uma redução de 67% no mencionado Prejuízo

3.2.3 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

No Balanço Geral do Estado estão registrados, como Despesa do exercício, recursos no total de R\$ 31 346 965,56, empenhados às Sociedades de Economia Mista e Outras Entidades nos seguintes elementos: 3212 - Subvenções Econômicas no total de R\$ 8.779.620,87; 3213 - Contribuições Correntes no total de R\$ 430 139,21, 3291 - Sentenças Judiciais no total de R\$ 1 467 306,48, 4192 - Despesas de Exercícios Anteriores no total de R\$ 300,00, 4260 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras no total de R\$ 20 669 599,00. Estes recursos estão distribuídos da seguinte forma:

TRANSFERÊNCIAS ÀS COMPANHIAS - 1996

Em R\$ mil

COMPANHIA	EMPENHADO PELO ESTADO 1996	PAGO À COMPANHIA 1996 (1)	% EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1996	PAGO À COMPANHIA REF. RESTOS A PAGAR (2)	TOTAL PAGO À COMPANHIA 1996 (1 + 2)
01 - CEASA	998	793	79,46	253	1.046
02 - CEEE	348	348	100,00	-	348
03 - CEDIC	2.738	1.222	44,63	1.886	3.108
04 - CEDRO	138	81	58,70	5	86
05 - CESA	1.489	-	-	-	-
06 - CINTEA	4.662	3.700	79,37	1.502	5.202
07 - CTMR	2	1	50,00	-	1
08 - CORLAC	1.293	1.092	84,45	131	1.223
09 - CRT	180	162	90,00	20	182
10 - CORSAN	18.034	18.034	100,00	-	18.034
11 - CR-TUR	166	30	18,07	1.793	1.823
12 - COHAB	1.250	1.250	100,00	-	1.250
13 - PROCERGS	48	29	60,42	500	529
14 - ZOPERG	-	-	-	2.462	2.462
15 - PROGASA	-	-	-	6	6
TOTAIS	31.346	26.742	85,31	8.558	35.300

Fonte Sistema AFE - CAGE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Destaca-se que a empresa mais beneficiada foi a CORSAN, sendo destinatária de 57,53% dos valores empenhados.

Além destes valores, acha-se registrado, na Caixa Econômica Estadual na Rubrica 3211.0018 - Transferências à Autarquias para Despesas com Pessoal, um empenho no total de R\$ 9.203.173,30.

3.2.4 - DESTAQUES

O Sistema Empresarial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul estava constituído, em 31-12-96, por 20 (vinte) Empresas e 01 (uma) Autarquia que atuaram dentro das áreas Financeira, Infra-Estrutura, Econômica, Social e Outras.

Como já mencionado anteriormente, a Caixa Econômica Estadual, a CEASA e a ZOPERG não apresentaram as Demonstrações Contábeis.

Por apresentarem uma posição de destaque dentro do setor em que operam, foram escolhidas 04 (quatro) Entidades para serem analisadas detalhadamente no que se refere as suas demonstrações contábeis, situação econômico-financeira e realizações

Da Área Financeira, foi selecionado o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, em virtude da sua importância na utilização dos recursos captados e aplicados no implemento dos setores produtivos da economia no Estado

A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT e a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, ligadas à Área de Infra-Estrutura, foram escolhidas para serem analisadas isoladamente em virtude do importante papel que desempenham na economia do Estado, uma vez que são responsáveis pela implementação dos grandes projetos na área de energia, telecomunicações e saneamento.

3.2.4.1 - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, atuando sob a forma de Banco múltiplo, foi criado pelo Decreto nº 18.374, de 28-08-28, com Carta Patente nº 1.262 do Banco Central do Brasil. É uma Instituição Financeira com personalidade jurídica de Direito Privado sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Aberto. Está autorizado a operar nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, desenvolvimento e crédito mobiliário, bem como atuar como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado

O capital social do BANRISUL, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.076.937.384 ações sem valor nominal, sendo 538 468 692 ações ordinárias e 538.468 692 ações preferenciais. O Estado é detentor de 422.338.492 ações ordinárias e 42.490.789 ações preferenciais

O Banco é o administrador do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, sendo responsável pela liquidação das operações do Fundo junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, utilizando, inclusive, recursos próprios quando necessário.

B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

- 1. Demonstrações Financeiras pela Legislação Societária**
 - 1.1 - Balanço Patrimonial**
 - 1.2 - Demonstração do Resultado do Exercício**
- 2 Ata da Assembléia Geral dos Acionistas**
- 3. Relatório da Administração**
- 4. Notas Explicativas de Balanço**
- 5 Balanço Geral do Governo do Estado**

C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade considerando o período da gestão de 01-01-96 a 31-12-96

De acordo com o artigo nº 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação. Assim, de acordo com o artigo nº 176 da Lei nº 6404/76, foram consideradas para análise as seguintes peças contábeis:

C 1 - BALANÇO PATRIMONIAL

C 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A análise levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares e vinculação com outros organismos governamentais. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados.

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996.

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O QUADRO I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei nº 6404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO I	Em R\$ mil*										
	1992			1993			1994		1995		1996
GRUPOS	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92	
Ativo	3 030 549	3 053 250	1	5 005 587	64	13 285 729	166	9.871.279	-26	226	
Circulante	1 817 583	1 926 035	6	4 515 850	134	12 410 830	175	8 761 387	-29	382	
Realizável a Longo Prazo	950 110	888 697	-6	278 981	-69	653 819	134	902 866	38	5	
Permanente	262 856	238 517	-9	210 746	-12	231 079	10	207 026	-10	-21	
Investimentos	111 958	105 474	-5	94 491	-11	65 308	31	83 981	29	25	
Imobilizado	146 038	125.209	-14	108 908	-13	105 902	-3	77 663	-27	-46	
Diferido	5.860	6 834	17	7 347	8	59 870	725	45 382	-24	674	
Passivo e Patrimônio Líquido	3 030 549	3 053 250	1	5 005 587	64	13 285 729	166	9.871.279	-26	226	
Circulante	1 730 987	1 786 875	3	4 414 064	147	12 525 402	184	9 008 559	-28	420	
Exigível a Longo Prazo	670 583	634 721	-4	201 131	76	288 944	44	445 147	54	-49	
Resultado Exerc. Futuros	80	1	-99	5	400	14	180	36	157	-55	
Patrimônio Líquido	428 899	431.653	1	390 387	10	481.368	23	417 537	-13	-3	

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGW (Dezembro)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 1992 a 1996, constata-se que os valores ativos patrimoniais cresceram até 1995, quando foi atingido o percentual de acréscimo de 166%, sendo o mais elevado da série. Em 1996, houve uma redução de 26% relativamente ao exercício anterior, e um acréscimo de 226% em comparação com o primeiro ano da série.

Analisando-se a composição do patrimônio do BANRISUL, no exercício de 1996, temos que o investimento total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 9 871 279 mil, encontra substância no valor dos Capitais Próprios (R\$ 417.537 mil), financiando, em 4,23%, o Ativo Total, e o restante, em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na instituição.

Considerando-se, também, que o Ativo Circulante apresenta o maior volume de recursos, propiciando uma participação de 88,76% no Ativo Total, verifica-se um comportamento adequado às instituições financeiras, sendo que, no caso de um Banco Comercial, a quase totalidade de seu Ativo e de seu Passivo é exatamente composta por valores circulantes. Também, via de regra, os Ativos Permanentes das empresas do setor financeiro não são expressivos quando confrontados com o total das aplicações, o que se verifica neste caso, onde o Ativo Permanente do BANRISUL, no valor de R\$ 207.026 mil, representa apenas 2,10% do total das aplicações. Quanto aos recursos adquiridos a longo prazo, referentes, notadamente, a repasses de outras instituições oficiais de crédito e a valores aplicados no longo prazo, podemos constatar que representam, respectivamente, 4,51% e 9,15% do Ativo Total

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Capitais, conforme quadro a seguir, constata-se que os recursos próprios da empresa (Patrimônio Líquido)

financiaram a totalidade do Ativo Permanente e 23% das operações de longo prazo. Os restantes 77% do Ativo Realizável a Longo Prazo foram custeados pelo Passivo Exigível a Longo Prazo (50%) e pelo Passivo Circulante (27%).

Quanto aos 27% dos valores aplicados a longo prazo, que foram financiados com recursos de curto prazo, cabe ressaltar que o referido investimento utilizou 2,74% dos recursos circulantes, o que, entretanto, foi suficiente para comprometer a capacidade do Banco no pagamento das suas obrigações de curto prazo.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITALS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

QUADRO IV	ORIGEM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	Ativo Permanente	207 026	100							207 026	100
	Ativo Realizável a Longo Prazo	210 511	23	36	0	445 147	49	247 172	27	902 866	100
	Ativo Circulante							8 761 387	100	8 761 387	100
	TOTAL	417 537	4	36	0	445 147	5	9 008 559	91	9 871 279	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
 Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Cabe destacar, a seguir, as contas de maior relevância na composição dos grupos do Balanço Patrimonial responsáveis pela maior movimentação financeira no exercício de 1996.

1 - Ativo Circulante - 73,06% dos valores nele registrados está formado pelo subgrupo

1 1 - Títulos e Valores Mobiliários 73,06%
 (onde 95,59% são vinculados ao Bacen)

2 - Passivo Circulante - 95,07% dos valores nele registrados são formados pelos subgrupos.

2 1 - Obrigações por Empréstimos 66,69%
 (onde 99,39% são obrigações p/aquisição de títulos federais)

2 2 - Depósitos 28,38%
 (onde 51,60% são depósitos a prazo)

3 - Ativo Realizável a Longo Prazo - 83,58% dos valores nele registrados é formado pelo subgrupo "Operações de Crédito", em maior parte (96,79%) do Setor Privado

4 - Passivo Exigível a Longo Prazo - 61,06% dos valores nele registrados é formado por "Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais", em maior parte (54,94%) do BNDES

Ressalta-se que o Banco possui registrado nas contas "Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados ao Bacen" do Ativo e "Obrigações por Empréstimos - Obrigações por Aquisições de Títulos Federais" do Passivo o montante de R\$ 5 971 007 mil, referente às operações de troca de Letras Financeiras do Tesouro do Estado por Letras do Banco Central do Brasil (LBC)

Através da Resolução nº 2.081, de 24 de junho de 1994, o Banco Central do Brasil criou a possibilidade de troca de títulos estaduais por Letras do Banco Central, como forma de reduzir os custos adicionais de financiamentos para os Estados e facilitar a rolagem pelos Bancos Estaduais. O Banco passou a fazer uso desta faculdade, sendo que, o mecanismo de troca impõe que o Banco adquira as Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTE) do Fundo de Liquidez da Dívida Mobiliária do Estado (FLDME) e as contabilize no seu Ativo, registrando, desta forma, uma dívida cujo financiamento apenas intermediava.

No demonstrativo a seguir, tem-se a composição percentual do patrimônio do BANRISUL.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

GRUPOS	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
	%	%	%	%	%
Ativo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	59,98	63,08	90,22	93,34	88,76
Realizável a Longo Prazo	31,35	29,11	5,57	4,92	9,15
Permanente	8,67	7,81	4,21	1,74	2,10
Investimentos	3,69	3,49	1,89	0,49	0,85
Imobilizado	4,79	4,10	2,18	0,80	3,79
Diferido	0,19	0,22	0,15	0,45	0,46
Passivo e Patrimônio Líquido	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	57,12	58,52	88,18	94,21	91,26
Exigível a Longo Prazo	28,73	27,34	4,02	2,17	4,51
Resultado Exerc. Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	14,15	14,14	7,80	3,62	4,23

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Analisando-se o comportamento dos percentuais apresentados ao longo da série, temos que, no último triênio, os valores circulantes (Ativo e Passivo) representaram, em média, em torno de 90% do total dos valores patrimoniais, os valores ativos a longo prazo representaram uma média de 6,5%, os valores passivos situaram-se em torno de 3,6%, o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido atingiram 2,7% e 5,2% respectivamente

A seguir, desdobram-se os saldos dos grupos "Circulante" e "de Longo Prazo" para uma melhor análise do comportamento da Empresa.

BANRISUL SALDO DO ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO EXCETO RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS PERÍODO DE 1992/1996

ESPÉCIE	Em R\$ mil)*									
	1992		1993		1994		1995		1996	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Disponibilidades	9 121	-	51 979	2	29 698		47 474		33 020	
Oper Crédito	1 475 708	55	1 469 403	54	1 215 589	27	1 504 716	12	1 688 437	18
Aplic Merc Aberto	796 880	30	979 815	36	384 792	8	5 343 621	42	923 289	10
Tít Val Mobíl	291 114	11	138 440	5	2 829 991	62	5 754 035	45	6 398 163	69
Outros	97 823	4	89 540	3	77 209	2	173 592	1	246 247	3
TOTAL	2 670 646	100	2 729 177	100	4 537 279	100	12 823 438	100	9 289 156	100

Fonte: Balanços do BANRISUL

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, cuja participação vinha decrescendo no biênio 92/93, deram um salto de 5% (1993) para 62% (1994) do montante das aplicações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo. Em 1995, houve uma queda de 17 pontos percentuais nessa participação. Entretanto, em 1996, houve novo salto para 69%. Tal fato, como já mencionado anteriormente, deve-se à rolagem da Dívida Mobiliária do Estado que, a partir de 1994, é feita através da troca de Letras Financeiras do Tesouro do Estado, adquiridas pelo Banrisul, por Letras do Banco Central do Brasil.

As aplicações no Mercado Aberto e em Operações de Crédito decresceram, em 1996, suas participações em 20 e 37 pontos percentuais, respectivamente, em comparação com o primeiro ano da série.

Quanto aos saldos relativos às origens dos capitais, constata-se que houve alteração nas fontes de financiamento, como se demonstra a seguir

ORIGEM	1992		1993		1994		1995		1996	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	Em R\$ mil*									
Depósitos à Vista	189 869	7	125 290	5	272 930	6	303 278	2	499 411	5
Depósitos de Poupança	231 003	9	346 479	13	483 248	11	521 026	4	899 603	6
Depósitos à Prazo	637 336	24	803 920	30	780 968	17	1 082 489	9	1 471 042	16
Dep Interfinanceiros	54 478	2	83 175	3	176 665	4	143 041	1	138 607	2
Cap Merc Aberto	205 121	8	58 502	2	69 247	1	5 050 412	40	123 587	1
Obrig por Empréstimos	1 039 668	39	975 717	36	2 346 192	51	5 146 296	40	6 007 636	64
Outras Obrigações	298 653	11	312 684	11	469 603	10	546 030	4	574 949	6
TOTAIS	2 656 128	100	2 704 772	100	4 588 863	100	12 805 572	100	9 414.835	100

Fonte: Balanços do BARRISUL
 * Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Dezembro)
 Cálculos Equipe Técnica - TOE/RS

Destaca-se que as obrigações por empréstimos representaram os meios de pagamentos mais significativos ao longo da série, atingindo a maior participação, em 1996, com 64%. Em 1996, tais meios representaram, juntamente com os Depósitos a Prazo, ambos com percentuais respectivos de 64% e 16%, as duas principais fontes de recursos, atingindo 80% do montante captado pelo Banco a curto e a longo prazo.

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei nº 6404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o resultado econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais

O QUADRO II a seguir contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o resultado da atividade operacional e não operacional da Empresa, bem como o Lucro Líquido do exercício:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
 PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92
Receitas Operacionais	6 146 715		8 104 621	32	3 890 061	-52	1 461 540	-62	1 075 007	-26	-83
Despesas Operacionais	5 772 700		7 458 219	29	3 536 226	-53	1 388 794	-61	1 131 438	19	80
Resultado Operacional	374 015		646 402	73	353 835	-45	72 746	-79	56 431		
Receitas não Operacionais			828		3 006 263		1 874	-38			
Despesas não Operacionais	819								3 686		350
Resultado Correção Monetária	299 194		-456 168	52	208 124	54	-48 464	-77			
Reversão da Prov I R /Contrib Social	11 311		20 157	78	96 993	381	12 428	87	+32 614		
Participações e Contribuições	4 773		10 626	123	10 154	-4					
Lucro/Prejuízo do Exercício	57 919		160 279	177	41 570	74	13 728	67	27 503		

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TOE/RS

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período

No exercício que está sendo examinado, o BANRISUL apresentou um Prejuízo Operacional de R\$ 56 431 mil, resultante da diferença entre as Receitas Operacionais de R\$ 1 075 007 mil e as Despesas Operacionais de R\$ 1.131.438 mil.

As reversões das Contas Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 32 614 mil) reduziram em aproximadamente 54% o resultado negativo do exercício

O resultado da atividade operacional e não operacional, considerando-se as reversões, pode ser evidenciado da seguinte forma:

	Em R\$ mil
Prejuízo Operacional ..	-56 431
Despesas Não Operacionais	-3 686
Prov I R /Contrib Social ..	<u>+32 614</u>
Prejuízo do Exercício	-27 503

As principais receitas e despesas do BANRISUL são oriundas da intermediação financeira, destacando-se as Operações de Crédito que representam 68,94% das mencionadas receitas. Quanto às despesas, as mesmas estão compostas, em 66,35%, por Operações de Captação no Mercado.

Analisando-se o comportamento dos valores apresentados no Quadro II, verifica-se que as Receitas e as Despesas Operacionais apresentaram sensíveis reduções

a partir de 1994, culminando com os decréscimos de 83% e 80%, respectivamente, comparadas ao primeiro ano da série (1992). Tais fatos ocorreram no período de atuação do Plano Real implantado a partir de 01-07-94

Cabe destacar o fato de que as receitas operacionais, a partir de 1994, decresceram mais do que as despesas operacionais, salientando-se, em especial, o exercício de 1996, onde as despesas sofreram uma redução de 19% contra uma receita a menor de 26% em relação ao exercício anterior, o que tem reflexo direto no resultado do exercício em análise.

Conforme explicitado no Parecer dos Auditores Independentes (Nota 4), o Banco deixou de reconhecer, como despesa do exercício de 1995, o montante de R\$ 46.577 mil referente ao Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário - PLAV, diferindo o mesmo, conforme faculta a Circular nº 2.582/85 do BACEN, com amortização linear em até 10 (dez) semestres a partir de janeiro/96.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996, foi apropriado como amortização o valor de R\$ 9.316 mil. Conseqüentemente, o resultado do exercício findo (1996) está demonstrado a menor em R\$ 9.316 mil (a maior em R\$ 46.577 mil em 1995), e o Patrimônio Líquido está demonstrado a maior em R\$ 37.263 mil (R\$ 46.577 mil em 1995).

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do resultado em relação às Receitas Operacionais:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

GRUPOS	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
	%	%	%	%	%
Receitas Operacionais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas Operacionais	93,92	92,02	90,90	95,02	105,25
Resultado Operacional	6,08	7,98	9,10	4,98	-5,25
Receitas não Operacionais	-	0,01	0,08	0,13	-
Despesas não Operacionais	0,01	-	-	-	0,34
Resultado Correção Monetária	-4,87	-5,63	-5,35	-3,32	-
Prov I R /Contr Social	0,18	0,25	2,49	0,85	-3,03
Participações e Contribuições	0,08	0,13	0,26	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	0,94	1,98	1,07	0,94	-2,56

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto ao gerenciamento das receitas e despesas, o pior resultado operacional do período 1992/1996 (-5,25%) foi obtido em 1996, quando as despesas representaram o maior percentual em relação às receitas operacionais. Entretanto, as reversões da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social contribuíram significativamente para que o prejuízo do exercício fosse reduzido em 54,25%

No exercício sob análise, as despesas operacionais representaram 105,25% e, conseqüentemente, o resultado operacional resultou negativo em -5,25%

D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

D.1.1 - Capital Circulante

As modificações da posição financeira de uma empresa são representadas pelo aumento ou redução do Capital Circulante Líquido determinado pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
DISPONIBILIDADES
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1992/1996

GRUPO	Em R\$ m1*										
	ANO	1992		1993		1994		1995		1996	
		VALOR	VARIACÃO %	VALOR	VARIACÃO %	VALOR	VARIACÃO %	VALOR	VARIACÃO %	VALOR	VARIACÃO %
Disponibilidades		9 121	51 979	469,87	28 965	44 27	47 474	63 90	33 030	-30 43	262 13

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A análise do quadro demonstra que, no exercício de 1993, as disponibilidades, em relação ao ano imediatamente anterior, aumentaram, consideravelmente, em torno de 469,89%

Já no exercício em análise, as disponibilidades, relativamente ao ano anterior (1995), sofreram uma redução de 30,43%

D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei nº 6404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Desta forma, utilizando-se os dados do QUADRO I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1992/1996

INDICADORES	1992	1993	1994	1995	1996
Liquidez Corrente	1,05	1,08	1,02	0,99	0,97
Solvência Geral	1,16	1,16	1,08	1,04	1,04
Endividamento	0,86	0,86	0,92	0,96	0,96
Garantia do Capital de Terceiros	0,16	0,16	0,08	0,04	0,04
Imobilização do Capital Próprio	0,61	0,55	0,54	0,48	0,50
Liquidez Geral	1,06	1,07	1,04	1,02	1,02

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O cálculo dos índices da análise financeira, obtidos dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/1996, indicam que o Banco não apresenta capacidade para o pagamento das suas obrigações de curto prazo. Para cada R\$ 100,00 de dívida de curto prazo, tem-se aproximadamente R\$ 97,00 de moeda circulante

Considerando-se os cinco anos, verifica-se que o cálculo da Liquidez Corrente (em que são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante) apresentou, até 1994, uma situação satisfatória entre os valores positivos e os valores negativos dos seus bens numerários, isto é, entre a conversibilidade de seus

créditos em moeda corrente para saldar seus débitos de curto prazo Até 1994, o índice de Liquidez Corrente estabilizou-se em torno de 1

O nível de Endividamento, no período examinado, aumentou nos três últimos exercícios, comparado com a média de 0,86 apresentada no biênio 1992/1993 O endividamento da Entidade, em 31-12-96, demonstrado pela relação estabelecida entre o total dos capitais de terceiros aplicados no valor de R\$ 9 453 706 mil e o Ativo Total no valor de R\$ 9.871 279 mil, foi de 0,96 Portanto, o Grau de Endividamento do Banco, em 1996, foi de 96%, significando que, para cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 96,00 foram adquiridos com recursos de terceiros Esta situação pode ser considerada normal, em se tratando de um Banco comercial.

A Liquidez Geral, que mede a capacidade de pagamento no curto e longo prazos, apresentou, em 1996, o índice de 1,02. Esta situação pode ser considerada satisfatória, tendo em vista o tipo de atividade da Empresa

A garantia oferecida pelos Capitais Próprios aos de Terceiros manteve-se, no período 1992/1993, em torno de 16% No exercício sob exame, esta garantia diminuiu para 4%, o que implica que, para cada R\$ 100,00 de Capitais de Terceiros, o Banco dispunha de R\$ 4,00 de Capitais Próprios.

Quanto à Imobilização do Capital Próprio, verifica-se que o Ativo Permanente absorveu, em 1996, uma parcela menor do Patrimônio Líquido (50%), se comparado com os exercícios anteriores, à exceção de 1995

Em geral, os indicadores demonstraram uma queda na posição financeira da Empresa

Economicamente, também, verificou-se, em 1996, um decréscimo na situação apresentada pelo BANRISUL, conforme analisado a seguir

D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir da Demonstração do Resultado do Exercício A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa numa análise de tendência dos últimos cinco exercícios

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
ANÁLISE ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1992/1996

Em percentuais

INDICADORES	1992	1993	1994	1995	1996
Lucratividade:					
Operacional	6,08	7,98	9,10	4,98	-
Líquida	0,94	1,98	1,07	0,94	-
Rentab. do Capital Próprio:					
Operacional	35,70	48,11	61,14	14,87	-
Líquida	5,53	11,93	7,18	2,81	-
Taxa de Retorno de Investimentos	0,78	1,69	0,56	0,10	-

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O Cálculo da Lucratividade Operacional e da Lucratividade Líquida estabelece a relação entre o Lucro Operacional e o Lucro Líquido com a Receita Operacional.

A Rentabilidade do Capital Próprio estabelece o retorno dos recursos próprios investidos na empresa, e a Taxa de Retorno de Investimento demonstra a capacidade que os ativos apresentam de gerar lucros, medindo a eficiência com que os recursos foram utilizados.

Referentemente ao exercício em exame (1996), tendo em vista os resultados operacionais e do exercício terem sido negativos, deixamos de calcular os índices econômicos retromencionados.

No caso da taxa de retorno sobre o investimento, esta atingiu, em 1993, 1,69%, sendo que, nos demais exercícios (1994/1995), foi inferior a 1%. No exercício em questão (1996), conforme explicitado anteriormente, pelo resultado negativo, não existe esta perspectiva de retorno.

E - REALIZAÇÕES

O quadro a seguir evidencia a evolução dos saldos de empréstimos e financiamentos realizados pelo BANRISUL no período de 1992 a 1996:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BARRISUL
 APLICAÇÕES SALDOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR SETORES
 PERÍODO DE 1992/1996

SETORES	Em R\$ mil*									
	Em 31.12.92		Em 31.12.93		Em 31.12.94		Em 31.12.95		Em 31.12.96	
	VALOR	%								
PRIVADO	588 189	43	621 110	46	823 774	74	1 087 064	79	1 371 628	81
Industrial	287 868	21	256 860	19	308 058	35	516 738	38	630 059	37
Comercial	65 494	5	93 827	7	179 037	16	246 061	18	219 072	13
Rural	140 646	10	100 080	7	86 971	8	130 320	9	154 688	9
Outros	94 181	7	170 343	13	169 708	15	193 945	14	367 869	22
PÚBLICO	710 502	53	634 639	47	59 511	5	56 083	4	78 392	5
Governo Federal	21 411	2	17 599	1	11 231	1	8 986	1	7 402	1
Governo Estadual	619 257	46	588 337	42	31 042	3	20 655	1	53 293	3
Governo Municipal	69 695	5	58 688	4	16 262	1	26 049	2	17 697	1
Empresas	139		15		976		393		-	
Outros										
PESSOAS FÍSICAS	52 619	4	89 327	7	232 177	21	233 071	17	239 417	14
TOTAL	1 351 310	100	1 345 076	100	1 115 462	100	1 376 218	100	1 688 437	100

Fonte: Departamento de Inspeção e Auditoria - BARRISUL

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGI (Dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Verifica-se que, na série examinada (92/96), a maior parte dos saldos de empréstimos e financiamentos, até 1993, está concentrada no Setor Público (especialmente no Governo Estadual). Já a partir de 1994, houve preponderância significativa destes saldos no Setor Privado, os quais representaram percentuais acima de 70% na composição total, resultando que, em 1996, o referido Setor deteve 81%, enquanto o Setor Público e as Pessoas Físicas situaram-se em 5% e 14% respectivamente.

No Setor Privado, destaca-se o segmento industrial que representou 37% (R\$ 630.059 mil) do montante registrado (R\$ 1 688 437 mil).

No Setor Público, o governo Estadual deteve 3% do referido montante, e os governos municipais e Federal, menos de 2% cada um.

A diminuição da participação do Setor Público nos empréstimos e financiamentos deve-se à Lei nº 8 727, de 05 de novembro de 1993, que autorizou a rolagem das dívidas dos Estados, Municípios, Empresas Públicas e de Economia Mista, sendo dispensada a intermediação do Banco em tais operações.

Desta forma, o saldo das Operações de Crédito concentrou-se, a partir de 1994, no Setor Privado, sendo que as Operações de Crédito, acrescidas ao segmento pessoas físicas, representaram percentuais acima de 90% do total dos saldos de empréstimos e financiamentos.

3.2.4.2 - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, criada pela Lei nº 4.356 de 13-09-61, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista com capital autorizado de 380.000.000 de ações. Destas ações, estão subscritas e integralizadas somente 51,11%, ou seja, 194.234.134 (190.233.792 ações ordinárias e 4.000.342 ações preferenciais), sendo que o Estado do Rio Grande do Sul é detentor de 54,09% do capital votante. A Empresa, com personalidade jurídica de direito privado, é supervisionada pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. A Companhia tem como objetivo projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, e serviços correlatos à realização de suas finalidades principais, inclusive a importação de materiais e equipamentos de energia elétrica para uso próprio

B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

1. Demonstrações Financeiras

1.1 - Balanço Patrimonial

1.2 - Demonstração do Resultado do Exercício

1.3 - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

2. Relatório da Administração

3. Notas Explicativas de Balanço

4. Balanço Geral do Governo do Estado

C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período de gestão de 01-01-1996 a 31-12-1996.

De acordo com o Artigo nº 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação Assim, de acordo com o artigo nº 176 da Lei nº 6404/76, foram consideradas para análise as seguintes peças contábeis

C 1 - BALANÇO PATRIMONIAL

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O trabalho levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996 (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício)

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O QUADRO I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei nº 6404/76, e referentes aos últimos cinco exercícios

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

Em R\$ mil*

QUADRO I	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/96	
Ativo	7 284 392	6 745 896	7	5 619 834	17	6 071 669	8	5 619 282	7	-23	
Circulante	274 443	430 792	57	358 547	17	486 213	36	529 664	9	93	
Realizável a Longo Prazo	13 118	12 016	8	19 877	66	52 079	162	86 654	66	561	
Permanente	6 996 831	6 303 087	10	5 241 409	17	5 533 376	6	5 002 964	10	28	
Investimentos	38 944	36 659	6	33 418	9	42 460	27	41 922	1	8	
Imobilizado	5 656 055	5 066 957	10	4 198 852	-17	5 479 831	31	4 956 379	10	12	
Diferido	1 301 933	1 199 471	-8	1 009 139	16	11 086	99	4 663	58	100	
Passivo e Patrimônio Líquido	7 284 392	6 745 896	7	5 619 834	17	6 071 669	8	5 619 282	7	23	
Circulante	2 451 267	1 493 787	39	773 636	-48	837 162	8	861 000	3	65	
Exigível a Longo Prazo	1 317 911	1 222 201	7	1 382 132	13	1 931 625	40	2 238 338	16	70	
Resultado Exerc. Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio Líquido	3 515 214	4 029 908	15	3 464 066	14	3 302 881	5	2 519 944	24	28	

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGN (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Assim, nota-se que, a preços de 1996, o Ativo Total teve um decréscimo de 7% em relação ao exercício anterior e de 23% em relação ao exercício de 1992. Semelhantemente, o Ativo Permanente demonstra um decréscimo de 10% em relação ao exercício anterior e de 28% em relação ao exercício de 1992.

O Ativo Imobilizado está subdividido em "Imobilizado em Serviço" e "Imobilizações em Curso" e representa 99,07% do Ativo Permanente e 88,20% do Ativo Total.

Dentre o Imobilizado em Serviço, cuja soma é de R\$ 6.651.580 mil, desprezada a parcela relativa à depreciação, destaca-se a conta "Máquinas e Equipamentos" no valor de R\$ 5.332.832 mil (80,17%).

Do total dos débitos para com fornecedores, 69,10% (correspondente a R\$ 62.032 mil) representava dívida da Cia. junto à ELETROSUL e à ITAIPU em função da aquisição de energia elétrica.

A dívida da Companhia, em 31-12-96, referente aos empréstimos e financiamentos, estava assim constituída:

Em R\$ mil				
MOEDA	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	SOMA	%
Nacional	181.957	728.757	910.714	55,03
Estrangeira	186.715	557.524	744.239	44,97
TOTAL	368.672	1.286.281	1.654.953	100,00

Verificou-se, desta forma, que 55,03% do total dos empréstimos e financiamentos foram em moeda nacional.

As garantias oferecidas para os empréstimos e financiamentos foram as seguintes:

GARANTIA	Em R\$ mil	%
Caução arrec. rec. oper. junto ao BANRISUL	878.771	53,10
Governo da República Federativa do Brasil	273.077	16,50
Alienação Fiduciária Bens Financ. e Gov. Est. do RS	257.476	15,56
Sem garantia ou fiança	8.840	0,53
Outras	236.789	14,31
TOTAL	1.654.953	100,00

Estes empréstimos e financiamentos representavam:

GRUPO	TOTAL DO GRUPO EM R\$ MIL	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONSTANTES NOS GRUPOS	% S/TOTAL DO GRUPO
Passivo Circulante	861.000	342.709	39,80
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.238.338	1.286.281	57,47
Passivo Total	3.099.338	1.628.990	52,56

O Passivo da Companhia estava constituído por 27,78% de obrigações de curto prazo e 72,22% de longo prazo.

Comparando a relação destes capitais com o Ativo da Empresa, tem-se a seguinte situação:

ANO	Em %		
	CAPITAIS DE TERCEIROS	CAPITAIS PRÓPRIOS (PATRIMÔNIO LÍQUIDO)	TOTAL
1992	51,74	48,26	100,00
1993	40,26	59,74	100,00
1994	38,36	61,64	100,00
1995	45,66	54,34	100,00
1996	55,16	44,84	100,00

A participação dos Capitais de Terceiros no financiamento do Ativo da Empresa, conforme se constata no demonstrativo acima, de 1992 a 1994, vinha decrescendo. No entanto, a partir de 1995, voltou a apresentar crescimento, chegando a 55,16% no exercício em análise (1996)

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei nº 6.404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o resultado econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais.

O QUADRO II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o resultado da atividade Operacional e não-Operacional da Empresa, bem como o lucro/prejuízo apresentado no exercício.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92
Receitas Operacionais	1.212.535	6	1.285.752	6	1.208.449	-6	1.081.716	10	1.300.340	20	7
Despesas Operacionais	11.845.970	28	8.480.891	28	3.643.465	-57	1.997.360	-56	1.824.227	34	-85
Resultado Operacional	10.633.436	-32	4.384.861	-32	-2.435.016	-66	-915.644	-79	-523.887	2	-95
Receitas não Operacionais	5.623	8	6.894	8	6.673	10	4.628	-31	6.318	37	12
Despesas não Operacionais	9.209	277	34.763	277	19.960	-43	8.308	-58	11.237	35	22
Resultado Correção Monetária	9.040.581	-33	6.013.822	-33	2.554.730	-58	369.963	-84	-	-	-
Prov. I.R./Contrib. Social	-	-	-	-	-	-	6.440	-	-	-	-
Participações e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-1.595.441	-24	-1.208.985	-24	106.427	-	-125.800	-	-528.805	320	-67

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O crescimento de 20% da Receita Operacional, no exercício em análise, em relação ao exercício anterior, deve-se, principalmente, ao crescimento de 3,6% (534 GWH) de energia vendida, ao último aumento da tarifa concedido à CEEE, a partir de novembro de 1995, através da Portaria DNAEE 442/95 e à eliminação parcial dos descontos praticados.

Com relação ao Quadro II, no que se refere ao Resultado Operacional, denota-se que a Companhia sempre apresentou prejuízos operacionais ao longo da série apresentada (1992 a 1996)

Ressalta-se, com relação ao exercício de 1995, que por força do que determinou a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em 13-11-96, a Companhia republicou o seu Balanço. A referida determinação ocorreu em virtude da CVM não aceitar o critério de contabilização de parte dos registros efetuados como Ajustes de Exercícios Anteriores, debitados diretamente a Prejuízos Acumulados, relativos ao provisionamento das contingências trabalhistas ajuizadas antes de 31-12-94, e dos Encargos Adicionais referentes ao período de 1992 a 1994, decorrentes da renegociação da dívida no âmbito do Clube de Paris (Bancos Franceses), determinando que o registro de tais fatos transitasse pelo Resultado do Exercício de 1995.

Como consequência, o lucro findo em 31 de dezembro de 1995, anteriormente reportado em R\$ 3.107 mil, resultou em prejuízo de R\$ 113.236 mil, valores esses, não inflacionados

Os Prejuízos Acumulados, conforme demonstrado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Companhia, foram absorvidos pelas Reservas de Capital

No exercício sob exame, os itens componentes da Despesa Operacional tiveram a seguinte participação na Receita Operacional Líquida

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil	%
Receita Operacional Líquida	1 300 340	100,00
Despesas Operacionais.		
Pessoal	421 315	32,40
Material	16 589	1,28
Serviço de Terceiros	54 065	4,16
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	358 586	27,58
Depreciação e amortização	239 297	18,40
Prov p/complem Aposent Ex-Autárq	388 182	29,85
Outras Despesas	130 008	10,00
Despesas Financeiras Líquidas	216 185	16,63
Total	1 824 227	140,30

As Despesas Operacionais mais significativas aconteceram nos gastos com Pessoal, Prov para Complem Aposent Ex-Autárq (Lei Estadual nº 3096/56) e na Compra de Energia para Revenda, cujas participações, em relação ao total da Receita Operacional Líquida, atingiram, respectivamente, 32,40%, 29,85% e 27,58%, somando R\$ 1 168 083 mil.

Relativamente à energia elétrica comprada para revenda, houve um acréscimo de 848 GWh adquiridos, equivalente a mais 6,90% sobre o volume adquirido no exercício anterior

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do Resultado em relação às Receitas Operacionais:

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

Em percentuais

GRUPOS	1992	1993	1994	1995	1996
	%	%	%	%	%
Receitas Operacionais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas Operacionais	976,96	659,03	301,50	147,67	140,29
Resultado Operacional	-876,96	-559,03	-201,50	-47,67	-40,29
Receitas não Operacionais	0,46	0,47	0,55	0,43	0,49
Despesas não Operacionais	0,76	2,70	1,65	0,77	0,86
Resultado Correção Monetária	745,59	467,30	211,41	36,97	-
Prov. I.R. /Contr.Social	-	-	-	0,60	-
Participações e Contribuições	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-131,66	-93,96	8,81	-11,63	-40,67

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Do quadro acima, verifica-se que, embora tenha havido uma variação a menor de 7,38% em relação a 1995 (percentual este que se apresenta como o menor da série apresentada), a despesa operacional ultrapassou, em 40,29%, a receita operacional do exercício de 1996.

C.3 - DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido - CCL no exercício de 1996 com relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV, alínea "d" do Artigo 188 da Lei nº 6404/76:

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

GRUPOS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FINAL DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO
Ativo Circulante	444.692	529.664	84.972
Passivo Circulante	765.671	861.000	95.329
Ativo Circulante Líquido	-320.979	-331.336	-10.357

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Incorporando-se à presente análise os valores tabulados do QUADRO III, verifica-se que a estrutura de capital da Empresa, que estava financiando o Ativo Total, apresentava a seguinte situação:

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

QUADRO III APLICAÇÃO	ORIGEM		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Permanente	2 519 944	50			2 238 338	45	244 682	5	5 002 964	100
Ativo Realizável a Longo Prazo							86 654	100	86 654	100
Ativo Circulante							529 664	100	529 664	100
TOTAL	2 519 944	45			2 238 338	40	861 000	15	5 619 282	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Assim como nos três exercícios anteriores, em 1996, o Ativo Circulante e o Ativo Realizável de Longo Prazo foram totalmente financiados por Capitais de Terceiros tomados a curto prazo

Os Capitais Próprios e a totalidade dos recursos obtidos com empréstimos de longo prazo financiaram, respectivamente, 50,00% e 45,00% do Ativo Permanente da CEEE, e os restantes 5,00% originaram-se de Capitais de Terceiros alocados a curto prazo

Se todas as dívidas inscritas no Passivo Circulante fossem cobradas, o Ativo Circulante seria suficiente para fazer frente a apenas 61,52% dos compromissos de curto prazo

D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

D.1.1 - Capital Circulante

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulante, em 31-12-1996, evidenciou uma análise financeira de curto prazo desfavorável

O cálculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar.

No caso específico da Entidade, e utilizando-se os valores do Quadro I, emerge uma situação negativa na condução da aplicação dos capitais de giro no processo produtivo.

Com base no QUADRO I e examinando o demonstrativo a seguir, constatou-se que, ao longo dos últimos cinco anos, as disponibilidades a curto prazo não foram suficientes para cobrir os compromissos no mesmo período, o que fez com que a Companhia viesse operando sem capital de giro próprio.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
CAPITAL DE GIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
1992/1996

	Em R\$ mil*
1992	-2.176.824
1993	-1.062.995
1994	-415.089
1995	-350.949
1996	-331.336

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Cálculos. Equipe Técnica - TCE/RS

O montante do Capital Circulante Líquido continuou negativo, embora tenha apresentado uma variação positiva de 5,59% em relação ao exercício de 1995

D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Desta forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada:

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1992/1996

INDICADORES	1992	1993	1994	1995	1996
Liquidez Corrente	0,11	0,29	0,46	0,58	0,62
Solvência Geral	1,93	2,48	2,61	2,19	1,81
Endividamento	0,52	0,40	0,38	0,46	0,55
Garantia do Capital de Terceiros	0,93	1,48	1,61	1,19	0,81
Imobilização do Capital Próprio	1,99	1,56	1,51	1,68	1,99
Liquidez Geral	0,08	0,16	0,18	0,19	0,20

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O cálculo dos índices da análise financeira, obtido dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31-12-1996, propiciam um entendimento de que a Empresa não apresentava capacidade para o pagamento das suas obrigações de curto prazo

A Liquidez Corrente, obtida pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, vem apresentando, nos últimos cinco anos, coeficientes inferiores à unidade, confirmando, assim, a falta de capital de giro da CEEE. Neste último exercício, para cada R\$ 100,00 de dívida a curto prazo, a Companhia possuía R\$ 62,00, entre disponibilidades e créditos de curto prazo, para o seu resgate.

Já o Índice de Liquidez Geral, resultante da relação entre as disponibilidades, bens e direitos realizáveis do Ativo Circulante, bem como os valores do Realizável a Longo Prazo e o Endividamento Total da Empresa, demonstrou que os recursos disponíveis, somados à totalidade dos créditos, eram insuficientes quando confrontados com os compromissos da CEEE. Cabe salientar que esta situação foi uma constante nos últimos 5 anos. Para cada R\$ 100,00 de compromissos a curto e longo prazos a Companhia dispunha, em 1996, de apenas R\$ 20,00 em moeda ou em bens e direitos conversíveis em moeda a curto e longo prazos.

O Grau de Endividamento da Companhia, medido através da relação entre os recursos de terceiros nela aplicados e o Ativo Total, acusou um percentual de 55%, significando que em cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 55,00 correspondiam a Capitais de Terceiros.

A Garantia dos Capitais de Terceiros, apurada através do quociente entre o total dos Capitais Próprios e o resultante das dívidas da Empresa, acusou uma margem de garantia de 81%. Assim, para cada R\$ 100,00 de dívida, os recursos próprios da Companhia cobrem R\$ 81,00.

O Grau de Imobilização do Capital Próprio sofreu um acréscimo em relação a 1995, tendo atingido, no exercício sob análise, 199%, mostrando que a totalidade dos recursos próprios não foi suficiente para financiar todo o Ativo Permanente

D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ANÁLISE ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1992/1996

INDICADORES	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
Lucratividade					
Operacional	-	-	-	-	-
Líquida	-	-	8,81	-	-
Rentab. do Capital Próprio					
Operacional	-	-	-	-	-
Líquida	-	-	2,07	-	-
Taxa de Retorno de Investimentos	-	-	1,28	-	-

Forte Balanço Geral da Sociedade
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Tendo em vista os Resultados Operacionais e Líquidos Negativos nos exercícios de 1992, 1993, 1995 e 1996, deixamos de calcular os índices econômicos retromencionados Verifica-se, entretanto, no exercício de 1994, índices bastante modestos.

E - CONSUMO DE ENERGIA

Historicamente, é a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE que fornece a quase totalidade da energia consumida no Estado do Rio Grande do Sul.

CEE - EVOLUÇÃO DO CONSUMO POR CLASSE PERÍODO 1991/1996

ANOS	RESIDENCIAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL		RURAL (1)		OUTROS (2)		TOTAL	
	WWh	%	WWh	%	WWh	%	WWh	%	WWh	%	WWh	%
1991	3 470 630		4 804 869		1 573 101		1 306 284		1 296 516		12 350 400	
1992	3 519 541	1,41	4 680 954	3,90	1 647 783	4,75	1.295.226 (0,85)		1.365.262	5,38	12 508 366	2,35
1993	3 631 619	3,18	5 142 727	9,87	1 731.821	5,10	1.336.913	3,22	1.424.856	4,36	13 267 896	6,07
1994	3.808 000	4,85	5.409 000	5,17	1.805 000	4,27	1 434 000	7,26	1 474 000	3,57	13 931 000	5,00
1995	4 193 000	10,10	5 623 000	3,90	2.000 000	10,70	1.536 000	7,10	1.561 000	5,76	14 913 000	7,05
1996	4 486 311	7,28	5 663 015	0,71	2 353 054	7,65	1.494 016 (2,73)		1 633 953	4,67	15 442 349	3,95

FONTE: CEP - Coordenadoria de Programação e Acomodamento

(1) Rural Pastoral + Rural Cooperativa Rural + Outras Coletividades Rurais + Indústria Rural

(2) Poder Público + Iluminação Pública + Serviços Públicos + Consumo Próprio + Controle de Obras + Fornecimento a Concessionários

O acréscimo no consumo de energia pelas diferentes classes de consumidores teve uma variação percentual total de 3,55% no exercício sob análise, das quais destacam-se os segmentos residencial e comercial, que obtiveram, respectivamente, 7,28% e 7,65% de incremento no ano.

F - NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número total de consumidores aumentou 2,79% em 1996, tendo como base o exercício anterior, conforme se demonstra a seguir.

CEEV EVOLUÇÃO DOS CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO PERÍODO 1991/1996

Quadro V Em Unidades

ANOS	RESIDENCIAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL		RURAL		OUTROS		TOTAL	
	VAR	%	VAR	%	VAR	%	VAR	%	VAR	%	VAR	%
1991	1 879 701		39 339		186 955		205 534		20 253		2 331 782	
1992	1 936 427	3,02	40 656	3,35	191 334	2,34	213 704	3,98	21 007	3,72	2 403 128	3,06
1993	2 019 356	4,28	42 457	4,43	201 131	5,12	220 448	3,16	21 689	3,25	2 505 081	4,24
1994	2 088 351	3,42	44 838	5,61	210 027	4,42	225 966	2,50	22 233	2,51	2 591 415	3,45
1995	2 137 642	2,36	47 650	6,27	218 576	4,07	229 979	1,78	22 692	2,07	2 656 539	2,51
1996	2 210 735	3,42	49 134	3,11	226 912	3,81	220 468	-4,14	23 347	2,89	2 730 596	2,79

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Rural Agro-Pastoril + Rural Cooperativa Rural + Outras Coletividades Rurais + Indústria Rural

(2) Poder Público + Iluminação Pública + Serv. Públicos + Consumo Próprio + Canteiro de Obras + Fornecimento a Concessionários

Constatou-se que, em 1996, a participação percentual de cada classe de consumidores no total teve o seguinte comportamento

Residencial	- 80,96%
Industrial	- 1,80%
Comercial	- 8,31%
Rural	- 8,07%
Outros	- 0,86%

Num comparativo envolvendo a relação Mwh/consumidor, referente a 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996 temos

CONSUMO/CLASSE

ANO	RESID	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	OUTROS	TOTAL
1992	1,82	115,13	8,61	6,06	64,99	5,21
1993	1,80	121,13	8,61	6,06	65,69	5,30
1994	1,82	120,63	8,60	6,34	66,39	5,37
1995	1,96	118,01	9,15	6,68	68,79	5,61
1996	2,03	115,25	9,48	6,77	69,98	5,65

Nota: Dados obtidos segundo a relação entre os Quadros IV e V

Verificou-se que a média de consumo por consumidor, em cada classe, cresceu no exercício e no quinquênio, exceto quanto à classe industrial que, nos exercícios de 1995 e 1996, decresceu 2,17% e 2,34% respectivamente

G - GERAÇÃO

No período compreendido entre 1992 e 1996, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE vem tendo dificuldades para manter o nível de investimentos que a geração de energia requer para o atendimento da demanda do Estado. Frente a esta situação, tem aumentado a dependência da Companhia em relação ao fornecimento de energia por terceiros. Esta dependência tende a crescer se a estatal não aumentar seus investimentos no setor, pois, em 1996, enquanto o consumo (em Mwh) cresceu 3,55%, a disponibilidade de energia - geração própria - decresceu 4,26%, conforme se demonstra:

CEEE DISPONIBILIDADE DE ENERGIA GERAÇÃO
PERÍODO 1991/1996

Quadro VI Em Gwh

ANOS	HIDRO		TÉRMICA		TOTAL PRÓPRIA	RECEBIDA		TOTAL	VAR %
	VAR %		VAR %			VAR %			
1991		2 387 0		1 511 0	3 898 0		10 064,0	13 952 0	
1992	73,70	4 146 2	17,53	1 246 10	5 392,3	38,34	8 955 7	14 348 0	2 84
1993	3 90	4 308 1	-7 86	1 148 15	5 456 2	1 18	9 668,3	15 124 5	5,41
1994	15 75	4 987,1	22 46	1 406,0	6 393,0	17,17	9 641 0	16 034 0	6,01
1995	-31,28	3 427 0	6,19	1 493,0	4 920,0	-23,04	12 289 0	17 209 0	7 33
1996	2,15	3 500 8	19 00	1 209 4	4 710 2	4,26	13 136 9	17 847,2	3 71

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

A Companhia detinha uma participação de 37,58% sobre o total da disponibilidade bruta de energia em 1992, baixando esta participação para apenas 26,40% em 1996, percentual este que é o menor da série sob exame

Em vista disso, em 1991, a oferta total era atendida em 72,06% com energia adquirida de terceiros, enquanto que, em 1996, esta dependência atingiu a parcela de 73,60%, sendo esta a maior dependência no quinquênio, como se demonstra a seguir

DISPONIBILIDADE DE ENERGIA - GERAÇÃO
NÚMEROS RELATIVOS E PERCENTUAL NO TOTAL
PERÍODO 1991/1996

ANOS	HIDRO	% S/ TOTAL	TÉRMICA	% S/ TOTAL	TOTAL PRÓPRIA	% S/ TOTAL	RECEBIDA	% S/ TOTAL	TOTAL	% TOTAL
1991	100	17,11	100	10,83	100	27,94	100	72,06	100	100,00
1992	89	28,90	92	8,69	90	37,58	126	62,42	110	100,00
1993	93	28,49	85	7,59	91	36,08	136	63,92	116	100,00
1994	109	31,10	104	8,77	107	39,87	136	60,13	122	100,00
1995	74	19,91	110	8,67	82	28,59	173	71,41	131	100,00
1996	75	19,62	89	6,78	78	26,40	185	73,60	136	100,00

Fonte: Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

H - DISTRIBUIÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E TRANSMISSÃO

As redes de distribuição vêm, igualmente, ressentindo-se do baixo nível de investimentos da Companhia. No exercício sob análise, a expansão da Rede de Distribuição foi de 5,52%, registrando o maior crescimento da série (1991/1996).

Os dados da Rede são os seguintes:

CEEE REDES DE DISTRIBUIÇÃO
PERÍODO 1991/1996

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL	
	VAR %		VAR %		VAR %	
1991	29	287	-	89	336	118 623
1992	30	265	3,34	92	295	122 560
1993	30	477	0,70	94	435	124 912
1994	30	953	1,56	96	855	127 808
1995	31	481	1,71	99	142	130 623
1996	37	340	18,61	100	492	137 832

Em Km

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

O número de transformadores instalados apresenta, em 1996, um incremento de 3,21%, sendo este o menor da série (1992/1996). Os transformadores mantidos em reserva experimentam uma margem de segurança operacional de 2,12%, que é a maior da série examinada (1992/1996). Quanto aos transformadores avariados, os mesmos apresentaram um decréscimo de 4,79% em 1996.

CEEE - NÚMERO DE TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO
PERÍODO 1992/1996

Em Unidades

ANOS	INSTALADOS		RESERVAS		AVARIADOS		TOTAL	RES INST	
		VAR %		VAR %		VAR %			VAR %
1992	78 312	4,04	1 649	-36,18	5 795	35,19	85 756	4,44	2,11
1993	81 183	3,67	1 380	-16,31	5 105	-11,91	87 668	2,23	1,70
1994	85 112	4,83	1 668	20,87	3 629	-28,92	90 409	3,13	1,95
1995	88 767	4,29	1 545	-7,3	3 671	1,16	93 963	3,95	1,74
1996	91 616	3,21	1 943	25,76	3 495	-4,79	97 054	3,27	2,12

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

Nota: A partir de 1992 foram considerados os transformadores de distribuição avariados no estoque da Superintendência de Suprimentos.

Em termos de potência, a taxa de reservas sobre os transformadores instalados atingiu 1,93% em 1995 e 2,26% em 1996, sendo que a taxa de 1996 é a maior da série examinada (1992/1996)

Os dados são os seguintes.

TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO - POTÊNCIA TOTAL (MONO + TRIFÁSICOS) MVA
PERÍODO 1992/1996

Em MVA

ANOS	INSTALADOS		RESERVAS		AVARIADOS		TOTAL		RESERVA % INSTALADO
	POTÊNCIA	VAR %	POTÊNCIA	VAR %	POTÊNCIA	VAR %	POTÊNCIA	VAR %	
1992	2 795,0	4,45	52,80	-39,86	156,7	34,39	3 004,5	4,31	1,89
1993	2 898,0	3,68	39,99	-24,26	149,2	-4,79	3 087,2	2,75	1,38
1994	3 021,8	4,27	73,18	82,99	119,6	-19,84	3 214,6	4,12	2,42
1995	3 152,9	4,33	61,00	-16,66	126,0	5,35	3 339,9	3,90	1,93
1996	3 279,8	4,02	74,10	21,54	126,2	0,16	3 479,1	4,17	2,26

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

Nota: A partir de 1992 foram considerados os transformadores de distribuição avariados no estoque da Superintendência de Suprimentos.

Considerada a potência total, os transformadores instalados, no exercício em exame, tiveram uma variação percentual anual de 4,02%.

Já os transformadores em reserva e avariados tiveram acréscimos, em termos percentuais, da ordem de 21,54% e 0,16%, respectivamente.

No total, em termos de potência, houve, no exercício em exame, um acréscimo anual de 4,17%

CEEE LINHAS ENERGIZADAS
PERÍODO 1991/1996

											Em Km
ANOS	44 KV	VAR %	69 KV	VAR %	138 KV	VAR %	230 KV	VAR %	TOTAL	VAR %	
1991	459 0		3 732 2		1 334,4	-	3 830 7		9 356,3	-	
1992	459 0	0 00	3 755,9	0,64	1 344,5	0 01	3 976,2	3,80	9 535 6	1 92	
1993	451,2	-1,70	3 800,3	1,18	1 335 9	0,11	3 983 5	0 18	9 570 9	0,37	
1994	451,2	0,00	3 819 0	0 49	1 335 9	0 00	3 983 5	0,00	9 589,6	0,20	
1995	451 2	0 00	3 841 0	0 58	1 404,0	5 10	3 997,0	0,34	9 693,2	1,08	
1996	451,2	0,00	3 901,2	1,57	1 404,3	0,02	3 996,5	-0,01	9 753 2	0,62	
VAR % ANUAL	-	-0 34		4 46		1 04	-	0 86		0 83	

Fonte: Coordenadoria Central de Planejamento - Setor de Estatística Geral

Verifica-se, ainda, que, enquanto o consumo de energia aumentou em média 5,41% a a (taxa efetiva) no período 1992/1996, conforme dados expostos no Quadro IV, as linhas energizadas tiveram um acréscimo, em média, no período de 1992/1996, de apenas 0,56 a a (taxa efetiva), o que evidencia o frágil desempenho da Companhia nesta área de atuação.

3.2.4.3 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

A Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT é uma Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Autorizado, criada pela Lei Estadual nº 4.073, de 30 de dezembro de 1960. A empresa é supervisionada pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, e o Estado do Rio Grande do Sul detém a maioria das ações Ordinárias da Companhia

A CRT tem por objetivo a instalação, operação e exploração, em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, dos Serviços Públicos de Telecomunicações e atividades afins.

O Capital Social subscrito e integralizado, atualizado, é de R\$ 706.994 mil e está constituído de 749 577.997 ações ordinárias e 1.201.302 537 ações preferenciais. Todas as ações são do tipo nominativo, sendo o valor nominal, em 31 de dezembro de 1996, de R\$ 0,36.

Merecem referência os fatos a seguir relatados: em 28 de junho de 1996, o Capital Social da Companhia foi aumentado, através da conversão dos créditos existentes em conta corrente, decorrentes de comercialização de 78.603 contratos de participação financeira no ano de 1995. O valor total dos créditos convertidos foi de R\$ 84.290.777, 32, tendo sido emitidas 109 314.270 ações preferenciais classe A. Foram, ainda, emitidas 2.302 ações ordinárias a favor do Estado do Rio Grande do Sul, decorrentes da reinversão de dividendos, em 17 de dezembro de 1996, ao Consórcio formado pelas empresas RBS Participações S.A., T.I. Telefônica Internacional de Espanha S.A., Telefônica de Argentina S.A., Companhia de Telecomunicaciones de Chile e Citicorp. Nesta data, também foram alienadas 262.352.653 ações ordinárias, representando 35% do capital votante da Companhia. Do total das ações alienadas, 218.516 977 pertenciam ao Estado do Rio Grande do Sul e 43.835.676 à TELEBRÁS

Após o aumento do Capital Social e a realização da venda de ações, o quadro acionário da CRT ficou assim composto

ESTRUTURA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/1996

ACIONISTAS	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL (ON+PN)	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ESTADO DO RS	421 577 791	56,2	352 204	0,0	421 929 995	21,6
CONSÓRCIO	262 352 653	35,0		0,0	262 352 653	13,5
TELEBRÁS	59 966 726	8,0	955 182	0,1	60 921 908	3,1
OUTROS	5 680 827	0,8	1 199 995 151	99,9	1 205 675 978	61,8
TOTAL	749 577 997	100,0	1 201 302 537	100,0	1 950 880 534	100,0

B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

1 Demonstrações Financeiras

- 1.1 - Balanço Patrimonial
- 1.2 - Demonstração do Resultado do Exercício
- 1.3 - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos
- 1.4 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2 Relatório da Administração

3 Notas Explicativas de Balanço

4 Balanço Geral do Governo do Estado

C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-1996 a 31-12-1996

De acordo com o artigo nº 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes à sua área de atuação. Assim, de acordo com o artigo nº 176 da Lei nº 6404/76, foram consideradas para análise as seguintes peças contábeis:

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A análise levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados.

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996 (Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados)

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei nº 6404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade.

COMPANHIA RIOGRANENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - OIT
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO I Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	WR %	VALOR	WR %	VALOR	WR %	VALOR	WR %	VALOR	WR %	
											92/92
Ativo	2.054.166	2	2.093.828	2	1.944.155	-7	2.136.249	10	2.297.343	8	12
Circulante	185.123	16	122.089	16	159.360	31	184.948	16	279.303	51	166
Realizável a Longo Prazo	5.806	94	539	1528	121.449	28	64.385	-47	52.488	18	804
Permanente	1.943.237	1.877	2.031	-3	1.663.346	-11	1.886.915	13	1.964.952	4	1
Investimentos	3.166	2	843	10	2.393	-16	503	79	695	38	-78
Imobilizado	1.671.872	1.563	920	-6	1.660.473	6	1.886.342	14	1.964.256	4	17
Diferido	268.200	310	438	16	479	-100	70	-85	1	-99	100
Passivo e Patrimônio Líquido	2.054.166	2	2.093.828	2	1.944.155	-7	2.136.249	10	2.297.343	8	12
Circulante	337.797	437	752	30	194.560	-56	256.072	32	365.451	43	8
Exigível a Longo Prazo	301.208	219	958	27	294.865	34	235.275	20	306.432	30	2
Resultado Exerc. Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	10.737	-	-
Patrimônio Líquido	1.415.161	1.436	078	1	1.454.730	1	1.644.902	13	1.613.723	-2	14

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 1992 a 1996, comparativamente ao último exercício da série, verifica-se que, em termos reais, houve um pequeno crescimento dos valores patrimoniais no período examinado

No exercício que está sendo examinado, o valor do investimento total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 2 297 343 mil, encontra substância no valor dos Capitais Próprios que somavam R\$ 1 613.723 mil, financiando, em 70,24%, o Ativo Total e o restante em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na Empresa.

Ao longo da série analisada, verifica-se um crescimento dos valores registrados no Ativo Circulante (disponibilidades e créditos de curto prazo) da ordem de 166% em relação a 1992, sendo que este grupo respondeu por 12,18% do Ativo Total.

O Realizável a Longo Prazo foi o grupo que apresentou o crescimento mais significativo no período, tendo variado 804% em relação aos valores de 1992

Este grupo estava constituído, majoritariamente, por créditos tributários relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social, que, juntos, representam 76,78% do Grupo Realizável a Longo Prazo

Em 31-12-1996, estava registrado, no grupo Permanente, o maior volume de recursos, propiciando uma participação de 85,53% no Ativo Total

Do total registrado no Ativo Permanente, 99,96% refere-se ao Imobilizado, onde os principais itens são os equipamentos de transmissão, cabos aéreos, equipamentos de comutação automática e aparelhos telefônicos avaliados em R\$ 1.355.287 mil, já deduzida a depreciação acumulada.

As dívidas de curto prazo, inscritas no Passivo Circulante, no valor de R\$ 366 451 mil, estavam representadas por Débitos Originados de Empréstimos e Financiamentos, Imposto de Renda, Provisão para Contingências e Demais Contas a Pagar

Verificou-se que este grupo teve um crescimento, neste exercício, de 43%, em comparação a 1995 e um aumento de 8% em relação a 1992 (Quadro I)

Como consequência, sua participação no Passivo Real aumentou de 52,11% em 1995 para 53,61% em 1996, conforme se demonstra a seguir

PASSIVO REAL
PERÍODO DE 1992/1996

Em %

GRUPOS	1992	1993	1994	1995	1996
Circulante	52,87	66,56	39,75	52,11	53,61
Exigível a Longo Prazo	47,13	33,44	60,25	47,89	44,82
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	-	1,57
PASSIVO REAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial - CRT
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As obrigações de longo prazo somam R\$ 306.432 mil, representando 44,82% do total das obrigações.

O Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 1.613.723 mil, apresentou um acréscimo de 14% comparativamente ao primeiro ano da série, e um decréscimo de 2% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro I

A seguir, demonstra-se um quadro comparativo da estrutura de capitais da Companhia nos últimos cinco exercícios:

Em %

ANOS	PASSIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1992	31,11	68,89
1993	31,41	68,59
1994	25,18	74,82
1995	23,00	77,00
1996	29,76	70,24

Fonte: Balanço Patrimonial - CRT
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se observa, a participação dos Capitais Próprios e de Terceiros sofreram pequenas oscilações no período examinado - 1992/1996

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei nº 6404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o resultado econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais.

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o resultado da atividade Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro Líquido apresentado no exercício

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO II

GRUPOS	Em R\$ mil*										
	1992		1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92		
Receitas Operacionais	788 844		1 086 797	38	522 657	52	548 153	5	740 390	35	6
Despesas Operacionais	2 239 643		2 379 178	6	849 905	-64	564 231	34	741 012	31	67
Resultado Operacional	1 450 799		-1 292 381	11	327 248	75	16 079	95	622	96	
Receitas não Operacionais	2 483		969	61	23 229	2297			2 668		7
Despesas não Operacionais							1 253				
Resultado Correção Monetária	1 136 761		1 803 130	59	484 689	73	51 082	89	29 961		
Prov I R /Contr Social	1 300				27 357		26 894	2	10 942		
Participações e Contribuições											
Lucro/Prejuízo do Exercício	312 854		511 717		153 312	70	6 866	96	16 973		95

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGW (Método)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período, quer positivos ou negativos.

O Resultado Operacional foi negativo em toda a série (1992/1996), conforme se constata no Quadro II.

O melhor desempenho nos Resultados Operacionais deve-se, basicamente, a redução do valor das Despesas Operacionais, que apresentaram um declínio de 67% em 1996, em relação ao primeiro ano da série, embora tenha ocorrido um acréscimo de 31% em relação a 1995

As Receitas Operacionais tiveram desempenho oscilante ao longo da série, apresentando um acréscimo de 35%, no exercício em análise, em relação ao anterior e uma redução de 6% comparativamente a 1992

Quanto ao saldo da Correção Monetária do Balanço, constatou-se o que segue: na situação credora, absorveu grande parte do prejuízo operacional do exercício de 1992 e, totalmente, os prejuízos de 1993 a 1995, revertendo a posição deficitária da Empresa. Já no exercício de 1996, por ter apresentado resultado devedor (R\$ 29.961 mil), proporcionou o prejuízo do exercício no valor de R\$ 16.973 mil, conforme evidenciado no Quadro II, cabendo destacar a Reversão das Provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 10.942 mil, reduzindo o prejuízo do exercício em, aproximadamente, 34%.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
 PERÍODO DE 1992/1996

GRUPOS	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
	%	%	%	%	%
Receitas Operacionais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas Operacionais	283,91	218,92	162,61	102,93	100,08
Resultado Operacional	-183,91	-118,92	-62,61	-2,93	-0,08
Receitas não Operacionais	0,31	0,09	4,44	-	0,36
Despesas não Operacionais	-	-	-	0,23	-
Resultado Correção Monetária	144,10	165,91	92,74	9,32	-4,05
Prov. I.R./Contr.Social	0,16	-	5,23	4,90	-1,48
Participações e Contribuições	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-39,66	47,08	29,33	1,25	-2,29

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
 Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Cabe ressaltar que a correção monetária com saldo credor origina-se da atualização dos valores do Ativo Permanente e que a mesma se realiza quando da alienação dos bens que compõem este grupo patrimonial

Afora esta possibilidade, o Resultado da Correção Monetária constitui-se em procedimento contábil, não se caracterizando, por si só, como Receita Efetiva da entidade.

Nos exercícios de 1992 e 1996, a Companhia apresentou prejuízos líquidos de R\$ 312.854 mil e R\$ 16.973 mil respectivamente. De 1993 a 1995, os resultados líquidos foram positivos, apresentando, porém, tendência a redução, tendo em vista que o Lucro Líquido de 1994 apresentou um declínio de 70% em relação ao de 1993 e que o de 1995 apresentou um decréscimo da ordem de 96% em relação ao resultado apurado no exercício anterior.

C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido, no exercício de 1996, em relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV do artigo 188 da Lei nº 6404/76.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

GRUPOS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FINAL DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO
Ativo Circulante	169 154	279 903	110 749
Passivo Circulante	234 204	366 451	132 247
Ativo Circulante Líquido	-65 050	-86 548	-21.498

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Por sua vez, a Análise do Quadro III - Origens e Aplicações de Capitais revelou que o Patrimônio Líquido, o Resultado de Exercícios Futuros e o Passivo Exigível a Longo Prazo não foram suficientes para financiar o Ativo Permanente. A Companhia utilizou-se, ainda, de capital de terceiros de curto prazo no valor de R\$ 34 060 mil, o que representa 9,29% do total do grupo.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

QUADRO III

ORIGEM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Permanente	1 613 723	82	10 737	1	306 432	16	34 060	2	1 964 952	100
Ativo Realizável a Longo Prazo							52 488	100	52 488	100
Ativo Circulante							279 903	100	279.903	100
TOTAL	1 613 723	70	10 737	0	306 432	13	366 451	16	2 297 343	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Circulante, no montante de R\$ 332.391 mil, foram inteiramente financiados por capitais de terceiros tomados a curto prazo

Ainda que apenas 1,73% do Ativo Permanente tenha sido financiado pelo Passivo Circulante, deve-se ressaltar que a imobilização do capital de terceiros tomado a curto prazo constitui-se em um procedimento que oferece sérios riscos, porquanto o retorno do capital investido dá-se de forma lenta, em oposição aos prazos imediatos impostos para a devolução dos recursos tomados

D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

D.1.1 - Capital Circulante

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulante, em 31-12-1996, evidenciou uma análise financeira de curto prazo desfavorável para a Empresa

O cálculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar.

No caso específico da Entidade, e utilizando-se os valores do QUADRO I, emerge uma situação negativa na condução da aplicação dos capitais de giro no processo produtivo

Pela análise dos valores a seguir especificados, obtidos pela diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pode-se avaliar a modificação dos capitais empregados no ciclo operacional da Empresa:

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
CAPITAL DE GIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
1992/1996

	Em R\$ mil*
1992	-212 805
1993	-288 744
1994	-32 193
1995	-65 050
1996	-86 548

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Conforme se verifica, houve crescimento no capital de giro negativo da Companhia, nos exercícios de 1993, 1995 e 1996, em relação aos exercícios anteriores

Na série examinada, houve a predominância de Capitais de Terceiros em circulação no final de todos os exercícios

D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei nº 6404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do QUADRO I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada:

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1992/1996

INDICADORES	1992	1993	1994	1995	1996
Liquidez Corrente	0,31	0,28	0,82	0,72	0,76
Solvência Geral	3,21	3,18	3,97	4,35	3,41
Endividamento	0,31	0,31	0,25	0,23	0,29
Garantia do Capital de Terceiros	2,21	2,18	2,97	3,35	2,40
Imobilização do Capital Próprio	1,37	1,31	1,14	1,15	1,22
Liquidez Geral	0,17	0,33	0,57	0,51	0,49

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No cálculo da Liquidez Corrente, são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante.

Este índice, que identifica a capacidade da Empresa de saldar seus compromissos a curto prazo, não tem sido satisfatório, porquanto, em 1996, a empresa apresentou condições de pagar apenas 76% das dívidas assumidas a curto prazo, superior em 4 pontos percentuais ao verificado no exercício anterior. Tal índice apresentou crescimento significativo em relação a 1993 (pior ano da série), quando a Companhia possuía apenas R\$ 0,28 de disponibilidades e créditos para cada R\$ 1,00 de dívidas.

O índice médio de liquidez corrente, no quinquênio, foi de 0,58, tendo sido ultrapassado nos exercícios de 1994 a 1996.

O índice de solvência geral mede a proporção do Ativo Total da empresa em relação aos recursos de terceiros nela aplicados. Em 1996, a CRT possuía, para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros utilizados, R\$ 3,41 em seu Ativo Total.

O índice médio de solvência geral, no período, foi 3,62. Tal índice foi superior ao verificado nos dois primeiros exercícios (1992/1993) e no último da série (1996)

O nível de endividamento, no período examinado, manteve-se na média de 28%. Em 1996, este índice ficou em 29%, ou seja, para cada R\$ 1,00 aplicado no Ativo, R\$ 0,29 correspondiam a Capitais de Terceiros. Esta situação, isoladamente, não compromete a estrutura dos capitais. Ressalta-se que o menor Grau de Endividamento da série sob análise foi verificado no exercício de 1995.

A Garantia do Capital de Terceiros indica a proporção do capital próprio em relação aos recursos de terceiros investidos na empresa. A análise da série apresentada evidencia que, nos primeiros três anos, este indicador apresentou-se relativamente estável com uma média de 2,45, ou seja, para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros existente na CRT, havia R\$ 2,45 de capital próprio para garanti-lo. Em 1995, registrou-se o índice mais positivo do quinquênio (3,35). No exercício em análise, tal índice foi de 2,40.

O Grau de Imobilização do Capital Próprio apresentou um acréscimo de sete pontos percentuais em relação ao exercício anterior (1995). Apesar da redução verificada em relação aos exercícios de 1992 e 1993, o índice continua, ainda, em níveis elevados, tendo atingido o percentual de 122% em 1996.

Isto significa que, além da totalidade dos recursos próprios, parte dos recursos de terceiros (22%), inclusive dos de curto prazo, foi utilizada no financiamento do ativo permanente

O Índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade total da empresa (disponibilidades e créditos de curto e longo prazo) de saldar seus compromissos integralmente.

Embora tal índice tenha apresentado, em 1996, um melhor desempenho em relação aos dois primeiros anos da série, ocorreu uma redução de dois pontos percentuais em comparação ao exercício anterior (1995)

Sendo assim, para cada R\$ 1,00 de exigibilidades existentes, a CRT possuía, apenas, R\$ 0,49 de recursos hábeis para suportá-lo

D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir dos resultados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício

A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa no exercício sob análise

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT
ANÁLISE ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1992/1996

INDICADORES	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
Lucratividade Operacional Líquida	-	47,08	29,33	1,25	-
Rentab. do Capital Próprio Operacional Líquida	-	11,45	7,11	0,41	-
Taxa de Retorno de Investimentos	-	7,85	5,32	0,32	-

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Informa-se que, nos exercícios de 1992 e 1996, a Entidade não obteve resultados líquidos positivos, prejudicando a análise comparativa dos indicadores econômicos

O exame dos índices, que compõem a análise econômica, evidencia uma redução significativa nos resultados obtidos pela Empresa

A Lucratividade Líquida que, em 1993, foi de 47,08%, caiu para 29,33% em 1994 e para 1,25% em 1995. Isto significa que, de cada R\$ 100,00 de Receita Líquida auferida pela Companhia, apenas R\$ 1,25 resultou em Lucro Líquido. Já no exercício em análise (1996), tendo em vista o resultado negativo, não houve lucratividade.

A Rentabilidade do Capital Próprio, ou seja, o Lucro Líquido obtido confrontado com o Patrimônio Líquido, que, em 1993, foi de 11,45%, ficou reduzido para 0,41% em 1995. No exercício em análise, não houve esta Rentabilidade.

A taxa de retorno de investimentos, obtida através do Lucro Líquido em relação ao Ativo Total da Empresa, apresentou acentuada redução em comparação a 1993.

E - TERMINAIS TELEFÔNICOS

No período compreendido entre 1992 a 1996, a CRT teve um crescimento contínuo na planta instalada, chegando, neste último exercício, a 1.122 688 terminais telefônicos. Em 1996, foram instalados 266.383 novos terminais, o que significa uma variação anual de 31,11% na planta instalada.

Verifica-se que, em 1996, foi registrada a maior quantidade de novos terminais instalados, apresentando um acréscimo de 145,56% ao que foi instalado no exercício anterior (1995)

No período de 1992 a 1996, a média anual de terminais instalados foi de 107 864. Portanto, em 1996, foram instalados mais que o dobro de telefones em comparação com a média histórica

CRT - TERMINAIS INSTALADOS E EM SERVIÇO - TAXA DE UTILIZAÇÃO
PERÍODO DE 1992/1996

ANOS	TERMINAIS EXISTENTES		TERMINAIS EM SERVIÇO		TAXA DE UTILIZAÇÃO	
	Nº	VARIAÇÃO %	Nº	VARIAÇÃO %	%	VARIAÇÃO %
1992	639 444	9,61	558 696	8,76	87,37	-0,78
1993	679 987	6,34	607 113	8,67	89,28	2,19
1994	747 826	9,98	681 574	12,26	91,14(1)	2,08(1)
1995	856 305(1)	14,51(1)	759 627	11,45	88,71(1)	-2,67(1)
1996	1 122 688	31,11	952 226	25,35	84,82	-4,39

Fonte Gerência de Planejamento Empresarial (PPE) - CRT

(1) Valores retificados, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE-11/97-CRT, de 29-04-97

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto aos terminais em serviço, observa-se que a taxa de crescimento anual ocorrida em 1996, obteve um desempenho melhor em relação a 1995, atingindo 25,35% de acréscimo

Constatou-se, ainda, que, no exercício em análise, o número de terminais telefônicos que, efetivamente, entraram em serviço (192 599), correspondeu a 72,30% do número de terminais instalados (266 383) Enquanto os terminais existentes em 1996 tiveram um acréscimo de 31,11%, os terminais em serviço aumentaram, apenas, 25,35%, o que resultou numa redução da taxa de utilização na ordem de 4,39% comparativamente ao exercício anterior

Cabe ressaltar que, no exercício de 1996, registrou-se a menor taxa de utilização do quinquênio, uma vez que, também neste ano, foi registrada a maior variação negativa do período (4,39%)

DENSIDADE TELEFÔNICA (100 hab) (*)

1992	1993	1994	1995	1996
7,10	7,50	8,11	9,22(1)	12,09

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

(*) excluído o Município de Pelotas (atendido pela CTHR)

(1) Valor retificado, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE-11/97 CRT, de 29-04-97

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A tabela acima demonstra a evolução da densidade telefônica no Estado no período 1992/1996, onde se verifica que a mesma vem aumentando gradativamente numa evolução constante

No exercício em exame, o número de terminais telefônicos para cada 100 habitantes foi de 12,09, apresentando um crescimento de 31,13% relativamente ao exercício anterior (1995) e de 70,28% relativamente ao primeiro ano da série (1992).

Salienta-se que, no período sob exame, a densidade telefônica média foi de 8,80 aparelhos para cada cem habitantes.

F - EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO TELEFÔNICO

Considerando-se o quadro anterior (Terminais Existentes e em Serviço), comparativamente à Evolução do Tráfego Telefônico, verifica-se que a variação do número de chamadas interurbanas e dos pulsos registrados (chamadas locais) vem crescendo em taxas maiores do que as ocorridas com o número de terminais em serviço.

Constata-se, portanto, que a CRT apresentou, na série histórica, níveis crescentes de chamadas locais e interurbanas, sem um correspondente crescimento nos terminais em serviço. Tal circunstância agrava o congestionamento motivado, principalmente, pela demora na ampliação dos sistemas de telefonia necessária para escoar o tráfego gerado, fato que é decorrente do baixo investimento. A tabela a seguir demonstra a evolução das chamadas interurbanas e pulsos registrados no período de 1992 a 1996:

CRT - EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO TELEFÔNICO
PERÍODO DE 1992/1996

ANOS	Nº CHAMADAS INTERURBANAS Em Milhões	VAR %	RELATIVO BASE FIXA (1991=100)	PULSOS REGISTRADOS Em Milhões	VAR. %	RELATIVO BASE FIXA (1991=100)
1991	200,6	-	100	2.380,39	-	100
1992	225,6	12,46	112	2.791,60	17,27	117
1993	253,6	12,41	126	3.061,51	9,67	128
1994	295,2	16,40	147	3.101,54	1,31	130
1995	373,0(1)	26,36(1)	186(1)	3.339,62	7,68	140
1996	441,0	18,23	220	3.294,13	-1,36	138

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

(1) Valores retificados, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE-11/97-CRT, de 29-04-97

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1996, especificamente, as taxas de crescimento do número de terminais existentes (31,11%) e de terminais em serviços (25,35%) foram compatíveis com a variação do número de chamadas interurbanas (18,23%) e de chamadas locais (-1,36%)

G - RECEITA DE EXPLORAÇÃO POR TERMINAL MÉDIO EM SERVIÇO

A receita de exploração por terminal médio em serviço constitui indicador fundamental na avaliação do desempenho das Companhias fornecedoras de serviços de telefonia. A tabela seguinte demonstra a evolução da Receita de Exploração total e por terminal em serviço no período de 1992 a 1996.

CRT - RECEITA DE EXPLORAÇÃO(*) TOTAL E POR TERMINAL EM SERVIÇO
PERÍODO DE 1991/1996

ANOS	DESCRIÇÃO	MOEDA	RECEITA DE EXPLORAÇÃO	Nº MÉDIO DE TERMINAIS EM SERVIÇO	RECEITA DE EXPLORAÇÃO P/TERMINAL MÉDIO EM SERVIÇO
1991		CR\$	106 670 021	512 508	208 133,00
1992		CR\$	1 346 704 970	555 482	2 424 390,00
1993		CR\$	36 989 652 554	583 749	63 365 680,00
1994		R\$	276 234 000	640 088	431,56
1995		R\$	461 202 000	709 573	649 97
1996		R\$	728 533 000	839 781	867 53

(*) Receita líquida dos serviços = receita bruta dos serviços de telecomunicações - impostos e encargos sobre serviços por legislação societária
Fonte: CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Na série anterior, os valores apresentados e referentes ao triênio 1991/1993 estão expressos em cruzeiro real e, os relativos a 1994 em diante, em real.

No primeiro triênio, verifica-se um crescimento de 34 576% na receita de exploração, enquanto que o IGP/DI-FGV (dezembro) variou 35.230% no mesmo período.

Constata-se que o crescimento inferior desta receita é reflexo do menor aumento da receita de exploração em 1993 em relação ao IGP/DI do mesmo exercício, visto que, enquanto a primeira variou 2.646%, o segundo variou 2.708%, ambos em relação ao exercício anterior. Tal situação ocorreu, apesar da variação da tarifa ter sido superior a de outros indicadores econômicos, conforme se verifica no quadro abaixo.

CRT - TARIFA x OUTROS INDICADORES

ANOS	VARIACÃO PERCENTUAL		
	TARIFA	IGP/DI-FGV (Dezembro)	BTN/TR (Dezembro)
1992	1.188,92	1.157,94	1.156,22
1993	3.524,37	2.708,55	2.474,74
1994	516,82	1.093,85	985,94
1995	22,57	14,77	31,60
1996	13,53	9,34	9,59

Fonte: CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Já em 1992, por exemplo, a variação da receita de exploração atingiu 1.162,50% em relação ao ano anterior, enquanto que o IGP-DI (Dezembro) do mesmo ano alcançou 1.157,94%. Neste mesmo ano, os outros indicadores econômicos variaram 1.156,22%, evidenciando um equilíbrio entre a receita, a inflação e a correção monetária oficial.

Ressalta-se, porém, que, em relação a 1995, o exercício sob exame apresentou um crescimento da receita de exploração da ordem de 57,96%, enquanto que o IGP-DI variou 9,34%. Já a receita de exploração por terminal médio, em 1996, variou 33,47% em relação a 1995, evidenciando um resultado superior ao obtido no triênio 1991/1993, quando se registrou um crescimento de 30.345% em comparação com a variação de 35.230% do IGP-DI

A variação registrada na receita de exploração por terminal médio, em 1996 (33,47%), foi superior à verificada nas tarifas praticadas pela CRT (13,53%), à mensurada pelos índices oficiais de inflação (9,34%) e a da correção monetária (9,54%).

H - QUADRO DE PESSOAL

No período 1992/1996, a CRT apresenta uma tendência decrescente no que se refere ao número de empregados por 1.000 terminais, conforme segue:

CRT - NÚMERO DE EMPREGADOS
POR TERMINAIS INSTALADOS

ANOS	TOTAL DE EMPREGADOS	Nº DE EMPREGADOS P/1 000 TERMINAIS
1992	5 974	9,34
1993	5 901	8,68
1994	6.218	8,31
1995	5.846	5,96
1996	4.451	3,57
MÉDIA ANUAL	5 678	7,17

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O número total de empregados, por sua vez, apresentou tendências decrescentes no biênio 1992/1993. Em 1994, houve uma elevação no número de empregados, quando se atingiu o maior quantitativo da série sob exame. Entretanto, a partir de 1995, verificou-se nova redução, sendo que o quadro de pessoal da CRT, em 1996, apresentou o menor número de empregados no quinquênio.

Os gastos com pessoal participaram da seguinte forma na Receita Operacional da Companhia no período 1992/1996:

CRT - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS
GASTOS COM PESSOAL NA RECEITA DE EXPLORAÇÃO

ANOS	GASTOS C/PESSOAL SOBRE RECEITA DE EXPLORAÇÃO	Em %
1992		79,9
1993		70,0
1994		57,1
1995		51,8
1996		34,2

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No período 1992/1996, a maior participação percentual dos gastos com pessoal na receita de exploração foi de 79,90% no exercício de 1992. No exercício sob exame (1996), esta participação foi a menor do quinquênio examinado, ou seja, 34,20%, com uma diminuição de 17,60 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

3.2.4.4 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVO

A CORSAN, criada pela Lei nº 5.167, de 21-12-65, é uma Sociedade de Economia Mista de Direito Privado vinculada à Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação. Tem como objetivo estudar, projetar e executar obras novas, reformas, ampliações e manutenção de instalação de água e esgoto sanitário, assim como explorar industrialmente tais serviços, fixar e promover a arrecadação das respectivas tarifas e taxas.

O Capital autorizado é dividido em 149.567.688 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Os acionista majoritário é o Estado do Rio Grande do Sul, com uma participação acionária em torno de 99,99%.

B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

1. Demonstrações Financeiras
 - 1.1 - Balanço Patrimonial
 - 1.2 - Demonstração do Resultado do Exercício
- 2 Ata da Assembléia Geral dos Acionistas
- 3 Relatório da Administração
- 4 Notas Explicativas de Balanço
- 5 Balanço Geral do Governo do Estado
- 6 Parecer dos Auditores Independentes

C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-1996 a 31-12-1996

De acordo com o artigo nº 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes à sua área de atuação. Assim, de acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76, foram consideradas para análise as seguintes peças contábeis:

C 1 - BALANÇO PATRIMONIAL

C 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

O exame levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares e vinculação com outros organismos governamentais. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996.

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O QUADRO I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei nº 6.404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO I

Em R\$ mil)*

GRUPOS	1992			1993			1994			1995			1996		
	VALOR	VAR % 93/92	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92	VALOR	VAR % 95/94	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 95/95	VAR % 96/92
Ativo	921 599	1 646 441	79	1 344 367	18	1 377 878	2	1 214 118	12	32					
Circulante	109 003	97 643	10	66 666	32	102 333	54	117 731	15	8					
Realizável a Longo Prazo	41 926	38 468	8	34 211	11	33 845	1	32 119	5	-23					
Permanente	770 670	1 510 330	96	1 243 491	18	1 241 700	0	1 064 268	14	38					
Investimentos	1 191	1 069	10	901	16	961	7	883	8	26					
Imobilizado	767 235	1 505 300	96	1 239 919	-18	1 237 184	0	1 060 256	14	38					
Diferido	2 244	3 960	76	2 672	33	3 555	33	3 128	12	39					
Passivo e Patrimônio Líquido	921 599	1 646 441	79	1 344 367	18	1 377 878	2	1 214 118	12	32					
Circulante	209 237	252 396	21	186 140	-26	150 825	19	93 339	38	55					
Exigível a Longo Prazo	456 565	359 053	21	418 336	17	424 867	2	443 361	4	3					
Resultado Exerc. Futuros															
Patrimônio Líquido	255 797	1 034 992	305	739 892	29	802 186	8	677 418	16	165					

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais do período 1992/1996, verifica-se que, em termos reais, ocorreu um aumento nos valores patrimoniais em 1993 e em 1995. Em 1994, ocorreu uma diminuição naqueles valores (18% em relação a 1993), e, em 1996, o decréscimo foi de 12% em relação ao exercício anterior, porém, comparativamente a 1992, verifica-se o acréscimo de 32%

No exercício que está sendo examinado, o valor do investimento total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 1 214 118 mil, encontra contrapartida nos Capitais Próprios, que somam R\$ 677 418 mil, financiando em 55,79% o Ativo Total, e o restante em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na Empresa.

Em 31-12-1996, estava registrado no Grupo Permanente o maior volume de Recursos (R\$ 1 064.268 mil), propiciando uma participação de 87,66% no Ativo Total

Nas dívidas de curto prazo inscritas no Passivo Circulante, dentre as de maior representatividade, destacam-se Impostos e Contribuições a Recolher no valor de R\$ 35.866 mil, Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo no valor de R\$ 16 854 mil e Serviços Prestados por Terceiros no valor de R\$ 15 878 mil, que representam, respectivamente, 38,42%, 18,06% e 17,01% do total das obrigações de curto prazo.

A Empresa apresentava obrigações de longo prazo, que somavam R\$ 443 361 mil, correspondendo a 82,60% do total das obrigações (curto e longo

prazos). No grupo, a parcela que apresentava maior participação (70,91%) referia-se a Empréstimos e Financiamento no valor de R\$ 314.394 mil

Em 1996, o Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 677.418 mil, apresentou um acréscimo de 165% comparativamente ao primeiro ano da série (vide Quadro I).

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

GRUPOS	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
	%	%	%	%	%
Ativo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	11,83	5,93	4,96	7,43	9,70
Realizável a Longo Prazo	4,55	2,34	2,54	2,46	2,65
Permanente	83,62	91,73	92,50	90,12	87,66
Investimentos	0,13	0,06	0,07	0,07	0,07
Imobilizado	83,25	91,43	92,23	89,79	87,33
Diferido	0,24	0,24	0,20	0,26	0,26
Passivo e Patrimônio Líquido	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	22,70	15,33	13,85	10,95	7,69
Exigível a Longo Prazo	49,54	21,81	31,12	30,83	36,52
Resultado Exerc. Futuros	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	27,76	62,86	55,04	58,22	55,80

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O subgrupo Créditos de Contas a Receber, compreendido, em maior montante, pelo Faturamento dos Serviços de Água e Esgoto deduzido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 73.239 mil, contribuiu com a parcela mais significativa dos direitos a receber a curto prazo, representando 62,21% na composição do grupo Ativo Circulante e apresentando um decréscimo em relação a 1995, quando aquele percentual foi de 63,89%

No período de 1992/1996, a participação do Ativo Permanente no Ativo Total sofreu oscilações. Inicialmente, apresentou uma tendência crescente, variando de 83,62% em 1992 para 91,73% em 1993 e 92,50% em 1994. Nos dois exercícios subsequentes, apresentou uma tendência decrescente, sendo 90,12% em 1995 e 87,66% em 1996

Neste grupo, o Imobilizado, no valor de R\$ 1.060.256 mil, é o que revela maior expressividade, experimentando um comportamento idêntico ao ocorrido no Ativo Permanente

O Passivo Circulante registrou, em 1996, uma variação negativa de 38% em relação ao exercício anterior e 55% no período 92/96 (vide Quadro I)

Ao longo do período sob exame, o Passivo Circulante apresentou uma participação decrescente, registrando, em 1992, 22,70% do total de capitais aplicados na Companhia, decaindo, em 1996, para 7,69%.

Já o Exigível a Longo Prazo, em 1996, apresentou um decréscimo real de 3% se comparado a 1992, e um acréscimo de 4% em relação a 1995.

A participação relativa dos Capitais Próprios na formação dos Capitais Totais aplicados na CORSAN, no exercício de 1992, mostrou-se inferior à dos capitais alheios injetados na Companhia. Entretanto, a partir do exercício de 1993, esta situação alterou-se, pois a participação dos Capitais Próprios representou 62,86% (1993), 55,04% (1994), 58,22% (1995) e 55,80% (1996). Os recursos próprios representados pelo Patrimônio Líquido sofreram, no quinquênio, um aumento real de 165%. Em relação ao ano anterior, o exercício de 1996 apresentou um decréscimo de 16%

Neste grupo, o componente que atuou com maior parcela (81,88%) foi a Reserva de Reavaliação. Na análise do Balanço Patrimonial, devem ser mencionados o Parecer dos Auditores Independentes e as Notas Explicativas referentes às demonstrações contábeis, onde foi destacado que a CORSAN não constituiu Provisão para Contingências, relativa a diversas causas judiciais nas áreas trabalhistas, cíveis e de outras naturezas

Caso estes valores fossem provisionados, teriam influência direta no Resultado do Exercício e, conseqüentemente, no Patrimônio Líquido da empresa com um aumento na conta Prejuízos Acumulados

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei nº 6 404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o resultado econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais.

O QUADRO II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o resultado da atividade Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o lucro ou prejuízo apresentado no exercício.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992		1993		1994		1995		1996			
	VALOR	VALOR	VAR %	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %	
			93/92			94/93		95/94	96/95		96/92	
Receitas Operacionais	412 001	553 597	34		267 697	-52		274 826	3	351 215	28	-15
Despesas Operacionais	1 650 697	1 963 286	19		1 069 987	-46		497 236	54	424 353	-15	74
Resultado Operacional	-1 238 697	1 409 690	34		-802 290	-43		-222 411	72	73 138	-67	-94
Receitas não Operacionais	101 199	591	-99		606	3		1 480	144	871	-41	-99
Despesas não Operacionais	101 895	3 661	-96		5 874	60		5 568	5	6 410	15	-94
Resultado Correção Monetária	1 243 279	1 433 197	15		494 201	-66		75 085	-86	.	.	.
Prov. I.R./Contr. Social
Participações e Contribuições
Lucro/Prejuízo do Exercício	3 887	20 438	426		-313 366			-151 413	-52	-78 678	-48	

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGI (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período, quer positivos ou negativos.

No exercício que está sendo examinado, a Entidade apresentou um Prejuízo Operacional de R\$ 73.138 mil

O resultado negativo obtido originou-se da diferença entre a Receita Operacional Líquida de R\$ 351.215 mil e a Despesa Operacional de R\$ 424.353 mil, contribuindo, para este resultado, a Variação Monetária Passiva Líquida, no montante de R\$ 37.851 mil, inclusa como Despesa Operacional.

O Resultado da atividade Operacional e Não-Operacional pode ser evidenciado da seguinte forma:

	Em R\$ mil
Prejuízo Operacional	-73.138
Resultado Não Operacional	-5.539
Prejuízo do Exercício	-78 677

Torna-se oportuno destacar que a Entidade apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 79 milhões, assim originado

	Em R\$ mil
Receitas Financeiras	2 386
(-) Despesas Financeiras	-43 950
(+) Variações Monetárias Ativas	3 579
(-) Variações Monetárias Passivas	-41 431
(=) Resultado Financeiro	-79 416

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do Resultado em relação às Receitas Operacionais

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1992/1996

GRUPOS	Em percentuais				
	1992	1993	1994	1995	1996
	%	%	%	%	%
Receitas Operacionais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas Operacionais	400,65	354,64	399,70	180,93	120,82
Resultado Operacional	-300,65	254,64	299,70	80,93	-20,82
Receitas não Operacionais	24,56	0,11	0,23	0,54	0,25
Despesas não Operacionais	24,73	0,66	2,19	2,03	1,83
Resultado Correção Monetária	301,77	258,89	184,61	27,32	
Prov. I R /Contr. Social					
Participações e Contribuições					
Lucro/Prejuízo do Exercício	0,94	3,69	117,06	-55,09	22,40

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Receitas Operacionais cresceram 28% em relação a 1995

Ao longo da série histórica, as Receitas Operacionais denotam um decréscimo real de 15%. Também, as Despesas Operacionais que, durante o quinquênio sempre apresentaram-se superiores às Receitas Operacionais, diminuíram, em relação ao primeiro ano da série (1992), em 74%, e 15% em relação ao ano anterior (1995). Em consequência, o Prejuízo Operacional de 1996 registra um decréscimo de 48% em relação a 1995 (Quadro II).

Cabe registrar que a Variação Monetária Líquida, que representou 47,66% do Resultado Financeiro, participou, em 1996, com 8,92% da Despesa Operacional, comportamento este que vem interferindo de forma negativa no Resultado Operacional ao longo do período 1992/1996.

No que tange às Despesas Administrativas, constatou-se que, em 1996, este elemento totalizou R\$ 39 364 mil, representando 9,28% da Despesa Operacional e 11,20% da Receita Operacional.

Por sua vez, o Custo dos Serviços somou, em 1996, R\$ 281 162 mil, absorvendo 80,05% da Receita Operacional. Em relação ao exercício de 1995, diminuiu 19,21 pontos percentuais em confronto com a Receita Operacional

A CORSAN obteve Lucros Líquidos nos exercícios de 1992 e 1993 e registrou Prejuízos Líquidos em 1994 e 1995, porém, esses resultados positivos e negativos, nos períodos indicados, foram influenciados significativamente pelos efeitos inflacionários. Já no exercício de 1996, embora não tenham ocorrido tais efeitos, a Companhia apresentou prejuízos.

O demonstrativo que segue evidencia melhor a participação das despesas na composição da Despesa Operacional:

CORSAN - DESPESAS OPERACIONAIS				
PERÍODO DE 1995/1996				
Em R\$ mil*				
DISCRIMINAÇÃO	1995		1996	
	VALOR	% S/TOTAL	VALOR	% S/TOTAL
Custo dos Serviços	272 799	54,86	281 162	66,26
Despesas Comerciais	13 576	2,73	18 302	4,31
Desp Administrativas	37.658	7,58	39 364	9,28
Despesas Fiscais	214	0,04	6.109	1,44
Encargos Financeiros Líquidos	60 865	12,24	41 564	9,79
Despesas Operacionais	385 112	77,45	386 501	91,08
Variações Monetárias Líquidas	112 124	22,55	37 852	8,92
TOTAL	497 236	100,00	424.353	100,00

Fonte: Balanços da Companhia

*Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A participação das Variações Monetárias Líquidas apresentou um decréscimo na ordem de 13,63 pontos percentuais, pois, enquanto, no exercício de 1995, representava 22,55% do total das despesas operacionais, no ano de 1996, passou a representar 8,92%, tendo, com isso, reduzido significativamente sua participação no total das despesas operacionais

C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido, no exercício de 1996, com relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV, alínea "d" do artigo 188 da Lei nº 6 404/76

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

GRUPOS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FINAL DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO
Ativo Circulante	93 594	117 731	24 137
Passivo Circulante	137 945	93 339	-44 605
Ativo Circulante Líquido	-44 350	24 392	68 742

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1996, ocorreu um aumento do Capital Circulante Líquido de 68 742 mil, uma vez que as origens foram superiores às aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 224.887 mil, enquanto que as aplicações de recursos totalizaram R\$ 156 145 mil, ou seja, 30,57% a menor que o total das Origens de Recursos

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITALS
EXERCÍCIO DE 1996

QUADRO III

Em R\$ mil

ORIGEM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Permanente	677 418	64			386 850	36			1 064 268	100
Ativo Realizável a Longo Prazo					32 119	100			32 119	100
Ativo Circulante					24 392	21	93 339	79	117 731	100
TOTAL	677 418	56			443 361	37	93 339	7	1 214 118	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Incorporando-se à presente análise os valores tabulados do QUADRO III, verifica-se que a estrutura de capital da Empresa, que estava financiando o Ativo Total, apresentava a seguinte situação

- do total dos recursos em utilização na Companhia, em 1996, 56% representa Capital Próprio e 44% Capitais Alheios, sendo que destes, 37% corresponde ao Exigível a Longo Prazo e 7% aos recursos tomados a curto prazo,
- o Ativo Permanente foi financiado em 64% com recursos próprios Os restantes 36% foram financiados com recursos de terceiros a longo prazo,
- para saldar suas dívidas a curto prazo, a Empresa precisaria dispor de 79% de seu Ativo Circulante

D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

D.1.1 - Capital Circulante

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulantes, em 31-12-1996, evidenciou uma análise financeira de curto prazo favorável para a Empresa

O cálculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar.

No caso específico da Entidade, e utilizando-se os valores do QUADRO I, emerge uma situação negativa na condução da aplicação dos capitais de giro no processo produtivo até o exercício de 1995

Pela análise dos valores a seguir especificados, obtidos pela diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pode-se avaliar a modificação dos capitais empregados no ciclo operacional da Empresa

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
CAPITAL DE GIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
1992/1996

	Em R\$ mil*
1992	-100 234
1993	-154 753
1994	-119 475
1995	-48 491
1996	24 392

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Considerando os dois últimos anos da série, é possível afirmar que ocorreu uma recuperação significativa. Em 1996, a recuperação no capital circulante líquido situou-se em torno de 150% em relação a 1995.

D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazo é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do QUADRO I, demonstram-se a seguir os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1992/1996

INDICADORES	1992	1993	1994	1995	1996
Liquidez Corrente	0,52	0,39	0,36	0,68	1,26
Solvência Geral	1,38	2,69	2,22	2,39	2,26
Endividamento	0,72	0,37	0,45	0,42	0,44
Garantia do Capital de Terceiros	0,38	1,69	1,22	1,39	1,26
Imobilização do Capital Próprio	3,01	1,46	1,68	1,55	1,57
Liquidez Geral	0,23	0,22	0,17	0,24	0,28

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os cálculos dos índices da análise financeira, obtidos através dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31-12-1996, propiciaram um entendimento de que a Empresa apresentava capacidade para o pagamento das suas obrigações de curto prazo.

Considerando-se os cinco anos, verifica-se que o cálculo da Liquidez Corrente, em que são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, apresentou uma situação desfavorável entre os valores positivos e os valores negativos dos seus bens numerários, isto é, a conversibilidade de seus créditos em moeda corrente para saldar seus débitos de curto prazo até o exercício de 1995.

Em 1996, este índice cresceu, em relação ao ano anterior, 58 pontos percentuais, atingindo 126%, o que equivale dizer que, para cada R\$ 100,00 de dívida a curto prazo, a Companhia dispunha de R\$ 126,00 de cobertura no seu Ativo Circulante.

Quanto ao Índice de Solvência Geral, em toda a série, permaneceu acima da unidade, revelando, portanto, que a CORSAN tem capacidade de solver os compromissos assumidos com terceiros, ou seja, possui bens e direitos em valor contábil suficiente para cobertura de todas as exigibilidades a curto e longo prazo.

O Nível de Endividamento, no exercício de 1992 (72%), apresentava elevada dependência dos Capitais de Terceiros. Entretanto, esta dependência decaiu em 1993 (37%), crescendo em 1994 (45%), decaindo em 1995 (42%) e voltando a crescer em 1996 (44%), onde o endividamento estava demonstrado pela relação estabelecida entre o total dos Capitais de Terceiros aplicados no valor de R\$ 536.700 mil e o Ativo Total no valor de R\$ 1.214.118 mil.

Assim, o Grau de Endividamento da Empresa, em 1996, foi de 44%, significando que, para cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 44,00 correspondiam a Capitais de Terceiros e R\$ 56,00 a Capitais Próprios

A Liquidez Geral, que mede a capacidade de pagamento no curto e longo prazo, apresentou, ao longo do quinquênio, quocientes muito baixos, porém, teve uma leve recuperação com cinco pontos percentuais a mais ao término da série histórica. Mesmo assim, em 1996, para cada R\$ 100,00 de compromissos totais (a curto e longo prazos), a empresa dispunha de apenas R\$ 28,00 de bens e direitos conversíveis em moeda a curto e longo prazos.

O grau de imobilização do Capital Próprio apresentou uma redução no período de 1992/1996, o que se constitui em situação favorável. Contudo, o índice, em 1996, continua em nível elevado, tendo atingido, no exercício em análise, 157%, apresentando, no entanto, um pequeno acréscimo em relação a 1995.

Isso significa que, além da totalidade dos recursos próprios, parte de recursos de terceiros (57%) foram utilizados no financiamento do Ativo Permanente

Em 1996, a Garantia dos Capitais de Terceiros registrou uma redução de 13 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Assim, os Capitais Próprios, no valor de R\$ 677 418 mil, dão total cobertura aos Capitais alheios, que totalizaram R\$ 536 700 mil

A margem de garantia oferecida pela CORSAN aos Capitais de Terceiros nela aplicados cresceu no período 1992/1996 em 88 pontos percentuais

D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir dos resultados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício

O cálculo da Lucratividade Operacional e da Lucratividade Líquida estabelece a relação entre a Receita Operacional, Resultado Operacional e Lucro do Exercício

Busca-se, igualmente, a rentabilidade trazida ao Capital Próprio empregado na atividade operacional

A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa numa análise de tendência dos últimos cinco exercícios

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN					
ANÁLISE ECONÔMICA					
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1992/1996					
Em percentuais					
INDICADORES	1992	1993	1994	1995	1996
Lucratividade Operacional	-	-	-	-	-
Líquida	0,94	3,69	-	-	-
Rentab. do Capital Próprio Operacional	-	-	-	-	-
Líquida	0,62	0,63	-	-	-
Taxa de Retorno de Investimentos	0,17	0,40	-	-	-
Fonte: Balanço Geral da Sociedade					
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS					

Em 1992 e 1993, os indicadores econômicos revelaram uma situação não satisfatória com sucessivos Prejuízos Operacionais decorrentes, basicamente, da apropriação dos encargos da dívida a longo prazo.

Por sua vez, o Lucro Líquido, naqueles exercícios, é resultado dos efeitos inflacionários, notadamente, em razão do Saldo Credor da Correção Monetária

Em virtude da CORSAN, de 1994 a 1996, ter apresentado Prejuízos Operacionais e Líquidos, não foram apurados os indicadores econômicos

E - INVESTIMENTOS EFETUADOS

No exame da série 1987/1996, constata-se que totalidade dos investimentos da CORSAN mostraram-se oscilantes, sendo que o melhor desempenho deu-se no exercício de 1991, quando representou 269,27% em relação ao ano-base (1987). Já o menor desempenho ocorreu no ano de 1995, que representou 45,57% relativamente ao ano-base.

O volume de recursos aplicados pela Companhia em investimentos, no exercício em análise, apresentou um acréscimo de 204,74% em relação ao ano anterior (1995).

O montante investido no valor de R\$ 37.429 mil, no exercício em exame, apresentou um acréscimo de 38,87% do que foi investido no primeiro ano da série (1987), conforme se observa na tabela a seguir.

CORSAN - INVESTIMENTOS EFETUADOS										
PERÍODO 1987/1996										
Em R\$ mil*										
ATIVIDADE	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
ÁGUA										
- Produção	6.975	25.370	19.721	20.499	16.343	15.005	6.109	1.430	5.764	21.756
EVOLUÇÃO RELATIVA	100,00	363,75	282,75	293,92	234,33	215,13	87,99	20,50	82,64	311,93
- Distribuição	14.271	30.651	37.284	25.806	19.264	13.363	30.643	16.109	5.941	12.832
EVOLUÇÃO RELATIVA	100,00	214,78	261,25	180,83	134,98	93,56	214,72	112,88	41,63	89,91
TOTAL ÁGUA	21.246	56.021	57.004	46.305	35.607	28.357	36.753	17.539	11.705	34.588
EVOLUÇÃO RELATIVA	100,00	263,68	268,31	217,95	167,60	133,47	172,99	82,55	55,09	162,80
ESGOTO	5.707	7.011	7.263	10.547	36.989	1.256	3.962	11.615	577	2.841
EVOLUÇÃO RELATIVA	100,00	122,85	127,27	184,82	647,79	22,02	69,42	203,52	10,10	49,78
TOTAL GENL.	26.953	63.032	64.268	56.853	72.576	29.614	40.714	29.154	12.282	37.429
EVOLUÇÃO RELATIVA	100,00	233,85	238,44	210,94	269,27	109,87	151,06	108,17	45,57	138,87

Fonte: Assessoria de Planejamento - CORSAN
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Médio)
Cálculos Equipe Técnica FCE/RS

No que se refere à produção de água, os maiores investimentos da série ocorreram nos exercícios de 1988 e 1996, representando, respectivamente, 363,75% e 311,93% em relação ao ano-base (1987) Já quanto aos menores investimentos, destacam-se os ocorridos nos exercícios de 1993 (87,59%), 1994 (20,50%) e 1995 (82,64%), todos em relação ao ano-base

Quanto ao exercício em análise, verifica-se que, em relação ao exercício anterior, houve um acréscimo de 277,44% de investimentos

Quanto à distribuição de água, verifica-se que o maior investimento ocorreu em 1989, quando atingiu 261,25% do que foi investido no ano-base (1987)

Ainda, na distribuição de água, no que tange ao exercício em exame, embora tenha ocorrido um decréscimo de 10,09% relativamente ao ano-base (1987), houve um acréscimo de 115,99% comparativamente ao ano anterior (1995).

No que se refere ao esgoto (Coleta, Tratamento, Lançamento e Esgoto Industrial), verifica-se que, ao longo da série examinada, os investimentos estiveram acima do que foi investido no ano-base nos exercícios de 1988 a 1991 e 1994 Nos restantes exercícios, os investimentos foram menores que 1987.

Quanto ao exercício em análise, o mesmo apresentou um decréscimo de 50,22% do que foi investido no ano-base (1987) Entretanto, comparativamente ao exercício anterior, onde se verificou o menor investimento da série, houve um acréscimo de 392,37% No total, os investimentos efetuados pela CORSAN, nos exercícios de 1988 a 1996, foram sempre superiores aos realizados no ano-base (1987), à exceção do exercício de 1995

Considerando a análise em nível dos Investimentos, cumpre fazer comentários em relação aos serviços prestados, arrolados nas tabelas a seguir.

CORSAN PRINCIPAIS VARIÁVEIS
PERÍODO DE 1987/1996

VARIÁVEIS	UNIDADE	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
População Atendida Água	hab x10 ³	4 025	4 175	4 352	4 495	4 651	4 824	4 535	4 784	4 978	5 141
População Atendida Esgoto	hab x10 ³	398	411	416	419	431	449	406	422	453	468
Localidades Atendidas - Água	unidade	271	273	273	279	290	300	330	330	342	342
Localidades Atendidas - Esgoto	unidade	20	20	20	20	20	22	22	22	41	41
Economias Atendidas Água	unid x10 ³	1 177	1 224	1 272	1 313	1 398	1 438	1 489	1 548	1 620	1 676
Economias Atendidas Esgoto	unid x10 ³	113	116	119	121	128	133	138	143	155	165
Rede Cadastrada Água	Km	13 851	14 342	14 748	15 432	15 954	16 537	16 945	17 609	18 162	19 079
Rede Cadastrada Esgoto	Km	839	917	956	1 006	999	1 017	1 035	1 076	1 081	1 124
Capacidade de Reservação	1000m ³	289	291	293	296	304	319	323	335	337	353
Produção de Água	1000m ³	309 300	328 070	348 686	361 347	367 004	411 188	425 886	446 102	477 330	494 366
Hidrômetros Instalados	unidade	658 622	633 700	611 819	634 650	706 822	788 433	886 909	897 543	755 143	792 067
Consumo médio	1000m ³	128 773	132 922	132 776	131 422	140 396	143 192	157 922	156 872	138 343	157 313

Fonte: Diretoria Comercial Superintendência de Comercialização Divisão de Estatística CORSAN

CORSAN PRINCIPAIS VARIÁVEIS
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
PERÍODO DE 1987/1996

VARIÁVEIS	VAR %	VAR %							
	88/87	89/88	90/89	91/90	92/91	93/92	94/93	95/94	96/95
População Atendida Água	3,72	4,24	3,28	3,47	3,72	5,99	5,49	4,06	3,27
População Atendida Esgoto	1,54	5,58	0,72	2,86	4,18	9,58	3,94	7,35	3,31
Localidades Atendidas Água	0,74		2,19	3,94	3,45	10,00		3,64	
Localidades Atendidas - Esgoto					10,00			85,36	
Economias Atendidas Água	3,99	3,92	3,22	5,71	3,60	3,55	3,96	4,65	8,27
Economias Atendidas - Esgoto	2,65	2,58	1,68	5,78	3,91	3,76	3,62	8,39	6,46
Rede Cadastrada Água	3,54	2,83	4,63	3,82	3,65	2,47	3,92	3,14	5,05
Rede Cadastrada Esgoto	9,29	4,25	5,23	0,69	1,80	1,77	3,96	0,46	3,98
Capacidade de Reservação	0,69	0,68	1,02	2,70	4,93	1,25	3,72	0,60	4,75
Produção de Água	6,06	6,28	3,63	1,56	12,03	3,57	4,75	7,00	3,57
Hidrômetros Instalados	3,78	3,46	3,73	11,37	11,55	12,49	1,20	-15,87	4,89
Consumo Medido	3,22	0,11	-1,01	6,83	1,99	10,29	-0,66	11,81	13,71

Fonte: Diretoria Comercial - Superintendência de Comercialização Divisão de Estatística CORSAN
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Comparativamente a 1995, o exercício de 1996 apresentou taxas de crescimento anuais menores do que as taxas de crescimento do período anterior (1995/1994) nas seguinte variáveis:

- população atendida - água,
- população atendida - esgoto;
- economias atendidas - esgoto;
- produção de água

No que se refere ao item Água, no ano de 1996, sobressaiu-se a variável Consumo Medido com taxa de crescimento de 13,71%, enquanto que as Economias Atendidas e Rede Cadastrada apresentaram crescimento de 8,27% e 5,05% respectivamente.

No que concerne a Esgoto, o crescimento mais significativo foi na variável Economias Atendidas, que apresentou um crescimento de 6,45%.

Por fim, é de se ressaltar a disparidade entre o número de Economias Atendidas/Água - 1.676.000 e o de Hidrômetros Instalados - 792.067. No último ano, comparativamente a 1995, o número de hidrômetros instalados aumentou 4,89%. Como conseqüência, também o consumo medido apresenta, no exercício de 1996, taxa positiva de 13,71%.

O confronto das realizações do segundo ano do Governo anterior com o do atual Governo revelou que este obteve taxa de crescimento superior em 05 (cinco) das 12 (doze) variáveis selecionadas para análise, conforme demonstrado acima, a saber:

Em %

ESPECIFICAÇÃO	GOVERNO ATUAL (1996)	GOVERNO ANTERIOR (1992)
Economias Atendidas Água	8,27	3,60
Economias Atendidas Esgoto	6,45	3,91
Rede Cadastrada - Água	5,05	3,65
Rede Cadastrada - Esgoto	3,98	1,80
Consumo Medido	13,71	1,99

CORSAN - ESTRUTURA DE CONSUMO POR CATEGORIAS ECONÔMICAS
PERÍODO 1993/1996

Em 1 000 m³

CATEGORIAS	1993		1994		1995		1996	
	Consumo	%	Consumo	%	Consumo	%	Consumo	%
Residencial "A"	36 711	15,46	44 402	18,51	58 031	19,42	56 717	21,22
Residencial "B"	153 546	64,66	148 226	61,80	178 840	59,84	161 663	60,49
Pública	9 720	4,10	11 215	4,67	10 817	3,62	10 360	3,87
Comercial	22 102	9,31	21 613	9,01	31 090	10,40	24 269	9,08
Industrial	15 372	6,47	14 411	6,01	20 084	6,72	14 263	5,34
TOTAL	237 451	100,00	239 867	100,00	298 862	100,00	267 272	100,00

Fonte: GPO - Gabinete de Planejamento e Orçamento Unidade de Estudos e Planejamento

A partir do exercício de 1993, a Companhia reestruturou a estrutura de consumo por categoria, motivo pelo qual a análise passa a ser efetuada levando-se em consideração a nova classificação

Com base nas informações supracitadas, verifica-se que, nos três primeiros anos da série, o consumo vinha sempre aumentando. Entretanto, no exercício sob exame, houve uma diminuição em todas as categorias de consumo, resultando no decréscimo total de 10,57% em relação a 1995.

Considerando-se a participação das categorias na estrutura de consumo, constata-se que o Residencial "B" detém os maiores percentuais ao longo da série, situando-se acima da soma das demais, representando, no exercício em análise, 60,49% do total.

A tabela a seguir apresenta a evolução das tarifas mínimas/excessos no período 1987/1996.

CORSAN DEMONSTRATIVO DA MÉDIA DAS TARIFAS MÍNIMAS E EXCESSOS
PERÍODO DE 1987/1996

Em R\$ 1,00*

ANOS	TARIFAS MÍNIMAS (MÉDIA/ANO)					EXCESSOS (MÉDIA/ANO)				
	RESIDENCIAL		COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA	RESIDENCIAL		COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA
	A	B				A	B			
1987	2,17	8 17	11 49	17 43	9 27	0 33	1,51	1 76	1 97	1,56
1988	2 17	10 09	14 26	21 63	11 38	0 33	1 77	2 14	2,42	1 87
1989	2 54	9 33	13 19	20 06	10 51	0 44	1 61	1,97	2 24	1 76
1990	3 16	11 50	16 18	24 66	12 90	0 54	1,97	2 46	2 77	2 17
1991	3,76	13 22	18 89	28 96	14 70	0 62	2,12	2,66	2 96	2 34
1992	4 11	11 62	17,52	26 73	13 02	0,72	1,54	2 20	2 18	1,73
1993	1 38	2 77	4 14	5 53	5,53	1 30	1 86	2 51	2,46	2 20
1994	1 36	2 71	5 40	5,40	5 40	0 61	1 23	1 40	1 58	1 40
1995	2 22	4 69	8 35	16 69	16 69	0 47	0,99	1 12	1 12	1 28
1996	2 47	5 20	9 27	18 52	18,52	0 52	1 10	1 25	1 25	1 42

Fonte Assessoria de Planejamento CORSAN
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A tarifa média mínima da categoria Residencial "A" cresceu, nos exercícios de 1989 a 1992, de forma pouco significativa, decrescendo em 1993 e 1994 e voltando a crescer nos exercícios de 1995 e 1996

Em valores reais, a tarifa desta categoria teve um acréscimo de 13,82% em 1996, comparativamente à tarifa mínima média do ano-base (1987) e de 11,26% em relação ao ano anterior (1995)

A tarifa da categoria Residencial "B" oscilou no período de 1987 a 1996. No exercício em análise, em valores reais, representa 63,65% da tarifa mínima média praticada em 1987. Esta categoria obteve, em 1996, um crescimento de 10,87% em relação ao exercício de 1995

A tarifa mínima média da categoria Comercial, no exercício em análise, em valores reais, apresenta um decréscimo de 19,32% relativamente à tarifa mínima média praticada no ano-base (1987) e, comparativamente ao exercício de 1995, apresenta um acréscimo de 11,02%.

A tarifa mínima média da categoria Industrial, no exercício em análise, em valores reais, apresenta um acréscimo de 6,25% relativamente à tarifa mínima média praticada no ano-base (1987) e de 10,96% em relação ao exercício anterior.

Cabe salientar que deve ser levado em consideração que, em novembro de 1992, foi institucionalizada a tarifa consumo, composta de serviço básico (ligações não hidrometradas) e serviço básico mais preço básico de ligações hidrometradas, fator que influenciou na redução, para o ano de 1993, das tarifas mínimas médias das categorias Residencial (A e B), Comercial e Industrial, pois, até 1992, as tarifas obedeciam ao

critério de consumo mínimo (Residencial "A"=10m³, Residencial "B"=15m³, Comercial=20m³ e Industrial=30m³)

A tarifa mínima média da categoria Pública, no exercício em análise, em valores reais, apresenta um acréscimo significativo de 99,78% relativamente à tarifa mínima média praticada em 1987 (ano-base), sendo que, no exercício em análise, relativamente ao exercício anterior (1995), houve um acréscimo de 10,96%

No que concerne aos excessos cobrados, as médias anuais, no exercício em exame, em valores reais, apresentaram os seguintes decréscimos ou acréscimos

DESCRIMINAÇÃO	EM RELAÇÃO AO ANO BASE (1987)	EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR (1995)
- Residencial A	57 57%	10 64%
- Residencial B	-27 15%	11 11%
- Comercial	-28 98%	11 61%
- Industrial	-36 55%	11 61%
- Pública	-8 97%	10 94%

Fundações

3.3 - FUNDAÇÕES

A Análise Econômica e Financeira realizada neste item tem como base os Balanços das Fundações, que integram as Contas do Governo do Estado.

Arrolam-se, a seguir, as 17 (dezesete) Fundações mantidas pelo Estado para desenvolver atividades de interesse público, identificadas com a respectiva Secretaria de Governo a que se vinculam:

Nº	NOME	SIGLA	SECRETARIA
01	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FAPERGS	SCT
02	FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO DO RS	FADERS	SE
03	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CIENTEC	SCT
04	FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED E HELSER	FEE	SCP
05	FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	FETLSVC	SE
06	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	FEPAGRO	SCT
07	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	FEPPS	SSMA
08	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE L ROESSLER	FEPAM	SSMA
09	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR	FEBEM	STCAS
10	FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	FGTAS	STCAS
11	FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	FIGTF	SC
12	FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	METROPLAN	SCP
13	FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	FOSPA	SC
14	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	FDRH	SARH
15	FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO	FCP-RT	SC
16	FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	FTSP	SC
17	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL	FZB	SAA

3.3.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Os Orçamentos Consolidados das Fundações apresentaram, para o exercício financeiro de 1996, uma previsão de Receita de R\$ 319.915 mil, dos quais foram arrecadados R\$ 219 176 mil, representando um decréscimo de 31,49% em relação a previsão inicial, conforme se verifica na tabela a seguir

FUNDAÇÕES - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	RECEITA			DESPESA					RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	
FAPERGS	55 483	14.521	40 962	55 483	2 660	58 143	12 683	45 460	1 828
FADERGS	2 794	2 916	-122	2 794	348	3 142	2 748	394	168
CIENTEC	14 502	12 924	1 578	14 502	3 247	17 749	11 719	6 030	1 205
PEE	30 319	14 711	15 608	30 319	8 233	38 552	36 661	1 871	-21 970
FETLSVC	9 327	7 707	1 620	9 327	1 248	10 575	7 800	2 775	-93
FEPAGRO	3 950	1 682	2 268	3 950	189	4 139	1 700	2 439	-18
FEPDS	24 891	3 751	21 140	24 891	793	25 684	2 663	23 021	1 088
FEPAM	18 017	9 850	8 167	18 017	2 902	20 919	9 232	11 687	618
FEBEM	47 982	48 209	-227	47 982	19 141	67 123	55 015	12 108	-6 806
FGTAS	52 153	65.369	-13 216	52 153	81 026	133 179	81 408	51 771	-16 039
FLGT	856	952	-96	856	636	1 492	922	570	30
METROPLAN	20 724	9 889	10 836	20 724	3 167	23 891	11 835	12 056	1 946
FOSPA	6 748	4 949	1 799	6 748	1 329	8 077	4.836	3 241	113
FORN	6 943	5 583	1 360	6 943	862	7 805	5 905	1 900	-322
FOP RT	8 904	8.384	520	8 904	1 341	10 245	8 826	1 419	-442
FTSP	736	837	-101	736	157	893	744	149	93
FZB	15 586	6 942	8 644	15 586	1 375	16 961	6 991	9 970	-49
TOTAL	319 915	219 176	100 739	319 915	128 684	448 599	261 718	186 881	-42 542

Fonte: Orçamentos e Balanços Orçamentários das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do total da Receita Realizada, 51,82% foi através da FGTAS e FEBEM, que, juntas, registraram uma arrecadação de R\$ 113.578 mil.

No tocante à Despesa, as dotações totais das Fundações, inicialmente fixadas em R\$ 319 915 mil, foram alteradas no decorrer do exercício em 40,22%, mediante a abertura dos créditos adicionais, que somaram R\$ 128.684 mil. Foi realizado 58,34% do total da Despesa Autorizada

A FGTAS e a FEBEM tiveram, também, na realização da Despesa, uma participação majoritária de R\$ 136.423 mil, respondendo, juntas, por 52,13% da Despesa Orçamentária empenhada no exercício.

A seguir, demonstra-se a evolução dos resultados orçamentários consolidados no período 1992/96

FUNDAÇÕES - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
PERÍODO 1992/96

Em R\$ mil*

RECEITA/DESPESA	1992	1993	1994	1995	1996
Receita Arrecadada	150 603	152.966	188 209	172 869	219 176
Despesa Realizada	178 008	179 939	217 917	174 509	261 718
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-27 405	-26 973	-29 708	-1 640	-42 542

Fonte Balanços Orçamentários das Fundações

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O Resultado Orçamentário apresentou-se negativo em todos os exercícios da série, sendo o maior déficit constatado, em 1996, no montante de R\$ 42 542 mil

Comparado a 1995, o referido déficit consolidado cresceu em 2 494,02% Individualmente, 47% das fundações apresentou superávit orçamentário, onde o maior resultado foi obtido pela FAPERGS no valor de R\$ 1.828 mil. Já o maior déficit, foi o da FEE no valor de R\$ 21 970 mil

3.3.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

Demonstram-se, na tabela que segue, as operações de caráter financeiro realizadas pelas Fundações no exercício de 1996

FUNDAÇÕES - BALANÇOS FINANCEIROS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	RECEITA		DISPONIB INICIAIS	TOTAL	DESPESA		DISPONIB FINAIS
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAM			ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAM	
CIENTEC	12 924	2 425	214	15 563	11 719	2 818	1 026
FADERS	2 916	605	13	3 534	2 748	698	88
FAPERGS	14 521	2 069	172	16 762	12 693	812	3 257
FDRH	5 583	18 095	1 387	25 064	5 905	17 462	1 697
FEBEM	48 209	48 537	292	97 038	55 015	41 455	568
FEE	14 711	25 627	226	40 564	36 681	3 583	300
FEPAIRO	1 682	1 048	26	2 756	1 700	1 038	18
FEPAH	9 850	2 289	445	12 585	9 232	2 572	781
FEPPS	3 751	426	219	4 396	2 663	430	1 304
FETLSVC	7 707	2 245	71	10 024	7 800	1 920	304
FGTAS	65 369	56 004	6 710	128 083	81 408	26 903	19 772
FIGTF	952	226	34	1 212	922	286	5
FOSPA	4 949	1 147	242	6 338	4 836	1 489	13
FCP-RT	8 384	2 772	23	11 179	8 826	1 790	563
FTSP	837	578	31	1 445	744	615	86
FZB	6 942	1 727	335	9 004	6 991	1 452	561
METROPLAN	9 889	5 061	52	15 002	11 835	3 058	108
TOTAL	219 176	170 882	10 494	400 552	261 718	108 383	30 451

Fonte Balanços Gerais das Fundações

Verifica-se que a FGTAS e a FEE, juntas, apresentaram um Resultado Extra-Orçamentário de R\$ 51.145 mil, o qual representa 81,83% do Resultado obtido do montante das Fundações (R\$ 62.499 mil).

No total consolidado, o Déficit Orçamentário de R\$ 42 542 mil foi compensado com um Superávit Extra-Orçamentário de R\$ 62.499 mil, formando um resultado total positivo de R\$ 19.957 mil, que, somado às Disponibilidades Iniciais de R\$ 10.494 mil, resulta em R\$ 30.451 mil de Disponibilidades Finais.

A Receita e Despesa Orçamentárias, agregadas aos valores Extra-Orçamentários, provocaram, no exercício de 1996, a seguinte modificação nas Disponibilidades Totais das Fundações:

	Em R\$ mil	
Disponibilidades Iniciais		10.494
(+) Receita Orçamentária	219 176	
(+) Receita Extra-Orçamentária	170.882	390.058

(-) Despesa Orçamentária	261.718	
(-) Despesa Extra-Orçamentária	108 383	-370 101

Disponibilidades Finais		30 451

O quadro a seguir apresenta a evolução desses valores nos últimos cinco anos:

FUNDAÇÕES - CONSOLIDADO
BALANÇO FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO 1992/96

GRUPOS	Em R\$ mil*										
	1992	1993		1994		1995		1996			
	VALOR	VALOR	VAR X 93/92	VALOR	VAR X 94/93	VALOR	VAR X 95/94	VALOR	VAR X 96/95	VAR X 96/92	
Receita e Disponib Iniciais	230 699	232 714	1	282 759	22	270 264	-4	400 552	48	74	
Receita	229 531	232 374	1	282 325	21	266 072	-6	390 058	47	70	
Receita Orçamentária	150 603	152 967	2	189 171	24	172 868	-9	219 176	27	46	
Receita Extra-Orçamentária	78 928	79 407	1	93 154	17	93 204	0	170 882	83	117	
Disponibilidades Iniciais	1 168	340	71	434	28	4 192	856	10 494	150	798	
Despesas e Disponib Finais	230 699	232 714	1	282 759	22	270.264	-4	400 552	48	74	
Despesa	223 203	221 831	1	275 739	24	258 605	-6	370 101	43	66	
Despesa Orçamentária	178 008	179 940	1	218 739	22	174 508	-20	261 718	50	47	
Despesa Extra-Orçamentária	45 195	41.891	-7	57 001	36	84 097	48	108 383	29	140	
Disponibilidades Finais	7 496	10 883	46	7 019	-36	11 669	66	30 451	161	306	

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Médio)
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Ao longo da série examinada, verifica-se que as Receitas e Despesas Totais (Orçamentárias e Extra-Orçamentárias), à exceção do exercício de 1995, apresentaram um comportamento crescente. No exercício de 1996, em relação a 1995, as Receitas e Despesas Totais obtiveram um acréscimo de 47% e 43% respectivamente.

A evolução dos valores registrados no ano de 1996, comparados ao início da série (1992), demonstra que os aumentos verificados nas Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias (117% e 140% respectivamente) foram mais significativos do que aqueles obtidos pelas Receitas e Despesas Orçamentárias (46% e 47% respectivamente).

As Disponibilidades Finais, que oscilaram entre R\$ 7.019 mil (1994) e R\$ 30.451 mil (1996), representaram, ao final do período, um acréscimo de 306% em relação ao início do mesmo. Quanto às Disponibilidades Iniciais, elevaram-se em 150% em 1996, representando um acréscimo de 798% comparado ao valor inicial registrado em 1992.

FUNDAÇÕES - COMPOSIÇÃO DA RECEITA E DESPESA TOTAL
PERÍODO 1992/96

GRUPOS	Em %				
	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentária	65,61	65,83	66,90	64,97	56,19
Extra-Orçamentária	34,39	34,17	33,10	35,03	43,81
DESPESA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentária	79,75	81,12	79,27	67,48	70,72
Extra-Orçamentária	20,25	18,88	20,73	32,52	29,28

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Como demonstrado no quadro acima, temos que os recebimentos extra-orçamentários aumentaram, em 1996, a sua participação na formação da Receita Total, atingindo 43,81%, enquanto os pagamentos extra-orçamentários decresceram para 29,28% na composição da Despesa Total.

3.3.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

O quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Financeiro e Permanente das Fundações, assim como o Saldo Patrimonial, no exercício de 1996.

FUNDAÇÕES - BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			SALDO PATRIMONIAL
	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	
CIENITEC	1 082	3 052	4.944	085	-	085	4 059
FADERS	93	1 830	1.923	240	121	362	1 561
FAPERGS	3 258	93 392	96.649	2 222	10	2 232	94 417
FORK	1 742	1 236	2.978	1 421	13	1 434	1 544
FEBEM	649	20 499	21.147	13 205	-	13 205	7 942
FEE	305	23 499	23.804	24 044	-	24 044	-241
FEPAGRO	18	24 444	24.462	564	-	564	23 898
FEPAM	837	1 659	2 496	626	-	626	1 869
FEPPS	1 419	44 757	46 176	324	-	324	46 852
FETLSVC	304	1 579	1.883	1 071	288	1 359	524
FGTAS	21 646	5 805	27 451	41 730	2 701	44 432	-16 981
FIGITF	5	195	200	25	-	25	175
FOSP	13	964	977	528	191	719	258
FCP-RT	553	2 624	3.188	1 966	324	2 291	897
FTSP	86	208	294	52	7	59	234
FZB	651	127 550	128 201	1 005	-	1 005	127 196
METROPLAN	108	6 492	6 600	3 385	-	3 385	3 215
TOTAL	32 779	360 593	393 372	93 296	3 655	96 951	296 421

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do total do Ativo Permanente das Fundações, 35% corresponde à FZB, sendo 98% deste montante constituído pelo grupo dos Bens Imóveis da Fundação (R\$ 127.550 mil), ficando a segunda maior participação por conta da FAPERGS (26%), constituindo-se quase que exclusivamente (99%) por Contribuições e Transferências a Receber por aquela Entidade (R\$ 93 145 mil).

A FZB foi responsável por 42,91% do Saldo Patrimonial Total das Fundações, ficando a FAPERGS com a segunda maior participação (31,85%), observando-se que, das 17 (dezesete) Fundações em análise, 09 (nove) não tiveram valores registrados como Passivo Permanente.

Apenas 02 (duas) Fundações (FGTAS e FEE) apresentaram o Saldo Patrimonial Total negativo. Tais entidades tiveram os Saldos Patrimoniais Permanentes positivos, porém não compensando o déficit dos Saldos Patrimoniais Financeiros.

Na tabela seguinte, demonstra-se a composição do Saldo Patrimonial Financeiro, Permanente e Total ao longo do período sob exame:

FUNDAÇÕES - SALDOS PATRIMONIAIS
PERÍODO 1992/96

Em R\$ mil*					
SALDOS PATRIMONIAIS	1992	1993	1994	1995	1996
Ativo Financeiro	3 351	4 741	4 918	11 811	32 779
Passivo Financeiro	15 013	13 821	25 623	31 464	93 296
SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO (1)	-11 662	-9 080	-20 705	-19 653	-60 517
Ativo Permanente	50.789	251 478	194 184	236 981	360 593
Passivo Permanente	2.014	4 803	4.310	3 679	3 655
SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE (2)	48.775	246 675	189 874	233 302	356 938
SALDO PATRIMONIAL TOTAL (1+2)	37.113	237.595	169.168	213.649	296 421

Fonte: Balanços Orçamentários das Fundações
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que o Saldo Patrimonial Financeiro foi negativo em todos os exercícios da série, e o Saldo Patrimonial Permanente foi sempre positivo.

O Saldo Patrimonial Total elevou-se significativamente no exercício de 1993, quando atingiu resultado de R\$ 237.595 mil, representando um aumento de 540% em relação a 1992. No exercício de 1996, constata-se o maior resultado do período (1992/96), ou seja, R\$ 296 421 mil.

Conforme demonstrado no quadro seguinte, o aumento significativo de 699% ocorrido no Ativo Real Líquido em relação a 1992, foi em decorrência, principalmente, do aumento de 610% verificado no Ativo Permanente das Fundações.

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO 1992/96

Em R\$ mil**											
GRUPOS	1992	1993		1994		1995		1996			
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92	
Ativo e Saldo Patrimonial	54 141	256 219	373	199 101	-22	248 792	25	393 372	58	627	
Financeiro	3 351	4 741	41	4 918	4	11 810	140	32 779	178	878	
Permanente	50 790	251 478	395	194 184	23	236 981	22	360 593	52	610	
Passivo Real a Descoberto											
Passivo e Saldo Patrimonial	54 141	256 219	373	199 101	22	248 792	25	393 372	58	627	
Financeiro	15 013	13 821	8	25 623	85	31 464	23	93 296	197	521	
Permanente	2 015	4 803	138	4 310	10	3 679	15	3 655	1	81	
Ativo Real Líquido	37 114	237 595	540	169 169	29	213 649	26	296 421	39	699	

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Como se demonstra a seguir, apresentaram redução do Saldo Patrimonial em 1996, comparativamente a 1995, a FADERS, a FEE, a FETLSVC, a FDRH e FZB, sendo os maiores decréscimos verificados na FEE (105,49%) e FDRH

Já as variações positivas mais significativas, no mesmo comparativo, foram apresentadas pela FEPAGRO (4.576,71%), METROPLAN (525,49%) e FOSPA

(460,87%).

FUNDAÇÕES - SALDO PATRIMONIAL

FUNDAÇÃO	Em R\$ mil*		
	1995	1996	VARIAÇÃO %
FAPERGS	61.966	94.417	52,37
FADERS	2.077	1.561	-24,84
CIENTEC	2.504	4.059	62,10
FEE	4.389	-241	-105,49
FETLSVC	607	524	-13,67
FEPAGRO	511	23.898	4.576,71
FEPPS	33.030	45.852	38,82
FEPAM	1.400	1.869	33,50
FEBEM	1.753	7.942	353,05
FGTAS	-3.702	-16.981	358,70
FIGTF	153	175	14,38
METROPLAN	514	3.215	525,49
FOSPA	-46	-258	460,87
FDRH	2.074	1.544	-25,55
FCP-RT	751	897	19,44
FTSP	82	234	185,37
FZB	130.027	127.196	-2,18

Fonte: Balanços Patrimoniais das Fundações
 * Vts. Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)
 Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

3.3.4 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Quadro a seguir demonstra, em nível de Entidade, a movimentação

FUNDAÇÕES
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÕES	VARIAÇÕES ATIVAS			RESULTADOS	TOTAL	VARIAÇÕES PASSIVAS			RESULTADOS
	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPEND DA EXEC ORÇAMENT	PATRIMONIAIS		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPEND DA EXEC ORÇAMENT	PATRIMONIAIS
	RECETTA ORÇAMENTÁRIA	MUTAÇÃO PATRIMONIAL				DESPESA ORÇAMENTÁRIA	MUTAÇÃO PATRIMONIAL		
CIENTEC	12 924	373	4 358		17 654	11 719	3 416	751	1 769
FADERS	2 916	16	1 849	338	5 118	2 748	2 313	57	
FAPERGS	14 521	48	46 468	-	61 036	12 693	10 572	30	37 743
FCP RT	8 384	167	2 536		11 088	8 826	1 853	198	210
FDRH	5 583	364	129	352	6 428	5 905	485	39	
FEBEM	48 209	208	19 881		68 298	55 015	6 857	87	6 339
FEE	14 711	71	20 601	4 254	39 637	35 681	2 668	288	
FEPAQRO	1 682	386	23 876		25 944	1 700	669	144	23 430
FEPAH	9 850	183	1 079		11 113	9 232	1	1 291	588
FEPPS	3 751	95	38 490		42 336	2 663	662	1 017	37 994
FETLSVC	7 707	79	1 535	31	9 353	7 800	1 431	122	
FGTAS	65 369	169	5 356	13 594	84 488	81 408	2 450	630	
FIGIT	952		192		1 145	922	187		36
FOSPA	4 949	14	959		5 923	4 836	584	203	300
FTSP	837	6	157		999	744	90	6	160
FZB	6 942	413	8 948		16 303	6 991	640	400	8 273
METROPLAN	9 889	63	6 343		16 295	11 835	1 688	27	2 745
TOTAIS	219 176	2 655	182 759	18 569	423 159	261 718	36 565	5 290	119 587

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que, das 17 (dezessete) Fundações em análise, apenas 05 (cinco) apresentaram déficit em 1996. FADERS, FDRH, FEE, FETLSVC e FGTAS. Quanto ao superávit verificado, a FEPPS foi responsável por 31,77%, ficando a FAPERGS com a segunda maior participação (31,56%).

No conjunto, as Fundações encerraram o exercício com um superávit patrimonial de R\$ 101.018 mil.

Na tabela que segue, consolidam-se os dados relativos às variações ocorridas no patrimônio das Fundações no período de 1992 a 1996

FUNDAÇÕES - CONSOLIDADO
 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
 PERÍODO DE 1992/1996

QUADRO III

Em R\$ mil*

GRUPOS	1992	1993		1994		1995		1996		
	VALOR	VALOR	VAR % 93/92	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VAR % 96/92
Variações Ativas	284 010	936 837	230	462 428	-52	283 330	37	404 589	43	42
Resultantes da Exec. Orçam.	152 869	257 313	3	191 784	22	174 735	-9	221 831	27	46
Receitas Correntes	142 831	149 227	4	159 446	7	167 422	5	217 563	30	52
Receitas de Capital	7 772	3 739	-52	29 725	685	5 447	-82	1 613	-70	79
Mutações Patrimoniais	2 256	4 347	93	2 612	-40	1 866	-29	2 655	42	18
Independ. da Exec. Orçament.	131 151	779 524	494	260 644	-67	108 596	-58	182 759	68	39
Déficit Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações Passivas	284 010	936 837	230	462 428	-52	283 330	-37	404 589	43	42
Resultantes da Exec. Orçam.	382 997	184 243	1	222 705	21	207 184	-7	298 283	44	63
Despesas Correntes	162 636	169 327	4	179 276	6	170 629	-5	247 900	45	52
Despesas de Capital	15 372	10 613	-31	39 462	272	3 879	-90	13 819	256	-10
Mutações Patrimoniais	4 989	4 303	-14	3 965	-8	32 676	724	36 565	12	633
Independ. da Exec. Orçament.	14 422	17 128	19	8 448	-51	8 817	4	5 290	-40	-63
Superávit Patrimonial	86 591	735 467	749	221 275	-70	67 329	-70	101 018	50	17

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FM (Método)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O Resultado Patrimonial consolidado foi positivo em todos os exercícios da série, apresentando, no exercício de 1996, um acréscimo de 50% em relação ao ano anterior e de 17% em comparação a 1992

Contribuíram decisivamente para a obtenção do superávit verificado no exercício de 1996 (R\$ 101.018 mil), a FAPERGS, a FEPPS e a FEPAGRO, as quais apresentaram, juntas, um resultado patrimonial de R\$ 99.167 mil, representando 98,17% do total, conforme demonstrado na tabela a seguir:

FUNDAÇÕES - RESULTADO PATRIMONIAL
PERÍODO 1992/96

Em R\$ mil*

FUNDAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996
FAPERGS	34 200	28 185	38 056	39 526	37 743
FADERS	673	541	2 300	723	-338
CIENTEC	2 242	1 996	2 044	1 272	1 769
FEE	590	2 231	4 879	1 491	-4 254
FETLSVC	664	-328	2 121	-643	-31
FEPAGRO(1)	-	-	160	424	23 430
FEPPS(2)	-	-	-	8 730	37 994
FEPAM	830	2 621	2 071	123	588
FEBEM	1 756	394	2.540	253	6 339
FGTAS	201	-1 916	-1 214	-2 992	-13 594
FIGTF	96	64	356	-59	36
METROPLAN	577	-427	3 952	-1 829	2 745
FOSPA	104	783	-198	53	300
FDRH	2 521	692	595	1 732	-352
FCP-RT	-328	-320	-712	1 198	210
FTSP	26	13	119	11	160
FZB	42 452	700 935	164 208	17 315	8 273
TOTAL	86 604	735 464	221 277	67 328	101 018

Fonte Balanços Gerais das Fundações

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

(1) Criada em 1994 - Lei nº 10 096/94

(2) Criada em 29/12/94 - Lei nº 10 349/94

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Em relação ao ano anterior (1995), constata-se que a FEPAGRO apresentou, dentre as Fundações, a maior variação positiva (5 425%), enquanto a FEE representou a maior variação negativa (385,31%)

Em geral, além da FEPAGRO, a CIENTEC, a FEPPS, a FEPAM, a FEBEM, a FIGTF, a METROPLAN, a FOSPA e a FTSP melhoraram o seu resultado patrimonial em relação ao exercício anterior.

Verifica-se, ainda, que, além da FEE, mais 06 (seis) Fundações apresentaram variação negativa relativamente ao exercício de 1995, destacando-se, ao longo da série, desde 1993, a FGTAS, que vem apresentando Resultado Patrimonial negativo

Demonstra-se, a seguir, a evolução da participação percentual dos elementos que compõem as Variações Patrimoniais Ativas ao longo do quinquênio 1992/96

FUNDAÇÕES - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS
PERÍODO 1992/96

						Em %
VARIAÇÕES ATIVAS	1992	1993	1994	1995	1996	
Result. da Exec. Orçament	53,82	16,79	42,27	61,67	54,83	
Receitas Correntes	50,29	15,93	35,11	59,09	53,77	
Receitas de Capital	2,74	0,40	6,58	1,92	0,40	
Mutações Patrimoniais	0,79	0,46	0,58	0,66	0,66	
Independ da Exec Orçament	46,18	83,21	57,73	38,33	45,17	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

Fonte. Balanços Gerais das Fundações
Cálculos. Equipe Técnica - TCE/RS

Na composição das Variações Patrimoniais Ativas, as Variações Orçamentárias, nos 02 (dois) últimos exercícios (1995/96), foram maiores que as Variações Extra-Orçamentárias

FUNDAÇÕES - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS
PERÍODO 1992/96

						Em %
VARIAÇÕES PASSIVAS	1992	1993	1994	1995	1996	
Result. da Exec. Orçament.	64,43	19,66	49,15	73,12	73,73	
Despesas Correntes	57,26	18,07	39,54	60,22	61,27	
Despesas de Capital	5,41	1,13	8,73	1,37	3,42	
Mutações Patrimoniais	1,76	0,46	0,88	11,53	9,04	
Independ da Exec Orçament.	5,08	1,83	1,87	3,11	1,31	
Superávit Patrimonial	30,49	78,51	48,98	23,76	24,96	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

Fonte. Balanços Gerais das Fundações
Cálculos. Equipe Técnica - TCE/RS

As Variações Passivas resultantes da execução do Orçamento apresentaram praticamente o mesmo percentual na composição do total das variações passivas nos 02 (dois) últimos exercícios (1995/1996) O referido percentual, situado em torno de 73%, foi o maior da série em exame.

3.3.5 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O Governo do Estado empenhou, em 1996, a título de contribuições e transferências a crédito das Fundações, o valor de R\$ 211 505 mil, representando um acréscimo real de 11,67% em relação ao total empenhado no exercício anterior.

Demonstram-se, a seguir, os valores empenhados pelo Estado em favor de cada Entidade, segundo a finalidade do repasse:

FUNDAÇÕES - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE EMPENHADAS NO EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS DE CAPITAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL	%
FAPERGS	601	-	46 330	46 931	22,19
FADERS	1 929	32	397	2 358	1,11
CIENTEC	9.252	411	327	9.990	4,72
FEE	13 469	-	619	14 088	6,67
FETLSVC	6 512	76	324	6 912	3,27
FEPAGRO	-	416	400	816	0,38
FEPPS	23	-	3 060	3 083	1,46
FEPAM	5 270	-	607	5 877	2,78
FEBEM	42 085	9 298	9 048	60.431	28,57
FGTAS	20 755	-	6 123	26 878	12,71
FIGTF	852	-	91	943	0,44
METROPLAN	6 996	3 231	2.357	12 584	5,95
FOSPA	4 413	-	550	4 963	2,35
FDRH	1 570	-	-	1 570	0,74
FCP-RT	6 438	746	1 016	8 200	3,88
FTSP	401	2	268	671	0,32
FZB	5 089	-	121	5 210	2,46
TOTAL	125.655	14 212	71 638	211 505	100,00
%	59,41	6,72	33,87	100,00	-

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE - CAGE

As Fundações mais beneficiadas, em 1996, com as Transferências empenhadas pelo Estado, foram a FEBEM (28,57%) e a FAPERGS (22,19%), que juntas, somam R\$ 107 362 mil, representando 50,76% do total

Do valor empenhado para Despesas de Capital, 65,42% foi para a FEBEM. Quanto a Despesas com Pessoal, os maiores percentuais foram destinados à FEBEM (33,49%) e à FGTAS (16,51%), que juntas, representam 50% do total

Conforme se demonstra a seguir, verificou-se um decréscimo, na participação percentual das Transferências para Despesas com Pessoal, de 66,43% para

59,41%, bem como um acréscimo, nos auxílios para a realização de Despesas de Capital, de 0,60% para 6,72%, empenhados às Fundações em 1996, em comparação a 1995.

FUNDAÇÕES - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO EMPENHADAS
PERÍODO 1992/96

Em %

ANO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS DE CAPITAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
1992	63,35	6,80	29,85	100,00
1993	70,69	2,93	26,38	100,00
1994	57,34	15,52	27,14	100,00
1995	66,43	0,60	32,97	100,00
1996	59,41	6,72	33,87	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado - 1992/96 e Sistema AFE - CAGE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A tabela a seguir demonstra os valores empenhados pelo Estado e os efetivamente pagos, incluindo Restos a Pagar:

FUNDAÇÕES - RECEITAS TRANSFERIDAS PELO ESTADO - 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	EMPENHADO PELO ESTADO 1996	PAGO A FUNDAÇÃO 1996 (1)	% PAGO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1996	PAGO À FUNDAÇÃO REF RESTOS A PAGAR (2)	TOTAL PAGO À FUNDAÇÃO (1 + 2)
FAPERGS	46.931	489	1,04	10.572	11.061
FADERS	2.358	566	24,00	2.313	2.879
CIENTEC	9.990	7.194	72,01	1.939	9.133
FEE	14.088	10.660	75,67	2.662	13.322
FETLSVC	6.912	5.261	76,11	1.390	6.651
FEPAGRO	816	329	40,32	599	928
FEPPS	3.083	303	9,83	662	965
FEPAM	5.877	4.627	78,73	1.177	5.804
FEBEM	60.431	38.994	64,53	6.857	45.851
FGTAS	26.878	20.516	76,33	2.449	22.965
FIGTF	943	663	70,31	187	850
METROPLAN	12.584	7.418	58,95	1.685	9.103
FOSPA	4.963	3.734	75,24	584	4.318
FDRH	1.570	1.408	89,68	388	1.796
FCP-RT	8.200	5.623	68,57	1.833	7.456
FTSP	671	545	81,22	90	635
FZB	5.210	4.624	88,75	632	5.256
TOTAL	211.505	112.954	53,40	36.019	148.973

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE - CAGE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Do total empenhado (R\$ 211 505 mil), foram efetivamente transferidos R\$ 112.954 mil, ou seja, apenas 53,40% do exercício

No tocante ao total pago no exercício de 1996 (incluindo Restos a Pagar), o total pago às Fundações foi de R\$ 148.973 mil

Quanto à FAPERGS e a FEPPS, destaca-se o fato de que grande parte dos valores empenhados pelo Estado, em 1996, não foi transferida Dessa forma ficou registrado em Restos a Pagar, respectivamente, o montante equivalente a 98,96% e 90,17% dos totais empenhados para cada Fundação supramencionada

Tem-se, a seguir, a participação percentual do Estado na formação da Receita Total das Fundações em 1996, incluindo-se os valores transferidos relativos a exercícios anteriores, registrados em Restos a Pagar

FUNDAÇÕES - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA
EXERCÍCIO DE 1996

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	EFETIVAMENTE TRANSFERIDO PELO ESTADO(1)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
			ESTADO	OUTROS
FAPERGS	14 521	11 061	76,17	23,83
FADERS	2 916	2 879	98,73	1,27
CIENTEC	12.924	9 133	70,67	29,33
FEE	14.711	13 322	90,56	9,44
FETLSVC	7 707	6 651	86,30	13,70
FEPAGRO	1 682	928	55,17	44,83
FEPPS	3 751	965	25,73	74,27
FEPAM	9 850	5 804	58,92	41,08
FEBEM	48 209	45 851	95,11	4,89
FGTAS	65 369	22 965	35,13	64,87
FIGTF	952	850	89,28	10,72
METROPLAN	9 889	9 103	92,05	7,95
FOSPA	4 949	4 318	87,25	12,75
FDRH	5 583	1 796	32,17	67,83
FCP-RT	8 384	7 456	88,93	11,07
FTSP	837	635	75,87	24,13
FZB	6 942	5 256	75,71	24,29
TOTAL	219 176	148 973	67,97	32,03

Fonte: Balanços Geral do Estado - 1996 e Sistema AFE - CAGE

(1) Incluído Restos a Pagar

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se uma dependência dos recursos transferidos pelo Estado pela grande maioria das Fundações, sendo que 04 (quatro) delas apresentam tal dependência acima de 90%: FADERS (98,73%), FEBEM (95,11%), METROPLAN (92,05%) e FEE (90,56%).

A FEPPS e a FDRH foram as Fundações com os menores índices de participação do Estado na Receita Orçamentária (25,73% e 32,17% respectivamente)

Tem-se, a seguir, a participação percentual do Estado na formação da Receita Total das Fundações ao longo do período 1992/96:

FUNDAÇÕES - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO PERÍODO 1992/96						Em %
FUNDAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA DO PERÍODO
FAPERGS	70,77	74,00	70,56	95,86	76,17	77,47
FADERS	98,53	97,79	95,89	99,44	98,73	98,07
CIENTEC	66,04	63,00	65,97	80,64	70,67	69,26
FEE	94,23	96,96	94,37	97,47	90,56	94,72
FETLSVC	90,96	92,06	85,68	89,07	86,30	88,81
**FEPAGRO	-	-	19,42	35,52	55,17	36,70
***FEPPS	-	-	-	46,45	25,73	36,09
FEPAM	76,39	64,05	70,13	66,58	58,92	67,21
FEBEM	97,04	98,01	96,00	99,09	95,11	97,05
*FGTAS (1)	-	77,40	51,14	65,25	35,13	57,23
FIGTF	98,01	96,53	96,27	49,35	89,28	86,69
METROPLAN	96,66	25,40	96,96	91,00	92,05	80,41
FOSPA	89,88	84,62	87,74	89,86	87,25	87,87
FDRH (1)	-	48,49	42,39	45,21	32,17	42,06
FCP-RT	97,48	98,02	97,78	99,22	88,93	96,28
FTSP	80,98	77,93	73,18	77,25	75,87	77,04
FZB	89,63	85,20	85,21	86,53	75,71	84,46

Fonte Parecer Prévio de 1994 e 1995

(1) Não apresentou Balanço em 1992

(*) Criada em 1992-Lei 9434/91

(**) Criada em 1994 - Lei 10.096/94

(***) Criada em 29/12/94 - Lei 10 349/94

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se verifica, a FADERS, a FEBEM, a FCP-RT e a FEE apresentaram, ao longo da série, a maior dependência dos recursos transferidos pelo Estado, mostrando uma participação média de 98,07%, 97,05%, 96,28% e 94,72%, respectivamente, nos repasses do Estado em suas Receitas.

SÍNTESE DO RELATÓRIO

SÍNTESE DO RELATÓRIO

RELATIVAS AO CAPÍTULO 1

DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Estadual nº 10 532, de 02-08-95, orientou a elaboração da proposta orçamentária da Administração Direta, consubstanciada na Lei nº 10 596, de 20-12-95, que alocou recursos da ordem de R\$ 6 510 618 mil, a preços de 1995. Este orçamento foi corrigido até o efetivo início da execução orçamentária, resultando numa Receita prevista de R\$ 6 768 439 mil e na fixação da Despesa em R\$ 6 758 076 mil. O superávit da previsão resultou de emendas parlamentares, parcialmente vetadas pelo Governador, reduzindo dotações cujos recursos não foram alocados em outra despesa.

O Programa de Reforma do Estado (Receita de Alienação de Participações Societárias - Recurso nº 133), cujas operações geraram um resultado positivo de R\$ 585 581 mil no exercício, contribuiu decisivamente para a geração do Superávit Orçamentário do Exercício no valor de R\$ 33 835 mil.

Assim, caso não houvesse as Alienações Societárias, o Superávit transformaria-se em Déficit Orçamentário do Exercício no montante de R\$ 551 746 mil.

Repetiu-se, neste exercício, a utilização de recursos vinculados, denominados componentes do Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado, correspondentes a R\$ 886 451 mil, para suprir insuficiências de caixa do Tesouro. Tais recursos deveriam ser depositados em contas próprias, vinculadas e que, por força de lei, possuem finalidade específica. Entretanto, foram utilizados no pagamento de despesas ordinárias.

DA GESTÃO FINANCEIRA

A Receita Arrecadada (R\$ 7.840.262 mil) superou em R\$ 1.071.823 mil os valores previstos, sendo suficiente para dar suporte aos gastos de competência do exercício, que alcançaram R\$ 7.806.427 mil, dos quais não foram empenhados R\$ 466.852 mil relativos à Dívida Interna vencida, registrada como “Contratos em Renegociação”.

Se apropriadas ao exercício de competência, tais despesas resultariam em um déficit financeiro de R\$ 433.017 mil.

DO ICMS

A parcela mais significativa das Receitas Correntes continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS que, em 1996, respondeu por 69,98% do total arrecadado àquele título.

Em comparação com os valores apresentados no exercício anterior, verifica-se um acréscimo na arrecadação da ordem de 2,83% (-0,64% em 1995)

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante previsto inicialmente e indicado à Assembléia Legislativa para cobertura do déficit orçamentário era de R\$ 718.821 mil (11,04% do orçamento). Ressalta-se que, em 1995, esta participação era de 16,36%.

Entretanto, em 1996, estas operações atingiram efetivamente o montante de R\$ 1 223 436 mil (o que representou um acréscimo de 70,20% ao previsto no orçamento), incluindo as receitas efetivamente recebidas e as das rolagens com títulos da Dívida Pública

DAS ALIENAÇÕES DE BENS

Parcela substancial das Receitas de Capital, refere-se às Receitas de Alienações Societárias, as quais fazem parte do “Programa de Reforma do Estado”, atingindo, no exercício, R\$ 848 128 mil, equivalente a 36,92% das Receitas de Capital, enquanto que o montante previsto no orçamento era de apenas R\$ 200.000 mil e, no exercício anterior, nada foi realizado sob este título

Destacam-se como principais alienações

- 218 516 977 ações tipo O.N do Capital Social da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT (com direitos de participação importante na administração daquela Companhia), que representam 29,15% das ações com direito a voto daquela entidade, transacionadas ao consórcio vencedor da licitação, por R\$ 567.214 mil
- 76 320.900 ações tipo O.N do Capital Social da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, equivalentes a 40,12% do Capital Votante daquela Companhia, transacionadas com vistas a servir de lastro à emissão de debêntures da CADIP, transformáveis em ações da CEEE, estas, adquiridas pelo BNDES R\$ 150.000 mil

DOS GASTOS COM PESSOAL

Dentre as Despesas Correntes, destacam-se as Despesas com Pessoal que representaram, em 1996, 62,73% da sua totalidade. Ressalta-se que, em relação à Despesa Total, os gastos com pessoal representaram, apenas, 48,05%

O comprometimento da Receita Corrente Líquida com os gastos com pessoal, em 1996, foi de 86,38%, o que representou um acréscimo de 3,49 pontos percentuais em relação ao comprometimento verificado em 1995, evidenciando uma tendência de crescimento

Cabe ressaltar que, para a apuração da Despesa Líquida com Pessoal, não foram considerados R\$ 127.754 mil, relativos ao Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público - PDV, devido a sua excepcionalidade, e

ainda, por ter sido financiado com recursos federais classificados como Receitas de Capital.

mil, registrado como Receita Corrente na conta código 121030.004 - Contribuição Previdenciária Suplementar (B.G.E. vol. I, fl. 108), correspondente ao desconto mensal

de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, destinado a custear os proventos de aposentadoria, instituído pela Lei Complementar nº 10.588, de 28 de novembro de 1995.

Vale lembrar que a referida contribuição revelou-se como medida ineficaz, visto que a importância arrecadada não foi depositada em conta bancária vinculada, e, igualmente, não foi constituído e regulamentado o Fundo a que se referia a Lei retromencionada, constituindo-se, da forma como ocorreu, em desvio de finalidade.

O crescimento dos gastos com pessoal, em bases constantes (9,31%), situou-se inferior ao crescimento do total das despesas correntes (12,37%), devido principalmente ao substancial crescimento das despesas no elemento 3132 - Outros Serviços e Encargos (53,66%).

A Despesa com Pessoal Ativo teve um crescimento, em bases constantes, de R\$ 172.786 mil (9,53%), sendo que este incremento foi absorvido, em sua maior parte, pela Secretaria de Educação.

Com relação aos gastos com pessoal inativo, ocorreu um crescimento, em bases constantes, de R\$ 133.111 mil (10,96%), sendo que a Secretaria da Educação absorveu, deste incremento, R\$ 83.666 mil (62,85%).

O gasto anual por inativo manteve-se praticamente inalterado, entretanto, cresceu a participação percentual entre os gastos com inativos sobre o total da despesa líquida de pessoal para 35,92% (35,39% em 1995).

Para cada 100 (cem) servidores ativos, já existem 54 (cinquenta e quatro) servidores inativos e, para cada R\$ 1,00 pago a servidores ativos, já se fazem necessários R\$ 0,67 para servidores inativos.

DAS DESPESAS DE CAPITAL

Os gastos com amortização da Dívida Interna e Externa corresponderam a 55,93% das Despesas de Capital, tendo diminuído, em relação ao exercício anterior, em R\$ 159 684 mil (13,52%) em bases constantes

Os gastos com Investimentos tiveram um incremento de R\$ 58 263 mil, equivalentes a 70,06% em relação ao exercício anterior, passando a representar 1,81% (1,20% em 1995) das Despesas Totais

As outras Despesas de Capital cresceram, no exercício, R\$ 325.744 mil, equivalentes a 96,33% em relação ao exercício anterior, devido às operações do “Programa de Reforma do Estado”, que incluem Resgate de Debêntures da CADIP junto ao BNDESPAR no valor de R\$ 179 190 mil (R\$ 150 002 mil como principal e R\$ 29 188 mil de encargos), resgate de ações da CRT junto à CADIP no valor de R\$ 171 678 mil (R\$ 130 914 mil como principal e R\$ 40 764 mil de encargos), bem como Transferências ao DAER com Auxílios para Despesas de Capital no valor de R\$ 47.570 mil, totalizando, assim, R\$ 398 438 mil

DO ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro apresentou um acréscimo percentual de 103,56% em relação ao exercício anterior, sendo que o subgrupo Vinculado obteve o maior crescimento, que foi o de 661,20%

O Vinculado em contas correntes bancárias indica R\$ 310 899 mil, resultando, assim, em um crescimento substancial em relação ao exercício anterior. Entretanto, o BGE informa recursos vinculados não aplicados “a empenhar” no total de R\$ 886.451 mil, ou seja, não estão depositados em contas bancárias vinculadas R\$ 575 552 mil, constituindo-se, desta forma, realização de gastos com desvio de finalidade

DO PASSIVO FINANCEIRO

A Dívida Flutuante aumentou, em 1996, 35,23% em relação ao exercício anterior, em decorrência, basicamente, do aumento de Depósitos (438,29%), que inclui

Depósitos do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), os quais tiveram um acréscimo, no exercício, de R\$ 640.770 mil, equivalente a 723,01% sobre o saldo do exercício anterior.

A conciliação parcial dos saldos de Balanço entre o Estado e suas Entidades Controladas (CEEE, CORSAN, IPE, CRM) revela diversas divergências, que dependem de uniformização de critérios de registros.

Cabe ressaltar que somente a dívida contabilizada pelo IPERGS e não reconhecida pelo Poder Executivo, na data do Balanço, é de R\$ 653.834 mil, e, que o Passivo a Descoberto desta Autarquia monta R\$ 1.734.645 mil, onde o Estado também figura como responsável, totalizando, desta forma, R\$ 2.388.479 mil.

O Passivo a Descoberto do Estado, R\$ 4.936.039 mil, sendo acrescido do total retromencionado, resultaria em R\$ 7.324.518 mil.

DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial demonstra um Passivo Financeiro superior em R\$ 594.771 mil ao Ativo Financeiro. Logo, comparativamente ao exercício anterior, o Déficit Financeiro do exercício decresceu 13,46% a preços constantes

Destaca-se, no entanto, que, se forem imputados ao Passivo Financeiro os R\$ 466.852 mil correspondentes aos contratos de empréstimos vencidos no exercício, a Situação Líquida Financeira negativa passaria a ser de R\$ 1.061.623 mil.

Caso imputássemos, também ao Passivo Financeiro, os R\$ 886.451 mil relativos aos recursos vinculados a empenhar, a Situação Líquida Financeira Negativa atingiria a vultosa quantia de R\$ 1.948.074 mil.

DO ATIVO PERMANENTE

Este grupo que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, atingiu R\$ 4.532.082 mil em 31-12-96, apresentando um crescimento real de R\$ 923.803 mil, equivalente a 25,60% em relação a 1995

Dentre as subcontas que apresentaram maior crescimento, destacam-se “Bens do Estado” com R\$ 56.592 mil (88,30%), “Créditos” com R\$ 112.100 mil (56,12%) e “Dívida Ativa” com R\$ 724.966 mil (46,36%).

Vale ressaltar que o crescimento, no exercício, da subconta “Dívida Ativa” equivale à importância superior a dois meses de receita tributária média do exercício em tela (R\$ 699 126 mil), e que o crescimento da subconta “Créditos” deve-se, principalmente, à inscrição de R\$ 100 004 mil a receber pela venda das ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuada em 27-12-1996

DAS PARTICIPAÇÕES

As Participações do Estado somaram R\$ 1 719 350 mil, representando 37,94% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, desta forma, no segundo subgrupo de saldo mais representativo do Ativo Permanente.

Destaca-se, neste exercício, a baixa por alienação de 218.516.977 ações ON do Capital Social da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), equivalentes a 29,15% das ações com direito a voto daquela Companhia, restando ao Estado, após a venda, 56,24% do capital votante da CRT

Destaca-se, também, neste exercício, a baixa por alienação de 76.320 900 ações O.N. do Capital Social da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, equivalentes a 40,12% das ações ON dessa Companhia, restando ao Estado, após a venda, participação direta de 55,22% do Capital Votante da CEEE.

Salienta-se, ainda, a baixa integral da participação do Estado na Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC no valor de R\$ 14.721 mil, devido à conclusão do processo de liquidação ocorrido em 1996, autorizado pela Lei Estadual nº 10 359, de 16-01-1995

Nas Participações do Estado, foram registradas “Bonificações e Correção Monetária” no valor de R\$ 319.503 mil Entretanto, os referidos registros não guardam uniformidade de critérios com os exercícios anteriores e conflitam com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, “do Registro pelo Valor Original” e “da Prudência”, constantes nos artigos 7º e 10º da Resolução CFC nº 750/93, de 29-12-93.

DA DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa teve um crescimento, no exercício, de R\$ 724.966 mil (46,36%) em valores constantes

A movimentação da Dívida Ativa, no exercício, em termos nominais, ocorreu em vista de inscrições de R\$ 985.224 mil (63,00% do saldo do exercício anterior corrigido), baixas por cobrança de R\$ 64.600 mil (4,13%) e baixas por cancelamentos de R\$ 62.108 mil (3,97%)

Do montante inscrito em Dívida Ativa (R\$ 985 224 mil), apenas R\$ 201 938 mil referem-se à Receita lançada e não arrecadada, sendo os restantes R\$ 780.286 mil oriundos de correção monetária, juros e multas

O saldo da subconta Dívida Ativa encontra-se concentrado em grandes devedores, pois os 200 (duzentos) maiores representam 57,75% do saldo da mesma.

Correlacionando-se o saldo da Dívida Ativa com outros dados do Balanço, observa-se sua expressividade, e conclui-se que somente a intensificação da atuação preditiva propiciaria um maior e melhor monitoramento dos devedores inadimplentes, evitando, tanto quanto possível, que os créditos do Estado se tornassem vultosos em relação aos contribuintes, prejudicando ou até impossibilitando sua posterior realização.

Destaca-se, ainda, ter havido no exercício, cancelamentos da Dívida Ativa no valor de R\$ 62.108 mil, ou seja, semelhante ao volume de cobrança (R\$ 64.600 mil) Estes cancelamentos equivaleram a 4,34% do saldo inicial inscrito em Dívida Ativa. Entretanto, o BGE omite quaisquer informações sobre os motivos preponderantes que determinaram os referidos cancelamentos.

DO PASSIVO PERMANENTE

A Dívida Fundada teve um crescimento nominal de R\$ 1.872 050 mil decorrente, quase que integralmente, do reajustamento da dívida Observa-se, desta forma, que houve, no exercício, um crescimento percentual substancial da ordem de 15,92% a preços constantes, ou seja, acréscimo real, visto que considera a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna calculado pela Fundação Getúlio Vargas, o qual atingiu 9,34% no mesmo período.

Assim, o montante da Dívida Fundada, constituído por Empréstimos de origem Interna e Externa, cujos prazos de vencimento vão além do exercício seguinte, era, em 31-12-96, de R\$ 8.873.350 mil, de acordo com o Balanço Patrimonial. Este valor, o mais alto verificado no último decênio, deve-se, principalmente, ao elevado custo do financiamento da Dívida Fundada Interna em títulos

As operações em títulos contribuíram com as maiores parcelas na formação da Dívida Fundada Interna (71,27% das captações e 84,81% dos reajustes)

A Dívida Fundada Interna, cujo saldo de Balanço atinge R\$ 8 714.916 mil, acha-se aumentada em R\$ 466 852 mil, em face da inclusão das dívidas vencidas em 1996, não pagas e imputáveis ao Passivo Financeiro, classificadas como "em renegociação".

No tocante à Dívida Fundada Externa, cujo saldo de Balanço atinge R\$ 158 434 mil, ocorreu uma redução de 13,30% em relação ao exercício anterior

As captações de origem externa, em 1996, que somaram R\$ 5 489 mil, foram obtidas, em sua totalidade, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD (Lei nº 8 899, de 04.08.89), estando vinculadas ao FUNDOPIMES.

Tendo em vista que, em 1996, as receitas de impostos tiveram um incremento de 3,60% a preços constantes, e que a Dívida Pública cresceu em 18,49% a preços constantes, o período de arrecadação necessário para resgatá-la aumentou para 31 meses (27 meses em 1995). Caso a arrecadação fosse integralmente carregada para pagamento da Dívida Pública, este seria o tempo necessário para o pleno resgate

DO RESULTADO PATRIMONIAL E DO PASSIVO A DESCOBERTO

O Estado encerrou o exercício de 1996 com um Déficit Patrimonial da ordem de R\$ 606.278 mil. Esta situação é resultado das variações que provocaram uma melhoria da Situação Líquida Financeira no valor de R\$ 33 835 mil conjugada ao decréscimo de R\$ 640 113 mil na Situação Líquida Permanente

Assim, o Passivo Real a Descoberto, em 31-12-96, atingiu R\$ 4 936.039 mil (R\$ 4 329.761 mil em 1995)

Observa-se, entretanto, que o Resultado Patrimonial do Exercício e o Passivo Real a Descoberto do Estado retroinformados agregam os resultados e

Patrimônios pertencentes aos 19 (dezenove) Fundos Estaduais, sem identificar adequadamente os Patrimônios e Resultados destes.

Relacionado a este aspecto, o BGE, em seu volume IV, fls. 127 a 138, informa possuir controle sobre os Recursos Vinculados, onde constam, nas fls. 134 a 136, recursos "a empenhar" no montante de R\$ 886.451 mil.

Dessa forma, caso os recursos vinculados fossem empenhados, o Déficit Patrimonial do Exercício e o Passivo Real a Descoberto aumentariam para R\$ 1 492.729 mil e R\$ 5.822.490 mil, respectivamente.

Diante disso, os controles internos relativos aos Fundos Especiais e aos Recursos Vinculados revelam-se insuficientes e não permitem a transparência necessária a um adequado Sistema de Controle Interno.

DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

Em decorrência do Programa de Reforma do Estado, ocorreu, em 1996, a venda de parte da participação acionária do Governo do Rio Grande do Sul na Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT. Na transação do lote de ações, o Erário Estadual foi onerado em R\$ 85.203 mil com o pagamento de juros, correção monetária, comissão e outros encargos incidentes sobre a emissão e resgate de debêntures transformáveis em ações da CRT, que foram adquiridas pelo BNDESPAR por R\$ 150.002 mil e, posteriormente, recompradas pelo Estado.

Considerando que o Governo Estadual recebeu do BNDESPAR R\$ 150 002 mil e desembolsou R\$ 235.205 mil, o que representou, em apenas 11 meses e 15 dias, encargos financeiros da ordem de 56,8% sobre o valor percebido, tem-se a idéia do alto custo financeiro da operação ao Erário Estadual.

Além disso, parte dos encargos pagos pelo Tesouro (R\$ 7.235 mil) restaram indevidos, pois não correspondem às 218.516.977 ações transacionadas pelo Estado e sim às 43.835.676 ações vendidas pela Telebrás no Leilão

Ainda, como parte do Programa de Reforma do Estado, em dezembro de 1996, foram inicializadas operações visando à venda de ações da Companhia Estadual

de Energia Elétrica - CEEE Semelhante ao ocorrido com as ações da CRT, foram alienadas 76 320.900 ações da CEEE, o que representa 40,12% do Capital Social com direito a voto da Companhia Como sinal, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu do BNDESPAR, no exercício em análise, R\$ 150 000 mil de um total contratado de R\$ 250.004 mil

RELATIVAS AO CAPÍTULO 2

DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA

FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Ao analisar-se, em valores constantes, os recursos orçamentários direcionados à Função Defesa Nacional e Segurança Pública pela Administração Direta Estadual, no último decênio (1987 a 1996), constata-se que os mesmos projetam um movimento que define períodos onde os recursos variam alternadamente entre crescimentos e significativas reduções

Na série analisada (1987-1996), os recursos alocados à Função alcançaram o ponto máximo no ano de 1990 Contrariamente, o ano de 1988 apresentou o mais baixo desempenho do período

No exercício de 1996, tem-se que as despesas efetivadas na Função mostraram-se superiores em 25,93% em relação ao ano basilar da série (1987) Equiparando-se com o registrado no ano anterior (1995), constata-se que essas despesas cresceram 10,79%

Na despesa global contabilizada pela Administração Direta Estadual, a participação dos gastos executados na Função alcançou 6,42% Tal fração, entretanto, proporcionalmente ao atingido em 1995, demonstra uma redução de 1,68%

Salienta-se que os gastos totais do Estado cresceram de forma bem acentuada nesse exercício, cotejando-se com o executado em 1995 Todavia, foram inseridas diversas outras despesas que são atípicas, como compra de debêntures, gastos com o PDV e outras

Assim, de um modo geral, os recursos destinados às Funções Orçamentárias não foram percentualmente beneficiados na mesma proporção havida em anos anteriores.

PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA

Em 1996, o Programa Segurança Pública foi implementado pela Administração Direta Estadual, através da Secretaria da Justiça e da Segurança que o executou por meio da Brigada Militar e Polícia Civil.

Os gastos realizados por conta deste Programa compreenderam 99,10% do total dos recursos destinados à Função.

Quanto à participação das despesas do Programa, no total das despesas executadas pela Administração Direta Estadual, verificou-se que a mesma alcançou 6,36%.

Observou-se também, que, dentre os 49 (quarenta e nove) Programas levados a efeito pela Administração Direta Estadual, o Programa Segurança Pública posicionou-se em quinto lugar no que se refere ao total de despesas realizadas. Por outro lado, a análise também demonstrou que os recursos alocados ao Programa foram superiores em 25,24% do aplicado no ano basilar da série (1987) e, confrontando-se com o ano anterior (1995), registraram um crescimento de 10,11%

Orçamentariamente foram previstas 15 (quinze) Atividades para o Programa, sendo executadas 14 (quatorze), concentrando, conjuntamente, recursos equivalentes a 99,16% do total investido no mesmo.

Todavia, do total de 09 (nove) Projetos constantes no Orçamento que objetivavam o reaparelhamento administrativo da Brigada Militar, a modernização e atualização do Sistema de Telecomunicações, construção e reforma de Unidades Policiais Cíveis, prevenção e repressão do crime organizado no Mercosul, apenas 03 (três) foram implementados, reunindo recursos que alcançaram apenas 0,84% do total alocado ao Programa.

A frota de veículos, tanto da Brigada Militar como da Polícia Civil, possui faixa etária superior a 5 anos de uso em mais de 50,00%. Inclusive, um percentual significativo da frota precisa ser desativado, uma vez que possui data de fabricação

anterior ao ano de 1987, sendo que o limite técnico arbitrado é de 4 anos de vida útil para veículos utilizados neste tipo de atividade

Agrega-se a esta situação o fato de que a relação número de policiais por mil habitantes é decrescente, enquanto a relação habitantes por policial mostra-se crescente, significando que, anualmente, cada policial obtém maior carga de responsabilidade por pessoas

No que diz respeito às despesas com Pessoal Civil e Militar, a análise demonstrou uma utilização de recursos equivalentes a 86,49% do total gasto no Programa, enquanto a aquisição de equipamento e material permanente atingiu 3,43%

Na Brigada Militar, em 1996, o efetivo total sofreu uma redução da ordem de 6,16% (1.693 policiais) em relação a 1995, sendo que a atividade-fim concentrou 84,72% do total da Corporação. A Capital concentrou o maior número de policiais militares na atividade-meio, ou seja, 64,00% do total existente, que soma 3 939 policiais

Assinala-se, ainda, que 54,22% da redução ocorrida no efetivo da Brigada Militar deve-se ao fato de que 918 policiais optaram pelo Programa de Demissão Voluntária - PDV

Os serviços prestados pela Brigada, após ocorrências registradas, demonstraram um acréscimo de 45,40%, comparativamente ao ano anterior (1995), e quanto às providências tomadas, as mesmas ultrapassaram 6,25% do registrado em 1995

Na Polícia Civil, o efetivo total mostrou uma evolução positiva de 4,56% (273 policiais) em relação a 1995. A Capital contou com 35,83% do total do efetivo, a Área Metropolitana 13,15% e o Interior do Estado 51,02%

Convém ressaltar que, mesmo a Polícia Civil tendo evidenciado crescimento no seu efetivo total, persiste a situação de que, dos cargos previstos em lei para a Corporação, somente 49,86% estão preenchidos

Observou-se que, para cada policial civil lotado na Capital, foram registradas 30 (trinta) ocorrências criminais. Na Área Metropolitana, a relação chegou a 67 (sessenta e sete) e no Interior a 42 (quarenta e duas)

Tanto no exercício de 1996 como no de 1995, houve significativa utilização de estagiários no desempenho de atividades administrativas da Polícia Civil. O custo anual apurado, pela utilização de mais de 1 000 (mil) estagiários (FDRH e FEBEM), alcançou um montante que superou 113,00% do total investido em obras e instalações pelo Programa Segurança Pública

Confrontando-se, ainda, com o gasto total despendido pela Polícia Civil em combustíveis, processamento de dados e material para conservação de veículos, tem-se que a despesa com estagiários mostrou-se superior em 117,00%, 8,25% e 1.933,00% respectivamente.

A Polícia Civil, ao utilizar-se de estagiários, impede uma maior e melhor profissionalização de suas atividades administrativas, bem como a continuidade das mesmas.

FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

A participação da Função 08 - Educação e Cultura na despesa total da Administração Direta registra, no decênio 1987/96, percentuais situados entre 10,08% e 18,74%. Em 1996, atingindo o percentual de 11,15%, esta participação melhora em relação ao ano anterior, mantendo-se, entretanto, como a segunda mais baixa do decênio. Mesmo assim, o acréscimo de gastos em relação ao ano anterior foi na ordem de R\$ 172.513 (mil) em valores constantes.

O percentual mínimo fixado pela Constituição Federal em seu art. 212, para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público, é de 25% da receita líquida de impostos. Já a Constituição Estadual, no art. 202, determina o mínimo de 35%. No exercício ora examinado, o Estado aplicou R\$ 1.118.166 mil na manutenção e desenvolvimento do ensino público, o que corresponde a 30,21% da receita líquida de impostos, ou seja, o percentual aplicado foi de 5,21% acima do estabelecido pela Constituição Federal e 4,79% abaixo do determinado pela Carta Estadual

PROGRAMA 42 - ENSINO FUNDAMENTAL

No Programa Ensino Fundamental, foi canalizado o maior volume de recursos despendidos na Função, ou seja, 70,86%. A Atividade 2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental destaca-se com uma participação de 99,59% no total dos recursos do Programa, onde o elemento Pessoal Civil representou 80,56%.

As matrículas iniciais registradas no Ensino Fundamental totalizaram 961.878, apresentando um acréscimo de 1,47% em relação ao ano de 1995. Em números reais ocorreu um acréscimo em relação ao ano basilar (1992), que foi o maior verificado no quinquênio.

O conjunto de informações acerca do ensino Fundamental, analisadas em série de comportamento histórico, demonstra que, no exercício sob análise, não ocorreram excedentes, mas sim, uma pequena migração de matrículas do ensino particular e outros para o público estadual

PROGRAMA 43 - ENSINO MÉDIO

No Programa Ensino Médio, foi despendido 11,85% do total dos recursos da Função. A Atividade 2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio foi responsável por 91,94% da despesa total do Programa, no qual o elemento Pessoal Civil absorveu 87,31%

As matrículas iniciais registradas totalizaram 261 407, apresentando um incremento de 12,71% em relação ao ano de 1995.

Salienta-se que os estabelecimentos/salas de aula estaduais de ensino existentes, em que pese desconhecer-se as condições de utilização e distribuição geográfica, comportam a demanda atual. Sabe-se, ainda, que existe capacidade disponível, pois, aproximadamente 37% das salas de aula, computados todos os níveis e turnos, não foram utilizadas em 1996, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Educação

FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

Em 1996, os recursos destinados à Função Saúde e Saneamento procederam da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente - SSMA (63,90%), da Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH (9,50%), do Fundo Pró-Guaíba (0,14%), do FUNDOPIMES (3,55%) e do Fundo Estadual de Saúde - FES (22,91%)

O movimento delineado pelo comportamento das despesas realizadas na Função Saúde e Saneamento, no decênio (1987-1996), demonstra alternância de quedas e recuperações. Em valores constantes, a menor aplicação de recursos ocorreu em 1988 e a maior em 1996. Estes recursos representaram, na totalidade das despesas executadas pela Administração Direta Estadual, participações relativas de 1,62% e 2,79% respectivamente.

Ainda, em 1996, os recursos alocados à Função Saúde e Saneamento mostraram-se superiores em 5,39% ao aplicado no ano anterior (1995). Entretanto, há

que se considerar que não chegaram a alcançar o inicialmente previsto no Orçamento, posicionando-se aquém em 27,30%

Salienta-se que dos 23 (vinte e três) Projetos orçados, apenas 14 (quatorze) foram executados. Estes, conjuntamente, computaram recursos orçamentários que significaram 15,30% do total investido na Função.

É preciso, no entanto, registrar que deixaram de ser implementados Projetos de grande interesse para a saúde pública do Estado, mencionando-se, principalmente, os seguintes

- 1560 - Contribuição à Fundação Estadual de Pesquisa e Produção em Saúde,

- 1774 - Ampliação de Hospitais Públicos, a saber: Hospital de Alvorada e de Cachoeirinha, lavanderia do Hospital “Colônia de Itapuã”, em Viamão, Hospitais Municipais “Getúlio Vargas”, em Sapucaia do Sul, e o de Chiapeta; e outros que seriam priorizados no decorrer de 1996,

- 9012 - Reestruturação do Hospital Sanatório de Partenon - Porto Alegre,

- 9013 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - implantação prevista em 140 Municípios do Estado/RS,

- 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos de Cachoeirinha/ Gravataí - CORS;

- 9106 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos de Porto Alegre - DMAE

Dos Projetos executados, 04 (quatro) destacam-se pela finalidade social que desempenham: 9562 - Reestruturação da rede de Unidades Assistenciais, 9566 - Construção, Aparelhamento e Equipagem ao Hospital de Caxias do Sul, 9582 - Programa Estadual de Sangue e Homoderivados, 9589 - Prevenção e Controle da AIDS

Todavia, para estes Projetos, houve aplicação de apenas R\$ 4 714 mil, que significaram 2,17% do total despendido na Função Saúde e Saneamento

PROGRAMA 75 - SAÚDE

A despesa total do Programa Saúde, no exercício de 1996, atingiu o montante de R\$ 267 161 mil. Deste total, 65,70% foi investido na Função Saúde e Saneamento, e o restante (34,30%) na Função Assistência e Previdência.

Deste modo, dos recursos movimentados na Função Saúde e Saneamento, iguais a R\$ 218 120 mil, participou o Programa Saúde com R\$ 175 519 mil, que representaram 80,47% do total investido na Função.

O total de gastos realizados no Programa foi inferior em 17,20% do inicialmente previsto no Orçamento. Todavia, cotejando-se as despesas executadas em 1996 com as do ano anterior (1995), verifica-se que cresceram 12,28%.

Nos últimos dez anos, o Programa Saúde registrou participações entre 1,51% e 3,44% na despesa total executada pela Administração Direta Estadual. No exercício de 1996, esta participação chegou a 3,42%.

No entanto, torna-se necessário informar que a inclusão de gastos da Função Assistência e Previdência no Programa Saúde, que é próprio da Função Saúde e Saneamento, elevou a sua participação para mais 1,17%, no global dos gastos da Administração Direta Estadual. Excluindo-se o valor pertinente àquela Função, a participação de 3,42% baixa para 2,25%.

As despesas do Programa, efetivamente realizadas na Função Saúde e Saneamento no total de R\$ 175 519 mil, originaram-se do Fundo Estadual da Saúde - FES em 28,47% e da Administração Direta Estadual em 71,53%.

Quanto aos recursos derivados do Convênio/SUS, repassados ao Programa Saúde, verificou-se que atingiram a importância de R\$ 46 716 mil. Deste total, foi empenhado na Atividade 8510 - Apoio ao SUS o valor de R\$ 32 522 mil.

No exercício de 1996, considerando-se a quantidade de hospitais existentes (385), leitos disponíveis (24 489) e população total (9 624 529), infere-se que o Estado/RS apresenta um coeficiente de 2,54 leitos para cada grupo de 1 000 habitantes, sendo bastante inferior ao exigido pela Organização Mundial da Saúde - OMS, que é de 05 (cinco) leitos para cada grupo de 1 000 habitantes.

PROGRAMA 76 - SANEAMENTO

No exercício sob análise, o Programa Saneamento foi integralmente executado na Função Saúde e Saneamento, absorvendo 13,13% do total dos recursos a ela destinados.

Dos órgãos que participaram da execução das despesas do Programa, a Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH e o FUNDOPIMES implementaram atividades que absorveram 72,34% e 27,08%, respectivamente, do total das despesas realizadas

Quanto aos Projetos e Atividades que compuseram o Programa, sobressaíram-se, em termos de gastos efetivados, os Projetos 1702 - Contribuição à CORSAN (para investimentos) e o 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente, somando, em conjunto, 89,95% dos gastos realizados

No que se refere à participação do Programa na despesa global executada pela Administração Direta Estadual, no último decênio (1987-1996), constatou-se que, em nenhum dos exercícios, os dispêndios com saneamento apresentaram participação anual igual ou superior a 1,00%. Em 1996, as despesas totais do Programa alcançaram uma participação de apenas 0,37%, enquanto que o ano anterior (1995) registrou 0,49%, frente ao executado no Estado pela Administração Direta.

FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE

Em 1996, o volume de recursos despendidos na Função, em valores constantes, significou apenas 69,92% daqueles empregados no ano-base (1987), registrando, porém, um acréscimo de 1,62% em relação a 1995.

A participação da Função 16 - Transporte na despesa total realizada pela Administração Direta registrou, no decênio (1987/96), movimentos crescentes e decrescentes, valendo dizer que, em 1996, os recursos a ela alocados equivaleram a uma participação de 3,05%, que se apresentou como a menor da série estudada.

A Secretaria dos Transportes transferiu a quase totalidade dos recursos da Função (96,35%) à Administração Indireta, visando à execução de Programas vinculados ao Transporte Aéreo, Rodoviário e Hidroviário

PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO

O Programa Transporte Aéreo absorveu 2,22% do total dos recursos da Função 16, sendo movimentados integralmente pela Secretaria dos Transportes, através do Departamento Aeroportuário

Em 1996, o volume de dispêndios investido no Programa registrou, em valores constantes, um aumento de 39,18% em relação a 1987, ano basilar da série analisada, e uma redução de 17,72% comparativamente ao ano anterior (1995)

A participação percentual do Programa, na despesa total realizada pela Administração Direta, representou 0,07%

O Projeto 1462 - Construção e Pavimentação de Aeroportos ocupou 60,45% dos recursos do Programa e a Atividade 2352 - Manutenção dos Serviços Aeroportuários da Administração Direta Estadual ocupou os 39,55% restantes

As realizações físicas praticadas, no exercício em análise, pelo Departamento Aeroportuário - DA, próprias do Programa Transporte Aéreo, como Terraplenagem, Ceifamento, Recuperação de Cercas e Drenagem, decresceram em relação ao ano de 1987, constatando-se, ainda, que outras atividades (Balizamento-Casamatas, Pintura e Pavimentação Asfáltica, Ensaibramento, Regularização de Pistas, Recuperação de Estação de Passageiros e Hangares e Enleivamentos) não foram movimentadas.

PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O maior volume de recursos da Função 16 - Transporte foi destinado ao Programa 88 - Transporte Rodoviário num percentual de 95,99% sobre o total

Em 1996, os dispêndios investidos no Programa foram inferiores aos do ano-base (1987) e superiores aos do ano anterior (1995), em, respectivamente, 28,3% e 10,71%

A participação percentual de 2,92% do Programa, no total das despesas realizadas pela Administração Direta, revelou-se a menor do decênio (1987/96)

Dos recursos transferidos pela Secretaria dos Transportes à Administração Indireta, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER recebeu a quase integralidade, ou seja, 99,27% para aplicação no Programa, sendo que o Projeto 1466 - Contribuição ao DAER para Despesa de Capital movimentou o maior número de recursos, ou seja, 42,13%.

Em termos de realizações físicas, no ano de 1996, o DAER mostrou crescimento nos seguintes serviços: Construção de Obras de Arte Especiais, Pavimentação de Rodovias, Projetos de Sinalização e Projetos Geométricos de Rodovias

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, extinta através da Lei nº 10.358, de 16/01/95, também desenvolveu atividades atinentes ao Programa 88 - Transporte Rodoviário no âmbito da Administração Pública Estadual, executando a conclusão de uma obra de Arte Especial que estava em andamento quando da extinção.

PROGRAMA 90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O Programa Transporte Hidroviário absorveu 0,71% do total de recursos destinados à Função Transporte.

A Administração Direta, através da Secretaria dos Transportes, restringiu-se a transferir a totalidade dos recursos do Programa ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC.

Com relação à Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, verificou-se que a mesma operou sem necessidade de Transferências do Governo Estadual, visto que suas Receitas Portuárias foram suficientes para suportar as Despesas Orçamentárias.

Salienta-se que a análise do Programa Transporte Hidroviário foi realizada, unificando os dados apresentados pelo DEPRC e pela SUPRG, com a finalidade de não haver interrupção no processo de análise dos trabalhos anteriores

Em 1996, o volume de recursos destinados ao Programa, em valores constantes, identificou uma diminuição na ordem de 91,61% em relação ao ano anterior. A participação percentual do Programa, na despesa total efetivada pela Administração Direta, foi de apenas 0,02%, atingindo, assim, a menor colocação no decênio (1987/96)

No DEPRC, a Atividade 2732 - Pagamento de Encargos Gerais da Autarquia obteve 39,87% dos recursos transferidos pela Administração Direta para aplicação no Programa

Na SUPRG, a Atividade 4471 - Ressarcimento ao Estado de Despesas com Pessoal Cedido significou 15,29% do total das despesas efetivadas no Programa 90 pela Superintendência

A Receita por servidor do Porto de Porto Alegre apresentou, no ano de 1996, um crescimento de 92,31% em relação ao ano anterior. Neste mesmo sentido, a Receita do Porto de Rio Grande, que apresentava uma tendência negativa nos últimos anos, demonstrou movimento ascendente em 1995 e continuou crescendo em 1996, atingindo 70,95% em relação ao ano anterior. O declínio ficou evidenciado no Porto de Pelotas, que atingiu o menor percentual em relação ao ano anterior (13,98%)

A movimentação de cargas sofreu decréscimos nos Portos de Rio Grande e de Pelotas, igual a 12,48% e 55,58%, respectivamente, em relação a 1995. Entretanto, no Porto de Porto Alegre, observa-se um crescimento de 55,06%, também em relação a 1995

O volume total de Embarque e Desembarque de Produtos demonstra uma elevação de 7,94%, haja vista a movimentação ter atingido 18 744.584 toneladas no exercício, e 17 364 971 toneladas em 1995

RELATIVAS AO CAPÍTULO 3

DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DAS AUTARQUIAS

1 O total empenhado pelo Governo do Estado, em 1996, em favor das Autarquias, foi R\$ 387.215 mil, representando um acréscimo real de 18,41% em relação ao total empenhado no exercício anterior. Deste montante empenhado, 30,22% destinou-se a despesas com pessoal, 37,26% para investimentos e 32,52% para outras despesas correntes.

2. Ressalta-se que, do valor empenhado, foi efetivamente transferido 82,34%, sendo o restante (R\$ 55.309 mil) inscrito em Restos a Pagar.

3. Os Balanços das Autarquias indicaram, como receitas oriundas das Transferências do Estado, o montante de R\$ 374.130 mil, incluindo, portanto, Transferências de exercícios anteriores inscritas em Restos a Pagar. O referido montante constituiu 41,80% da Receita Orçamentária daquelas Entidades.

4. O DAER foi a Autarquia com maior grau de dependência dos recursos repassados pelo Estado, que representaram 92,27% de sua Receita Orçamentária.

5. O Resultado Orçamentário Consolidado das Autarquias apresentou-se negativo em todos os exercícios da série 1992/1996, à exceção do ano de 1995, que apresentou um resultado positivo de R\$ 2.322 mil em valores constantes

6. Referentemente às Receitas Correntes, o IPERGS arrecadou o total de R\$ 517.408 mil, o que representa 71,14% do total. Já nas Receitas de Capital, o DAER foi responsável por R\$ 165.705 mil, que representa 98,75% da totalidade.

7. No que se refere às Despesas Correntes, de igual forma, o IPERGS contribuiu com 68,65% do total (R\$ 533.278 mil), e nas Despesas de Capital, também, o DAER participou do maior percentual, que foi de 96,67% (R\$ 195 089 mil).

8. Quanto ao resultado, verifica-se, no conjunto, que as Autarquias apresentaram, em 1996, um déficit patrimonial de R\$ 401.406 mil, tendo sido o IPERGS responsável por 100% deste resultado líquido.

DAS FUNDAÇÕES

O Governo do Estado empenhou, em 1996, a título de contribuições e transferências a crédito das Fundações, o valor de R\$ 211.505 mil, representando um acréscimo real de 11,67% em relação ao total empenhado no exercício anterior. Deste montante empenhado, 59,41% destinou-se a Despesas com Pessoal Ressalta-se que foi efetivamente transferido, apenas, 53,40% do referido valor empenhado, sendo a diferença (R\$ 98.551 mil) inscrita como Restos a Pagar do exercício.

Os Balanços das Fundações indicaram, como receitas oriundas das Transferências do Estado, o montante de R\$ 148.973 mil, incluindo, portanto, Transferências de exercícios anteriores inscritas em Restos a Pagar

A FADERS, FEE, FEBEM e METROPLAN apresentaram uma dependência acima de 90% dos recursos transferidos pelo Estado A FEPPS, FGTAS e

FDRH foram as Fundações com os menores índices de participação do Estado na Receita Orçamentária (25,73%, 35,13% e 32,17% respectivamente)

O Resultado Orçamentário Consolidado das Fundações apresentou-se negativo em todos os exercícios da série 1992/1996, sendo o maior déficit constatado em 1996 (R\$ 42.542 mil) A FEBEM e a FGTAS responderam, juntas, por 51,82% da Receita e 52,12% da Despesa Orçamentária empenhada no exercício

Quanto ao Resultado Patrimonial Consolidado, foi positivo em toda a série 1992/1996, apresentando, em 1996, um superavit de R\$ 101 018 mil Contribuíram decisivamente para a obtenção deste resultado a FAPERGS e a FEPPS, que, juntas, representaram 74,97% do total consolidado

DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

DAS COMPANHIAS

A seguir, apresentam-se as considerações sobre as empresas eleitas que atuam nas áreas financeira (BANRISUL) e de infra-estrutura (CEEE, CRT e CORSAN)

ÁREA FINANCEIRA

A análise da Área Financeira restou sensivelmente prejudicada, visto que se restringiu ao exame do desempenho apenas do BANRISUL, pois, como já foi referido, a Caixa Econômica Estadual não apresentou suas Demonstrações Contábeis relativas a 1996

A queda da inflação, ocorrida a partir da implantação do plano de estabilização econômica, em 01-07-94, afetou o desempenho do BANRISUL, que, já em 1994, teve seu lucro líquido decrescido em 74% em relação a 1993 Em 1995, houve nova queda de 67%, comparativamente a 1994, para finalmente atingir o resultado negativo de R\$ 27.503 mil em 1996

A reversão das contas Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R\$ 32.614 mil, contribuiu sensivelmente para que o resultado final negativo fosse amenizado, eis que de um Prejuízo Operacional de R\$ 56.431 mil, ao

qual se acresceu uma Despesa não Operacional de R\$ 3 686 mil, chegou-se ao Prejuízo do Exercício de R\$ 27.503 mil

Ressalta-se o fato de que as receitas operacionais, a partir de 1994, decresceram mais do que as despesas operacionais, salientando-se, em especial, o exercício de 1996, onde as despesas sofreram uma redução de 19%, contra uma receita a menor de 26% em relação ao exercício anterior, o que tem reflexo direto no exercício em análise.

Cabe mencionar, ainda, o explicitado na Nota 4 do Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do BANRISUL: a Instituição deixou de reconhecer, como despesa do exercício de 1995, o montante de R\$ 46.577 mil, referente ao Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário - PIAV, diferindo o mesmo, conforme faculta a Circular nº 2582/85 do BACEN, com amortização linear em até 10 (dez) semestres a partir de janeiro/96. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996, foi apropriado como amortização o valor de R\$ 9.316 mil. Conseqüentemente, o resultado do exercício findo (1996) está demonstrado a menor em R\$ 9.316 mil (a maior em R\$ 46.577 mil em 1995), e o Patrimônio Líquido está demonstrado a maior em R\$ 37.263 mil (R\$ 46.577 mil em 1995).

No conjunto das empresas da área financeira, constata-se que o BANRISUL é responsável por 93,14% das Receitas Operacionais do Setor (R\$ 1.075.007 mil), bem como também por 92,60% das Despesas Operacionais (R\$ 1 131.438 mil).

Conjugando-se o somatório de Receitas e Despesas Operacionais e não Operacionais, mais as reversões da Provisão para o Imposto de Renda, o resultado do exercício, neste Setor, apresentou-se negativo no total de R\$ 38.452 mil, sendo o BANRISUL e a CADIP responsáveis por 100% deste prejuízo

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

A Companhia, ao longo de toda a série 1992/1996, e desde 1978, vem apresentando prejuízo operacional. Em 1996, este prejuízo foi de R\$ 523.887 mil, que, acrescido ao resultado não operacional negativo de R\$ 4 919 mil, resultou no prejuízo do exercício de R\$ 528.806 mil.

Ressalta-se, com relação ao exercício de 1995, que, por força do que determinou a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em 13-11-96, a Companhia republicou o seu Balanço. A referida determinação ocorreu em virtude da CVM não aceitar o critério de contabilização de parte dos registros efetuados como Ajustes de Exercícios Anteriores, debitados diretamente a Prejuízos Acumulados, relativos ao provisionamento das contingências trabalhistas ajuizadas antes de 31-12-94, e dos Encargos Adicionais, referentes ao período de 1992 a 1994, decorrentes de renegociação da dívida no âmbito do Clube de Paris (Bancos Franceses), determinando que o registro de tais fatos transitasse pelo Resultado do Exercício de 1995.

Como consequência, o lucro findo em 31 de dezembro de 1995, anteriormente reportado em R\$ 3 107 mil, resultou em prejuízo de R\$ 113.236 mil, valores esses não inflacionados

Os Prejuízos Acumulados foram absorvidos pelas Reservas de Capital

Decompondo-se o Demonstrativo dos Resultados do Exercício da área de infra-estrutura, constata-se que a CEEE foi responsável por 53,73% das Receitas Operacionais, bem como por 60,33% das Despesas Operacionais, tendo sido também responsável por 83,91% do Prejuízo do Exercício do Setor.

Quanto às demais empresas do Setor de infra-estrutura, ressalta-se que a CORSAN e a CRT foram responsáveis por 12,48% e 2,69%, respectivamente, do prejuízo do exercício

Do total da dívida da Companhia, em 1996, para com fornecedores, 69,10% (correspondentes a R\$ 62 032 mil) representava débitos junto à ELETROSUL e à ITAIPU, em função da aquisição de energia elétrica

No tocante a empréstimos e financiamentos, o montante, em 31-12-96, alcançou R\$ 1 654 953 mil, sendo R\$ 368.672 mil a curto prazo e R\$ 1 286.281 mil a longo prazo. Deste total, R\$ 910 714 mil representavam dívidas contraídas em moeda nacional e R\$ 744 239 mil em moeda estrangeira

No encerramento do exercício de 1996, do total de recursos em circulação na Empresa, 55,16% pertencia a terceiros. Este índice foi o mais elevado da série 1992/1996

Quanto ao consumo de energia, houve um acréscimo de 3,55% no exercício em análise, destacando-se os segmentos residencial e comercial, que obtiveram, respectivamente, 7,28% e 7,65% de incremento no ano

Também houve um acréscimo de 2,79% no número total de consumidores em 1996, relativamente a 1995

A par dos acréscimos verificados no consumo de energia e no número de consumidores, verificou-se um incremento na energia adquirida de terceiros em 1996, atingindo um percentual de 73,60% da disponibilidade bruta da Companhia. Tal dependência foi a maior da série 1992/1996

Outro fator a ser destacado é que, enquanto o consumo de energia aumentou em média 5,41% a.a. (taxa efetiva) no período 1992/1996, as linhas energizadas tiveram um acréscimo médio de apenas 0,56% a.a. (taxa efetiva), o que indica a necessidade de maiores investimentos no setor.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

Inicialmente, merece referência a alienação, em 17 de dezembro de 1996, a um consórcio de empresas de 262.352.653 ações ordinárias, representando 35% do capital votante da Companhia. Do total das ações alienadas, 218.516.977 pertenciam ao Estado do Rio Grande do Sul e 43.835.676 à TELEBRÁS. Após esta operação, o Estado ainda manteve a propriedade de 56,20% das ações ordinárias

Quanto ao Resultado do Exercício, cabe ressaltar a Reversão das Provisões para o Imposto de Renda e da Contribuição Social, que somaram R\$ 10.942 mil, as quais contribuíram significativamente para uma redução no Prejuízo do Exercício na ordem de 34%.

Na área de Infra-Estrutura, cabe destaque o fato de que a CRT foi a companhia que apresentou o menor Resultado Operacional negativo (R\$ 622 mil), o qual representou apenas 0,10% do total do setor (R\$ 603.553 mil).

Em 1996, cerca de 2% do Ativo Permanente da Companhia foi financiado pelo Passivo Circulante, evidenciando uma posição mais desconfortável do que a verificada em 1995, quando tal percentual situava-se em torno de 0,36%. Por outro lado, o Ativo Realizável a Longo Prazo foi inteiramente financiado por capitais de terceiros tomados a curto prazo. Tais situações oferecem riscos, porquanto o retorno do capital investido ocorre de forma lenta, em oposição aos prazos imediatos impostos para a devolução dos recursos tomados

A Companhia apresentou, em 1996, condições de pagar apenas 76% das dívidas assumidas a curto prazo. Apesar deste índice não ser satisfatório, foi melhor que o verificado no exercício anterior (72%)

O índice de liquidez geral, que demonstra a capacidade total da empresa de saldar seus compromissos integralmente, situou-se em torno de 49%, tendo uma redução de dois pontos percentuais em 1996 em comparação a 1995

Quanto ao desempenho da Companhia em termos físicos, em 1996, foram instalados 266 383 novos terminais, o que significa uma variação anual de 31,11% na planta instalada, sendo a maior da série 1992/1996

Embora tenha se verificado, em 1996, o melhor desempenho do quinquênio 1992/1996, o número de terminais telefônicos que efetivamente entraram em serviço (192 599), correspondeu a 72,30% do número de terminais instalados (266.383) Enquanto os terminais existentes em 1996 tiveram um acréscimo de 31,11%, os terminais em serviço aumentaram, apenas, 25,35%, o que resultou numa redução da taxa de utilização na ordem de 4,39% em relação a 1995

A densidade telefônica do Estado vem aumentando gradativamente No período 1992/1996, alcançou uma média de 8,80 terminais telefônicos para cada 100 habitantes Em 1996, registrou-se o maior índice com 12,09 aparelhos para cada 100 habitantes

Outro fator a ser considerado é que o número de chamadas interurbanas e dos pulsos registrados (chamadas locais) cresceu, ao longo da série 1992/1996, a taxas maiores que as ocorridas com o número de terminais em serviço Tal circunstância agravou o congestionamento decorrente, principalmente, da demora na ampliação dos sistemas de telefonia

Em 1996, a receita de exploração apresentou um crescimento de 57,96% em relação a 1995, enquanto o IGP/DI variou 9,34%. Já a relação Receita de Exploração/Nº Médio de Terminais em Serviço, teve um acréscimo de 33,47% comparativamente a 1995, que foi superior a variação nas tarifas praticadas pela CRT (13,53%) e à mensurada pelos índices oficiais de inflação (9,34%)

Ainda em 1996, registrou-se o menor número de servidores no quinquênio (4.451), o que acarretou o menor número de empregados por 1.000 terminais (3,57) e o menor comprometimento da receita de exploração com gastos com pessoal no mesmo período (34,20%)

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Cabe mencionar, inicialmente, o Parecer dos Auditores Independentes e as Notas Explicativas referentes às demonstrações contábeis, onde está destacado que a

CORSAN não constituiu Provisão para Contingências, relativa a diversas causas judiciais nas áreas trabalhista, cível e de outras naturezas.

Caso estes valores fossem provisionados, teriam influência direta no Resultado do Exercício e, conseqüentemente, no Patrimônio Líquido da empresa, com aumento na Conta Prejuízos Acumulados.

Dentre as empresas controladas pelo Estado, no exercício em análise, a CORSAN foi a que apresentou a maior necessidade de aporte de capital do Estado, visto que somente a ela foi destinado 57,53% da totalidade dos recursos empenhados para repasse.

A Companhia apresentou Prejuízo Operacional em todos os exercícios da série 1992/1996, embora com tendência de melhora, tendo registrado, em 1996, o menor prejuízo (R\$ 73 138 mil)

No triênio 1994/1996, também houve Prejuízo do Exercício, sendo o de 1996 o menos significativo (R\$ 78 678 mil)

O exame dos índices de liquidez indica que, somente quanto ao curto prazo, a Companhia possuía, em 31-12-96, posição favorável. Em termos de liquidez geral, para cada R\$ 100,00 de compromissos totais, a empresa dispunha de apenas R\$ 28,00. Entretanto, considerando-se o índice de solvência geral, a CORSAN possuía bens e direitos suficientes, em valor contábil (R\$ 1.214 118 mil), para a cobertura de todas as exigibilidades a curto e longo prazos (R\$ 536.700 mil).

A CORSAN efetuou investimentos em água e esgoto no valor de R\$ 37.429 mil, o que significou um acréscimo de 204,74% em relação ao que foi investido em 1995, ano em que ocorreu o menor investimento do período 1992/1996

Na produção e distribuição de água, foi destinado 92,41% dos recursos investidos (R\$ 34 588 mil), restando 7,51% de investimento em esgoto em 1996.

Por fim, é de ressaltar a grande disparidade entre o número de Economias Atendidas/Água - 1.676.000 e o de Hidrômetros Instalados - 792 067

CONCLUSÃO E VOTO





Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

CONCLUSÃO

Diante dos elementos contidos no presente trabalho, que analisa de maneira global o desempenho da ação do governo em seus aspectos financeiros e econômicos, e tendo em conta que dos resultados obtidos na análise efetuada, algumas considerações são merecedoras de avaliação por parte das Autoridades Governamentais, a saber

a) houve falha na elaboração do Orçamento anual no que se refere ao vínculo dos recursos do Projeto 1870 - Transferências Financeiras para Empresas Estatais à Função 08 - Educação e Cultura,

b) foram realizadas despesas com desvio de finalidade, notadamente aquelas despendidas por conta de recursos vinculados;

c) não foram demonstrados, de forma clara e detalhada, no Balanço Geral do Estado, os Resultados e Patrimônios dos Fundos Especiais,

d) não foram demonstrados, de forma clara e detalhada, no Balanço Geral do Estado, os motivos e embasamentos preponderantes dos cancelamentos de créditos inscritos em Dívida Ativa,

e) não houve agilização na cobrança dos créditos, com expressivo valor monetário, inscritos em Dívida Ativa;

f) foi constatada ausência de conciliação dos saldos de Balanço entre o Estado e suas Entidades Controladas,

g) não foi constituído e regulamentado o “FUNDO” para administração da Contribuição Previdenciária Suplementar, instituída através da Lei Complementar nº

10 588, de 28 de novembro de 1995, em desacordo com o artigo 5º da referida Lei, ocorrendo desvio de finalidade no emprego dos recursos arrecadados,

h) foram verificados expressivos encargos financeiros aos cofres estaduais, tendo em vista as cláusulas abusivas nas contratações com o BNDES, dentro do Programa de Reforma do Estado;

i) foi verificado acentuado acréscimo de dispêndios nas despesas com Assessoramento e Consultoria,

j) houve descumprimento do artigo 202 da Constituição Estadual pela não aplicação do percentual mínimo de trinta e cinco por cento da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público;

l) foi prejudicado o desempenho operacional das Fundações, visto que, dos valores empenhados em 1996, em favor das mesmas, foram transferidos, efetivamente, apenas 53,40%,

m) não foi regularizada a relação financeira entre o Estado e a EMATER-ASCAR,

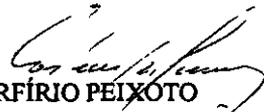
n) não foram suficientes as Receitas Correntes para a cobertura das Despesas Correntes, sendo que o déficit foi coberto com a alienação de bens do Estado;

o) houve prejuízo substancial da análise da área financeira do Governo do Estado, em face da ausência do Balanço da Caixa Econômica Estadual.

VOTO

Considerando os elementos que constam do presente Relatório, que refletem a avaliação econômico-financeira da gestão governamental no exercício de 1996, ressalvadas as situações acima especificadas, voto pela aprovação das Contas do Governo do Estado

Porto Alegre, 17 de setembro de 1997.


Conselheiro PORFÍRIO PEIXOTO
Relator



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

RELATÓRIO E VOTO EM SEPARADO

O Parecer Prévio, proposto para votação, neste Tribunal Pleno, não merece reparos e representa mais uma importante contribuição desta Corte, ao Estado a que serve. Tão-somente no que se refere a despesa com pessoal está, a meu ver, a determinar a colaboração de alguns reparos.

O nobre Relator, Conselheiro Pofirio Peixoto, está propondo alteração nos critérios adotados desde 1989 quanto a análise do comprometimento das Receitas Correntes com os gastos de pessoal e, na condição de Relator das Contas referentes aos exercícios anteriores de 1989 e 1995, e, co-partícipe de todos os demais, entendo necessárias, imprescindíveis e urgentes as seguintes considerações:

1 - Despesa com Pessoal

De início observo que, em sessão de 06-11-96, o Tribunal de Contas do Estado conferiu ao Relator das Contas do exercício de 1996 a prerrogativa de propor alterações nos critérios tradicionalmente adotados por este Tribunal para fins de avaliação do comprometimento da receita com gastos com pessoal.

Tal "*prerrogativa de proposição*" resultou de voto que proferi no Processo nº 8124-02 00/95-7 - Consulta formulada pelo Senhor Secretário da Fazenda do Estado, o qual foi acolhido, à **unanimidade**, pelo Colegiado Pleno, conforme abaixo transcrito

“O Tribunal Pleno, à unanimidade, acolhendo o Voto do Senhor Conselheiro Alexandre Machado da Silva, pelas razões e fundamentos expostos nas fls 39 a 48, e considerando o fato de ter decorrido desde a data da Consulta (30-11-95) até hoje praticamente 01 (um) ano, dever esta ser arquivada Por ocasião do exame que este Tribunal realizará acerca das contas relativas ao exercício de 1996, poderá o Relator, até mesmo propor alteração nos critérios tradicionalmente adotados por este Tribunal de Contas para fins de avaliação do comprometimento da receita com gastos com pessoal, todos uniformes desde a edição da Constituição Federal de 1988, com vista, inclusive, à legislação ulteriormente fixada Até lá, deve ser mantida por este Tribunal a sistemática adotada até aqui, ditada pela Carta Constitucional vigente e jamais desmentida pela legislação baixada a respeito

“O Senhor Conselheiro-Relator, Hélio Saul Mileski, também vota pelo arquivamento da presente Consulta, no entanto, por outro argumento jurídico, consignado inicialmente ” (grifos nossos)

Falou-se, ali, de legislação ulteriormente fixada, a qual não ocorreu, nem antes, nem depois dessa data, salvo a Lei Camata que tem se constituído em peça hoje delirante, de um todo inaplicável, pelo conhecido de todos os brasileiros e que teria como aplicação plena o exercício de 1998, sendo este (1996) o primeiro estabelecido na Lei, a qual reveste-se de cunho absolutamente político.

A tabela de fl. 9 retrata como deve ser o cálculo.

1.1 - Despesa total com Pessoal e Encargos

No cálculo do montante desta despesa foram consideradas, pelo nobre Relator das Contas que devem ser agora examinadas pelo Colegiado do Pleno, as contribuições ao IPERGS (R\$ 97,024 milhões) apesar das mesmas constituírem-se em contribuição para assistência médica e despesas administrativas, conforme Lei Estadual nº 8191/86, pelo que estas não podem ser classificadas como gastos de pessoal, conforme posicionamento histórico deste Tribunal, consagrado em todos os Pareceres Prévios emitidos desde 1989

Acerca da matéria manifestou-se a Auditoria deste Tribunal através do Parecer Coletivo nº 01/92, buscando definição para o alcance da expressão “Despesa com Pessoal” para os fins estabelecidos no art. 169 da Carta Federal e art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Necessário se faz uma interpretação prudente e racional do entendimento exarado por esta Corte, através do Parecer supracitado, quando manifesta a posição de que

“g) a expressão ‘despesas com pessoal’ designa, para tais finalidades, todos os gastos realizados pelo Poder Público que tenham o suporte fático no item “pessoal do serviço público”, sejam, exemplificativamente, salários e encargos sociais, proventos, vencimentos, gratificações, adicionais, indenizações, utilidades ou o que mais despende a Administração Pública em razão de vinculação jurídica com os seus agentes”

Ocorre que os gastos realizados pela Administração com as diárias de viagem e ajuda de custo a servidores, bem como o pagamento de precatórios de origem trabalhista, por exemplo, decorrem exclusivamente da vinculação jurídica com seus agentes e não são considerados como despesa com pessoal, conforme entendimento pacífico existente

Desta forma, a interpretação literal do entendimento do que caracteriza despesa com pessoal pode ensejar posicionamentos divergentes e manifestações conflitantes com a realidade, uma vez que permanecem indefinidos certos critérios de enquadramento das despesas realizadas pela Administração como gastos de natureza tipicamente de pessoal

A indefinição que envolve esse assunto gera entendimentos diversos e que podem causar sérias distorções no cálculo do comprometimento previsto na Lei Complementar 82/95. Cita-se como exemplo, o Parecer Coletivo nº 04/96 da Auditoria deste Tribunal, que em seu item “5” assim dispõe

“5 - Destarte, por ‘despesas totais de pessoal’, como previsto na Constituição Federal e na Lei Complementar, ter-se-á toda a despesa despendida pela Administração Pública para a manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, quer através da Administração Direta, quer na Indireta, nesta interpretação não se está a inovar, porque assim está literalmente disposto na lei complementar, tal entendimento, inclusive, já fora firmado como norma de procedimento, pelo Parecer Coletivo 1/92”

Conforme esse Parecer Coletivo, por despesas totais de pessoal, entende-se, inclusive, as despesas com manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, ou seja, toda a despesa corrente da Administração Pública

O conceito foi extraído da obra "A Lei 4 320 COMENTADA", de J Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

A Lei 4 320/64, em seu artigo 12, classifica a despesa orçamentária em duas categorias econômicas: corrente e de capital, sendo que a despesa corrente subdivide-se em despesas de custeio e transferências correntes.

Ao entender que as despesas totais de pessoal correspondem ao conceito de despesa corrente, o Parecer Coletivo 04/96 admite que, como tal, são assim classificadas despesas relativas a gastos com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, subvenções sociais e econômicas, encargos da dívida interna, encargos da dívida externa etc., divergindo do que fora firmado pelo Parecer Coletivo 1/92 e do disposto na Lei Complementar 82/95.

Este posicionamento pode ensejar entendimentos dos mais diversos, propiciando à Administração Pública Estadual a utilização de parcelas de despesas que não se coadunam com o estabelecido na Lei Complementar, distorcendo, com isso, o percentual de comprometimento, de forma significativa.

Em consequência, ainda que calculada sobre a folha de vencimentos, qualquer contribuição não pode ser considerada como gasto de pessoal apenas por esta condição, e sim pela sua finalidade.

Uma vez que se destinam à cobertura suplementar de gastos com assistência médica e despesas administrativas, entendeu este Tribunal, desde 1989, que tais despesas não mereceriam enquadramento como gastos típicos de pessoal, não obstante a base de cálculo ser o valor da folha de pagamento, escolhida que foi apenas como parâmetro para a aplicação do percentual definido, pela Lei nº 8.191/86 (3,5 %).

Cabe salientar que o próprio Governo do Estado entendia, em 1989 e 1990, que tal despesa não se configurava como gasto com pessoal, uma vez que foi excluída do cálculo do comprometimento daqueles exercícios, tendo mudado seus critérios, a partir de 1991, apenas por uma questão de conveniência.

Fui o Relator da matéria sobre as contas relativas ao exercício de 1989 e já ali, como se vê, era o próprio Governo que entendia que tal despesa não se configurava como gasto com pessoal

O fato de ser calculada sobre o valor total da folha não se configura em premissa indispensável para a classificação de qualquer encargo como despesa de pessoal, porquanto as contribuições ao PASEP são calculadas em função do valor das Receitas Correntes Próprias auferidas pelo Estado e, mesmo assim, são pacificamente reconhecidas como Gastos com Pessoal

Desta forma, manifesto o entendimento de que, o que determina a caracterização de uma despesa como *“de Pessoal”*, **não é a base sobre a qual a mesma é calculada, mas sim, o propósito ao qual se destina**

Face o exposto, resta evidenciada a incorreção da inclusão das contribuições ao IPERGS como gastos de pessoal, alertando para o reflexo que tal posicionamento pode acarretar no cálculo do comprometimento, uma vez que, se considerada, elevará em quase 3% o valor da despesa com pessoal e encargos, repercutindo significativamente no cálculo final

1.2 - Despesa Líquida com Pessoal

1.2.1 - Retenção do Imposto de Renda na Fonte dos Servidores da Administração Direta e Indireta

Propõe o Eminentíssimo Relator das Contas relativas a 1996 seja este item considerado como despesa com pessoal embora entenda este Tribunal, desde 1989, conforme se verifica nos respectivos Relatórios e Pareceres Prévios, que esse item trata de receita própria do Estado, nos termos da Constituição Federal, artigo 157, inciso I e que não se constitui em gasto realizado pelo Estado, que tenha suporte fático no item Pessoal do Serviço Público ou que se constitua em dispêndio da Administração Pública, decorrente de vinculação jurídica com seus agentes, conforme condiciona o Parecer Coletivo nº 01/92, item “g”, já transcrito

Desta forma, considerando que o imposto supra-referido é compulsoriamente retido da remuneração do servidor, ingressando direta e automaticamente como Receita Orçamentária do Estado, **o que caracteriza a inexistência de qualquer tipo de desembolso**, não procede sua inclusão como despesa, por não representar adequadamente os valores efetivamente despendidos com Pessoal

Sua inclusão acarreta majoração de 6,17% no valor total da despesa líquida com pessoal

Da mesma forma, entendo equivocada a argumentação no sentido de que a Retenção do Imposto de Renda, se considerada na Receita do Estado, deve, por questão de lógica matemática, ser também considerada na Despesa, eis que a parcela do Imposto de Renda é calculada sobre o total dos vencimentos e vantagens do servidor

Conforme demonstrado anteriormente, a determinação do enquadramento de uma despesa como gasto de pessoal, depende de sua finalidade e não do elemento sobre o qual a mesma é calculada

1.2.2 - Inativos Ferroviários - Responsabilidade da União

Também quanto a este item propõe o Nobre Relator, sua inclusão a título de despesa com pessoal. Ocorre que neste caso o Estado é ressarcido pela União dos valores despendidos com o pagamento dos proventos dos inativos ferroviários, agindo como mero repassador

Até então, este Tribunal entendia que tais desembolsos não deveriam ser admitidos como gastos próprios, o que nunca mereceu qualquer contestação pelo Governo do Estado.

A sistemática de não considerar-se como despesa tais valores foi consagrada pelos pareceristas anteriores, não se justificando alteração, sem qualquer motivação aparente. Esta alteração levaria ao reconhecimento, pelo próprio Tribunal, de que os critérios, até então adotados, estavam equivocados, quando, em verdade, nunca estiveram.

1.2.3 - Retenção da Contribuição Previdenciária Suplementar

Inicialmente registre-se que não se está a tratar, neste caso, de alteração de critério, já que o recolhimento da contribuição em tela iniciou a partir do exercício sob exame. A crítica reside, justamente, na proposta de sua inclusão como gasto de pessoal já que, criada pela Lei Complementar 10.588/95, de 28-11-95, constitui-se em desconto compulsório da remuneração dos servidores, repassando-se o produto de sua arrecadação para o Fundo respectivo, razão pela qual não há qualquer tipo de desembolso efetivo pelo Estado, não caracterizando gasto com Pessoal.

A argumentação para que tal contribuição seja considerada como gasto com pessoal, reside no fato de que esta é calculada sobre os vencimentos do servidor, ou seja, integra a despesa bruta com a folha de pagamento

Entendo suficientemente expostas as razões pelas quais divirjo deste entendimento. Outrossim, reafirmo que esta contribuição constitui-se em desconto compulsório da remuneração dos servidores e que o produto de sua arrecadação deve ser repassado para o fundo respectivo, razão pela qual **não pode ser considerada como despesa orçamentária efetiva e sim uma consignação, não se caracterizando, portanto, como gasto com pessoal, já que não há qualquer tipo de desembolso efetivo pelo Estado.**

Desta forma, a inclusão dos itens 1.2.2 e 1.2.3, como gastos com pessoal repercutirá em acréscimo de 2,4% dos valores totais da despesa líquida com pessoal

2 - Receita Corrente Líquida

2.1 - Transferências Legais e Constitucionais a Municípios

O critério até então praticado, que restringia as deduções da Receita Corrente às Transferências aos Municípios relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, foi alterado no Relatório de 1996, por iniciativa do Eminentíssimo Relator, inobstante a ausência de qualquer tipo de contestação por parte do Governo do Estado, quanto aos exercícios anteriores

Infere-se que a justificativa para a modificação do critério deu-se em função da Lei Camata

A meu sentir, faz-se necessária a adoção de uma postura mais prudente na interpretação literal dos dispositivos contidos no texto legal, uma vez que este vem sendo sistematicamente contestado pelos governos estaduais e municipais, que alegam extremas dificuldades no cumprimento das determinações nele existentes, e até porque a própria Lei Complementar nº 82/95 em seu artigo 1º, § 1º, repita-se, prevê lapso temporal de três exercícios para a adequação integral às suas exigências, sendo o exercício sob exame o primeiro deles. Logo, descabe a este Tribunal adiantar-se à aplicação incondicional desta, agindo de forma açodada, quando a realidade nacional sugere cautela e possíveis alterações, face a sua inaplicabilidade

Entendo serem os critérios até então adotados, os mais adequados enquanto não pacificada a interpretação do referido texto legal, mantendo este Tribunal posição equidistante, considerando a instabilidade e polêmica gerada pela Lei Complementar, verdadeira peça de ficção, não sendo recomendada a adoção precipitada de qualquer entendimento divergente.

Desta forma, a alteração do critério fundada na adoção da proposta do Eminent Relator repercutirá em redução da ordem de 4,5% do valor das receitas correntes líquidas correspondentes a R\$ 196,022 milhões.

3 - CONCLUSÃO

A manutenção dos critérios adotados por este Tribunal até o exercício de 1995, reduzirá significativamente o percentual do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os gastos de Pessoal apurados, conforme se demonstra:

a) Despesa com Pessoal (R\$ milhões) exercício de 1996.

	Pessoal Civil, Militar e Obrigações Patronais	1.985.381
	Inativos	1.347.727
	Pensionistas	45.932
	Salário Família	28.369
	PASEP	32.710
	Auxílio Funeral	1.661
(+)	Transferência para Autarquias e Fundações	242.115
	Despesa Total Com Pessoal e Encargos	3.683.895
(-)	Diárias de Viagem e Ajudas de Custo	29.007
(-)	Auxílio Funeral - Resp União	167
(-)	Retenção IRRF - Adm Direta e Indireta	207.802
(-)	Inativos Ferroviários - Responsabilidade da União	31.865
(-)	Retenção da Contribuição para Previdência Social	49.071
	Despesa Líquida Com Pessoal	3.365.983

b) Receita Corrente Líquida (R\$ milhões).

	Receitas Correntes	5.543.145
(-)	Transferência aos Municípios do Produto da Arrecação do ICMS	1.003.981
	TOTAL	4.539.164

Verifica-se, então, um comprometimento da ordem de **74,15%**, inferior, portanto, em **12,15 pontos percentuais** ao apurado através dos novos critérios propostos para 1996, que são de **86,38%**.

Isto significa uma elevação de **3,7%** em relação ao comprometimento apurado em 1995 (**71,53%**), muito inferior ao acréscimo verificado a partir da proposta de alteração dos critérios (**20,8%**), e informado no relatório das contas de 1996.

Estes **12,15 pontos percentuais** podem representar, além da redução significativa do percentual de comprometimento, a preservação de dezenas de milhares de servidores públicos cujos cargos e empregos restam ameaçados pela fúria dos atuais governos Estadual e Federal, que imputam aos seus quadros funcionais a responsabilidade por todas as mazelas que assolam historicamente a Administração Pública.

Ainda, é de todo conveniente lembrar a inexistência de definição legal acerca da conceituação de “gastos com pessoal”, conforme abordado no item 1 I, o que propicia ao Governo do Estado cotejar, em seu Balanço Geral, valores brutos para despesa com pessoal com valores líquidos para Receita Corrente, distorcendo o cálculo do comprometimento, ou seja, utilizando o maior valor possível para despesa e, em contrapartida, o menor valor arrecadado para receita, do que resulta percentual que vem diretamente ao encontro de seu intento, que é, justamente, respaldar o achatamento salarial e desmantelamento da máquina administrativa, em consonância a política expressada pelo Governo Federal

Desde 1989 o critério adotado na elaboração dos Relatórios e Pareceres Prévios, tem sido o ora defendido, todos aprovados por este Colegiado Pleno, por unanimidade, dos quais fui relator em 1989 e 1995 e, em 1990 o Conselheiro Algir Lorenzon, em 1991 o Conselheiro Porfirio Peixoto, em 1992 o Conselheiro Marcelo Moreira Tostes, em 1993 o Conselheiro Hélio Saul Mileski e, em 1994 o Conselheiro Romildo Bolzan

Considerando as temerárias decisões que vem tomando o Governo Federal e Estadual, que redundam em irreparável desmonte da máquina administrativa e patrimônio público, as quais assistimos como meros espectadores, inertes e amordaçados, julgo descaber a este Tribunal facilitar tais descabros.

Com isso, buscam ladina e incessantemente transmitir à opinião pública a idéia distorcida de que a máquina administrativa consome demasiada parcela de recursos, informando valores superiores aos verdadeiramente verificados, com o fito de

lograr respaldo da sociedade para a aplicação de sua política de esvaziamento e desvalorização do funcionalismo público.

Nessa colocação de opinião não pode haver vencidos nem vencedores; vitoriosos ou derrotados. Isto seria de um primarismo demasiado, aquém de nossa tradição e cultura

Desde esses dez anos vem este Tribunal agindo com reconhecido acerto, apreciando a matéria para fins de emissão de parecer prévio, nenhuma lei, nenhuma mesmo, voltou-se a alterar tal critério, salvo a de nº 82/95, a despropositada Lei Camata, que, no caso, ela mesma para ser literalmente adotada, só o poderia ser, na sua totalidade, em 1998 (nos termos do artigo 1º, § 1º da referida lei). Lembremo-nos que as Contas ora sob exame retrocedem a 1996 Estaríamos frontalizando até mesmo a lei supracitada, como se impuséssemos a sua retroação a 1996.

O Tribunal, após dez anos, viria a público, pela maioria de seus componentes, confessar que permaneceu no erro por cerca de um decênio. O mais grave e crítico é que durante todo esse tempo ninguém notou este equívoco, inclusive a Assembléia Legislativa do Estado, de onde advém muitos de nossos Conselheiros hoje, componentes daquele Poder à época Mudar, precisamente em momento agudo e difícil, deixará, por certo, todo o nosso Tribunal à descoberto .

É óbvio que guardo comigo o ceticismo natural dos que já viveram demais para guardar ainda ilusões

Não estou militando só contra as correntes gerais de opinião.

Se aqui não estivesse a abordar este assunto, tão em moda, seria uma nova maneira de desertar, um proceder que assaz se pareceria com a traição a afagadas doutrinas e memórias queridas e de idéias por mim defendidas em quarenta batalhas por quarenta anos seguidos

A liberdade organizada pela Justiça é, pois, a expressão da atividade normal de cada indivíduo ou agrupamento de indivíduos, tão ampla e tão intensa quanto for possível, sem perturbação da atividade lícita dos outros, e sem oposição aos interesses vitais da sociedade Para manter este equilíbrio foi criado o Direito; e o ideal deste é estabelecê-lo, sem prejudicar o desenvolvimento íntegro e harmônico das energias sociais Tal desvio em direção adversa, após todo esse decênio, contrasta o Direito e compromete a segurança de todos os demais julgamentos efetuados nesta

Casa, pelo menos por idêntico espaço de tempo, colocando em fundada dúvida todas as nossas demais decisões anteriores

O Visconde de Taunay dignificava sempre, nos seus adversários, o direito comum de opinião, admitindo no ânimo deles essa rigidez de boa-vontade e sinceridade de convicções que, ainda defendendo enormidades ou absurdos, são o nervo e a honra dos argumentos sérios. Assim sempre foi meu comportamento. Quando os debates se movem em tais alturas, desaparecem as pessoas, as fraquezas, as recriminações, as represálias, ficam somente os princípios, ao influxo deles se desenvolvem o espírito dos tempos e o gênio das instituições.

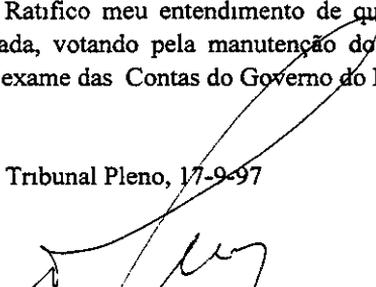
Caro colega; nobre Conselheiro Porfírio Peixoto

Há ainda a considerar que espero estarmos de acordo sobre o que vou dizer que na matéria versada, nos encontramos no mais completo desacordo. Mas, se houver desacordo, o mal não será grande, já um santo Padre da Igreja, num momento em que a sua santidade cochilou, disse que até o céu há por vezes desavenças entre os anjos, e esta nossa tristíssima terra, meu caro amigo, no dia em que todos os homens se pusessem a pensar do mesmo modo, ficaria de uma insipidez intolerável.

Diante do exposto, requero ao Colegiado Pleno, determine a instauração de inspeção extraordinária, nos termos do artigo 10, inciso X, do Regimento Interno, no intuito de comprovar a fidedignidade dos dados apresentados no Balanço Geral do Estado, exercício de 1996, no que se refere aos gastos com pessoal, tendo em vista os mesmos terem apresentado majoração na ordem de 21,5% (página 61, Volume IV, do B G E), parecendo-me excessiva em comparação com os valores do exercício anterior, não obstante aplicação do Plano de Demissão Voluntária - PDV, e a não concessão de reajustes de vencimentos à quase totalidade dos quadros funcionais.

Ratifico meu entendimento de que posição acauteladora e prudente é a mais adequada, votando pela manutenção dos critérios até então adotados por este Tribunal ao exame das Contas do Governo do Estado, relativamente ao item Pessoal.

Tribunal Pleno, 17-9-97


Alexandre Machado da Silva,
Conselheiro



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

MANIFESTAÇÃO DO RELATOR A RESPEITO DO RELATÓRIO E VOTO EM SEPARADO

1 - Despesa com Pessoal

Referida matéria gerou controvérsia quando, no Plenário desta Corte, se examinou e discutiu Consulta formulada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, acerca da validade, ou não, do Parecer Coletivo nº 1/92 deste Tribunal, em face da edição da Lei Complementar nº 82/95 (Lei Camata). Em sessão de 06-11-96, este Tribunal decidiu pelo arquivamento da Consulta (Processo nº 8124-02 00/95 7) e ainda, conferiu ao Relator das Contas do exercício de 1996, a prerrogativa de propor alterações nos critérios tradicionalmente adotados por este Tribunal de Contas para fins de avaliação do comprometimento da receita com gastos com pessoal.

2 - Despesa total com Pessoal e Encargos

Sobre a proposta de não se incluir as Contribuições ao IPERGS nos gastos com pessoal, entendo, com a devida vênia, que, uma vez calculada sobre a folha de vencimentos (3,5%), revela tratar-se de **encargo social**, definido como gasto com pessoal, segundo a alínea “g” do Parecer Coletivo nº 1/92 desta Corte de Contas, ainda em vigor.

3 - Retenção do Imposto de Renda na Fonte dos Servidores da Administração Direta e Indireta

Acerca da proposta de exclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF dos gastos com pessoal, por se constituir em receita própria do Estado, nos termos da Constituição Federal, art 157, Inciso I, entendo, com a devida vênia, que, se considerada na Receita do Estado, deva por questão de lógica matemática, ser também considerada na Despesa, eis que a parcela do Imposto de Renda é calculada sobre o total dos vencimentos e vantagens do servidor.

4 - Inativos Ferroviários - Responsabilidade da União

No que pertine à proposta de retirada dos gastos com inativos ferroviários de responsabilidade da União, das Despesas com Pessoal, como bem colocou em seu arrazoado o Eminentíssimo Conselheiro Alexandre Machado da Silva, o Estado é ressarcido pela União dos valores despendidos com o pagamento desses proventos, agindo como mero repassador. A título de esclarecimento, devo informar, que no exercício de 1996, o Estado do RGS despendeu com os mencionados inativos R\$ 31.865 mil e recebeu da União, o valor de R\$ 34.028 mil, classificado orçamentariamente na Receita do Estado no Código 1922.01.003.

5 - Retenção da Contribuição Previdenciária Suplementar

Sobre a proposta de exclusão da Contribuição Previdenciária Suplementar (Fundo de Aposentadoria) dos Gastos com Pessoal, tenho, com a devida vênia, o entendimento que não se deva dar tal tratamento, eis que, a exemplo do IRRF, a parcela destinada àquele Fundo também é calculada sobre os vencimentos do Servidor, ou seja, integra a despesa bruta com a folha de pagamento. Além disso, o Estado contabilizou o desconto aplicado aos seus servidores na Receita Geral do Estado, Código 1210.30 004, em consonância com o disposto no art. 6º do Decreto nº 36.523, de 11 de março de 1996, que regulamentou a Lei Estadual nº 10.588/95, instituidora do mencionado Fundo.

Visando manter o equilíbrio dos números a serem cotejados, entendo que os valores monetários referentes aos itens 3, 4 e 5, devam ser mantidos na Despesa e também na Receita.

6 - Transferências Legais e Constitucionais a Municípios

No tocante à apuração da Receita Corrente Líquida, em que é sugerido considerar como Transferências Constitucionais apenas o ICMS repassado aos Municípios, cumpre-me esclarecer que, de acordo com o artigo 1º, Inciso II, da Lei Complementar nº 82/95 (Lei Camata), a definição desta Receita é de que são todas as receitas correntes, deduzidos os valores das transferências por **participações constitucionais e legais** dos Municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados

Ocorre que, de acordo com as Constituições Federal e Estadual, além do ICMS (CF, art 158, inciso IV), pertencem aos Municípios a cota-parte do IPVA (CF, art 158, inciso III), a cota-parte do IPI-Exportação (CF, art 159, § 3º) e Multas por Infrações de Trânsito (CF, art 144)

7 - Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio-funeral

Acerca da retirada das parcelas referentes à Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio-funeral (de responsabilidade da União), das Despesas com Pessoal, mantendo o que vinha sendo aplicado em Relatórios e Pareceres Prévios de exercícios anteriores, acolho integralmente as considerações do Eminentíssimo Conselheiro, por entender que diárias e ajuda de custo representam despesas indenizatórias e não remuneratórias, devido ao objetivo de atendimento, ou seja, são destinadas à cobertura de gastos necessários em razão do deslocamento de servidores

Quanto ao Auxílio-funeral (de responsabilidade da União), diversamente do que ocorreu com a conta Inativos Ferroviários (de responsabilidade da União), não houve ressarcimento aos cofres Estaduais, conforme revela o Balanço Geral apurado pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado-CAGE, motivo pelo qual também optei pela sua exclusão

Tribunal Pleno, 17-9-97.


Porfírio Peixoto,
Conselheiro-Relator.



PARECER



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

PARECER Nº 8722/97

SÚMULA: Contas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, relativas ao exercício de 1996.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, reunido nesta data, em Sessão Especial, dando cumprimento ao disposto no inciso I, artigo 71 da Constituição Federal, consoante o referido pelos artigos 70 e 71 da Constituição Estadual, apreciou o Processo nº 1955-0200/97-6 e, tendo examinado e discutido a matéria, acolheu, por maioria, o Relatório do Senhor Conselheiro-Relator, vencido o Senhor Conselheiro Alexandre Machado da Silva, no que se refere à metodologia de cálculo utilizada para apurar o comprometimento das receitas correntes líquidas com gastos de pessoal e, à unanimidade, o Voto do Senhor Conselheiro-Relator, aprovando-os, e considerando

que o Balanço Geral da Administração Estadual, ressalvados os aspectos destacados pelo Conselheiro-Relator, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Operacional e Econômica no exercício de 1996,

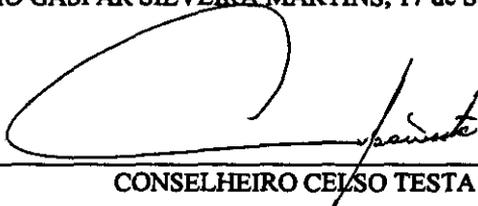
que este Parecer não condicionará o julgamento das contas dos demais Administradores do Setor Público Estadual, inclusive das Entidades da Administração Indireta e Fundações,

que embora, isoladamente, não constituam motivo que impeça a aprovação das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador, as situações destacadas no final do Relatório devem merecer atenção, a fim de que não venham a acarretar prejuízos as finanças públicas ou ao cumprimento dos objetivos do Estado;

é de Parecer que as Contas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Gestão do Excelentíssimo Senhor Antônio Britto Filho, com os ajustes recomendados nas conclusões e voto do Senhor Conselheiro-Relator, oferecem, sob os aspectos legais e contábeis, condições de serem aprovadas pela Egrégia Assembléia Legislativa

O Senhor Conselheiro Algir Lorenzon não assina o presente Parecer por ter declarado sua suspeição nos termos do artigo 135, parágrafo único do Código de Processo Civil.

PLENÁRIO GASPAR SILVEIRA MARTINS, 17 de Setembro de 1997.



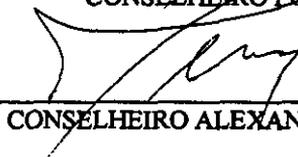
Presidente

CONSELHEIRO CELSO TESTA



Relator

CONSELHEIRO PORFÍRIO PEIXOTO



CONSELHEIRO ALEXANDRE MACHADO DA SILVA



CONSELHEIRO HÉLIO SAUL MILESKI

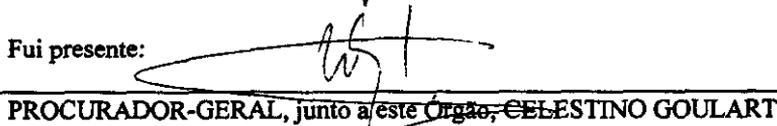


CONSELHEIRA SUBSTITUTA JUDITH MARTINS COSTA



CONSELHEIRO SUBSTITUTO VERGÍLIO PÉRIUS

Fui presente:



PROCURADOR-GERAL, junto a este Órgão, CELESTINO GOULART